

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUCIANA APARECIDA ALIAGA ÁZARA DE OLIVEIRA

A FORMA POLÍTICA DO MST

Campinas
Março, 2008

OL4f

(cn/ifch)

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

LUCIANA APARECIDA ALIAGA DE OLIVEIRA

A FORMA POLÍTICA DO MST

Dissertação de Mestrado em Ciência
Política apresentada ao Departamento
de Ciência Política do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas
sob orientação do Prof. Dr. Álvaro
Gabriel Bianchi Mendez

Este exemplar corresponde à versão final da
dissertação defendida e aprovada perante a
Comissão Julgadora em 26 de março de 2008.

Prof. Dr. Álvaro Gabriel Bianchi Mendez

Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

Prof. Dr. Gonzalo Ádrian Rojas

Março/2008

200810635

AGRADECIMENTOS

Ao professor Alvaro Bianchi pela orientação da dissertação, pelo rigor analítico sempre requerido e pela sua presença constante em todas as fases, imprescindíveis para a concretização do trabalho.

Às professoras Andréia Galvão e Rachel Meneguello pelas importantes sugestões feitas por ocasião do exame de qualificação. Aos professores Paulo Cunha e Gonzalo Rojas pela leitura atenta e pelas valiosas análises sobre o trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro à pesquisa.

Agradeço aos coordenadores da Escola Nacional Florestan Fernandes, em especial Geraldo Gasparin e Adelar Pizeta pela atenção a nós dedicada e pela forma generosa com que nos receberam. Da mesma forma aos dirigentes e militantes com quem tivemos a oportunidade de estabelecer um frutífero diálogo, em especial a Juvenal Strozake.

Agradeço ao colega de pós-graduação Plínio Feix que caminhou ao nosso lado parte de nossa trajetória, revelando-se um interlocutor intelectualmente valioso e um companheiro certo na caminhada por vezes árdua.

Agradeço aos amigos do grupo de pesquisa “Marxismo e Teoria Política”, vinculado ao CEMARX, com quem pude discutir o trabalho em suas diversas fases de desenvolvimento e cujos questionamentos auxiliaram sensivelmente no refinamento da pesquisa.

Aos amigos queridos Bruno Rubiatti, Luciene Torino e Newton Peron que, com seu aguçado senso de humor e inteligência, transformaram os momentos mais difíceis e cansativos em preciosas oportunidades de demonstrar amizade e afeição.

Ao Hélio que acompanhou cada momento da pesquisa e que soube suportar todas as minhas angústias e comemorar todas as conquistas, apoiando e contribuindo com suas sempre imprescindíveis sugestões e principalmente porque tem me oferecido a sua deliciosa presença na academia e na vida, meu especial agradecimento.

RESUMO

A análise dos condicionantes históricos e políticos envolvidos no surgimento e desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) até a construção de sua organização política constitui o ponto de partida de nossa investigação. A partir dela procuramos entender em que medida o Movimento desvencilha-se do estágio econômico-corporativo que caracteriza seus primeiros anos de existência e elabora uma concepção de mundo adequada às classes subalternas, alçando assim um novo estágio em sua construção histórica – o momento essencialmente político. Neste sentido, pretende-se investigar se o MST assume funções de partido político porquanto incorpora a visão de mundo e elabora a ética e a política adequadas às classes subalternas do campo, assumindo para isto, uma “forma” partido. Nosso interesse se deve à importância do MST como experiência inovadora da organização política do campo e que, por esta razão, coloca novos desafios para a teoria social e política. Contudo, nossa inquietação se justifica também pela evidente importância da inserção política na relação de forças sociais destas classes historicamente mantidas sob passividade, fenômeno essencial para a efetividade de uma democracia autêntica no Brasil.

ABSTRACT

The analysis of the historical and political conditions implicated in the arising and development of the landless Workers Movement (MST) until the construction of its political organization constitutes the initial point of our inquiry. From this we look for to understand how the Movement to get ride of the economic-corporative period of training that characterizes its first years of existence and elaborates an adequate conception of world to the subordinate class, thus arriving at a new period of training in its historical construction - the moment essentially politician. In this direction, it is intended to investigate if the MST assumes political party functions inasmuch as it incorporates the world vision and it elaborates the adequate ethics and the politics to the subordinate class of the field, assuming for this, a party “form”. Our interest justify oneself for the importance of the MST as innovative experience of the political organization of the field and that, for this reason, it places new challenges for the social and political theory. However, our fidget also justify oneself for the evident importance of the insertion politics in the relation of social forces of these historically passive class, essential phenomenon for the effectiveness of an authentic democracy in Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A BUSCA DA FORMA.....	01
I. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES RURAIS.....	15
1.1. Antecedentes e condicionantes: a pré-história do MST.....	15
1.2. Da constituição do movimento de massas até a organização de quadros.....	29
1.3. O MST de hoje: caminhos e descaminhos.....	39
II. A BASE SOCIAL DO MST.....	55
III. A FORMA POLÍTICA – ANATOMIA DA ORGANIZAÇÃO.....	85
3.1. A estrutura organizativa do MST.....	90
3.1.1. A importância dos núcleos de base.....	99
3.1.2. A identidade do Movimento.....	108
3.1.3. A composição da Organização.....	112
3.1.4. Sistema de filiação e mecanismo de cotizações individuais.....	114
3.2. O funcionamento das estruturas e sua função política.....	118
IV. ORIENTAÇÃO TEÓRICA E POLÍTICA INTERNA DA ORGANIZAÇÃO.....	133
4.1. Centralidade da doutrina.....	133
4.1.1. Teologia da Libertação.....	134
4.1.2. Pragmatismo.....	143
4.2. Política Interna.....	153
4.2.1. linha política e centralização.....	153
4.2.2. mecanismos de participação.....	160
4.2.3. disciplina.....	162
4.3. Ação Educativa.....	163
4.3.1. O setor de Educação.....	166
4.3.2. O Setor de Formação.....	169
4.4. Agitação e Propaganda.....	173
CONCLUSÃO.....	177
BIBLIOGRAFIA.....	185
ANEXOS.....	197

INTRODUÇÃO: A BUSCA DA FORMA

O título deste trabalho – *A Forma Política do MST* – resume nossa intenção e nossa necessidade de refletir com maior densidade sobre as novidades organizativas apresentadas pelo MST como um movimento social. Alguns trabalhos já sugeriram tal novidade. Souza (2002, p. 223) afirma: “a organização social em questão possui características ou princípios político-ideológicos que a singularizam diante de outros atores da sociedade civil”. Ainda em uma nota de rodapé lê-se: “(...) há necessidade de atentar para as especificidades do MST, o que ora o caracteriza como um movimento social, ora como uma organização formal de representação de interesses” (2002, p.192, 12n). A autora faz referência ao julgamento de Zander Navarro sobre o Movimento: “[o MST é] mais uma organização em seu estrito sentido e, menos (muito menos, em vários estados), um movimento social” (NAVARRO, *apud idem*). José de Souza Martins tem destacado esta novidade organizativa em tom de denúncia:

“Essa luta, hoje amplamente mediada por visões de mundo estranhas aos protagonistas do drama agrário, não é mais estrita e substancialmente a luta social dos trabalhadores privados da terra ou em vias de sê-lo. Tornou-se substantivamente uma luta *partidária* dos setores médios da sociedade – sindicalistas, religiosos, agentes de pastoral, intelectuais militantes, ativistas políticos. (MARTINS, 2000, p.40, grifos do autor).

Contudo, a nosso ver, o tema ainda não recebeu a devida atenção¹. As inovações do Movimento no que se refere a sua estrutura organizativa permanecem como ligeiras observações, às vezes em notas de rodapé ou, conforme citamos acima, como avaliações que não consideram a importância da organização política das classes subalternas para o alcance de suas demandas e que não apresentam um estudo sistemático sobre o tema.

A atual estrutura organizativa do MST, que chama atenção pela sua extensão e perenidade, não é acidental. Ela é antes o resultado de uma orientação racional da direção do MST, cujo objetivo consiste na estabilidade e continuidade da luta dos sem-terra. Segundo Neuri Rosseto, membro da coordenação nacional do MST:

“O maior desafio [das lideranças] é manter o movimento dinâmico. Há uma tendência bastante forte para debater o que é o movimento e o que é a organização. O movimento faz algo específico e é determinado. Como manter o movimento como movimento, fazendo com que seja perene?” (ROSSETO, *apud* PESCHANSKI, 2007, p.113).

¹ PESCHANSKI (2007) elabora uma importante e bem fundamentada análise sobre a evolução organizacional do MST, contudo seu trabalho não tem o objetivo de focar as relações entre o movimento social e sua organização política formal.

Esta necessidade de estabilidade conduz a debates internos, principalmente a partir da formação oficial do MST e sua autonomia institucional em relação aos mediadores. O conteúdo destas reflexões é a “*busca da forma*” capaz de atender às funções que o movimento então se propunha e que foi encontrada na constituição de uma estrutura organizativa formal, fundamentada nas experiências históricas das lutas populares e na literatura marxista. Segundo Ademar Bogo, membro da coordenação nacional do MST e uma das principais lideranças responsáveis pela formação política do Movimento:

“O MST é o produto de uma demanda social. O movimento já não cabia mais dentro da CPT e do sindicalismo rural. (...) Sendo assim, apelou-se para a *busca da forma*. Tínhamos como referência positiva a teologia da libertação como teoria, as CEBs como organização e os princípios da educação popular como referência. (...) Então, Che Guevara transitava facilmente, assim como Marx, Lenin e Mao Tse-tung pelo estudo que fizemos da história das revoluções. Estudamos Zapata e a revolução de 1910 no México. A Revolução Cubana e lemos livros como *A ilha*, de Fernando Morais, depois *Fidel e a religião* de Frei Betto. Estudamos a revolução vietnamita etc. (...) Fizemos muitos cursos em escolas sindicais criadas conjuntamente com o movimento sindical. A partir da década de 1990, já com algum acúmulo teórico, passamos a dar maior conteúdo aos conceitos, agora já pela ótica do marxismo, tanto na leitura do *Manifesto* [do Partido Comunista – Marx e Engels], *Que Fazer?* [de Lênin] e cursos utilizando os clássicos” (BOGO, *apud* PESCHANSKI, 2007, p. 152, grifos nossos).

A busca por uma forma organizativa que permitisse ao Movimento uma organização permanente está no cerne das inovações apresentadas pelo MST. Para melhor esclarecer a que novidades estamos nos referindo, devemos nos remeter ao conceito de movimento social, que tornará patente a peculiaridade da organização sem-terra.

A delimitação do conceito de movimento social é polêmica e já alimentou extensos debates (cf. RUSCHEINSKY, 1998; GOHN, 1997). Os estudos clássicos – herdeiros da Escola de Chicago e representados principalmente por Herbert Blumer, Eric Fromm, E. Hoffer, K. Kornhauser, Seymour Lipset, Rudolf Heberle, além dos estudos fundamentados em Talcot Parsons – se estendem até os anos 1960 (GOHN, 1997, p. 25). Esses estudos têm como características comuns a teoria da ação social como núcleo articulador das análises e a busca de compreensão dos comportamentos coletivos como meta principal (*idem*, p.23). Os comportamentos coletivos são considerados pela abordagem tradicional norte-americana como frutos de tensões sociais. Os movimentos consistiriam, portanto, em elementos disruptivos à ordem social vigente. Estas análises se caracterizam pela influência das idéias durkheimianas de anomia social (GOHN, 1997, p. 329).

Já a perspectiva teórica histórico-estrutural – presente na orientação dos movimentos sociais no Brasil da década de 1960 e 1970 – apresenta estreita vinculação ao

estruturalismo marxista e aproxima-se do leninismo na orientação política dos movimentos sociais. Sob este prisma tanto os partidos como os movimentos são expressões dos conflitos e dos interesses das classes sociais (RUSCHEINSKY, 1998, p. 77). Entende-se que a direção política de que necessitam as classes sociais para sua efetiva representatividade é encontrada primordialmente nos partidos políticos. Os movimentos sociais, por sua vez, inserem-se nas relações de forças sociais em disputa pelas decisões políticas a partir de diferentes demandas, níveis de consciência, graus de organização e condições históricas, podendo agir em conexão com os partidos políticos (*idem*).

Na Europa dos anos de 1960 emerge uma onda de estudos dos chamados novos movimentos sociais, influenciadas por Michel Foucault, Felix Guattari, C. Castoriadis e Alberto Melucci (cf. GOHN, 1997, p. 284). Nestes, a perspectiva de reflexão sobre os movimentos a partir do corte de classe é preterida em função de análises fundamentadas em dimensões subjetivas da ação social, relativas aos sistemas de valores dos grupos sociais, que escapam das explicações macroobjetivas das análises de classes sociais. “Trata-se de carências de outra ordem, morais ou radicais” (*idem*, p. 249). A base social dos chamados “novos movimentos sociais” compõe-se de setores das classes médias, o que os diferencia dos movimentos sociais clássicos, de base popular:

“O novo no movimento europeu advinha basicamente de camadas sociais que não se encontravam em condições de miserabilidade, se organizavam em torno das problemáticas das mulheres, dos estudantes, pela paz, pela qualidade de vida, etc., e se contrapunham ao movimento social clássico, dos operários. (...) O denominador comum nas análises dos novos movimentos sociais no Brasil foi a abordagem culturalista, em contraposição à marxista presente com mais força na análise dos movimentos populares” (GOHN, 1997, p. 284).

Conforme se percebe pela rápida exposição acima não é possível reduzir a multiplicidade de vertentes teóricas – funcionalistas, marxistas e culturalistas – que se propõem a conceituar os movimentos sociais, num modelo geral e universal, assim como também não existe um só tipo de movimento social, conforme sublinha Gohn (1997, p. 327). Mas é possível – diz esta autora – estabelecer alguns parâmetros mínimos para uma conceituação teórica, construída a partir da reflexão fundamentada em categorias que emergem de manifestações concretas dos próprios movimentos (*idem*, p. 245).

Gohn sugere a possibilidade de circunscrição teórica dos movimentos sociais a partir de sua diferenciação das ações coletivas de outro tipo. Os movimentos sociais possuem interesses comuns – que são componentes primordiais – mas estes não são

suficientes para conceituá-los na medida em que os *lobbies* também são ações coletivas decorrentes de interesses comuns. Os *lobbies*, contudo, por sua efemeridade não necessitam de identidade entre seus componentes, enquanto o movimento social deve ter uma identidade comum que agregue seus elementos individuais emprestando coesão ao coletivo.

Diz a autora:

“Ser negro, ser mulher, defender as baleias ou não ter teto para morar são atributos que qualificam os componentes de um grupo e dão a eles objetivos comuns para a ação. Há uma realidade em comum, anterior à aglutinação de seus interesses. As inovações culturais, econômicas ou outros tipos de ação que vierem a gerar partem do substrato comum que possuem” (GOHN, 1997, p. 245).

Contudo, a diferenciação fundamental que deve ser feita refere-se à esfera onde ocorre a ação coletiva. “Trata-se de um espaço não-institucionalizado, nem na esfera pública nem na esfera privada, criando um campo político, como observou Offe” (*idem*, p. 247). Gohn ressalta o caráter transitório, não institucional dos movimentos. Diz a autora: “os movimentos sociais são fluidos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais. Como numa teia de aranha eles tecem redes que se quebram facilmente, dada sua fragilidade” (*idem*, p. 343). Isto significa que um movimento social deixa de sê-lo quando se institucionaliza, quando se torna uma organização não governamental (ONG), por exemplo. Nas palavras da autora:

“Disto resulta que muitas vezes um movimento social *strictu sensu* deixa de ser movimento quando se institucionaliza, quando se torna uma ONG, por exemplo, embora possa continuar como parte de um movimento. Uma associação de moradores, se institucionalizada, é uma organização social. Mas faz parte de um movimento social mais amplo que é o movimento comunitário de bairros” (GOHN, 1997, p. 247).

Referimo-nos precisamente a este processo quando afirmamos que o MST apresenta uma peculiaridade em relação aos movimentos sociais tradicionais porquanto supera a sua fluidez por meio da criação de estruturas organizativas que lhe imprimem um caráter permanente. O Movimento Sem-Terra deixa de ser um movimento *strictu sensu* quando se institucionaliza, isto é, quando constrói uma organização formal que articula as ações do movimento em nível nacional, contudo, esta organização está inserida no interior do movimento social mais amplo, ligado às bases, por uma demanda setorial – a reforma agrária. Devemos tratar das relações entre a organização política e o movimento de massas, que juntos permitem ao MST a articulação dos interesses de sua base a um projeto político

mais amplo, no terceiro capítulo deste trabalho, quando pretendemos tornar mais clara esta articulação.

Gohn destaca que “os movimentos usualmente se articulam com outras forças institucionalizadas e a força social que poderão ter está diretamente relacionada a estas articulações” (*idem*). Esta articulação nos remete a uma última diferenciação que devemos fazer: entre movimento social e partido político.

Ruscheinsky (1998, p.75) destaca a influência dos movimentos sociais na emergência e dinamização de partidos políticos no cenário de mobilizações do Brasil das décadas de 1970 e 1980, apontando para uma intersecção entre a militância dos movimentos sociais e dos partidos de base popular. Nesta perspectiva estabelece-se um jogo de relações complexas de colaboração entre os atores sociais. De forma que, por um lado os movimentos dinamizam os partidos de base popular, por outro, os partidos servem de mediação institucional entre os movimentos e a esfera estatal (*idem*, p.77).

Os atores, contudo, guardam diferenças importantes entre si: enquanto os partidos colocam-se na disputa pelo poder político entre as classes que detêm interesses antagônicos, podendo opor-se ao Estado conforme sua orientação ideológica, os movimentos representam demandas específicas de setores da sociedade, sejam eles trabalhadores urbanos ou rurais, mulheres, negros ou índios.

Gohn (1997, p. 262) ressalta que não se deve considerar que os movimentos sociais se oponham ao Estado – como sistema político vigente ou às formas econômicas existentes. “Os opositores dos movimentos sociais são sempre os sujeitos que detêm o poder sobre o bem demandado”. Neste sentido, não é correto afirmar que determinado movimento é contra ou a favor da entidade que detém a posse, a propriedade ou o controle dos benefícios reclamados. Depreende-se daí que os movimentos sociais caracterizam-se pela luta política em prol de bens determinados. A isto equivale dizer que sua luta não se coloca no campo pela disputa pelo poder político e sim de bens políticos, sociais, culturais ou materiais. Sua luta é essencialmente setorial. Em outras palavras, os movimentos não têm como característica a oposição ao sistema político em si, bem como a luta pela direção política na sociedade civil com vistas à construção da hegemonia do grupo fundamental – característica dos partidos políticos. Suas práticas visam derrubar obstáculos que dificultam o acesso aos bens requeridos.

Embora o surgimento do MST se deva a uma demanda específica de um setor da sociedade – a reforma agrária – em sua trajetória o Movimento expande seus objetivos iniciais, colocando-se num plano de ação mais amplo, propondo-se à construção da hegemonia de seu grupo fundamental – os trabalhadores rurais – na sociedade civil, assumindo assim funções de partido. A forma política encontrada, adequada a estas funções – resultado das reflexões internas do Movimento, baseadas nas experiências históricas e no referencial teórico marxista – foi a “forma partido”.

De acordo com o pensamento político de Antonio Gramsci, o partido é a expressão da passagem do momento meramente econômico à elaboração ético-política, cuja função é o equilíbrio e arbitragem entre os interesses do grupo social fundamental e os outros grupos na medida em que busca o consentimento do grupo representado, a direção dos grupos aliados e muitas vezes também dos grupos inimigos (GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 87). Ao partido cabe resguardar os interesses da classe que representa, porém, simultaneamente, deve assimilar em certa medida os interesses das classes subordinadas. Difunde sua visão de mundo de forma que os demais grupos sociais a tomam como sua própria visão. A difusão por toda área social de sua visão de mundo e a aceitação desta pelos demais grupos contribui para a construção da hegemonia do grupo social fundamental, assim:

“determinando além da unicidade intelectual dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’ criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados” (*idem*, p. 41).

A construção de uma organização política no interior do movimento de massas torna a luta política pela reforma agrária um aspecto importante – mas não único – de um projeto político mais abrangente, que se propõe a pensar novas formas de organização social adequadas à participação política das classes subalternas, capazes de prover melhores condições materiais de vida para amplos setores populares. A crítica social do movimento não se destina apenas aos sujeitos que detêm o poder sobre o bem demandado – característica geral dos movimentos sociais evidenciada por Gohn – mas refere-se ao próprio Estado, que passa a ser alvo das críticas do MST. Num dos documentos preparatórios para o IX Encontro Nacional do Movimento, sob o título: *Diretrizes para o projeto nacional* lê-se:

“Os principais problemas do povo brasileiro são: a existência de milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza absoluta, de milhões de analfabetos, de trabalhadores sem carteira de trabalho, de

crianças fora da escola, de pessoas morando em favelas e cortiços, de jovens envolvidos com drogas, prostituição e crime, de desempregados e subempregados. A este elenco acrescenta-se a deterioração acelerada do nosso meio ambiente provocada pela exploração predatória dos nossos recursos naturais. Todos esses problemas são consequências de outros: concentração da propriedade privada, desnacionalização da economia, monopólio dos terrenos urbanos, concentração do acesso à terra, ineficiência do estado, subordinação das decisões nacionais às exigências de poderes externos, corrupção do governo e da empresa privada, mentalidade colonialista das classes dominantes e incapacidade do povo de articular seus próprios interesses” (MST, 1997a, p. 1).

A este extrato segue-se uma análise da condição atual de dependência externa da economia brasileira e da ausência de um projeto nacional entre as elites. Ao final da análise o documento resume as tarefas políticas das lutas populares em temas que deverão orientar uma “agenda nacional”, isto é, “uma pauta de problemas a serem resolvidos prioritariamente a fim de promover o desenvolvimento”, formuladas a partir de três grandes questões: “a questão democrática, a questão nacional e a questão cultural” (*idem*, p. 4). Os temas norteadores da agenda nacional – segundo o documento do MST – são:

“(...) substituir o poder das classes dominantes pelo poder do povo na direção do processo de construção da nação; eliminar qualquer traço de subordinação nas relações do Brasil com os países desenvolvidos; ordenar as políticas econômicas aos objetivos da integração social e da unidade nacional, a fim de eliminar as disparidades econômicas, sociais, culturais e políticas entre as classes sociais e as regiões do país; defender intransigentemente a cultura brasileira” (*idem*).

Para dar respostas a estas questões – democrática, nacional e cultural – o movimento formula três frentes de lutas e quatro objetivos estratégicos a serem alcançados:

“**[frentes de luta]** *reforma do estado*, com vistas ao reforço dos mecanismos de controle sobre as autoridades públicas, a fim de que exerçam o poder nos estritos limites da lei. Inclui-se nesta reforma: instrumentos eficientes de controle dos mandatos eletivos; controles externos sobre o poder judiciário, sobre o ministério público, reforma do sistema de prestação jurisdicional, e re-estruturação completa dos aparelhos policiais. *Reformas estruturais* para redistribuir a riqueza e a renda altamente concentradas em reduzidos segmentos das classes dominantes. *Reformas destinadas a garantir o acesso de todos à educação, à cultura e aos meios de comunicação social*. **[Objetivos estratégicos]** *democratizar a terra*, distribuindo-a de modo equitativo e substituindo o modelo agrícola baseado na hegemonia da agro-indústria por um modelo que assegure a hegemonia da agricultura familiar. *Assegurar emprego a todos*, mediante uma política de redução da jornada de trabalho e de gradual incorporação de progresso técnico, combinando tecnologias modernas com tecnologias já adquiridas. Garantir a todos os brasileiros *moradia digna*, provida de serviços urbanos básicos, mediante uma reforma urbana que elimine a especulação imobiliária, reestruture a indústria da construção civil e tribute equitativamente a apropriação do solo. *Eliminar o analfabetismo*, garantindo a cada jovem a possibilidade de freqüentar pelo menos oito anos de escola da melhor qualidade, assegurando a todos a possibilidade de aprimorar continuamente sua educação” (*idem*, p. 6-7, grifos nossos).

O MST, portanto, procura resguardar os interesses das classes subalternas do campo, porém, simultaneamente, amplia seu projeto de forma a incorporar os interesses das classes populares como um todo. Difunde sua visão de mundo procurando torná-la

consensual entre os demais grupos sociais. A difusão por toda área social de sua visão de mundo e a busca de aceitação desta pelos demais grupos tem como objetivo a construção da hegemonia do grupo social que representa. A organização política sem-terra adquire a “forma partido” porquanto busca equilíbrio e arbitragem entre os interesses do grupo social representado e os outros grupos, isto é, na medida em que busca o consentimento do grupo representado, a direção dos grupos aliados e muitas vezes também dos grupos inimigos. Elementos presentes no projeto popular do MST:

“O esforço para realizar essa construção política consiste basicamente em *articular os atores, verdadeiramente interessados na concretização dos objetivos estratégicos: terra, trabalho, moradia e educação*. Esses atores são: o operariado industrial do setor formal e informal, o campesinato, entendendo-se pela expressão: os sem-terra, o produtor familiar e o assalariado rural; os empregados de baixa renda do setor de serviços (balconistas, artesãos, pequenos funcionários públicos) e os excluídos das cidades e dos campos. É preciso amalgamar esses imensos contingentes sociais em um bloco político capaz de travar em conjunto uma luta decisiva contra as classes dominantes. Esse conjunto de forças sociais e políticas poderá chamar-se “*bloco popular*”. *Conduzir esse bloco através de uma luta prolongada a um confronto com o bloco das classes dominantes constitui a configuração concreta da luta de classes* na atual conjuntura da história brasileira. Para atingir o estágio e poder dar um confronto decisivo com as classes dominantes, o bloco popular precisará estabelecer, nas diversas conjunturas e vicissitudes da luta, *alianças com elementos situados dos patamares inferiores das próprias classes dominantes*. (...) A aliança com esses grupos não constitui portanto um objetivo eleitoral, imediatista, mas a encampação de lutas legítimas, que professores travam para melhores condições de ensino, que funcionários públicos realizam para defender a dignidade de sua função, que servidores das estatais levam a cabo para defender o patrimônio do povo, que pequenos lojistas assumem para manter suas pequenas empresas” (*idem*, p. 8, grifos nossos).

A confrontação entre as características fundamentais dos movimentos sociais e a configuração política do MST é o que nos leva a sustentar a novidade e a importância de sua organização política. Conforme procuraremos demonstrar neste trabalho, não se pode dizer que o MST deixou de ser um movimento social, também não é possível afirmar que seja um partido político *strictu sensu*. A peculiaridade do MST consiste em sua capacidade de incorporar características de partido no movimento social, o que não faz dele um partido político, mas que lhe imprime na estrutura organizativa uma “forma partido”².

A construção de uma organização política no interior do movimento de massas capacita o MST a transpor a transitoriedade e a luta setorial que caracteriza os movimentos

² A existência de elementos organizativos próprios dos partidos políticos presentes no movimento é reconhecida por Stedile: “*incorporamos no movimento a idéia da autonomia do partido, mas incorporando no movimento social princípios organizativos que os partidos tinham preservado ao longo da luta de classes. Então, a idéia da formação de quadros, de ter os nossos jornais, de ter as nossas escolas, a idéia de núcleo de base, tudo isso aprendemos da luta de classes em geral, ou seja, que os partidos eram os condutores – e nós incorporamos no movimento*” (STÉDILE, 2006, p. 165).

sociais de forma geral. Elemento central para que as classes subalternas encontrem veículo capaz de implantar suas demandas fundamentais na agenda política nacional e possam inserir-se na relação de forças sociais de forma organizada.

A análise da estrutura organizativa, bem como os processos políticos engendrados por ela, constituem o cerne de nosso interesse e serão tratados especificamente no terceiro e quarto capítulos. Apesar do ângulo privilegiado nesta pesquisa ser o funcionamento interno do MST, não podemos nos esquivar de uma análise das relações externas do movimento com seu entorno sócio-político e econômico. Por esta razão no primeiro capítulo nos dedicaremos a apresentar os aspectos fundamentais envolvidos no surgimento e difusão do MST por todo o Brasil. Nossa intenção consiste em analisar as relações complexas que o Movimento estabelece com seus interlocutores, os impactos das políticas de Estado sobre a estrutura organizativa, as reações do Movimento às investidas de seus opositores políticos, bem como os contornos que a conjuntura política atual tem imprimido na organização e na política do MST. Devido aos limites deste trabalho não será possível o desenvolvimento que a complexidade dos problemas envolvidos neste tema requer. Contudo, procuraremos indicar os processos essenciais por sua relevância e influência sobre as estruturas internas e sobre os rumos políticos do Movimento.

Uma importante questão de ordem teórico-política – o caráter de classe da base do MST e os limites historicamente observados da organização política das classes subalternas no campo – impede que nosso trabalho se restrinja aos temas expostos acima. A teoria marxista clássica está repleta de referências e de fortes argumentos que sublinham as dificuldades estruturais que se impõem à organização política camponesa. A agricultura familiar, constituindo unidades isoladas de produção, não permite a relação social necessária para a constituição da consciência de interesses de grupo econômico, isto é, não existe coesão social, o que representa um obstáculo para a constituição da “classe para si”³, devido à estrutura produtiva demasiado dispersa. Por este motivo, na análise marxista, às classes subalternas do campo cabe o papel de subordinação à direção do proletariado para a

³ Classe para si é usada aqui em contraposição a classe em si, isto é, os camponeses constituem uma classe na medida em que apresentam uma similitude de condições materiais e culturais de vida (classe em si), mas não elaboram uma consciência de classe (classe para si) (Cf. MARX, 2003).

efetividade do processo de transformação social ⁴. De fato, devido às condições a que o campesinato está submetido, a constituição de organização autônoma encontra significativa dificuldade, “dada a dispersão e o isolamento da população rural e a dificuldade de concentrá-la em sólidas organizações (...) pode-se dizer que é quase impossível criar partidos camponeses” (GRAMSCI, 2001, v. 5, p. 76).

Contudo, é possível afirmar que a base do MST seja camponesa? Ou pelo contrário, o aprofundamento do capitalismo no campo condicionou esses trabalhadores rurais ao semi-assalariamento e ao assalariamento puro, fazendo destes não menos que proletários rurais? Estas questões de ordem teórico-política e histórica – centrais para a compreensão do “fenômeno organizativo sem-terra” – devem ser abordadas no segundo capítulo de nosso trabalho.

Restam-nos ainda dois últimos esclarecimentos a fazer: o primeiro refere-se ao instrumental teórico que baliza nossa pesquisa e o segundo concerne aos procedimentos metodológicos. Mesmo o observador mais desatento perceberá que a matriz teórica sobre a qual se fundamenta nossa análise é o pensamento político de Antonio Gramsci. Advertimos, contudo, que não está no escopo deste trabalho escavar fundamentos gramscianos na organização política do MST, ou seja, não afirmamos que o MST busque no pensamento de Gramsci a teoria adequada para sua organização política. Distante disto, nosso real intento concentra-se em trabalhar com as categorias gramscianas para analisar a organização política sem-terra. A diferença pode parecer sutil à primeira vista, mas de fato não é. A compreensão apropriada deste aspecto faz grande diferença para o entendimento correto do enfoque desta pesquisa, que deve ser caracterizada como uma análise gramsciana da estrutura organizativa do MST.

⁴ “De todas as classes que hoje se opõem à burguesia, apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As demais classes vão-se arruinando (*verkommen*) e por fim desaparecem com a grande indústria; o proletariado é o seu produto mais autêntico. As camadas médias (*Mittelstände*), o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês, combatem a burguesia para salvar sua ruína (*Untergang*) sua própria existência como camadas médias. Não são, portanto revolucionárias, mas conservadoras. Mais ainda, são reacionárias, pois procuram fazer retroceder a roda da história. Quando se tornam revolucionárias, é em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; defendem então seus interesses futuros, não seus interesses presentes, abandonando seu próprio ponto de vista pelo do proletariado” (cf. MARX e ENGELS, 1989, p. 75-76) Ver ainda: “os operários devem romper com todos os partidos tradicionais da burguesia para estabelecer, em comum com os camponeses, seu próprio poder” (cf. TROTSKY, 1980, p. 46).

Esta opção se justifica pelo complexo de conceitos teóricos que se articulam internamente no pensamento político de Gramsci, provendo às categorias ao mesmo tempo dinâmica e sistemática, fundamentais para compreensão dos fenômenos sociais em seu intrincamento na relação com a totalidade do sistema. Este autor trabalha não apenas com a análise macroobjetiva das relações sociais – identificando de forma dialética o complexo encadeamento entre história, filosofia e política – mas trabalha também com microprocessos subjetivos referentes aos níveis de consciência (do senso comum ao bom senso) e à relação entre ideologia, religião popular e os processos envolvidos na formação de uma vontade coletiva, central para a organização política das classes subalternas. Fornece, portanto, rico instrumental de análise, capaz de auxiliar a pesquisa que não se proponha a cortar a realidade de forma a obter um quadro estático a ser dissecado. Ao contrário, o instrumental gramsciano possui ferramentas que possibilitam a apreensão dos fenômenos sociais em seu movimento no interior da multifacetada rede de relacionamentos que constitui o tecido social.

No que toca os procedimentos metodológicos, a pesquisa realizada utilizou primordialmente documentos internos do Movimento. Dentre a literatura produzida pelo MST, pode-se definir aquela orientada para a organização e formação interna (como os cadernos de formação, os documentos produzidos pela direção e as cartilhas) e aquela voltada para a “propaganda externa” ou agitação. Os documentos possuem um caráter mais reservado, pois somente a militância deve ter acesso a eles. São orientações específicas que visam a formação e a ação conjunta de todos os militantes para implantação das diretrizes políticas e das novas estruturas que são reformuladas continuamente. Isto inclui orientações acerca da disciplina, das tarefas individuais e coletivas, bem como dos desvios e das formas de coibi-los. O *Jornal Sem Terra* tem a função de informar sobre o andamento das atividades em todas as regiões e orientar a militância acerca das pautas políticas. Apesar de estar voltado para a militância, é também público, qualquer pessoa pode assiná-lo, portanto, funciona também como divulgação ampla das propostas do MST. Assim é a *Revista Sem Terra*, mas esta tem a propaganda externa como alvo central.

Para a consecução da pesquisa, principalmente no que concerne à atualização das informações contidas nas cartilhas, realizamos visitas à Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema (SP) e à Secretaria Nacional do MST em São Paulo, onde

conversamos com militantes e efetuamos entrevistas com lideranças das coordenações nacionais. Como material de apoio utilizamos pesquisas empíricas e entrevistas já realizadas por outros pesquisadores acerca do Movimento, bem como pesquisa bibliográfica.

O MST é um movimento de extraordinária extensão territorial e numérica, por esta razão qualquer pesquisa que se refira ao Movimento como um bloco unificado incorre em arbitrariedade. Falar em “objetivos do MST” demanda esclarecer de quem se fala: da base, da militância ou da direção? Existem diferentes entendimentos por parte dos membros e militantes do que seja o objetivo do Movimento. Trataremos aqui fundamentalmente da visão da direção sobre o que é o Movimento. Quando dissermos que são objetivos do MST, entenda-se, “são objetivos do MST de acordo com sua direção política”, que a rigor está concentrada na coordenação e na direção nacional.

Nossa hipótese central – a organização política do MST assume uma “forma partido” – deverá ser testada a partir das seguintes questões: 1. Tendo em vista que na obra de Gramsci, os partidos políticos são expressão política das classes sociais, na medida em que estes elaboram a visão de mundo que as compõe e sustenta, podemos entender que o MST assume funções de partido das classes subalternas do campo ao incorporar e elaborar a visão de mundo dessas classes? 2. O Movimento cumpre o papel educativo/formativo de elevação do senso comum ao bom senso? Quais são os limites e as possibilidades impostas pela estrutura organizativa do Movimento para a formação de seus militantes? 3. Levando em consideração que o processo democrático é importante para a presente discussão, perguntamos: em que medida podemos afirmar que dentro da organização existe de fato uma centralização democrática? Ou pelo contrário, apesar da estrutura descentralizada, ela se burocratiza, produzindo militantes dos quais não se pode dizer mais do que disciplinados e obedientes?

Pretende-se neste trabalho dirigir um olhar para a realidade empírica orientado pela teoria e ao mesmo tempo, um retorno desta realidade para os conceitos. Propomos desta forma, um exercício dialético com o objetivo não apenas de compreensão da realidade que nos cerca, mas de reflexão teórica acerca da mesma e dos novos desafios que ela nos apresenta. Os panoramas políticos de nosso tempo e nossa realidade latino-americana possuem especificidades sobre as quais os clássicos não puderam se debruçar, essa tarefa,

portanto, cabe aos contemporâneos, é uma necessidade permanente de reflexão, atualização e prática. Sem nos alongarmos mais, passemos a esta tarefa analítica.

I. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES RURAIS

O tratamento de nosso tema central – a forma política do MST – requer uma digressão sobre os mais significativos eventos que marcaram a organização política dos trabalhadores rurais no Brasil. Isto se faz necessário porque a presente estrutura organizativa dos sem-terra pode ser considerada a forma atual – mas não acabada – de um longo processo de construção e adaptação aos diferentes cenários políticos e econômicos em mais de duas décadas de existência do Movimento.

Analisar o desenvolvimento da organização política dos trabalhadores sem terra implica em refletir sobre as profundas transformações no modo de vida destes trabalhadores – aliadas aos fatores políticos específicos do Brasil das décadas de 1970 e 1980 – que tornaram possível a constituição deste movimento que hoje é a mais expressiva organização de trabalhadores rurais no Brasil.

Para isto traçaremos um panorama histórico da trajetória política do MST até assumir a presente forma de organização, o que implica também em esclarecer quais são seus aliados e inimigos políticos, bem como qual sua relação com a história do país. Utilizamos tal método de exposição por entender que a análise de uma organização política, tal qual de um partido, deve incluir a história do grupo social ao qual representa. Deve ser também um esforço para conhecer os outros grupos com os quais se relaciona no cenário nacional, isto é, seus aliados, inimigos políticos e afins, o que implica também em escrever a história geral de um país (Cf. GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 87).

Nossa intenção, portanto, não é constituir a mera narração de vida interna da organização política do MST, mas demonstrar sua vinculação com a luta econômica e política das classes subalternas, esclarecendo assim que esta estrutura organizativa não é estática. Sua dinâmica acompanha a necessidade de adequação às funções que se propõe, e em maior ou menor medida, serve ao grupo social ao qual representa na construção de sua hegemonia.

1.1. Antecedentes e condicionantes: a pré-história do MST.

O Brasil possui uma significativa história de mobilizações no campo, destacamos Canudos e Contestado⁵ apenas para citar dois dos mais conhecidos conflitos de origem camponesa. Os dois movimentos, embora tivessem conteúdos fortemente religiosos, messiânicos, foram combatidos intensamente pelo Exército, essencialmente porque foram interpretados como tentativas de restauração monárquica. Não apenas isto, mas também porque em alguma medida representavam contestação ao poder local, mais especificamente, à política dos coronéis.

Até 1940 “o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa” (MARTINS, 1995, p. 67). Contudo, a partir da década de 1950 as mudanças na estrutura agrária brasileira se aceleraram, os conflitos se acirraram e surgiram novas forças de resistência no campo. Entre as forças que concorriam à época pela hegemonia na organização dos trabalhadores rurais destacavam-se: as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Igreja Católica. A disputa pela direção sindical rural se dava principalmente entre o PCB, a Igreja e a Ação Popular (AP)⁶, que empenhavam-se na fundação do maior número possível de sindicatos e federações oficiais no campo (cf. COLETTI, 2005, p. 63).

O PCB configura-se como importante força no campo na medida em que exercia hegemonia sobre a direção da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) fundada em 1954 (CUNHA, 2007, p. 81)⁷; possuía – ao lado da AP – forte influência na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)

⁵ A guerra de Canudos (1893 – 1897): ocorreu no sertão baiano, à margem do rio Vaza-Barris, onde Antonio Conselheiro fundou uma grande povoação de peregrinos denominada Belo Monte. Sua ênfase na busca por justiça diante da política dos coronéis foi interpretada como monarquista pelas autoridades. Em decorrência, os beatos e seu líder foram combatidos e praticamente exterminados pelo Exército no período de 1896 – 1897. A guerra do Contestado (1912-1916): a faixa de terra que ficou conhecida como Região do Contestado encontrava-se nos limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná e era disputa entre camponeses (agregados de fazendas, posseiros e fazendeiros) e o sindicato americano Farqher, a quem o governo havia incumbido de construir a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande. O estopim do conflito se dá quando o monge José Maria e seus seguidores advindos de Santa Catarina acampam no Paraná, no limite dos dois estados, ato interpretado em Curitiba-PR como invasão e a partir do qual se desenrolam os conflitos, culminando com o massacre dos camponeses pelo Exército (MARTINS, 1995, p. 52-56).

⁶ A Ação Popular (AP) surgiu de setores leigos da igreja no campo e assumiu posições radicais de apoio à luta dos trabalhadores rurais. Sua atuação se dava principalmente por meio do Movimento Educação de Base e pela criação de sindicatos de trabalhadores agrícolas (COLETTI, 2005, p. 63).

⁷ Segundo Cunha (2007, p. 81) a “linha programática da entidade propunha a reforma agrária como uma das reivindicações centrais e a proibição de todas as formas de exploração semifeudal, como a ‘meia, a ‘terça’ e outras formas de parceria”. Esta linha política harmoniza-se com o posicionamento pecebista no que se refere a sua luta antifeudal (cf. SANTOS, 1996a, p. 13). Para tratamento mais detido do assunto consultar CUNHA (2004).

(COLETTI, 2005, p. 66); além de sua atuação na fundação das Ligas Camponesas em 1945 (FERNANDES, 2000, p. 33).

A CONTAG foi constituída em 1963 a partir das Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs). Participaram da sua fundação vinte e seis federações com direito a voto: dez seguiam a orientação do PCB; oito eram orientadas pela AP; seis eram vinculadas aos grupos cristãos do Nordeste e duas colocavam-se como independentes (COLETTI, 2005, p. 66)⁸. Segundo Coletti, através de um acordo entre PCB e AP, o primeiro ficou com a presidência e a tesouraria da entidade, enquanto à segunda coube a secretaria (*idem*). O autor sublinha que, no processo de constituição da CONTAG, houve uma composição de forças que excluiu as Ligas camponesas, àquela altura “completamente isoladas no cenário político das lutas no campo” (*idem*). Devemos retroceder ao início da organização das Ligas para melhor compreender o processo.

A formação das Ligas camponesas inicia-se em 1945 a partir da organização política de pequenos proprietários, parceiros, posseiros e meeiros que resistiram à expulsão da terra e ao assalariamento puro. Foram criadas em quase todos os Estados com o apoio do Partido Comunista Brasileiro – PCB. Em 1947, contudo, o PCB foi declarado ilegal pelo governo Dutra e as ligas passaram a ser perseguidas. Seu ressurgimento se dará em 1954 no município de vitória de Santo Antão em Pernambuco, no Engenho da Galiléia, onde foi criada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco que ficou mais conhecida como Liga Camponesa da Galiléia. Sua formação foi engendrada pela reação dos foreiros⁹ ao aumento da exploração e tentativa de expulsão pelo dono do engenho, buscando o apoio do advogado e deputado Francisco Julião do PCB (FERNANDES, 2000, p. 33).

⁸ Em suas memórias sobre as mobilizações camponesas no Brasil, Lyndolfo Silva, membro ativo do PCB na fundação da CONTAG, apresenta uma variação no número de federações que participaram do evento em relação aos dados apresentados por Coletti. Contudo, mantivemos os números de Coletti porquanto Silva não apresenta estes números com absoluta segurança, uma vez que são relatados a partir de sua memória. Entendemos, entretanto, ser importante sublinhar aquilo que consideramos fundamental, isto é, a relação de forças no interior da Contag: “Parece que eram nove federações da AP e uma a menos ou duas a menos dessa Igreja [católica]. E nós tínhamos vinte e uma. Quer dizer, foi esse povo, esse povo ligado à igreja que foi para lá, foi falar conosco, com os comunistas; mas não dava, a soma deles não dava para nos vencer. Resultado, a nossa posição não foi de excluí-los dali, mas eles não queriam de jeito nenhum uma composição com os comunistas. Bom, levamos a noite inteira conversando e no último encontro com a AP, que nós aceitávamos mais uma vez a participação deles na diretoria da Contag, e eles [a Igreja] não aceitaram (...). A AP topou (...)” (SILVA, *apud* CUNHA, 2004, p. 102).

⁹ Trabalhadores rurais que pagavam renda da terra em forma de aluguel anual (*foro*) ao proprietário da fazenda (FERNANDES, 2000, p. 33).

Francisco Julião, após sua visita a Cuba em 1960, passou a conceber a revolução no Brasil como uma revolução de caráter socialista (RICCI, 1999, p. 68), demarcando a contradição entre trabalho e capital como a principal questão a ser resolvida (DIAS, 1996, p. 95), opondo-se desta maneira à idéia da necessidade de uma etapa democrático-burguesa para a consecução da revolução brasileira. Esta posição contrastava com a orientação política do PCB e tornava-se elemento de conflito entre o partido e as Ligas¹⁰. No interior do PCB, nesta época, se processava um intenso debate acerca do caráter da revolução brasileira (cf. SANTOS, 1996)¹¹. A orientação efetiva do partido – ainda que não consensual – definia-se pelo deslocamento da aliança privilegiada operário-camponesa para a construção da frente única democrática que incluía a burguesia nacional, o proletariado, os assalariados rurais, semi-assalariados e camponeses, além das classes médias urbanas, “agora valorizadas pelo PCB como ‘aliado fundamental’, em pé de igualdade com os camponeses” (SANTOS, 1999, s/n). Esta opção se consolidou na medida em que o partido considerou como fundamental a “democratização progressiva da sociedade”, num processo que consistiria em “reforma da sociedade brasileira em substituição da mentalidade revolucionarista” (SANTOS, 1999a, s/n). Segundo Santos,

“Em lugar da centralidade operário-camponesa, esse ‘marxismo brasileiro’ vai conceder toda a importância ao tema da relação convergente entre a democratização social e a democracia política, no campo da política, importando esta alteração metodológica num outro tipo de colocação do problema camponês, o qual já não seria mais considerado a ‘questão central da revolução’” (*idem*).

Para Julião, entretanto, a frente única democrática, antiimperialista e antifeudal não seria o caminho mais acertado na medida em que a reforma agrária defendida pelos setores

¹⁰ Fragmon Borges, um dos autores pecebistas inseridos nos debates acerca da questão agrária (cf. SANTOS, 1996), apesar de reconhecer a importância da liderança de Francisco Julião nos primeiros passos do movimento no Nordeste entre 1952 e 1959, considera que “a partir de 1960, principalmente em consequência de uma avaliação falsa do nível de consciência das massas camponesas e de sua organização, e de uma apreciação incorreta da experiência da Revolução Cubana, o deputado Francisco Julião passou a adotar posições que o levariam, num processo, a se isolar do movimento camponês e a perder a sua liderança efetiva. Essas posições tinham e têm um conteúdo profundamente sectário, esquerdista” (BORGES, 1996, p. 113).

¹¹ Uma mostra da controvérsia interna do PCB pode ser vislumbrada pelas posições divergentes acerca do programa expressas nos textos apresentados para o IV e o V Congressos do PCB em 1954 e 1960 respectivamente (cf. SANTOS, 1996). Enquanto Oto Santos insistia na aliança operário-camponesa como base da frente democrática de libertação nacional (SANTOS, 1996, p. 46) e Nestor Vera criticava a revolução democrático-burguesa uma vez que em sua avaliação a influência da burguesia sobre o partido seria prejudicial (VERA, 1996, p. 57), Alberto Passos Guimarães defendia “transformações progressistas de caráter burguês”, defendendo inclusive a possibilidade de transformações sociais por via pacífica (GUIMARÃES, 1996, p. 83). Diz este último: “Indubitavelmente, as transformações burguesas de conteúdo revolucionário obtidas por meios não violentos, constituem uma, entre outras, das comprovações práticas da tese da possibilidade real de um caminho pacífico para a revolução brasileira” (*idem*).

da burguesia coincidia com aquela recomendada “pelo imperialismo” porquanto previa a desapropriação somente “mediante a prévia e justa indenização em dinheiro” (JULIÃO, 1962, p. 66). Em termos políticos – diz o dirigente das Ligas – este tipo de reforma agrária significaria a ausência de contradições, “essencial entre essa alta burguesia e o latifúndio”. Por este motivo Julião entendia ser muito difícil incluir a reforma agrária na política de frente única democrática. Conclui o deputado: “descartando-nos desses elementos, nosso programa passa a ser mais radical, no interesse das classes trabalhadoras” (*idem*).

Neste contexto, as profundas divergências em torno da revolução socialista almejada pelas Ligas Camponesas – consideradas sectárias e ultra-esquerdistas pelo PCB¹² e diametralmente opostas à orientação da Igreja Católica, que nos anos de 1950 e início dos anos 1960 era fortemente marcada por posições conservadoras (conforme veremos adiante) – nos fornecem importantes indicações dos motivos pelos quais o movimento liderado por Francisco Julião caiu no isolamento político em relação aos demais movimentos no campo.

A perda da “centralidade operário-camponesa” na política do PCB (e a conseqüente diminuição da presença do partido no campo)¹³ somada ao isolamento e enfraquecimento das Ligas tornou possível à Igreja e aos sindicatos consolidarem sua presença na organização dos trabalhadores rurais. Nota-se, entretanto, que a Igreja Católica se insere na questão agrária de forma extremamente reacionária. A primeira pastoral sobre a situação no campo, criada em 1950 em Campanha (MG), nasceu numa reunião de fazendeiros, padres e professores rurais. Sua principal motivação era a possibilidade da igreja perder os trabalhadores rurais como tinha perdido os operários para os demais movimentos sociais e partidos políticos. “A questão era desproletarizar os operários do campo, evitar o êxodo que levava os trabalhadores para a cidade e os tornava vulneráveis à agitação e ao aliciamento dos comunistas” (MARTINS, 1995, p. 88).

Contudo, a instalação da Ditadura Militar e o acirramento da violência no campo forçaram um posicionamento mais contestatório da Igreja. Paralelamente, nas décadas de 1960 e 1970, a Igreja Católica promove importantes discussões acerca de seu papel social.

¹² Esta avaliação é sustentada por DIAS (1996, p. 98) e BORGES (1996, p. 113). Segundo SANTOS (1996, p. 17, 1n) a posição deste último reflete a ótica pecebista.

¹³ Cunha (2007, p. 38) sublinha que o equívoco maior na teoria revolucionária do PCB foi a generalização do contexto revolucionário russo do começo do século XX e da III Internacional Comunista para a realidade brasileira, redundando na política orientada pela “revolução democrático-burguesa e antifeudal”. Para Del Roio (*apud* CUNHA, 2007) esta política se “refletiu decisivamente na inviabilização de uma alternativa nacional-popular”.

O Concílio Vaticano II (1961) e as Conferências Episcopais de Medellín, Colômbia (1968) e Puebla, México (1979) lançaram as bases do que viria a constituir a Teologia da Libertação (CATÃO, 1985, 37-56). Os adeptos desta corrente teológica, a despeito de constituírem uma minoria, assumiram publicamente a posição política de denúncia e de contestação social, dando um rumo diferente daquele que vinha sendo adotado até então para a atuação da Igreja entre a população mais pobre na América Latina.

Os governos militares que se instalaram a partir de 1964 contribuíram para o alargamento da desigualdade social e da violência no campo na medida em que favoreceram o aprofundamento da concentração de terras no Brasil. Sua política agrária, calcada na grande empresa capitalista, lançava mão de manobras legais¹⁴ em benefício do agronegócio. Na medida em que o Estado incentiva a migração de trabalhadores para a Amazônia e, ao mesmo tempo, estimula por meios fiscais e creditícios da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) a implantação de grandes e médios projetos agropecuários, a sociedade camponesa preexistente na região entra em crise. Vítima de todo tipo de violência por parte dos novos donos da terra, os produtores rurais que viviam ali há anos como posseiros, passam a engrossar a massa dos sem-terra. “O que está em curso, nesses casos, é a expansão, paulatina ou rápida, da empresa capitalista no campo, da qual o grileiro é a vanguarda e o posseiro a vítima” (IANNI, 1979, p.146)¹⁵.

A legislação no Brasil historicamente mostra-se como um dispositivo a serviço dos grupos dominantes em detrimento do conjunto da sociedade. A Lei de Terras (1850)¹⁶, a rigor, regulamentava a propriedade privada da terra, opondo-se, portanto, à forma legítima

¹⁴ Um bom exemplo é o projeto de colonização da Amazônia. Os governos militares procuravam incentivar a migração de trabalhadores sem-terra para aquela região no intuito de diminuir as tensões no campo e prover força de trabalho para a exploração de recursos naturais para grandes grupos nacionais e internacionais ali instalados. Para isso, ofereciam isenções fiscais para agroindústrias que optassem por instalar-se na região. Grandes empresas foram beneficiadas ao mesmo tempo em que se postergava a reforma agrária (FERNANDES, 1996, p.32-38).

¹⁵ No caso da Amazônia, o Estado incentivava a colonização nas décadas de 1960 e 1970. Para a regularização da posse das terras devolutas bastava que, após a ocupação e constituição do sítio, o colono fizesse uma solicitação de título de posse, que mais tarde seria confirmada como título de propriedade. Contudo, ainda que o mecanismo fosse simples, era inacessível aos posseiros na medida em que a maioria era analfabeta e sem recursos. Estes se limitavam a fazer a terra produzir sem título de propriedade. Com o desenvolvimento da Amazônia financiado pelo Estado, as grandes empresas que desejavam instalar-se na região cumpriam o processo inverso, primeiro pediam o título de propriedade e depois ocupavam a terra, geralmente já ocupada pelos camponeses sem título, que então perdiam sua posse (IANNI, 1979, p.114).

¹⁶ Até 1850 o domínio da terra pertencia ao rei, que podia conceder sua posse transitória, por meio do regime de Sesmarias. A Lei de Terras impõe a transformação da posse em propriedade. A posse era uma maneira regular de ocupação da terra, contudo com a nova legislação deixa de sê-lo, tornando-se uma forma provisória (cf. MOURA, 1988, p.15).

de ocupação até então que era a posse. Esta foi a norma a partir da qual os posseiros foram expulsos de suas terras por supostos donos, que a adquiriam não apenas pela compra, mas na maioria dos casos mediante fraude. Neste sentido, Margarida Moura afirma:

“Se é verdade que a posse tende à propriedade, o modo de efetivá-la inclui, em maior ou menor grau, a invasão do que ainda é posse, não a sua compra. Desse modo, grandes proprietários ou simplesmente indivíduos poderosos que dispunham de cacife político para se tornarem tais, encampavam extensas terras livres, habitadas por indígenas e posseiros e até propriedades parcelares, habitadas por sitiantes desvalidos” (MOURA, 1988, p. 15).

Com o fim da escravidão e com a necessidade de mão-de-obra em larga escala, agora assalariada, a principal questão era substituir o trabalho escravo sem prejudicar a economia da grande fazenda. A solução encontrada foi a imigração de países que tivessem excesso de população. Esses imigrantes, contudo, não poderiam encontrar terras disponíveis para posse no Brasil, por esta razão a Lei de Terras transforma as terras devolutas em monopólio do Estado: “os camponeses não proprietários, os que chegassem depois da Lei de Terras ou aqueles que não tiveram suas posses legitimadas em 1850, sujeitaram-se, pois, (...) a trabalhar para grande fazenda, acumulando pecúlio, com o qual pudessem mais tarde comprar terras, até do próprio fazendeiro” (MARTINS, 1995, p. 42). Estas transformações no regime fundiário resultam no surgimento de um novo contingente de trabalhadores rurais, distinto dos posseiros e agregados. Trata-se de produtores rurais cada vez mais dependentes do mercado, de homens livres compradores de terras, “cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria” (*idem*, p. 43). Esta é a classe que está fortemente presente nos estados do Sul do país e que compõe a base do MST em seus primeiros anos de existência.

Por meio da Constituição de 1891 as terras devolutas são transferidas para os estados, ficando sob domínio das oligarquias regionais. Caberia então a cada estado estabelecer uma política de concessão de terras e assim, inicia-se o processo de “transferência maciça de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização interessadas na especulação imobiliária” processo que caracteriza principalmente os estados do Sul e do Sudeste (*idem*).

Da mesma forma, o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) foi um instrumento para manter a questão agrária sob o controle do poder estatal, de maneira que as tensões sociais pudessem ser abrandadas. Ao prever prioritariamente a reforma Agrária nas regiões de conflitos, o Estatuto faz uma “reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o

campesinato sempre e onde o problema de terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos” (*idem*, p. 96). Por um lado, o texto da lei representava um avanço na questão fundiária (mencionava um cadastro de todas as propriedades de terra no país e a permissão da desapropriação por interesse social sem indenização em dinheiro, mas em troca de títulos da dívida pública), incorporando reivindicações importantes dos movimentos sociais e dos grupos de esquerda do período anterior ao golpe. Por outro lado, a ditadura retirou a força política dos movimentos sociais para reivindicar o cumprimento da lei. Isto em parte pela própria repressão a que estavam sujeitos, mas também porque as oligarquias rurais possuíam maior poder de pressão para garantir que a reforma agrária não ocorresse. O resultado dessa política foi a elevação da concentração fundiária: num período de 15 anos (de 1970 a 1985) 48,4 milhões de hectares de terras públicas foram transformados em latifúndios, esta cifra representa quase duas vezes a área do Estado de São Paulo¹⁷.

O Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214/63) copiava o modelo do sindicalismo oficial urbano que exigia carta de reconhecimento de novos sindicatos assinada pelo ministro do trabalho e previdência social, criava a contribuição sindical, estabelecia como deveres do sindicato a colaboração com os poderes públicos e a manutenção dos serviços assistenciais para seus associados. Havia ainda regras formuladas pelo Estado para a administração dos sindicatos. Este Sistema sindical – que correspondia à concepção de sindicalismo de Estado – era constituído de sindicatos oficiais, federações, confederações, justiça do trabalho e ministério do trabalho, “cuja principal característica é a extrema dependência em relação ao Estado” (COLETTI, 2005, p. 61). À medida que o Estado impunha regras para a constituição legal dos sindicatos tornava-os não instâncias de representação dos trabalhadores, mas, sobretudo, agências burocráticas de fiscalização do cumprimento dos deveres trabalhistas. O poder central, desta forma, subtraía dos trabalhadores a possibilidade de resistência real às políticas estatais por meio da luta sindical. Segundo Coletti:

“[...] os sindicatos de trabalhadores agrícolas se converteriam não só de combate à expansão das Ligas Camponesas como também de controle das mobilizações no campo, nas mãos do governo. Não foi por outra razão que os militares não hesitavam em preservá-los, não obstante a vontade dos

¹⁷ Em 1991 temos 50.105 estabelecimentos com mais de 1000 hectares, que representam 1% do número total, abrangendo 43,9% da superfície agrícola do país, ou seja, 164.684.300 hectares. Os estabelecimentos de 100 a menos de 1000 hectares representam 9% do número total (518.618) e controlam uma área de 131.893.557 hectares (35%). Já os estabelecimentos com menos de 100 hectares, são 5.252.265 estabelecimentos, representam 90% do número total e ocupam 21,1% da superfície agrícola (Cf. FERNANDES, 1996, p. 41).

proprietários rurais que, guiados por interesses mais imediatos queriam vê-los destruídos. [...] Em suma *a primeira providência* do governo militar, relativamente ao sindicalismo rural, foi intervir nas direções sindicais, alijando-se daquelas lideranças sindicais progressistas não-convenientes ao regime” (COLETTI, 2005, p. 63-64, grifos do autor).

Essa longa história de reformas conservadoras capitaneadas pelo Estado – que sistematicamente excluiu os trabalhadores das decisões políticas – reflete a influência das classes dirigentes tradicionais sobre o aparelho político e repressivo estatal. Isto é, a burguesia chega ao poder no Brasil sem profundas rupturas – “sem o aparelho terrorista francês” (cf. GRAMSCI, 2001, v. 1, p. 426). Deste modo, as antigas classes dirigentes – às quais pertencem os grandes proprietários de terras – são rebaixadas de sua condição de dominantes à condição de “governativas”, mas não são eliminadas, “nem se tenta liquidá-las como conjunto orgânico: as classes tornam-se ‘castas’, com determinadas características culturais e psicológicas, não mais com funções econômicas predominantes” (*idem*).

A ausência de uma revolução burguesa capaz de suplantar as antigas classes no poder e conformar uma hegemonia autêntica possibilita a permanência de mecanismos tradicionais de poder. Estes se travestem de modernidade, conservando, contudo, o poder patrimonialista sobre o Estado, o que implica em reformas suficientes para a modernização capitalista, contudo, sem tocar profundamente nos interesses das classes “governativas”. Deste modo os grandes fazendeiros, ainda que no novo sistema deixassem de ser classes fundamentais, mantiveram sua influência sobre as políticas de Estado. Depreende-se disto que a revolução burguesa que coube ao Brasil foi uma “revolução encapuçada” (FERNANDES, 1975, p. 32), ou seja, uma revolução dentro da ordem.

Na medida em que a iniciativa das mudanças não se encontra nas mãos da população, ao contrário das revoluções ativas, é possível interpretar a modernização conservadora – tal qual acontece no Brasil – como uma revolução passiva, conceito originalmente cunhado por Vincenzo Cuoco e que Gramsci reconstrói. Conforme Bianchi (2006) o conceito de revolução passiva ganha amplitude no pensamento de Gramsci e passa a ser instrumento de interpretação de acontecimentos contemporâneos, de forma que a modernização do Estado através de uma série de reformas e guerras pode ser entendida como uma forma de evitar uma ruptura revolucionária.

Diferentemente do modelo clássico francês que se deu por meio da sublevação violenta das classes progressistas ao lado das forças populares, redundando na

transformação radical da ordem social num período relativamente curto de tempo – a revolução passiva ocorre de forma molecular e tutelada pelo Estado. Este é o protagonista do processo, ele dirige as classes que deveriam ser dirigentes – as diferentes frações da burguesia – transformando gradualmente a economia sem alterar de forma radical as estruturas de poder político, excluindo, portanto, as massas populares do processo e afastando qualquer possibilidade de rupturas violentas:

“Este fato é de máxima importância para o conceito de ‘revolução passiva’: isto é, que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o ‘dirigente’ do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática” (GRAMSCI, 2001, v. 5, p. 329).

Desta forma, o poder oligárquico no Brasil sustenta sua influência sobre Estado ao mesmo tempo em que as classes subalternas são excluídas da participação democrática, que a rigor, se restringe aos “membros das classes possuidoras que se qualifiquem econômica, social e politicamente para o exercício da dominação burguesa” (FERNANDES, 1975, p. 292). Dito de outra forma, a exclusão dos movimentos sociais e organizações populares da participação democrática equivale a uma “forte associação racional entre o desenvolvimento capitalista e a autocracia das elites” (*idem*) de forma que no Brasil “é quase impraticável usar o espaço político, assegurado pela ordem legal, para fazer explodir as contradições de classe” (*idem*, p. 296). Sob este ponto de vista compreende-se porque as ocupações de terra foram a via de acesso mais adequada para que a voz das classes subalternas pudesse se fazer ouvir.

As ocupações de terra tornaram-se um método extraparlamentar bastante eficaz porquanto tornou visíveis as demandas das classes excluídas do debate público no Brasil. Frente à crise dos anos 1980, que já despontava no final da década de 1970, com inflação galopante, estrangulamento do mercado interno e dívida externa em ascensão, o mercado de trabalho na cidade e no campo não se mostrava promissor. Fechava-se, portanto, a possibilidade de um contingente cada vez maior de trabalhadores ser absorvido pela via empregatícia. Os trabalhadores sem-terra – antigos posseiros, arrendatários, meeiros, parceiros e pequenos proprietários rurais que perderam suas terras em função da aplicação

da Lei de Terras, da apropriação dos grileiros¹⁸ e da implantação da agricultura com características capitalistas, principalmente em função da mecanização das lavouras – passaram a fazer parte de uma massa de trabalhadores pauperizados e com expectativas restritas de subsistência. A concentração destes trabalhadores foi condição necessária, mas não suficiente para que estes sujeitos integrassem uma organização política capaz de dar voz e visibilidade ao problema fundiário no Brasil.

A concentração fundiária e a constituição da empresa agrícola, apoiadas pelo aparato jurídico e militar do Estado, expulsaram os lavradores de suas unidades produtivas isoladas, rompendo de forma violenta com sua auto-suficiência e submetendo-os a um processo de proletarização. Este processo alterou de forma significativa o universo sócio-cultural camponês. Contudo, a organização política destes trabalhadores não foi espontânea. Ela encontrou condição suficiente para concretizar-se por meio das pastorais e dos sindicatos rurais, forças políticas capazes de direção necessária para dar coesão às reivindicações sem-terra¹⁹.

As alterações estruturais no campo, que representam um profundo trauma nas formas de vida e de socialização camponesa, metamorfoseiam a fazenda numa empresa capitalista e o camponês num assalariado ou semi-assalariado. O universo simbólico e material camponês gradualmente desagrega-se. Esvai-se a auto-suficiência e o isolamento da produção de subsistência, fundamento da esterilidade política camponesa e elemento essencial que torna cada grupo familiar camponês uma unidade homóloga sem ligação orgânica com a classe (MARX, 2003, p. 38). A interação social necessária para permitir a organização política no campo decorre do próprio drama de uma classe em agonia, isto é, da proletarização do camponês. Este processo foi elemento essencial para que grupos

¹⁸ “São diversas, intrincadas e, em geral, eficazes as técnicas de grilagem. Os recursos são variados, desde a simples alteração de números nos títulos ou sua completa falsificação, até complicadas manobras articuladas por advogados inescrupulosos. Um grileiro poderia mandar fabricar um título e apresentá-lo às autoridades pedindo a regularização fundiária, alegando tê-la adquirido de boa fé” (IANNI, 1979, p.169).

¹⁹ Peschanski (2007) chama a atenção de maneira apropriada para certo determinismo encontrado nas análises que tratam do surgimento do MST como resultado direto da modernização conservadora e da expropriação. O autor sublinha que estas transformações estruturais foram importantes, mas não são suficientes como explicação para a organização dos trabalhadores sem-terra. Segundo Peschanski o ambiente de incerteza em que viviam os colonos, aliado à memória das mobilizações anteriormente vividas no campo e a oportunidade oferecida por uma rede de relações e informações favorecidas, sobretudo, pelo trabalho dos setores progressistas da Igreja criaram condições para o surgimento do MST (PESCHANSKI, 2007, p. 24-27). O conceito de incerteza “*traduz a situação em que certas interpretações da vida em sociedade e tradições que inibem protestos deixam de ser seguidas – começam haver questionamentos em relação às instituições e às pessoas que as impõem*” (PESCHANSKI, 2007, p. 24).

dirigentes encontrassem aceitação e pudessem atuar ideologicamente na organização destes sujeitos em transição.

Em suma, a proletarianização dos camponeses e a conseqüente desagregação das formas de vida baseadas no isolamento da economia familiar de subsistência – engendradas pelas transformações estruturais no campo – encontram na formação e direção política dos mediadores religiosos as condições necessárias para organização dos trabalhadores rurais, tornando possível a reação contra a expropriação e a reivindicação de transformações políticas e econômicas adequadas às classes subalternas. Contudo, conforme veremos, as relações de forças sociais – desfavoráveis a estas classes – não permitiram até os dias atuais nem mesmo reformas significativas.

O trabalho organizativo, principalmente aquele desenvolvido pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)²⁰, é fundamental para compreender como se dá a formação da consciência dos interesses econômicos comuns ao grupo econômico, isto é, para entender a transição da mentalidade permeada pelo isolamento e autonomia camponesa para a percepção do caráter social da luta pela satisfação de necessidades coletivas dos trabalhadores separados dos meios de produção.

As CEBs desempenharam um importante papel na organização dos movimentos populares no campo, por se tornarem espaços de reflexão e organização das massas, trabalhando ativamente nos anos finais da ditadura militar²¹. No final da década de 1970 e início de 1980, intensificam-se as ocupações de terra pelo país, surgindo inúmeros

²⁰ As CEBs são comunidades que se organizaram em torno das paróquias (urbanas) ou das capelas (rurais), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. Seu caráter popular é atribuído pela participação massiva de leigos, os quais fazem o trabalho com a comunidade através de visitas, organização de reuniões e participação nas celebrações. Segundo Frei Betto, as comunidades são chamadas “de base” justamente por estarem integradas às classes populares, compreendendo donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares (Cf. BETTO, 1981, p.16).

²¹ “A mudança social não foi explicitamente o primeiro objetivo dos clérigos que desenvolveram a idéia das comunidades de base. Antes de tudo, eram uma inovação pastoral, um meio de revitalizar a Igreja, apesar da escassez de padres, em face do proselitismo vigoroso dos protestantes pentecostais. Elas se tornaram veículos da mudança social por três motivos: (1) desenvolveram-se num período em que a Igreja começava a dar ouvidos a problemas sociais, em parte como conseqüência do movimento da Ação Católica, que teve influência no Brasil dos anos cinquenta e início dos sessenta, e em parte como uma reação defensiva à força crescente de grupos socialistas; (2) deram ênfase à iniciativa laica, e como a maior parte dos leigos no Brasil é gente pobre, isso abriria um espaço para que os pobres desenvolvessem e expressassem seus pontos de vista; (3) o modelo de dinâmica de grupo usado nas CEBs foi o método de conscientização desenvolvido no Movimento de Educação de Base, entidade ligada à Igreja que dava destaque a uma análise crítica da realidade social” (ADRIANCE, 1996, p. 178).

movimentos sociais no campo, com diferentes denominações, cuja maioria contava com o apoio da Igreja Católica:

“Nos dois primeiros anos da década de oitenta, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) registra 1.363 conflitos de terra. A maior parte das lutas iniciadas pelos movimentos sociais conta com o apoio da Igreja Católica e de alguns partidos de oposição que começavam a ser legalizados, assim como do novo sindicalismo em ascensão” (FERNANDES, 1996, p. 56).

Após 1964, quando se inicia a Ditadura Militar e os movimentos sociais são duramente reprimidos, as CEBs são preservadas, visto que para os generais estas pareciam inofensivos grupos de estudo bíblico. Tornam-se desta forma um dos poucos espaços de discussão política existentes durante os anos mais fechados do regime militar. As comunidades de base, portanto, cumprem o papel de fomentadoras do debate político durante a ditadura. Já nos anos 1980, na iminência da abertura política e com a expectativa de eleições, são iniciados os debates políticos partidários. O IV Encontro Intereclesial das CEBs, em abril de 1981 gerou uma grande expectativa por parte da mídia a respeito do apoio das comunidades de base aos partidos, mostra de sua importância política. Porém, o debate político partidário ainda era um ponto que deveria receber atenção especial, pois a maioria dos membros das CEBs não se sentiam suficientemente esclarecidos sobre o assunto (cf. SOUZA, 1981, p. 709). Em decorrência disto, as plenárias do encontro foram usadas para que os delegados das bases pudessem manifestar suas opiniões e experiências. O trabalho das comunidades, portanto, já antecipava a democratização do debate político, à medida que dava voz aos grupos leigos, principalmente em áreas rurais, e este é o principal elo histórico entre as CEBs e o MST.

Depreende-se disto que as CEBs foram um pólo central de organização política, pois no período entre 1960 e 1980 gozou de relativa liberdade para organização de movimentos sociais e para educação política, desempenhando papel fundamental na formação de quadros que posteriormente se integrariam aos partidos políticos, sindicatos e demais organizações da sociedade civil no cenário nacional. Seu papel foi fundamental na organização dos movimentos no campo, pois nas áreas rurais havia dificuldades da visita por parte dos padres em virtude das distâncias, que eram maiores, por isso os leigos desempenhavam um papel relevante, assumindo postos de liderança.

A maior influência das CEBs no campo pode ser observada a partir da abertura política, quando, nas áreas urbanas prosperaram movimentos populares, diminuindo o

tempo de dedicação dos militantes a serviço nas Comunidades Eclesiais. No campo, os movimentos sociais não-religiosos tiveram menor penetração e em consequência, as CEBs permaneceram como principal veículo da militância.

A alteração da concepção religiosa conformista deste extrato progressista (e minoritário) da igreja é elemento político importante para compreensão da sua tarefa educativa entre os lavradores, que assumem uma atitude de rompimento com a passividade e passam à confrontação do sistema predominante de posse da terra. As atividades da CEBs estavam claramente voltadas para a formação política dos seus membros. No IV Encontro Intereclesial, um dos pontos debatidos importantes foi a participação política. Nas palavras de um dos participantes do encontro:

“Um dos pontos que recebeu bastante atenção foi a nossa participação política, pois achamos que a política é o que mais influi da gente. Tentamos clarear as nossas idéias nesse ponto da política. A política é a grande arma que temos para construir uma sociedade justa do jeito que Deus quer” (SOUZA, 1981, p. 709).

A Teologia da Libertação, operante nas CEBs contribuiu em grande medida para apresentar a política enquanto espaço de ação da fé, ou dito de outra forma, as CEBs pregam uma fé que deve se materializar através da ação política.

“A fé não é mais entendida apenas em sua dimensão transcendental, mas também em sua expressão categorial, sendo uma orientada para a outra. Tal é o modelo dialético de compreensão da fé cristã. Por isso o modelo mecânico e dogmático que entende a fé como regra ou princípio e a política como sua aplicação ou o que põe a fé como opção e a política como simples consequência, é insuficiente para dar conta da experiência da fé tal como a vivem as CEB's e segundo a qual a política é parte 'integrante' da fé” (BOFF, 1980, p. 598).

Assim, é possível identificar nas práticas, discursos e princípios das CEBs os elementos político-religiosos que vão constituir os princípios diretivos do MST, quais são: preocupação com a formação política (*idem*); a formação da consciência de classe (*idem*, p. 596) e a utopia socialista como parte constitutiva da Teologia da Libertação e seu referencial marxista (*idem*, p. 619). Em suma, as comunidades consistem em instituições educativas da sociedade civil, e como tal desempenharam papel importante na educação política no campo:

“Lá onde essas organizações (os sindicatos) não existem ainda, como no interior da floresta ou ao longo dos rios, as CEBs vêm a funcionar como instrumentos de luta variada. Têm então um caráter plurifuncional: podem servir para educação, esporte, luta pela terra, educação partidária, etc. Ou seja, realizam aquelas funções que normalmente são preenchidas por instituições apropriadas numa sociedade mais diversificada” (*idem*, p. 604).

A ação da Igreja, portanto, é um fator que, somado às demais condições políticas, sócio-culturais e econômicas, favorece a organização política dos trabalhadores rurais. É possível sintetizar as condições peculiares da história brasileira que concorreram para a formação do MST em três pontos principais: 1- as mudanças na estrutura agrária que “produzem” um contingente expropriado de trabalhadores sem perspectiva de permanência na cidade pela falta de empregos; 2- a ação política de setores progressistas da Igreja²², inspirados inicialmente pela exacerbação dos conflitos no campo, posteriormente amparados pela Teologia da Libertação e por fim: 3- a abertura política após o período de ditadura militar, que possibilita a reorganização dos movimentos sociais²³ até então mantidos sob repressão.

1.2. Da constituição do movimento de massas até a organização de quadros

A formação oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra acontece em seu 1º Encontro Nacional, em Janeiro de 1984, em Cascavel (PR), entretanto a constituição do MST pode ser datada a partir de sua primeira ocupação em setembro de 1979, quando 110 famílias ocupam a gleba Macali, em Ronda Alta (RS), lideradas pelo Padre Arnildo Fritzen, ligado à CPT (FERNANDES, 2000, p. 52).

O primeiro período da vida do Movimento que compreende sua formação até o primeiro congresso em 1985 é marcado pela mediação dos agentes pastorais e conta com uma proto-estrutura organizativa, ou seja, uma estrutura em construção²⁴. A ligação com as

²² É importante ressaltar que não apenas setores progressistas da igreja católica, mas também das igrejas protestantes estavam envolvidos na militância nas áreas rurais, e eram também expoentes da Teologia da Libertação. A igreja Luterana desempenhou papel significativo na organização do MST em seus primórdios. A CPT e a igreja Evangélica de Confissão Luterana empreenderam trabalhos de apoio e organização do movimento, além de coleta de alimentos nas paróquias, assessoria jurídica, mediação das negociações com o governo e desenvolvimento da mística do movimento.

²³ Peschanski (2007, p.65-66 e 78) chama a atenção para uma mudança no perfil destes movimentos em virtude da abertura política. Segundo o autor, os movimentos contestatórios, revolucionários, sofreram um refluxo após o período intenso de lutas proporcionado pela ditadura militar, dando lugar a movimentos que privilegiaram a luta pela democracia pelas vias institucionais.

²⁴ A forma de organização que vinha sendo construída se dava a partir dos estados, ou seja, em cada estado começaram a surgir os primeiros grupos ligados ao MST, que através dos encontros regionais e nacionais iam recebendo novos adeptos. Também por meio de viagens periódicas dos militantes do MST, da realização de encontros de formação, ou quando os sem-terra se mudavam definitivamente para outros estados, transmitiam seus conhecimentos e auxiliavam na organização local. Neste período a forma de organização do Movimento ia desde reuniões de base para formação de um grupo de famílias até as práticas de resistência desenvolvidas durante a luta, isto é, não havia ainda uma estrutura organizativa bem definida.

Comunidades de Base e com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) nesse momento inicial do MST influenciou a opção por ações de pressão com menor potencial de confrontação, através de negociação, tendo como interlocutores principais os governos estaduais. A negociação pelas vias institucionais, isto é, a reforma agrária na agenda do Estado é marca distintiva deste período, fato que se reflete no lema do Movimento: “Terra para quem nela trabalha” (cf. NAVARRO, 2002).

Neste período, diante da repressão direta pelos proprietários de terra por meio da atividade de capatazes e “pistoleiros” e do regime militar, as atividades do MST se dirigiam principalmente para a resolução de problemas concretos e mobilizações contra a ditadura militar e ocupações locais (MST, 1997, p. 2). Na ocasião, o MST definia-se ainda como uma “articulação de lavradores dentro do movimento sindical”, por este motivo, entre seus princípios figura o fortalecimento da participação dos trabalhadores nos sindicatos e nos partidos políticos (SOUZA, 2002, p. 195; COLETTI, 2005, p. 24).

Pode-se dizer que os primeiros anos de vida do Movimento até a sua constituição oficial foram marcados pela luta sindical, isto é, pela luta visando ganhos econômicos que atendessem as necessidades imediatas dos trabalhadores sem-terra. Podemos caracterizar esta primeira etapa, portanto, como momento econômico-corporativo. Neste estágio a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social está presente, mas ainda no campo meramente econômico:

“[Este] momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes” (GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 41).

No entanto, as diretrizes de atuação política definidas no 1º Encontro do MST em janeiro de 1984 e no 1º Congresso em Janeiro de 1985 deixam transparecer o avanço da politização pela qual o movimento vinha passando, embora as lutas estivessem ainda bastante comprometidas pela violência no campo. O primeiro objetivo continuava sendo a Reforma Agrária, contudo o reconhecimento de que o problema era muito mais abrangente e enraizado estava presente porquanto havia a consciência de que a luta pela terra incluía

também a luta por uma sociedade justa e fraterna, o que em última análise, significava a superação do modo de produção capitalista.

Os princípios de referência do MST em 1984 eram: “1. lutar pela reforma agrária; 2. lutar por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo; 3. integrar à categoria dos sem-terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários, etc.; 4. a terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver” (FERNANDES, 2000, p. 83, grifos nossos).

Em 1985 os objetivos apresentados são:

“Que a terra só esteja na mão de quem nela trabalha; *lutar por uma sociedade sem exploradores e explorados*; ser um movimento de massas, *autônomo*, dentro do movimento sindical, para conquistar a reforma agrária; organizar os trabalhadores rurais na base; *estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido*; dedicar-se à formação de lideranças e *construir uma direção política dos trabalhadores; articular-se com os trabalhadores da cidade e com os camponeses da América Latina*” (MST – Normas Gerais, 1989, *apud* SOUZA, 2002, p. 195, grifos nossos).

Nos anos posteriores a 1985 percebe-se um desenvolvimento político superior. Os documentos citados acima e o desempenho do Movimento – principalmente as alianças que procura estabelecer – deixam transparecer a transição do MST para um momento essencialmente político. Inicialmente atuando no interior do movimento sindical e assessorado por militantes de partidos políticos e agentes pastorais que tinham uma forte influência em sua direção política, o Movimento se torna autônomo institucionalmente na medida em que se distingue das demais entidades ao construir uma direção, organização e identidade próprias.

Pode-se perceber ainda uma ampliação de seu projeto político que passa da luta sindical pela reforma agrária para a construção de uma direção política que visa não apenas as demandas corporativas dos trabalhadores rurais, mas também os interesses dos trabalhadores da cidade e de toda a América Latina, conforme já expressa o documento acima citado: “dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; articular-se com os trabalhadores da cidade e com os camponeses da América Latina”.

Segundo Stédile, membro da Direção Nacional, o MST se diferencia dos outros movimentos que lutam por terra no Brasil justamente pelo fato de “abraçar uma bandeira e ultrapassar o corporativismo”, afirma ainda que “é preciso construir um projeto político nacional alternativo” que seja nacional e popular (STÉDILE, 1997, p. 7-8, 12). Ao fazer

isto, ele transcende o momento meramente econômico e passa a uma esfera superior, a esfera política, e esta propriedade de alargamento de reivindicações do grupo fundante da organização para os demais grupos sociais é justamente uma das características importantes de um partido político. Ao realizar essa passagem ético-política, portanto, o MST assume funções de partido político²⁵. Diz Gramsci:

“Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno da qual ferve a luta não no plano corporativo, mas no plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo fundamental sobre uma série de grupos subordinados” (GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 41, grifos nossos).

O MST supera o momento econômico-corporativo ao colocar-se no campo da luta de classes a partir da formulação de um projeto amplo, isto é, que se refere ao conjunto da sociedade. Para isto constrói alianças por meio da Via Campesina e da Consulta Popular, além das atividades que executa em articulação com o Movimento de Trabalhadores Sem Teto – MTST, auxiliando na organização das ocupações de prédios públicos.

A Via Campesina é uma articulação de organizações de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e de povos indígenas, que reúne mais de 100 milhões de membros da Ásia, África, América e Europa. No Brasil participam desta articulação: MST, CPT, Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Pastoral da Juventude Rural (PJR) (cf. CAMPOS, 2006, p.146). Note-se que, com exceção da CPT e da PJR, os demais movimentos contam com organização de menor porte em relação ao MST e suas ações têm sido executadas em conjunto com os sem-terras, de forma que somente os setores da Igreja poderiam disputar a direção política sobre os demais

²⁵ Gramsci indica que o partido não é definido apenas pela sua ação política em sentido estrito, mas também pela função que desempenha, assim pode-se falar não apenas em partido político em sentido restrito no pensamento de Gramsci, mas também em função de partido. Diz o texto gramsciano: *“Pode-se observar que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais, por necessidade de luta ou por alguma outra razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais assume o nome de partido e, inclusive, de partido independente. Por isso, muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou grupo de revistas) são também ‘partidos’, ‘frações de partido’ ou ‘funções de determinados partidos’”* (GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 349-350).

movimentos. Estes setores progressistas da igreja, contudo, passam atualmente por um momento de refluxo, a Teologia da Libertação perdeu sua combatividade na medida em que foi sistematicamente sufocada pela ala conservadora da igreja²⁶.

O Movimento Consulta Popular é um fórum formado principalmente por movimentos sociais, mas que também congrega individualmente elementos advindos de vários setores da sociedade, sobretudo pertencentes à esquerda. Desde 1995 vem articulando-se e em 1997 realizou a primeira conferência em Itaici (SP), promovida pelo MST para formalizá-lo como Movimento Consulta Popular (cf. MOVIMENTO CONSULTA POPULAR, 2005, p. 14; REVISTA SEM TERRA n.º 3, Jan./Fev./Mar./1998, p. 50). Segundo Adelar Pizeta, coordenador nacional do Setor de Formação do MST, o Consulta Popular tem um programa socialista e uma unidade política articulada. Existe ainda o Movimento Assembléia Popular, que possui um projeto popular-democrático mais amplo, dele fazem parte, além dos movimentos sociais, alguns grupos eclesiais. O MST é membro de ambos²⁷. Deve-se sublinhar também o grande poder de influência do MST – o movimento mais articulado que participou da criação da Consulta e da Assembléia Popular – principalmente por meio de Ademar Bogo, que tem se destacado como teórico do Movimento. Trataremos desta questão de forma mais detida no quarto capítulo.

Os anos posteriores à criação oficial do MST – 1985 e 1986 – são marcados pela radicalização das ações que adquirem um caráter mais combativo, fundamentado primordialmente nas ocupações de terra. De fato, aconteceram neste período vários episódios de enfrentamento com policiais ou jagunços dos grandes proprietários (NAVARRO, 2002, p. 203). É significativo notar que no período de 1985 a 1990 esta radicalização se expressa nos lemas do movimento, que passa de “Terra para quem nela

²⁶ Nos últimos anos os setores conservadores da Igreja vêm reagindo fortemente contra a corrente da libertação. Este movimento reacionário ganha força com o atual papa Bento XVI, inimigo histórico dos setores progressistas eclesiais. Em 1982 Leonardo Boff – um dos maiores expoentes e divulgador da Teologia da Libertação – publica “Igreja, Carisma e Poder” onde denuncia os abusos de poder da Igreja. Escreve Boff : “*É manifesta a centralização de poder decisório na Igreja, fruto de um longo processo histórico no qual se cristalizaram formas que talvez encontrassem validade ao longo do tempo de seu surgimento, mas que hoje provocam conflitos com a consciência do direito e da dignidade da pessoa humana que possuímos. (...) Os dirigentes são escolhidos por cooptação dentro do círculo restrito daqueles que detêm o poder eclesial, impostos às comunidades, marginalizando a imensa maioria dos leigos (...)*” (BOFF, 1982, p.61). Em 1984 o teólogo foi submetido a um processo pela ex-Inquisição em Roma. Em 1985 foi condenado a um ano de “silêncio obsequioso” e deposto de todas as suas funções (cf. <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boff/boff>). Quem lhe impôs a pena foi o cardeal Joseph Alois Ratzinger – atual Papa Bento XVI.

²⁷ Entrevista concedida na ENFF, fevereiro 2007

trabalha” para “Ocupar, resistir, produzir”²⁸. Dois fatores são importantes para compreender esta fase: 1) a oposição ao MST, que está mais organizada a partir de 1985 através da União Democrática Ruralista (UDR), articulando setores empresariais e políticos contrários a Reforma agrária; 2) a autonomia institucional que o Movimento alcança tanto em relação à igreja quanto aos sindicatos e partidos. A mudança nas relações entre MST e pastorais causa impacto sensível nas ações do Movimento na medida em que estas optavam, preferencialmente, por negociações pacíficas com os governos em suas diferentes instâncias municipais, estaduais e federais.

Nesta nova etapa de organização, o movimento é mais articulado e massivo, ocupam-se terras e órgãos públicos, além de utilização de táticas como greves de fome (MST, 1997, p. 2). Entre os anos de 1985 e 1990, o MST se consolida em vinte e três Estados da Federação, estabelecendo-se por todo o território nacional. O grande crescimento, ao mesmo tempo em que trouxe a consolidação do movimento, também se fez acompanhar por mudanças fundamentais em sua estrutura organizativa. O movimento deixa de ser apenas um movimento de massa para tornar-se também uma organização de quadros (NAVARRO, 2002, p. 204). Constitui-se uma liderança, que consiste na “organização dos sem-terra”, que difere, portanto das “famílias sem-terra” ou do Movimento Sem-Terra.

A “organização” compreende o conjunto de seu corpo dirigente principal e seus militantes intermediários diretamente ligados à organização, além do aparelho material constituído pelas secretarias que comportam os funcionários responsáveis pelo funcionamento burocrático. A preparação de quadros atende à necessidade de organização do movimento que havia tomado dimensões extraordinárias, tanto em termos numéricos, quanto em termos das funções que se propunha e da influência nos estados em que estava presente.

Outro fator importante nesta época foi a nova realidade dos assentamentos, que alcançam grande número, exigindo respostas quanto à organização da produção e dos produtores nestas áreas. A “conquista” de São Paulo também deve ser destacada, pois foi responsável pela consolidação do MST no Pontal do Paranapanema, enorme área agrária

²⁸ Em 1985 o lema era: “Sem Reforma Agrária não há democracia”; em 1986: “Ocupação é a única solução” e no período de 1988 a 1990 passa a ser “Ocupar, Resistir, Produzir” (MST, *idem*, p.2).

ideal para as táticas de luta do movimento por estar numa região de maior efervescência política e, conseqüentemente, com maior cobertura pela mídia e maior visibilidade.

Em decorrência de seu crescimento e presença em quase todos os estados, o MST obteve maior destaque na mídia, nos assuntos relativos à reforma agrária, tornando-se interlocutor obrigatório entre o governo e os assentamentos. Além disso, ocorrências trágicas que resultaram no assassinato de trabalhadores rurais em virtude da ação das forças policiais, como o episódio de Corumbiara, em Rondônia (agosto de 1995) e depois Eldorado dos Carajás, no Pará (abril de 1996), aumentaram a força política e a capacidade de pressão do MST sobre o governo federal.

A partir de 1990 o Movimento adota como prática sistemática “levar a luta pela terra para a cidade, através de jornadas nacionais conjuntas e a continuidade das ocupações de terras e órgãos públicos” (MST, 1997, p. 3). A principal forma de luta deste período eram as caminhadas, pois desta maneira o MST resguardava-se da forte repressão às ocupações, além de permitirem maior visibilidade e contato com a periferia das grandes cidades. Novas táticas de pressão foram adotadas pelo MST na medida em que a repressão aumentava, mostra disto é que a partir de maio de 2001 o número de ocupações começou a diminuir por causa da publicação da medida provisória 2001/2109-52, de 14 de maio de 2001, pelo governo Fernando Henrique Cardoso que previa a não desapropriação por dois anos de terras ocupadas e, no caso de reincidência, por quatro anos²⁹.

A articulação com os trabalhadores urbanos já constava das orientações presentes no I Congresso Nacional em 1985, conforme expusemos acima, contudo o caráter repressivo do governo de Collor – que aumentou a violência contra os movimentos populares e sindicais³⁰ – e a política restritiva de Fernando Henrique – que dificultava as desapropriações de terras ocupadas – fizeram com que o Movimento intensificasse as mobilizações urbanas. O Estado torna-se o principal opositor ao Movimento, através de ações policiais e do poder judiciário no período de 1990 a 2002.

²⁹ Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/MPV/Antigas_2001/2109-52.htm.

³⁰ “Em 1990, o governo do presidente Collor reprimiu violentamente as ocupações com prisões seletivas de lideranças. A Polícia Federal invadiu as diversas secretarias do MST em vários estados e prendeu muitos membros do MST. Essa ação causou refluxo do MST e diminuiu o número de ocupações de terra. [Com a destituição de Collor] o número de famílias voltou a crescer” (FERNANDES, *idem*, p. 48).

Este período foi crucial para a expansão da organização política do Movimento. Primeiramente porque com a repressão, principalmente sob o governo Collor, o movimento volta-se para sua estrutura interna, buscando maior coesão entre base e liderança para enfrentar a repressão³¹. Nesta fase, a “percepção das lideranças do risco de infiltrações e a necessidade de manter a coesão organizacional os leva a adotar uma direção centralizada e com pouca abertura” (PESCHANSKI, 2007, p. 105).

O III Congresso Nacional do MST em Julho de 1995 modifica novamente sua máxima política, que passa para “Reforma agrária: uma luta de todos” (que também aponta para uma ampliação das lutas para além das demandas corporativas). Neste período se forma a segunda geração de militantes do movimento oriundos de todos os estados brasileiros, através das atividades de formação desempenhadas nas escolas que o MST havia instalado para recrutar jovens assentados, que recebem formação política e alguns cursos profissionalizantes.

Reafirmando a tendência de alcançar os trabalhadores da cidade, a marcha nacional organizada em abril de 1996 estabelece como lema “Marcha Nacional pela Reforma Agrária e pelo Emprego”, demonstrando claramente a disposição de unificar lutas e estender a organização dos trabalhadores para as cidades³². De fato, neste período a base social do movimento é duplicada (MST, 1997, p. 4). O aumento da base do MST e a política orientada para as mobilizações urbanas devem ser entendidos à luz de seu contexto, principalmente a partir de 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Neste período a falência de milhares de pequenos produtores agrícolas e o aumento do desemprego rural e urbano são elementos que em seu conjunto geram uma nova massa de desempregados e de sujeitos em situação de precariedade econômica, passíveis de

³¹ “A cada momento que a conjuntura vai exigindo nossa atuação com mais qualidade, vamos aperfeiçoando nossa estrutura organizativa. Se neste momento estamos tratando a qualificação interna do movimento como uma de nossas tarefas principais é porque estamos tendo noção das dificuldades que iremos enfrentar para resistir às ofensivas do governo e da burguesia (...)” (CONCRAB, [1995], p. 4). A CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) é a instância superior do sistema cooperativista do MST (sobre este assunto consultar STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 95). Sobre a organização interna do MST sob o governo Collor consultar também STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 70.

³² Segundo o MST, “participaram da marcha cerca de 100 mil manifestantes, desses, a grande maioria não era sem-terra, mas estudantes, funcionários públicos, sindicalistas, trabalhadores urbanos, etc.” (COLETTI, 2005, p. 214). O *Jornal Folha de São Paulo* noticia a participação de 30 mil manifestantes dos quais apenas dois mil eram sem-terra. Cf. “MST lidera maior Protesto contra FHC”. FOLHA DE S. PAULO, 18/04/1997. *Apud: idem*.

mobilização pelo MST. Além destes fatores, a ausência de constrangimentos econômicos entre os sem-terras (como medo de demissão ou do desemprego a que estavam sujeitos os trabalhadores organizados em sindicatos) e a sua ideologia anticapitalista, permite ao Movimento resistir a hegemonia neoliberal (cf. COLETTI, 2005, p. VII). Estes fatores são de fundamental importância para compreender a expansão da base e da orientação política do MST, que busca tornar a sua luta, uma “luta de todos”.

Entretanto, as dificuldades enfrentadas pela pequena propriedade agrícola sob a economia neoliberal, e conseqüentemente, a inviabilidade da reforma agrária, para a qual a relação de forças na sociedade era profundamente desfavorável consistia num limite para a luta do Movimento, situação que perdura até o presente. Ao restringir os recursos destinados à viabilidade econômica dos assentamentos e, por outro lado, ao privilegiar a grande produção agropecuária de exportação, milhares de pequenos estabelecimentos agrícolas são levados à falência, impossibilitando desta forma a manutenção econômica dos assentamentos rurais. Coletti (2005, p. 275) sublinha que não existe no Brasil uma política de reforma agrária destinada aos setores agrícolas de pequeno porte, considerados não-dinâmicos pelo governo neoliberal, existem apenas políticas compensatórias como o PRONAF³³, que minimizam alguns efeitos da crise sem, contudo, tocar em suas causas.

O impasse da luta pela reforma agrária – que a rigor é uma luta setorial se não se fizer acompanhar por um projeto de transformações mais amplas – encontra-se justamente na sua dependência de políticas públicas e de concessões do Estado para viabilizar os assentamentos. A correlação de forças no Brasil nunca favoreceu a reforma agrária, ou seja, o embate entre as classes apresenta-se historicamente favorável à constituição da grande empresa agrícola de exportação, o que impede as discussões pelas vias políticas institucionais. Os sem-terras organizados, desta forma, estão em profunda desvantagem visto que são obrigados a lutar nos quadros da ordem capitalista vigente, pois neste cenário, as transformações mais profundas estão fora da ordem do dia (COLETTI, 2005, p. 276).

Para o MST a Reforma Agrária não acontecerá no interior da presente relação de forças, faz-se necessária a alteração de tal relação social. No limite, isto significa que sem profundas transformações de base econômica e social, a reforma agrária não acontecerá.

³³ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1995 pelo governo como linha de crédito e de custeio da produção familiar.

Por esta razão a ampliação das demandas corporativas, econômicas, para o campo das reivindicações políticas mais amplas, conjugando outros setores da população tem garantido o caráter permanente e não transitório do Movimento.

O MST se constrói como uma organização política de quadros na medida em que as funções que se propõe extrapolam a mera luta setorial. Projetar estruturas em longo prazo implica em incorporar interesses de outros estratos da sociedade – os desempregados urbanos, os pequenos agricultores, os atingidos por barragens, as mulheres do campo, os indígenas, os estudantes (com quem o MST se articula por meio do Movimento secundarista³⁴) – colocando a luta não apenas no plano econômico, mas num plano universal, procurando criar assim “a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados”. O lema “Reforma Agrária: uma luta de todos” é reflexo desta ampliação, pois a reforma agrária é vinculada a um processo maior de transformação social. O entendimento da coordenação nacional do MST é de que “hoje não tem mais espaço para luta pela reforma agrária, [a luta] tem que ter um caráter político. Ela faz parte de um processo de mudança de modelo social e uma forma de desenvolvimentismo”³⁵.

A reforma agrária, que inicialmente era uma reivindicação central, evidentemente não pode deixar de existir, pois o Movimento se fundamenta nesta bandeira, as conquistas econômicas são importantes para manter a vinculação com a base. Segundo os documentos do MST “as mobilizações sempre devem trazer ganhos materiais. Não basta alcançar vitórias políticas. Isto é importante para a organização e para os militantes. A massa precisa de conquistas econômicas para manter-se estimulada e continuar a luta” (MST, 1991, p. 15).

Contudo, a concepção de reforma agrária não se restringe mais ao ganho econômico como fim último da militância sem-terra, ela tornou-se um meio, como mais um mecanismo de todos os que são necessários para a socialização da riqueza:

“O Brasil é um país riquíssimo e nós precisamos encontrar um meio para socializarmos essa riqueza, para democratização do acesso à riqueza. A reforma agrária *é um dos mecanismos* de democratização do acesso à riqueza (...) o ponto central me parece que é exatamente isso: como, dentro desse projeto nacional, qual é o mecanismo que o povo precisa desenvolver ou as organizações políticas, para democratizar o acesso à riqueza”³⁶.

³⁴ Segundo Informação de Juvenal Strozake da coordenação nacional de direitos humanos do MST.

³⁵ Adelar Pizeta, coordenador nacional do setor de formação, entrevista concedida na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENEFF) em 16/02/2007.

³⁶ Juvenal Strozake, coordenador nacional do setor de direitos humanos, entrevista concedida na Secretaria Nacional do MST em 18/04/2007.

A reforma agrária permanece entre os objetivos do Movimento, entretanto, a direção expressa a consciência de que a atual relação de forças sociais é desfavorável para esta reivindicação e por isso a mantém como forma de mobilizar a massa de trabalhadores e como uma necessidade para um novo tipo de organização social, pois conforme Adelar Pizeta, coordenador nacional do setor de formação do MST³⁷, “o projeto de sociedade do MST não está nos marcos do capitalismo”. Por este motivo a direção manifesta preocupação com a coesão interna do Movimento e com sua vinculação à base, porquanto é necessário que esta permaneça organizada mesmo frente a escassas conquistas econômicas.

Além disso – esclarece Adelar Pizeta – o Movimento estabelece alianças com movimentos do campo e da cidade, como uma forma de angariar apoio social num contexto democrático como preparação “para o momento do enfrentamento com a direita” que provavelmente viria após o atual governo do presidente Lula, do Partido dos trabalhadores – PT.

1.3. O MST de hoje: caminhos e descaminhos

A partir de 2003, sob o governo de Luís Inácio “Lula” da Silva, o MST encontra-se num cenário mais favorável, isto é, o Estado deixa de ser seu principal opositor na medida em que estabelece uma política conciliadora. Esta conjuntura reflete-se na estrutura organizativa do MST, que avalia ser desnecessário um centralismo rígido num ambiente de maior liberdade. De forma que foi possível a abertura da Direção Nacional a novos membros (PESCHANSKI, 2007, p. 106). Em 2006 há uma expressiva ampliação da Direção Nacional do MST, conforme veremos no terceiro capítulo.

Este ambiente amistoso em relação ao governo federal, contudo, esconde novos riscos. Paradoxalmente, a ascensão ao poder de um aliado histórico do Movimento – o Partido dos Trabalhadores – parece ter lançado o MST numa confusa paralisia, que se expressa em análises ambíguas sobre o governo de Lula. Pode-se dizer que MST e PT são ramos do mesmo cepo uma vez que as duas organizações floresceram sob o auspício dos mesmos grupos já organizados. Talvez a paralisia do MST encontre explicação justamente nesta ligação orgânica porquanto o PT, ao assumir o governo, deixa evidente sua

³⁷ Em entrevista concedida na ENEFF, em 16/02/2007.

transformação “em uma resistente base para um programa de governo capitalista, que tem como finalidade a superação da crise do modelo neoliberal” (BIANCHI; BRAGA, 2005, p. 1753)³⁸. A continuidade das políticas liberais³⁹ representa um duro golpe sobre as demandas dos sem-terra.

O PT – assim como o MST – é fruto do ressurgimento das mobilizações sociais articuladas ao sindicalismo e aos setores progressistas da Igreja Católica por ocasião da abertura política⁴⁰. Como ressalta Meneguello (1989, p. 30) com o fim da ditadura militar tornou-se fundamental para maior parte dos movimentos sociais inserirem-se na arena político-institucional, o que levou grande parte destes a abrigarem-se no PMDB, que a partir de 1974 funciona como um “‘guarda-chuva’ das manifestações de oposição”. Outra parte desses movimentos – conforme nos instrui a autora – esteve presente na formação do PT. Segundo Stédile, o MST ajudou na fundação do PT em várias regiões do país, sendo que “muitas lideranças que surgiram da luta pela terra passaram a militar no partido como

³⁸ Essa transformação do Partido dos Trabalhadores pode ser percebida desde a década de 1990. Segundo Bianchi e Braga (2005, p. 1751, 1753) a derrota da candidatura de Lula em 1989, a derrota da greve dos funcionários públicos em 1990 e os primeiros passos na implementação de um modelo neoliberal haviam dissipado as energias dos movimentos sociais e pavimentado o caminho para a consolidação, dentro do partido, de uma lógica de administração do Estado. Neste sentido “não se tratava mais de construir o futuro, mas de administrar o presente, removendo o que era ruim ou indesejável”. De acordo com estes autores, a resolução final da Convenção do Partido em 1991 foi marcada por inúmeras revisões introduzidas pelos constituintes de esquerda, mas ainda assim a concepção socialista perdeu seu caráter fundamental porquanto a democracia foi definida como um valor universal aliada a um socialismo concebido como combinação entre “planejamento de Estado e um mercado orientado socialmente”. Neste contexto, as “bases” perderam seu protagonismo para uma concepção que privilegiava um “Estado [que] exerce atividade regulatória sobre a economia através de sua própria iniciativa e mecanismos de controle do sistema financeiro, de política tributária, de preços, de crédito, de legislação antitruste e do consumidor, do trabalhador assalariado e de proteção da pequena propriedade” (PT, *apud idem*).

³⁹ Exemplo desta continuidade pode ser ilustrado pela financeirização dos fundos trabalhistas, entendidos como recursos mobilizáveis pelo mercado financeiro, que viabilizam a aliança entre a burocracia de Estado e o capital financeiro. Segundo Bianchi e Braga (2005, p. 1755-1761) o governo de Fernando Henrique Cardoso foi um pioneiro na utilização de recursos dos fundos trabalhistas para capitalização de empresas estatais como a Petrobrás (a empresa petrolífera nacional). Tal qual seu antecessor, o governo do PT preconiza a financeirização dos fundos de pensão (particularmente os recursos advindos de fundos trabalhistas, como o fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS) de forma que tornem-se recursos potencialmente utilizáveis. Fazem parte deste mesmo repertório de políticas econômicas a disciplina fiscal e a reforma da previdência social, valorizando os fundos privados de pensão. Estes fundos tornam viável a aliança orgânica entre a burocracia que os administra e o capital financeiro globalizado.

⁴⁰ Meneguello (1989, p. 56-57) indica um rol de fatores específicos que conformaram basicamente o perfil interno dos sujeitos que compõem o Partido dos Trabalhadores entre 1979 e 1980: “1. a concentração em São Paulo das lideranças do novo sindicalismo, encabeçadas por Lula; 2. a aproximação de políticos do MDB paulista marginalizados pelas lideranças de seu partido após as eleições de 1978; 3. o engajamento de quadros intelectuais no debate sobre a reorganização partidária; 4. o apoio das organizações de esquerda na formação do partido, apesar da inexistência de afinidade ideológica da maioria dos fundadores do PT; 5. a mobilização de um número significativo de movimentos populares urbanos, em boa parte encabeçados pelos setores progressistas da Igreja Católica” (grifos nossos).

dirigentes ou como parlamentares” (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 36). Esta ligação se estende até os dias atuais, pois PT e MST possuem ainda militantes em comum, entre os quais está o mais destacado dirigente sem-terra – João Pedro Stédile (STEDILE, 2006, p. 178).

Para Gohn (1997a) e Iokoi (1996) esta relação compromete a autonomia do Movimento Sem-Terra. Gohn sublinha a acentuada influência de militantes do PT sobre a direção do MST. Diz a autora: “o crescimento dos sem-terra não tem sido nada harmonioso. Aos poucos a Igreja foi perdendo seu controle, e militantes ligados ao Partido dos Trabalhadores foram se apropriando do movimento, e dando-lhe sentido. Mas a direção nacional *tem mantido uma imagem de autonomia própria*” (GOHN, 1997a, p. 145, grifos nossos). A disputa pela direção do Movimento – como aponta Gohn – é conflitiva e acaba por causar ranhuras na autonomia do MST. Para Iokoi a apropriação da direção sem-terra por outros grupos compromete a crítica social do Movimento, amenizando-a na medida em que se atrela as demandas destes grupos:

“Essa ideologização do movimento se deu pela disputa entre a Igreja da Teologia da Libertação e os grupos políticos que a partir de 1981 puderam deixar a clandestinidade e se instalar nos partidos recém-constituídos ou em agremiações próprias. À medida que esses grupos foram se instalando como direções políticas do movimento, a crítica radical foi se tornando apoio cego e o movimento perdeu em eficácia e organização” (IOKOI, 1996, p. 98).

O problema da autonomia não toca apenas as relações que se estabelecem entre PT e MST, mas é um tema importante para a análise dos movimentos e partidos políticos que emergem nas décadas de 1970 e 1980. Ruscheinsky (1998, p. 77) sublinha a relação de colaboração que se estabelece entre partidos e movimentos sociais no contexto da abertura política no Brasil, apontando inclusive para uma intersecção entre a militância dos movimentos sociais e dos partidos de base popular. Conforme já destacamos anteriormente, esta articulação entre os atores sociais apresenta um saldo positivo para ambos os lados porque “tanto os movimentos coletivos podem servir para modernizar os partidos nos aspectos da prática cotidiana, quanto a prática dos partidos pode atualizar a pauta das demandas dos movimentos coletivos para chegar aos patamares de negociação com o poder público” (RUSCHEINSKY, 1998, p. 81).

A relação integrada entre movimentos e partidos possibilita a inserção das demandas típicas dos movimentos em programas políticos mais abrangentes, que

tencionam transforma-se em política de Estado. De forma que esta articulação potencialmente aumenta as possibilidades de conquista de objetivos para ambos os atores. Contudo, dado que os veículos privilegiados para concessão de bens do Estado são os meios institucionais e já que o campo de ação dos movimentos sociais localiza-se no seio da sociedade civil – lembrando que ao institucionalizarem-se os movimentos sociais deixam de ser movimentos *strictu sensu* – seu relacionamento com a institucionalidade frequentemente depende dos partidos políticos. Isto significa que a situação dos movimentos é muito mais frágil que a dos partidos políticos no que se refere à reivindicação de demandas do governo (*idem*, p. 82). É possível, portanto, falar em graus de autonomia, mas não em “uma pureza ou totalidade determinante de uma autodefinição dos movimentos sociais” (*idem*, p. 87).

Conforme já destacamos anteriormente, a autonomia do MST foi alcançada institucionalmente com seu surgimento oficial em 1985. Nesta ocasião o movimento formaliza suas instâncias de decisão articuladas a uma estrutura organizativa que se diferencia das demais entidades, isto é, deixa de ser uma corrente no interior do sindicato ou um braço da Igreja Católica. Contudo, em função da proximidade ideológica e a colaboração política que se verifica em relação ao PT – que suplanta seus adversários na disputa pela influência ideológica sobre a direção do Movimento e a mantém até os dias atuais – pode-se dizer que o MST possui uma autonomia relativa em relação ao Partido dos Trabalhadores.

Os setores progressistas da igreja foram paulatinamente retirando-se das atividades militantes dos sem-terra, permanecendo em grande medida apenas como forma de apoio. As influências políticas e ideológicas da Igreja permaneceram somente de forma indireta principalmente por meio da Teologia da Libertação e são expressas no socialismo cristão presente no MST atualmente (ainda que não de forma pura, pois sofreu desenvolvimentos e contribuições de outras matrizes teóricas). As palavras de Ademar Bogo ilustram o processo de afastamento entre Igreja e MST:

“O movimento já não cabia mais dentro da CPT e do sindicalismo rural. Logo, a ação provocou reações de desconforto, pois a igreja sentia-se mal ao ser denunciada como ‘invasora de terras’. Sendo assim apelou-se para a busca da forma. (...) E, havia, em alguns lugares, bispos e padres que não queriam aparecer e ser atacados pelos latifundiários. Foi quando a CPT criou o conceito de ‘apoio’. Dizendo ser apoio tirava de si a responsabilidade e passava para os camponeses a responsabilidade dos atos. Com o aumento das mobilizações a partir de 1988, com a aparição de nossa bandeira, os latifundiários, o governo e as demais forças de repressão começaram a perceber

que havia um movimento social se estruturando. Negociávamos com pautas próprias e com comissões independentes em cada Estado e a nível nacional. Houve também, aos poucos, a inflexão interna da igreja para a direita e, com isso, a formação nos seminários começou a ser menos crítica. As CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] foram desmobilizadas. *Os fatores foram diferentes, mas no fundo a igreja foi se retirando de todas as atividades políticas e o PT [Partido dos Trabalhadores] e a CUT assumiram como referência e passaram a ser alvo das críticas e dos ataques*” (BOGO, apud PESCHANSKI, 2007, p. 152, 163-164, grifos nossos).

Já as atividades dos sem-terra articuladas aos sindicatos rurais perduraram somente até o final da década de 1980 e início de 1990. A partir de 1992 percebe-se um afastamento maior do Movimento. Uma análise nos exemplares do *Jornal Sem Terra* do período de 1988 a 1999 nos mostrou que até o ano de 1991 as notícias sindicais aparecem em destaque, em alguns números recebem seções inteiras. A partir de 1992 começam a rarear, com notícias menos destacadas acerca das atividades dos sindicatos, que passam a aparecer com mais frequência sob forma de apoio, como compromisso de luta.

Por outro lado, a influência do PT se faz diretamente pelos militantes do partido presentes na direção nacional e está fundamentada numa interpenetração entre as duas entidades. Não apenas PT e MST possuem militantes em comum (TORRENS, 1994, p. 157-158), mas também os sem-terra já tiveram participação expressiva na elaboração das propostas agrárias do PT (STÉDILE, 1996, p. 12). Esta ligação orgânica não apresentava contradições enquanto as duas organizações encontravam-se na mesma posição na relação de forças sociais, isto é, ambas representavam as classes trabalhadoras da cidade e do campo e identificavam-se pela oposição à política neoliberal dos governos Collor e de Fernando Henrique Cardoso. Contudo, com a ascensão do PT ao governo, o MST oscilou entre o apoio irrestrito – baseado na esperança de que o governo cumprisse suas metas de assentamento de famílias sem-terra – e tímidas críticas ao PT, salvaguardando, contudo, o presidente Lula, atribuindo-lhe uma posição de “refém das elites”. Acompanhemos este processo com maior proximidade.

Em junho de 2005, em meio aos escândalos de corrupção no Congresso envolvendo o governo Lula e o PT – que ficaram conhecidos como “mensalão” – um conjunto de movimentos sociais, sindicatos e organizações representativas da sociedade civil como a CUT, MST, UNE, UBES, CNBB, CPT, entre outras, divulgam a *Carta ao Povo Brasileiro*. O documento tinha como principal objetivo opor-se a desestabilização política do governo e à corrupção. Expressava a esperança – que moveu o MST nas eleições de 2002 com a

eleição de Lula – de realização de mudanças na política neoliberal, que até aquele momento não havia ocorrido.

Apesar de exigir uma rigorosa investigação sobre as denúncias de corrupção e punição dos responsáveis, a Carta remete a responsabilidade da crise não ao governo Lula, mas às elites. Uma campanha de desmoralização do governo e do presidente através dos meios de comunicação seria, assim, a causa da crise e teria como objetivo obrigar o governo a aprofundar as reformas neoliberais (COORDENAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, 2006, p. 194). Os movimentos colocam-se contra o que julgam ser “qualquer tentativa de desestabilização do governo legitimamente eleito, patrocinada pelos setores conservadores e antidemocráticos” (*idem*).

O texto do documento de certa forma minimiza a responsabilidade do governo Lula ao afirmar que a corrupção é o “método tradicional usado pelas elites para governarem o Brasil” (*idem*, p. 195). Neste sentido, a crise seria interpretada como oportunidade para que Lula retomasse o projeto pelo qual foi eleito:

“Diante da crise, o governo Lula terá a opção de retomar o projeto pelo qual foi eleito, e que mobilizou a esperança de milhões de brasileiros e brasileiras. Projeto este que tem como base transformação da sociedade e do Estado brasileiros, uma sociedade dividida entre os que tudo podem e tudo têm e aqueles que nada podem e nada têm” (*idem*).

Stédile esclarece que o documento foi produzido a partir de uma análise conjunta entre os movimentos sociais de que a sociedade brasileira encontrava-se em um “período de transição, de crise de modelo econômico, de projeto econômico” (STEDILE, 2006, p.142). O governo estaria comprometido pelas alianças feitas por Lula para ganhar as eleições, mas ainda assim, a vitória de Lula era vista como vitória dos setores de esquerda, que votaram acreditando em mudanças efetivas.

No primeiro mandato Lula manteve os movimentos sob controle, a espera de transformações reais, sob a justificativa de que a manutenção das políticas neoliberais seria transitória, “que era apenas uma ponte para evitar chantagem, para evitar bloqueio, para evitar uma agudização da crise econômica tal o grau de dependência financeira em que o Brasil estava” (*idem*, p. 144). Com o passar do tempo, os movimentos perceberam –

segundo Stédile – que as políticas neoliberais de Lula não eram transitórias e sim programáticas, contudo acreditavam que o governo ainda estava em disputa.

Segundo avaliação das lideranças sem-terra, no interior do governo Lula haveria duas tendências político-ideológicas distintas: uma tendência conservadora, neoliberal com influência, sobretudo, na área econômica e uma tendência progressista, influente na área social. Lula estaria entre os progressistas e por esta razão não seria inimigo do MST (FEIX, 2005, p. 96). Neste cenário a tarefa que caberia ao MST seria “empurrar o governo para fazer mudanças”. Uma das lideranças estaduais do Movimento define esta tarefa da seguinte maneira:

“Nós entendemos que nossa missão, enquanto movimento de massa, é organizar os trabalhadores para pressionar o governo para fazer as mudanças. E o papel do governo é fazer as mudanças (...) então *nós não somos oposição ao Lula*, mas tem muita gente do governo que nós fazemos oposição (...). Pelo menos o que estamos visualizando agora, a curto prazo, é isto” (*apud* FEIX, *idem*, grifos nossos).

As lideranças do MST deixam transparecer a confusão e a perplexidade diante dos novos rumos de seu aliado histórico. Uma delas diz: “o que não compreendemos ou não admitimos é que não há uma iniciativa de melhorar a correlação de forças para os trabalhadores” (*apud* FEIX, 2005, p. 105). As análises das lideranças são desencontradas e ambíguas, pois ao mesmo tempo em que acreditam ter como aliado o presidente, criticam a política do governo federal, como se os dois pudessem ser separados de forma a não haver uma “contaminação” neoliberal sobre Lula. A orientação neoliberal seria apenas o reflexo da proeminência das elites na relação de forças em disputa pela orientação da política econômica do país.

Diante desta relação de forças desfavorável, os movimentos populares entendiam que um “rebaixamento de programa” seria uma forma de aglutinar forças, isto é, acreditavam que um governo nacional-desenvolvimentista ainda seria possível com Lula. Em relação ao projeto democrático-popular de 1989 isto significava um retrocesso, mas em comparação com o neoliberalismo poderia representar um avanço, de forma que foram toleradas as alianças com partidos conservadores como o Partido Liberal (PL) do vice-presidente José Alencar (STEDILE, 2006, p. 173).

A hipótese de um governo nacional-desenvolvimentista, contudo, não se confirmou, as políticas neoliberais foram mantidas e a reforma agrária não aconteceu. O balanço é negativo para a pequena agricultura – segundo o próprio Stédile – porque “se o governo fez algo pelos sem-terra, fez muito mais pelo agronegócio” (*idem*, p. 179). Enquanto Collor utilizou a repressão violenta contra os sem-terra e FHC lançou mão de dispositivos jurídicos, conforme vimos anteriormente, Lula manteve os movimentos sob seu controle por meio de um discurso ambíguo e uma política conciliatória, mas claramente tendente às classes historicamente dominantes.

O Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA aprovado em 2003 previa o assentamento de 430 mil famílias em quatro anos. Segundo o DATALUTA⁴¹, de 2003 a 2005 foram assentadas 244.289 famílias, contudo apenas 25% das famílias foram assentadas em terras desapropriadas, enquanto 183.202 famílias foram assentadas em “assentamentos já existentes ou em assentamentos implantados em terras públicas ou em assentamentos já existentes em terras públicas” (*idem*). Pelo menos um terço destas famílias foram assentadas em projetos extrativistas, reservas e assentamentos feitos pelos estados (FOLHA DE S. PAULO, 04/11/2007). A “fabricação” de índices de assentamentos não é uma invenção do governo atual, já era uma prática sistemática do governo Fernando Henrique, denunciada pelos movimentos sociais:

“Por meio do DATALUTA, conferimos todo ano os assentamento em todos os municípios. Com esse procedimento identificamos o processo de clonagem de assentamento, no segundo governo FHC. Descobrimos essa artimanha na conferência dos assentamentos por municípios. Encontramos assentamentos criados na década de 1980 sendo divulgados como implantados em 2001” (FERNANDES, 2007, s/p).

O ritmo decrescente de desapropriações de terra indica uma política de governo mais voltada para medidas compensatórias do que propriamente para um projeto de reforma agrária. O ano de 2007 tem sido apontado como o pior período de desapropriações de terras para reforma agrária. Em 2006 foram desapropriados 538,6 mil hectares, enquanto que em 2007 apenas 204,5 mil hectares. A área, suficiente para assentar apenas 6.000 famílias,

⁴¹ O DATALUTA é um projeto permanente de banco de dados do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). O NERA foi fundado em 1998 e é um espaço de pesquisa a respeito da questão agrária que contribui com o desenvolvimento da Ciência Geográfica. É vinculado ao Departamento de Geografia da UNESP - Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente (Cf. <http://www4.fct.unesp.br/nera>).

representa pouco menos de um terço da média anual de 682,5 mil hectares do primeiro mandato (FOLHA DE S. PAULO, 07/ jan./ 2008).

Os números indicam que a estrutura fundiária não tem sido profundamente alterada, a concentração de terras conserva-se na medida em que os grandes latifúndios improdutivos não são desapropriados para Reforma Agrária. Enquanto isso, os índices de famílias atendidas pelo programa assistencial “Bolsa Família” ⁴² apresentam uma tendência crescente. Em 2003, 3,6 milhões de famílias foram beneficiadas, em 2006 o programa Bolsa Família atingiu 10,9 milhões de famílias. Os recursos passaram de 570,1 milhões para 7,5 bilhões de reais neste período (FOLHA DE S. PAULO, 04/nov./2007). A exigência de residência fixa para o recebimento do benefício dificulta que famílias acampadas ou em processo de assentamento tenham acesso aos recursos, diante disto, muitas delas desistem da militância na luta pela terra, fragilizando assim os movimentos sociais. Os depoimentos de algumas famílias que deixaram os movimentos sem-terra para receber o benefício ilustram bem o problema:

“É um dinheiro pouco, mas dá para a farinha e o leite (...). Resolvi me aquietar. Tenho dois filhos pequenos para criar, é melhor garantir esse dinheirinho que me arriscar. (...) Se não tivesse esses programas do governo, eu já estaria batalhando terra por aí” (Evanilson Pereira, remanescente de uma ocupação em 2004 que desistiu de continuar nela para receber o benefício). *“O dinheiro que é certo em casa é só o do cartão. Se vier mais, é de bico (...). Tem mês que o dinheirinho do bico nem parecia com o bolsa família”* (Severino Silva, remanescente de ocupação da Federação de Trabalhadores na Agricultura - Fetape em 2002). *“É pouco, mas adianta. A ocupação não tem futuro para mim”* (Nivaldo Félix, ex-militante do MST) (FOLHA DE S. PAULO, 04/nov./2007) ⁴³.

⁴² Programa Bolsa Família (PBF) destina-se a famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00). Destina entre R\$ 15,00 e R\$ 95,00 por família. Para recebê-lo a família precisa ter residência fixa; levar as crianças para vacinação e manter atualizado o calendário de vacinação; levar as crianças para pesar, medir e ser examinadas conforme o calendário do Ministério da Saúde; as gestantes e mães que amamentam devem participar do pré-natal; continuar o acompanhamento após o parto, de acordo com o calendário do Ministério da Saúde; participar das atividades educativas desenvolvidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável; matricular as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos na escola; garantir a frequência mínima de 85% das aulas a cada mês. (cf. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>).

⁴³ Consultores do MST e intelectuais de esquerda concordam com a tendência desmobilizadora do Bolsa Família: *“há indício forte de que Bolsa Família tira combatividade das pessoas para lutar pela reforma agrária. É o efeito mais perverso do programa”* (Plínio de Arruda Sampaio – PSOL); *“O assistencialismo é uma forma de solução mais fácil, e é fato que o Bolsa Família arrefeceu a luta dos sem-terra. Só onde há consciência política é que as ocupações se mantêm”* (Dom Tomás Balduino – CPT); *“Certamente as periferias das cidades são um importante bolsão de arregimentação de acampados e um incremento de renda para a subsistência pode sim contribuir para desmotivar o cidadão a escolher viver sob as duras condições impostas num acampamento”* (Maria Cecília Turatti – pesquisadora USP) (Cf. FOLHA DE S.PAULO, 04/nov./2007).

Os programas do governo federal, que a rigor consistem em políticas compensatórias para as famílias em “situação de pobreza” e “extrema pobreza” acabam por causar dependência por parte destas famílias, pois não geram fonte de renda autônoma em relação ao Estado. Contudo, essas políticas são eficientes para angariar apoio ao governo, desmobilizar movimentos de contestação e amenizar a crítica social desta parcela da população. Esta é justamente a parcela que constitui a base do MST e que está sendo atingida pelas ações do governo federal, cada vez mais distante da reforma agrária.

João Paulo Rodrigues, membro da coordenação nacional do MST, ao ser perguntado sobre o balanço do MST acerca da reforma agrária de Lula, responde:

“Temos uma avaliação bastante pessimista, tendo em vista que o governo adota os mesmos mecanismos e conceitos do governo Fernando Henrique Cardoso, organizado pelo então ministro Raul Jungmann (hoje deputado federal do PPS-PE). Prevalece o número de famílias que tiveram acesso a terra, sem levar em consideração o processo de desapropriação, obtenção da terra e, até mesmo, a qualidade dos assentamentos. *É uma surpresa que o governo Lula siga esse conceito. Durante o governo de FHC, o PT e seus parlamentares eram muito críticos à política do cumprimento de metas a todo custo e com o processo de regularização fundiária e reposição de lotes vagos em assentamentos existentes.* Essa é uma política complementar. Porém não é Reforma Agrária” (MST, 2007, grifos nossos).

Está presente na análise de Rodrigues certa “sugestão” do *transformismo* pelo qual passa o PT. O transformismo é um conceito que deve ser entendido “como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a ‘revolução-restauração’ ou ‘revolução passiva’” (GRAMSCI, 2001, v. 5, p. 266). Isto é, o transformismo é uma das formas pelas quais as elites impedem transformações radicais, neutralizando as forças populares por meio da absorção molecular – no Estado – de indivíduos ou de grupos inteiros, esvaziando, contudo, qualquer conteúdo revolucionário destes grupos. Gramsci esclarece o conceito ao discorrer sobre como o processo ocorreu na Itália do *Risorgimento*:

“O transformismo como ‘documento histórico real’ da real natureza dos partidos que se apresentavam como extremistas no período da ação militante (Partido da Ação). Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo ‘molecular’, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se *incorporaram individualmente à ‘classe política’ conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido ‘domínio’ ditatorial por uma hegemonia)*; 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado (o primeiro episódio é a formação do Partido Nacionalista, com os grupos ex-sindicalistas e anarquistas, que culmina na guerra Líbia, num primeiro momento, e no intervencionismo, num segundo) (*idem*, grifos nossos).

Em outro parágrafo, Gramsci resume o transformismo como “a expressão parlamentar do fato de que o Partido da Ação é incorporado molecularmente pelos moderados e as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado” (GRAMSCI, 2001, v. 5, p. 93). Sem fazer uma transposição mecânica, mas valendo-nos do caráter metodológico que Gramsci atribui aos conceitos de revolução passiva e de transformismo, podemos compreender a transformação pela qual passa o Partido dos Trabalhadores.

Conforme ressaltam Bianchi e Braga (2005, p. 1753) ao contrário de representar uma alternativa ao modo de fazer política no Brasil, o programa do Partido dos Trabalhadores afirmou uma lógica de Estado com uma visão de desenvolvimento gradual da estrutura econômica do capitalismo brasileiro por meio de sucessivas mudanças dirigidas pelo Estado, evitando a intervenção ativa das classes subalternas neste processo. Um PT governo – dizem os autores – “faz este exorcismo do possível mal e valoriza o que de bom o mercado apresenta, humanizando-o” (*idem*). Este raciocínio de administração da presente estrutura econômica em busca de um capitalismo humanizado mutila a dialética porquanto a restringe a “um jogo de oposições entre o bom e o mau”. A anulação política dos fatores indesejáveis ao tipo de capitalismo prognosticado pelo PT suprimiria os pólos de oposição da “dialética superação”, permitindo a recriação da situação em novas bases. “O resultado desta operação é uma constante reprodução da existência anterior por meio de um processo de aperfeiçoamento e harmonização do real” (*idem*, p. 1753). Neste sentido, afirmam os autores:

“Se como método nós temos uma dialética mutilada, como programa político, nós temos a revolução passiva. Este e não outro é o conteúdo do governo PT: atualizações graduais da estrutura econômica do capitalismo por meio de sucessivas mudanças dirigidas pelo Estado, evitando a ativa intervenção das classes subalternas no processo. Atualizando e não superando o capitalismo, como o Ministro Mantega⁴⁴ deixa claro na sua declaração. Tal estratégia reproduz, sob o comando de uma nova política, a história do desenvolvimento capitalista brasileiro, marcado por constantes transformações passivas levadas a cabo sob a direção do Estado. Distante de tornar-se real a esperança do Brasil como um “país do futuro” tais processos não fazem nada mais que recriar o passado através da administração do presente” (*idem*, 1753-1754).

Voltando a análise de João Paulo Rodrigues, utilizamos o termo “sugestão” porque de fato não se pode dizer que a direção do MST tenha este julgamento sobre o partido. Isto

⁴⁴ “Eu diria que o PT é uma parte da moderna esquerda, similar ao Partido Socialista da França, ao Partido Trabalhista Inglês, à Esquerda Italiana. Eu o colocaria na lista de partidos que aspiram um longo período para a sociedade capitalista porque o socialismo é alguma coisa totalmente incerta hoje; ele não mais existe. Nós não procuramos um capitalismo mais eficiente, mas um feito humano” (Mantega, *apud idem*, p. 1753).

implicaria no reconhecimento por parte do Movimento de que o partido não representa mais as classes populares e que manter aliança com ele, mesmo que de forma crítica⁴⁵ implicaria também em comprometer a radicalidade das reivindicações dos sem-terra. O que efetivamente não acontece.

Ainda que de forma ambígua, o MST mantém sua aliança com Lula e com o PT, esta opção lhe traz como consequência a perda da radicalidade de suas ações e um agravamento de sua dependência em relação ao Estado. Parte substancial dos recursos empregados em cursos de formação política e para manutenção das famílias acampadas, bem como para a produção nos assentamentos provêm do Estado. Esta dependência – reconhecida nos documentos internos do Movimento – é encarada como um problema que o MST ainda não conseguiu sanar:

“Devemos resgatar mas também formular princípios que estejam relacionados com os entraves internos. Por exemplo, podemos citar o princípio da independência. *Temos uma profunda dependência do estado e das ONGs* para a produção, para formar patrimônio, para assistência técnica, para a educação, para a alfabetização e para a liberação da militância e sustentação das estruturas. Nos leva a crer que nossas divergências com o estado é porque este não libera mais recursos. *É preciso buscar o caminho da independência se quisermos fortalecer as pernas*. Em algumas áreas acreditamos que já há paralisia incurável” (MST, 2001, p. 199, grifos nossos).

Ao que tudo indica esta dependência agrava-se com Lula. Comparando-se os repasses a entidades ligadas ao MST⁴⁶ durante o período do segundo mandato de FHC (Quadro 2) com o primeiro mandato de Lula (Quadro 1) verifica-se que os repasses ao MST quadruplicam com Lula.

⁴⁵ Recentemente João Pedro Stédile direcionou duras críticas ao governo: “*Que o governo como um todo crie vergonha na cara e cumpra com seus compromissos históricos de adotar políticas que democratizem a propriedade da terra (...). Que o governo honre com suas promessas do programa de governo de 2002, de priorizar a agricultura familiar e a reforma agrária, caso contrário os problemas sociais só aumentarão e, algum dia, explodirão*”. Contudo, a crítica é amenizada pela sugestão de que o governo está dividido: “*Infelizmente a maioria do governo está priorizando o agronegócio*” (FOLHA DE S. PAULO, 07/ jan./ 2008).

⁴⁶ Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA); Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB); Instituto Técnico de Capacitação Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA).

Quadro 1 – REPASSES DO GOVERNO LULA PARA O MST NO PRIMEIRO MANDATO

ENTIDADE	2006	2005	2004	2003
ANCA	5.231.314,84	3.914.645,67	7.868.775,07	5.267.691,18
ANCA	-	-	-	-
ANCA	-	1.706.125,00	46.600,00	-
CONCRAB	2.262.826,00	2.870.074,00	2.578.280,00	1.186.411,00
ITERRA	956.417,00	2.746.476,08	2.137.672,51	1.095.430,00
	8.450.557,84	11.237.320,75	12.631.327,58	7.549.532,18
		TOTAL	39.868.738,35	
		LULA		

Fonte: ONG Contas Abertas - http://contasabertas.uol.com.br/noticias/detalhes_noticias.asp?auto=1686, acesso em 25/01/2007.

Quadro 2 - REPASSES DO GOVERNO FHC PARA O MST NO SEGUNDO MANDATO

Entidade	2002	2001	2000	1999
ANCA	1.463.930,00	1.512.989,00	1.874.000,00	1.808.389,50
ANCA	-	-	-	-
ANCA	-	-	-	142.085,00
CONCRAB	-	-	177.776,00	-
ITERRA	706.568,00	682.935,00	674.082,50	558.480,00
	2.170.498,00	2.195.924,00	2.725.858,50	2.508.954,50
		TOTAL	9.601.235,00	
		FHC		

Fonte: ONG Contas Abertas - http://contasabertas.uol.com.br/noticias/detalhes_noticias.asp?auto=1686, acesso em 25/01/2007.

É preciso, contudo, ponderar a crítica ao financiamento público do Movimento, pois conforme destaca Souza (2002, p. 217), os financiamentos estatais para o MST somente são possíveis porque existe uma deficiência do Estado em atingir áreas prioritárias no campo como a educação e a pequena produção, por exemplo. O MST é também expressão de uma demanda social e os convênios apenas são firmados mediante a pressão. Nas palavras da autora: “é uma parceria entre atores opostos no cenário político, mas que existe em razão de uma lacuna deixada pelo Estado – o alto número de analfabetos – e da pressão exercida pela sociedade, representada pelo MST” (*idem*)⁴⁷.

⁴⁷ Deve-se ressaltar também que os recursos do governo favorecem de forma muito mais acentuada aos grandes proprietários. Segundo Marques (2006, p. 189) na década de 1995-2005 foram transferidos R\$ 41,7 milhões à ANCA, CONCRAB E ITERRA, enquanto as organizações ruralistas receberam R\$ 1,052 bilhão dos cofres públicos, por meio de convênios ou mediante contribuição compulsória fixada em lei, isto é, as organizações ruralistas receberam vinte e cinco vezes mais recursos do governo do que as entidades ligadas ao MST. Da mesma forma – segundo Fernandes (2003, p. 37) – sob o governo Lula os ruralistas participaram das indicações de nomes para o Ministério da Agricultura, garantido dessa forma a continuidade do modelo de desenvolvimento da agropecuária, que fora implantado pelos governos militares.

Souza sublinha que os convênios dependem em grande medida dos funcionários no interior das instâncias governamentais, por esta razão as ações do Estado em relação ao MST sofrem descontinuidades com a mudança destes funcionários. Isto significa que não se pode falar em apoio do governo como um todo e sim de um diálogo que se estabelece com representantes do Estado que possuem abertura para trabalhar em parceria com movimentos sociais:

“Estado e MST estabelecem acordos intitulados convênios ou parcerias, mas o espaço reservado para o diálogo encontra-se bastante restrito, diante da ausência de porosidade em cada um deles. O diálogo existe entre alguns dos sujeitos envolvidos num e noutro espaço, mas não entre instituição e o movimento, como um todo” (SOUZA, 2002, p. 217).

Sob o governo Lula os movimentos de trabalhadores rurais participaram das indicações de nomes para cargos de segundo escalão (FERNANDES, 2003, p. 37), essenciais para consolidação dos convênios conforme vimos acima. O MST e a CPT tiveram forte influência na nomeação de vários cargos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), inclusive indicando para presidente o geógrafo Marcelo Resende, que trabalhara no Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais, durante a gestão do então governador Itamar Franco. A CONTAG também indicou alguns nomes para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (*idem*).

As contribuições financeiras por entidades governamentais representam um dos pontos nevrálgicos e mais problemáticos do MST, pois o Movimento depende delas para manter seus programas de formação e de produção agrícola, mas ao firmar convênios com o Estado mergulha numa profunda contradição: consolida-se a partir de atividades extraparlamentares, isto é, de ações diretas como ocupações de terras, prédios públicos, marchas, etc., tendo como ponto central a crítica ao Estado capitalista, empunhando a bandeira da transformação social. Configura-se, portanto, numa luta anti-capitalista, crítica em relação ao governo. Contudo, se este mesmo governo negar repasses públicos, o Movimento não será capaz de manter suas estruturas educativas e produtivas, centrais para sua organização permanente. Em outras palavras, o MST sustenta-se do seu opositor que, como vimos acima, possui grande capacidade de desmobilização por variados métodos como: repressão direta; meios jurídicos para impedir as ocupações de terra; inférteis

negociações que mantêm inertes os sem-terra – a espera do cumprimento de promessas; ou mesmo a desmobilização da base do Movimento por meio de políticas compensatórias.

O problema, portanto, possui um duplo aspecto: econômico e político. O MST depende economicamente do Estado para sobreviver, contudo, na medida em que a subordinação econômica se aprofunda, sua ação política fica comprometida. Até agora o Movimento não foi capaz de superar este problema que lhe “enfraquece as pernas”, comprometendo a radicalidade de suas críticas e expondo-o, portanto, ao *transformismo*. O movimento corre o risco de ser incorporado à “classe política conservadora e moderada” na medida em que sua proximidade ao governo lhe propicia intervir institucionalmente nas políticas estatais por meio da indicação de funcionários do governo. A permanência desta situação pode levar à neutralização de qualquer conteúdo revolucionário que o movimento queira manter. Em outras palavras, o MST encontra-se na iminência de fazer da revolução passiva e do transformismo o seu veículo de mudanças sociais, num terreno estranho ao seu – o Estado.

Estas contradições têm amenizado a radicalidade da crítica social do MST – isto fica mais claro na crise de 2005, quando o MST chega a moderar as denúncias sobre a corrupção no Brasil para salvaguardar sua relação com o PT e com o governo. O Movimento submete-se assim ao risco de tornar-se subalterno em relação ao governo Lula. Este é o mais atual dilema do Movimento e um desafio que certamente determinará o futuro da sua organização política. Os acordos firmados atualmente num ambiente de relativa tranquilidade, que têm como objetivo “aglutinar forças por meio da democracia” podem comprometer o projeto de sociedade que o Movimento professa:

“O projeto de sociedade do MST não está nos marcos do capitalismo, o modelo de sociedade é o socialismo, o que está em discussão é qual socialismo seria o mais adequado para o Brasil (...) A luta está prevista, o MST no momento aglutina forças por meio da democracia. Nosso medo é chegar ao enfrentamento [com a direita] e não estarmos preparados”⁴⁸.

⁴⁸ Adelar Pizeta, coordenador nacional do setor de formação em entrevista concedida na ENFF, em 16/fev./2007.

II. A BASE SOCIAL DO MST

A caracterização de classe dos sujeitos sociais que compõe a base do MST ocupará o centro de nossa atenção neste capítulo. O tema engendra dois tipos de problemas: 1. a definição da sua origem social, isto é, quem são estes sujeitos, qual sua trajetória e como se tornam sem-terra; 2. a definição da classe a que pertencem, o que nos sugere a seguinte questão: eles podem ser chamados de camponeses ainda hoje? O primeiro problema será tratado a partir da exposição dos condicionantes histórico-sociais e econômicos que favoreceram o surgimento dos trabalhadores rurais sem terra no Brasil, enfocando principalmente seu perfil sócio-econômico. Para o tratamento da segunda questão será necessária uma análise conceitual a partir dos debates feitos principalmente em torno da “questão agrária”. Sobre o conceito de camponês, a despeito de importante bibliografia já produzida sobre o assunto (por exemplo, MOURA, 1986, KAUTSKY, 1972), optamos por apresentar sua definição no desenvolvimento dos problemas que envolvem a questão agrária no Brasil.

Nossa opção se justifica pela complexidade desta discussão e pela novidade que apresenta o campo brasileiro em relação ao camponês clássico do feudalismo europeu. Neste sentido, a definição não se baseará em características intrínsecas do grupo social, mas nas relações estabelecidas entre a classe e os demais grupos no sistema social, o que implica em refletir também sobre o seu lugar no sistema produtivo. Em outros termos, definiremos o camponês a partir das relações dinâmicas estabelecidas entre os grupos sociais no Brasil, levando em consideração as dimensões econômica, política e sócio-cultural destas relações. Desta forma, por meio da bibliografia já produzida, apresentaremos e discutiremos os principais problemas referentes ao conceito de camponês e de trabalhador rural proletarizado. Em nosso modo de ver somente a partir do esclarecimento das questões acima será possível a circunscrição da composição social da base do MST.

Começaremos pelo problema conceitual, apresentando o debate que se acirra na década de 1980 acerca da questão agrária, cujo problema central refere-se ao desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo e a indagação acerca da permanência ou fim do campesinato. Segundo Oliveira (1991, p. 45) os debates foram polarizados por duas correntes principais: a) a que defendia que o processo de desenvolvimento capitalista no

campo determinaria a proletarização do campesinato e, conseqüentemente o seu fim; b) a que negava o fim do campesinato entendendo que este é criado, destruído e recriado pelo desenvolvimento contraditório do capitalismo, corrente cuja maior expressão é José de Souza Martins.

A principal questão – sobre a qual se assentam as teses da recriação do campesinato mesmo sob o sistema de produção capitalista – é a retomada por Martins do pensamento de Marx sobre a produção capitalista de relações não capitalistas de produção. Para Martins (1981) a constatação de autores clássicos da literatura brasileira como Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes de que o trabalho assalariado substituiu o trabalho escravo, esconde a complexidade do desenvolvimento capitalista no campo e principalmente a recriação paralela de relações pré-capitalistas de produção. Segundo o autor este problema revela a dificuldade de classificar essas relações – que não poderiam ser feudais e nem tampouco se encaixavam no capitalismo. Sublinha que as relações no campo como a parceria e o colonato não podem ser classificadas simplesmente como trabalho assalariado, pois teriam se constituído como variantes de relações capitalistas de produção (MARTINS, 1981, p. 10).

Martins utiliza-se da análise do regime de colonato – que segundo este autor abrangia a maior parte das tarefas no interior da fazenda de café durante cerca de um século – para reconstruir a diversidade de mediações e determinações das relações de produção no Brasil entre o final da escravidão e o início do emprego da mão-de-obra assalariada (*idem*, p. 12). A crise da escravidão no final do século XIX deu lugar ao regime de trabalho que ficou conhecido como colonato que se referia tanto a cultura do café quanto de cana-de-açúcar. Este regime não pode ser definido como trabalho assalariado, pois o salário em dinheiro não era a única forma de pagamento. O colonato se caracterizava pela parceria através da qual combinava-se um pagamento fixo pelo trato do cafezal e um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido, além do direito de produzir alimentos para subsistência e comercialização do excedente (*idem*, p. 19).

O colono não era, portanto, um trabalhador assalariado somente, ele era também um agricultor familiar. Para Martins é justamente a produção direta dos meios de vida com base no trabalho familiar que impossibilita definir essas relações como relações capitalistas de produção. O salário neste caso não se define pela garantia dos meios de vida necessários

à reprodução da força de trabalho com a mediação do mercado – condição para que as relações de produção sejam definidas como relações capitalistas de produção. Estes colonos, portanto, não podem ser definidos como trabalhadores assalariados ou como proletários e sim como camponeses, pois são produtores diretos na medida em que não foram separados dos meios de produção, isto é, sua mercadoria é o produto de seu trabalho e não sua força de trabalho. Além disso, “as suas condições individuais e familiares de trabalho, isoladas, produzem também uma consciência, uma visão de mundo que reflete, que expressa esse isolamento” (Cf. MARTINS, 1980, p. 15). O autor ressalta que somente quando o capital expropria o produtor de seu meio de produção – a terra – é que ele se iguala aos operários, isto é, “somente quando o capital, de fora de sua existência, invade o seu mundo, procura arrancá-lo da terra, procura transformá-lo num trabalhador que não seja proprietário de nada além da força de seus braços, somente aí é que as vítimas dessa invasão, dessa expropriação, podem se descobrir membros de uma classe” (*idem*, p. 15-16), descoberta que se dá pela mediação do capital. Contudo, no Brasil – diz o autor – uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquista a autonomia do trabalho, praticando uma “traição às leis do capital”. As lutas dos lavradores, portanto, repõem continuamente, como projeto e tarefa política, a restauração da autonomia camponesa e a sua independência (*idem*, p. 19).

Voltando ao caso do colonato, sua natureza capitalista não está na produção e sim no comércio, pois a fazenda produz desde logo mercadorias, contudo, não separa a força de trabalho dos meios de produção. A tese de Martins é de que o capitalismo não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução. Segundo o autor “Marx já havia demonstrado que o capital preserva, redefinindo e subordinando, relações pré-capitalistas” (MARTINS, 1981, p. 20). Diz ainda o autor:

“A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições de sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais, e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado. Um complemento da hipótese é que tal produção capitalista de relações não-capitalistas se dá onde e enquanto a vanguarda da expansão capitalista está no comércio” (*idem*, p. 21).

Segundo Martins, o capital não penetra de forma completa nas relações de produção que conservam formas pré-capitalistas, contudo, é ele quem ordena as relações comerciais, estas constituem a vanguarda do capital no campo. Dito de outra forma, mantêm-se as relações de produção sob um regime pré-capitalista enquanto no âmbito do mercado o sistema capitalista comanda todas as relações, de forma que entre o mercado e a produção existe uma contradição que se revela em formas de produção arcaicas convivendo com a modernidade no âmbito do mercado.

No caso dos colonos do início do século XX estas formas arcaicas não estavam tão longe da escravidão como se poderia supor. Os imigrantes que chegaram ao Brasil entre 1881 e 1913 tiveram como destino o colonato nas fazendas de café. A imigração subvencionada pelo governo direcionava os trabalhadores recém chegados diretamente para as fazendas, de acordo com as necessidades dos grandes proprietários de terras, criando uma subpopulação no campo com autonomia muito restrita. A rigor a situação do imigrante não diferia muito do escravo, igualmente a mentalidade do fazendeiro por muito tempo permaneceu ligada à mentalidade do senhor de escravos. Os colonos eram onerados com várias despesas entre as quais o pagamento do transporte e gastos de viagem de toda a família, além da manutenção até os primeiros resultados do trabalho. A situação era agravada pela manipulação das taxas cambiais, juros sobre adiantamentos e preços excessivos cobrados nos armazéns. Isto tornava desigual a divisão dos lucros líquidos que pelo contrato de parceria deviam ser divididos igualmente entre os colonos e o patrão. Além disso, se o colono quisesse ir embora só poderia fazê-lo após saldar sua dívida, o que seria impossível sem endividar-se novamente, o máximo que poderia fazer, portanto, era vender-se para outro patrão. Conforme podemos constatar, a constituição jurídica do trabalho livre não foi condição suficiente para que as relações de produção no campo se modernizassem, o que causou graves conflitos entre fazendeiros e colonos levando estes à rebelião (MARTINS, 1981, p. 63) e consequentemente a crise do sistema de colonato.

No lugar da parceria surgiu uma variedade de relações entre colonos e fazendeiros, entre as quais a colônia particular adquiriu notoriedade. Ela diferia da parceria na modalidade de pagamento do trabalho:

“a família de colonos recebia um pagamento fixo pelo trato da parte do cafezal a seu cargo, tendo que fazer de 5 a 6 carpas por ano. Na colheita recebia uma quantia determinada por alqueire de café colhido, o que representava uma importância variável a cada ano, dependente da produtividade do cafezal. Tal critério não removeu a questão da liberdade do colono, ainda sujeito ao pagamento de

débitos, juros e multas. Sua melhor aceitação em relação ao regime de parceria deveu-se à melhora nos ganhos do colono, acelerando a remissão dos débitos e tornando viável a independência econômica do trabalhador” (*idem*, p. 64).

A partir de 1870 a província de São Paulo passa a subvencionar a imigração, os trabalhadores eram instalados em colônias oficiais em regime de pequena propriedade, contudo, eram colocados em terras impróprias para café ou cana, revelando a intenção do governo em prover força de trabalho para as grandes fazendas, além de produzir alimentos baratos como milho, feijão, arroz e mandioca para subsistência da família de colonos e para a comercialização de excedentes, já que o mercado para esses produtos era muito pequeno, dado que as fazendas produziam para o próprio consumo. O governo, portanto, tratava de “organizar viveiros de mão-de-obra que se oferecesse às fazendas de café para o trato e a colheita à medida que isso fosse necessário” (*idem*, p. 65). Segundo Martins, portanto, o colonato foi recriado para atender as necessidades da grande produção agrícola e do mercado, de forma que as relações não capitalistas de produção (economia familiar) sustentavam o avanço do sistema de produção capitalista no campo.

Bernardo Mançano Fernandes (2004) baseia-se nas teses de Martins para afirmar que as famílias assentadas em projetos de reforma agrária não produzem apenas mercadorias, mas “criam e recriam igualmente a sua existência”. Organizadas em movimentos socioterritoriais “não aceitam as políticas de mercantilização da vida e por essa razão usam meios ‘estranhos’ ao capital que é confrontado a todo o momento” (FERNANDES, 2004, p. 3). Fernandes defende a caracterização camponesa dos assentados nos projetos de reforma agrária na medida em que estes – embora diferenciados entre si – oferecem resistência àquilo que chama de “lógica do capital”, definida implicitamente como “lógica de reprodução ampliada das contradições do capitalismo” (*idem*, p. 7).

Segundo este autor a destruição do campesinato por meio da expropriação ocorre simultaneamente à recriação do trabalho familiar através do assentamento, arrendamento ou da compra da terra. Sob seu ponto de vista após a expropriação, isto é, após o processo de separação entre a força de trabalho e os meios de produção, os produtores rurais criam novamente sua condição de classe camponesa ao retornar a terra. Desta forma é possível entender que o capital em seu desenvolvimento cria trabalhadores expropriados prontos a vender sua força de trabalho, contudo os movimentos sociais como força de resistência favorecem a reinvenção das condições de vida camponesa – trabalhadores autônomos

produzindo em regime familiar para subsistência. Diz o autor: “a conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais” (*idem*, p. 6).

Fernandes aponta duas formas pelas quais o campesinato se recria sob o capitalismo: 1. pela reprodução ampliada das contradições do capitalismo que gera movimentos antagônicos a si próprio, sendo o campesinato – recriado por meio dos assentamentos – uma dessas contradições; 2. politicamente pela afirmação da identidade camponesa nos movimentos sociais que defendem formas de vida e produção que contrariam a “lógica do capital”. Diz o autor:

“É por meio da *ocupação de terra* que historicamente o campesinato tem enfrentado a condição da *lógica do capital*. A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação ou recriação da relação social familiar ou camponesa” (*idem*, p. 7, grifos do autor).

O autor entende, portanto, que seria possível constituir um território onde não penetrassem as relações capitalistas de produção, bem como o universo simbólico e cultural que as acompanha. Um território onde relações tradicionais de produção e de vida fossem recriadas fora do campo de influência do capitalismo. A luta de classes, portanto, aconteceria entre o capital que “expropria e exclui” e o campesinato que “ocupa a terra e ressocializa” (*idem*, p. 8).

A constituição desse território camponês somente é possível, segundo o autor, pela ação política – principalmente por meio das ocupações – aliada ao próprio movimento contraditório do capital. Contudo, mais do que uma discussão conceitual Fernandes revela que a defesa do campesinato é uma ação política que está relacionada aos tipos de reivindicações que estes movimentos fazem junto ao governo federal. Segundo o autor, os movimentos sociais no campo dividem-se entre o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma da questão agrária, sendo que cada uma destas vertentes possui respostas diferentes para o problema da concentração da terra e da sobrevivência da pequena agricultura.

Filiam-se ao primeiro paradigma aqueles que advogam a pequena agricultura plenamente incorporada ao mercado, neste sentido os camponeses se transformariam em uma nova categoria social – os agricultores profissionais – bem como seu modo de vida que

se converteria numa profissão (Cf. ABRAMOVAY, *apud* FERNANDES, 2004, p. 14). Os partidários deste paradigma defendem a compra da terra por meio de empréstimos públicos subsidiados como forma de integrar os sem-terra ao mercado. Os movimentos influenciados por este paradigma – de acordo com Fernandes – foram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)⁴⁹ e a Federação dos trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul (FETRAF-SUL) (FERNANDES, 2004, p. 20-21).

Por outro lado, sob paradigma da questão agrária acolhe-se a defesa da pequena agricultura enquanto forma camponesa de vida e produção com um viés fortemente anti-capitalista, isto é, ligado à defesa da reforma agrária como mecanismo de autonomia camponesa em relação à exploração capitalista. Estes movimentos têm na ocupação de terras seu principal instrumento de reivindicação. Filiam-se a este paradigma os movimentos ligados a Via Campesina⁵⁰ – Brasil: MST, CPT, Movimentos dos Pequenos Agricultores (MAP), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) (*idem*).

Entende-se, portanto, que a disputa entre os paradigmas no âmbito dos movimentos sociais no campo decorre primordialmente de problemas políticos. Segundo Fernandes o paradigma do capitalismo agrário teve forte influência no governo de Fernando Henrique Cardoso. Sinal disto foram as diferentes políticas públicas implantadas como, por exemplo: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Novo Mundo Rural que tinha como principal função a implantação da compra e venda da terra como forma de inibir as ocupações de terra (*idem*, p. 21).

Compreende-se diante desta exposição que a definição de classe do produtor rural adquire uma importância política no âmbito dos movimentos sociais e das políticas públicas, isto é, entendê-lo como camponeses implica em reivindicar do Estado que supra as condições necessárias para que esta classe possa sobreviver com dignidade dentro dos seus padrões econômicos, culturais e sociais. Por outro lado, entendê-lo como um agricultor

⁴⁹ É preciso sublinhar, contudo, que a influência deste paradigma não abrange a ação política da CONTAG de forma integral, uma vez que os dados do DATALUTA 2004 demonstram que no período de 2000 a 2004 o MST e a CONTAG foram as entidades que lideraram as ocupações de terra no Brasil, com 850 e 194 ocupações respectivamente (Cf. DATALUTA- Banco de dados da Luta pela Terra, Relatório 2004, Presidente Prudente, 2006).

⁵⁰ Para desenvolvimento do tema consultar: GUZMÁN e MOLINA (2005). Esta publicação, de iniciativa da Expressão Popular em conjunto com a Via Campesina do Brasil, trata da “evolução do conceito de campesinato”.

profissional equivale a considerá-lo um pequeno empresário ou se preferirmos, um pequeno burguês e se faz necessário, portanto, que as políticas públicas lhe auxiliem a integrar-se plenamente ao mercado. Configura-se, portanto, uma relação de forças onde a disputa por políticas públicas está intrinsecamente ligada à definição da condição de classe dos beneficiários.

Contudo, é necessário ter em mente que não se deve subordinar a teoria à prática, pois manipular o conceito de forma que se encaixe nas necessidades práticas não produz boa política. Embora seja necessário considerar a vinculação teoria - política, em relação dialética, tanto a teoria quanto a política possuem seus próprios campos de domínio. Conforme nos lembra Caio Prado Jr.: “qualquer análise social é sempre afetada, consciente ou inconscientemente, pela posição política do analista. Ele deve por isso fazer que o seja *conscientemente*, a fim de não embaralhar a matéria e divagar sem rumo preciso” (PRADO JR., 1960, p. 172, grifos do autor). Por esta razão à parte do problema político dos movimentos sociais, devemos confrontar as hipóteses apresentadas acima para saber se elas se sustentam na sua própria esfera de domínio, isto é, no campo teórico.

Retomando a discussão inicial sobre a questão agrária, passaremos a considerar a corrente teórica que entende que o processo de desenvolvimento capitalista no campo engendra a proletarização do campesinato e, conseqüentemente o seu esgotamento. Segundo Octavio Ianni (2005, p. 128) o proletariado, como categoria política fundamental da sociedade agrária brasileira, encontra seus primeiros anos de formação concomitantemente ao estabelecimento da hegemonia da cidade sobre o campo, isto é, à medida que o setor industrial suplanta o setor agrícola econômica e politicamente no controle das estruturas de poder no país ocorre o surgimento do proletariado rural brasileiro como categoria política.

Segundo o autor, no período de 1929 a 1933 a grande depressão econômica e a Revolução de 1930 assinalaram o final do Estado oligárquico no Brasil. Nessa época as burguesias agrárias e comerciais – ligadas ao setor de exportação e importação – perdem o controle exclusivo do poder político que passa às mãos das classes urbanas emergentes (empresários, industriais, classe média, militares, operários). A revolução de 1930 representou a vitória da cidade sobre o campo, criando condições políticas favoráveis à futura hegemonia do setor industrial sobre o setor agrário, especialmente a partir da década

de 1950. Além disto, o setor industrial adquire importância no conjunto do subsistema econômico brasileiro e se desenvolve mais rapidamente que o setor agrário (Cf. IANNI, 2005, p. 129). Em suma, a reprodução do capital na economia brasileira passa a ser controlada pela reprodução do capital industrial. Especialmente entre os anos 1950 e 1960 as decisões sobre a política econômica governamental foram tomadas em função dos interesses e das perspectivas abertas à burguesia industrial, em sentido amplo. Contudo, no que se refere às forças produtivas (capital, tecnologia, força de trabalho e divisão social do trabalho) os setores industrial e agrário eram complementares e interdependentes, relação que se desenvolve e se aprofunda. Diante disto, compreende-se o desenvolvimento cada vez maior da dependência da sociedade agrária: o produto do trabalho agrícola passou às mãos de outras esferas do sistema econômico nacional e mundial, como mercadoria para a cidade e para o comércio mundial sob o controle de empresas e grupos econômicos. Por esta razão, segundo o autor, as decisões de política econômica foram tomadas principalmente em função dos interesses predominantes no setor industrial – nacional e internacional (*idem*).

O trabalhador rural, ligado ao mesmo sistema de produção capitalista que o trabalhador industrial, tem a função de produzir excedentes, tal qual o trabalhador industrial. Contudo ele está em desvantagem, pois trabalha maior número de horas para conseguir o mesmo produto de seu trabalho e igualmente necessita de maior quantidade de força de trabalho. O produtor rural, portanto, está inserido num sistema de relações comerciais como fornecedor de força de trabalho produtiva. O excedente de seu trabalho é repartido por diferentes elementos dos setores do sistema global: o proprietário, o arrendatário da terra, o comerciante de produtos agrícolas na cidade, o comerciante no mercado mundial, a empresa industrial que consome a matéria-prima de origem agrícola e o aparato governamental. Diz Ianni: “o trabalhador rural, portanto, se encontra no centro de um sistema de produção bastante amplo e complexo, é como se fosse o vértice de uma pirâmide invertida” (cf. IANNI, 2005, p. 131).

Do ponto de vista da economia, a origem do proletariado rural depende da efetiva separação entre o produtor (o camponês) e a propriedade dos meios de produção. Ianni distingue duas configurações econômico-sociais e políticas no processo de transformação entre o ser camponês e o ser proletário. Na primeira situação o camponês está completamente inserido no universo prático e ideológico característico da grande unidade

econômica – universo sócio-cultural e ideológico de tipo comunitário – de forma que a unidade produtiva representa seu universo de interações sócio políticas e econômicas. Pouca ou nenhuma consciência tem de integrar um município ou um distrito – a experiência da vida prática não lhe permite se desenvolver como um cidadão e se conscientizar de sua responsabilidade acerca do seu próprio destino. Numa situação posterior as relações de produção da grande unidade econômica – a fazenda – são rompidas em decorrência das inovações nas forças produtivas provenientes da transformação do mercado nacional e internacional (ou em função da expropriação em função da grilagem de terras). Rompem-se os vínculos jurídicos, morais, culturais, sociais e políticos que mantêm o camponês como parte do sistema social da fazenda. Em outros termos – ocorre ruptura entre a propriedade dos meios de produção e o camponês e “no momento em que o trabalhador agrícola se transforma em assalariado (tanto prática como ideologicamente), surge o proletariado rural” (*idem*, p. 133).

Martins (1975, p. 60) parte da mesma constatação que Ianni, isto é, que a transferência de renda da agricultura para a indústria subordina a economia agrária, contudo, difere deste por entender que mesmo sendo suporte da industrialização está estruturada essencialmente por relações de produção não capitalistas. Conforme já expusemos, essas relações são caracterizadas como não capitalistas em virtude de não serem mediadas pelo mercado – que nesta perspectiva seria externo à produção. Contudo, deve-se ressaltar que o pequeno produtor, ainda que não venda sua força de trabalho, necessita vender seus produtos no mercado, que não pode ser exterior à sua economia já que dele dependem seus negócios. Além disto, dadas as dificuldades de manutenção da agricultura familiar diante da produção em larga escala que barateia os custos das grandes propriedades mecanizadas e a franca retração em que se encontra atualmente a pequena produção familiar, se o produtor não se assalariar para completar sua renda, dependerá de crédito para investir na produção, de forma que estará inserido no conjunto de relações capitalistas que vão além do mercado. Em outros termos: “mesmo que o capital não exproprie o lavrador ele já invadiu o seu mundo e submeteu a produção ao seu domínio” (BERTERO, 2007, p. 108).

Bertero contesta a afirmação da autonomia camponesa feita por Martins, pois para tal seria necessário que o lavrador e sua produção estivessem à margem do capital, fora do

seu alcance, “algo que não acontece, nem mesmo com os que ocupam novas terras, a menos que se isolem de fato” (*idem*, p. 109). Neste sentido a autonomia é uma ilusão, pois segundo esclarece este autor, as mercadorias produzidas pelos pequenos produtores não são outra coisa senão trabalho social objetivado em diversos valores de uso (ou serviços), cujo tempo social gasto deve sempre ser reduzido mediante o progresso técnico nem sempre ao alcance dos pequenos produtores, o que os impele a estabelecer parcerias com empresas agrícolas como usinas ou destilarias, estabelecendo vínculos com a produção social de que dependem seus negócios (*idem*, p. 110). A agricultura de subsistência cada vez mais encontra dificuldades para existir sem o complemento do assalariamento e a necessidade do dinheiro para as trocas se generaliza. Dessa forma o universo sócio-cultural e ideológico do camponês desagrega-se mesmo antes que suas relações de produção se alterem completamente, dado que a proletarianização do camponês é um processo e por isso diferentes formas de vida se interpõem até que se complete o processo.

Não se pode discordar do fato de que o aprofundamento das relações capitalistas no campo não exclui completamente as formas pré-capitalistas ou subcapitalistas, resta saber, contudo, se estas formas de produção são necessariamente camponesas. Para Caio Prado Jr. (1966, p. 52-53) a parceria – da forma como geralmente se pratica no Brasil – diferentemente de como se apresentou na Europa feudal, pelo menos nas regiões de maior significação econômica e social no conjunto da vida brasileira, consiste numa relação de emprego, com remuneração *in natura* do trabalho. Isto é, o pagamento do trabalhador é feito com parte do produto – a metade na meação e duas terças partes na terça. Lembremos que Martins entende que o trabalho remunerado desta forma não pode ser considerado capitalista, contudo Prado Jr. atesta que esta composição de trabalho assalariado é também uma forma capitalista de relação de trabalho em suas implicações sócio-econômicas. Vejamos a questão de forma mais detida.

A parceria representa no Brasil, segundo Prado Jr., tipo superior de relação de trabalho e produção quando comparado às puras e típicas relações capitalistas, como o assalariamento, no que diz respeito ao trabalhador, suas conveniências e seu padrão e estatuto sociais. A parceria apresenta maior produtividade, além de nível tecnológico e social superior (PRADO JR., 1966, p. 56). Neste sentido, o capital atua criando novas modalidades de exploração capitalista e não apenas formas não capitalistas de produção.

Para compreender estas inovações no campo brasileiro deve-se levar em conta o seu passado escravista, já que não é possível afirmar categoricamente que o Brasil teve um passado feudal – este era, aliás, um debate bastante presente nas décadas de 1960 e 1970 – que têm em Caio Prado Jr. um de seus mais enérgicos opositores. No Brasil – diz o autor – a escravidão que, apenas duas gerações passadas ainda conheceram e que se prolonga até hoje à margem da lei, imprime seu cunho anacrônico às relações de trabalho de boa parte do campo brasileiro (*idem*, p. 57).

É necessário definir, portanto, se o resultado da produção capitalista de relações de produção não capitalistas pode ser classificado como camponês ou se, pelo contrário, as formas anacrônicas de exploração remetem-se à escravidão. Lembramos que a analogia entre o colonato e a escravidão já foi citada neste trabalho fundamentada na análise de José de Souza Martins e que, portanto, o próprio autor que defende a permanência do campesinato no Brasil reconhece na exploração do trabalho no campo a similaridade com a escravidão. Estas formas anacrônicas de trabalho, portanto, encontram no capital não sua extinção, mas seu aprofundamento, podendo resultar nas mais selvagens formas de exploração do trabalho. Conforme nos esclarece Florestan Fernandes:

“Segundo, a tendência da economia agrária de reproduzir formas pré-capitalistas ou subcapitalistas de exploração do trabalho, projetando as relações de trabalho para fora do mercado interno ou deprimindo severamente o valor do trabalho assalariado, frequentemente tratado como ‘trabalho semilivre’. Os diferentes mecanismos ou artifícios, através dos quais esse objetivo é atingido, são mal conhecidos” (FERNANDES, 1972, p.187)

Voltando à problemática da permanência camponesa no Brasil, Prado Jr. sublinha que o que essencialmente caracteriza o feudalismo – tal como encontramos na Europa medieval e também nos remanescentes subsistindo na Rússia Tzarista dos fins do século XIX e princípio do século XX – é a ocorrência na base do sistema econômico-social de uma economia camponesa, isto é, a exploração parcelária da terra pela massa trabalhadora rural. Esta economia camponesa é subjugada por uma classe nitidamente diferenciada e privilegiada, de origem aristocrática. A classe dominante explora a massa camponesa e se apropria do subproduto do seu trabalho através dos privilégios que lhe são assegurados pelo regime social e político vigente, que se realiza sob forma de relações de dependência e subordinação pessoal do camponês. Este camponês é o efetivo ocupante e explorador da terra, é detentor dos meios de produção. A exploração de sua força de trabalho se faz pelos

privilégios que asseguram direitos ao senhor feudal, o que redundando em obrigações para o camponês (PRADO JR., 1966, p. 58).

Com a progressiva desintegração deste sistema, o senhor feudal se transforma no simples grande proprietário. Os direitos dos senhores, mesmo legalmente abolidos se conservam e perpetuam, redundando em conflitos e lutas de classe que se dão a partir da reivindicação camponesa pela libertação da sujeição e pela livre utilização da terra pelo trabalhador. Essas lutas da massa camponesa – diz o autor – vieram da Europa de longa data, mas encontraram sua grande oportunidade somente na fase de transição para o capitalismo. As aspirações camponesas se somaram aos objetivos gerais da burguesia gerada pelo capitalismo e se traduziram no plano econômico pela penetração das relações capitalistas no campo. A reforma agrária que se propõe em correspondência e continuação à luta camponesa é a transformação do latifúndio feudal em exploração capitalista, é a substituição do senhor feudal pelo camponês capitalista, isto é, a abolição dos privilégios feudais implica no direito do camponês ao livre desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, sua transformação em produtor capitalista (*idem*, p. 59).

Como a reforma agrária não aconteceu, deparamo-nos hoje – quando o capital encontra-se em estágio avançado de desenvolvimento no campo – com uma situação de exploração do trabalho que, se não pode ser caracterizada como puramente capitalista, também não pode ser caracterizada como especificamente camponesa, a não ser de forma residual, nas palavras de Prado Jr.:

*“Efetivamente, o que no Brasil constitui propriamente economia camponesa (a exploração parcelaria e individual do pequeno produtor camponês que trabalha por conta própria e como empresário da produção, em terras suas ou arrendadas), isto representa via de regra um setor residual da nossa economia agrária. Aquilo que essencial e fundamentalmente forma esta nossa economia agrária, no passado como ainda no presente, é a grande exploração rural em que se conjugam, em sistema, a grande propriedade fundiária com o trabalho coletivo e em cooperação e conjunto de numerosos trabalhadores. No passado esses trabalhadores eram escravos, e era isso que constitui o sistema, perfeitamente caracterizado, que os economistas ingleses do passado denominaram *plantation system* (sistema de plantação), largamente difundido por todas as áreas tropicais e subtropicais colonizadas por europeus e que Marx se refere em diferentes passagens de O Capital” (*idem*, p. 63, grifos nossos).*

Segundo Ianni, a análise dos diferentes aspectos dessas condições de desenvolvimento capitalista no campo que engendram a formação do proletariado rural revela que a sociedade agrária brasileira apresenta desigualdades e descontinuidades de vários tipos, o que dificulta muito a caracterização geral de classe do pequeno produtor ou do trabalhador rural, contudo não impede que se possa indicar e descrever a tendência

predominante na evolução das relações de produção, “nesse sentido, a transformação das relações econômicas, sociais e políticas produzem uma *modificação qualitativa* nas condições de organização e na compreensão do trabalhador rural brasileiro” (IANNI, 2005, p.145, grifos nossos). O que se observa como tendência predominante no campo, pelo menos nos últimos cinquenta anos é a progressiva proletarização dos camponeses.

O processo de proletarização que ocorre tanto na cidade como no campo – descrito por Ianni – tem início com a ampliação e aprofundamento do sistema capitalista de produção, que altera as relações sociais de produção, bem como o padrão de vida dos trabalhadores. No caso das modernas usinas de cana-de-açúcar, cada vez mais requisitadas para produção de álcool combustível, a produção de matéria-prima teve que se expandir ocupando toda a área da propriedade rural inclusive aquela reservada para plantação de culturas de subsistência dos colonos. Além disto, o tempo livre de que dispunha o trabalhador para se dedicar às culturas particulares também desaparece, transformando o produtor progressivamente num assalariado sem outra fonte de recurso que o salário percebido. Ele passa, portanto, a comprar o alimento para sua subsistência e não mais a produzi-lo (*idem*, p. 134). Coisa semelhante ocorre em São Paulo – conforme ressalta Caio Prado Jr. – com a substituição em proporções crescentes do antigo colono das fazendas de café pelo diarista, isto é, pelo assalariado puro (*idem*).

Depreende-se disto que o desenvolvimento das forças produtivas (capital, tecnologia, força de trabalho, divisão social do trabalho) e das relações de produção (de colono ou meeiro a assalariado) é a base da metamorfose do camponês em proletário, pois

“a grande exploração de tipo comercial (como é o caso em todos os principais setores da agropecuária brasileira) tende, quando a conjuntura lhe é favorável, a se expandir e absorver o máximo de terras aproveitáveis, eliminando lavradores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência” (PRADO JR., 1960, p. 181).

Mas não apenas mudanças econômicas contam nesta equação, pois as modificações dos valores culturais e padrões de comportamento individual e coletivo marcam essa passagem. Fazenda, camponês e capataz – elementos do universo cultural e simbólico camponês marcado por valores e normas de ação caracterizam o pensamento específico da fazenda – como o sistema patrimonial de organização da vida – onde predominam as relações pessoais que explicam que o fazendeiro possa ser compadre do camponês. “Em nível ideológico, está ali o reino do valor de uso” (IANNI, 2005, p. 145). Isto quer dizer

que as relações de produção não são consideradas ou avaliadas em termos da economia de mercado, apesar de produzir para o mercado. O camponês aliena boa parte do produto do seu trabalho, mas não dispõem das condições sociais e culturais indispensáveis para a compreensão de sua situação real. Ele é somente uma classe econômica subalterna, vive na condição de uma “classe em si” (*idem*). Como proletário, o trabalhador rural está prática e ideologicamente divorciado dos meios de produção e do universo da fazenda – seu grupo – “seu nós são principalmente os outros trabalhadores” (*idem*, p. 146). Nesta situação, as relações de produção passam a ser compreendidas e avaliadas com maior clareza, como relações mercantilizadas ou mercantilizáveis. “Nesse contexto o trabalhador aparece como uma classe política, que tem uma consciência política mais autônoma, como classe para si” (*idem*).

As mudanças sócio-culturais e ideológicas interagem com as mudanças econômicas resultando em crises que se expressam – segundo Ianni – no aparecimento de movimentos como o messianismo, o banditismo, ligas camponesas e sindicatos rurais (*idem*, p. 134). Antigas formas de dominação – poder dos coronéis ou dos patrões, a situação de subalternidade e a própria exploração do trabalho – passam a ficar mais visíveis e tornar-se instrumento de tensões e crises nas formas tradicionais de vida. Para o autor, a sindicalização rural foi o último acontecimento político importante⁵¹ no processo de transformação do camponês em proletário, teve, contudo, uma reação moderadora, iniciando uma fase de burocratização da vida política do proletariado rural (*idem*, p. 145).

O surgimento do proletariado rural teve, portanto, uma base econômica que se fez acompanhar por importantes transformações sócio-culturais e ideológicas. Por esta razão não se pode aceitar o argumento de Bernardo Mançano Fernandes (2004) acerca do caráter camponês dos assentados. Uma classe social é definida pela sua forma de inserção na estrutura de produção, que está intrinsecamente ligada ao seu respectivo universo sócio-cultural. Dado que os camponeses passaram por um processo de proletarização e, embora ainda persistam variadas formas de relações de produção consideradas pré-capitalistas ou subcapitalistas, o universo cultural e simbólico que permeava o mundo camponês é continuamente assediado pela influência econômica e ideológica do capital, tornando-se de

⁵¹ É necessário considerar que este texto de Ianni data de 1971, é anterior, portanto, ao nascimento dos movimentos sociais que lutam pela terra de forma independente em relação ao sindicato.

fato impossível a recriação política da classe. Seria um grave erro imaginar a possibilidade real de recriação política de uma classe mesmo diante da inexistência de base econômica para tal. Supor que uma situação passada possa artificialmente ser recriada e inserida em um sistema de produção completamente diverso é um erro teórico que consequentemente se configurará também num erro político na medida em que a caracterização de classe determinará as alianças e a política do grupo. Entender-se como camponês impede a identificação entre os trabalhadores do campo e da cidade numa aliança política. O autor sugere que os movimentos sociais que se contrapõe a “lógica do capital” afirmam-se camponeses, contudo, a contestação política do sistema não necessariamente está ligada à afirmação de uma forma pré-capitalista de produção, mesmo porque ela não poderá ser recriada artificialmente. O risco que está colocado é que, na tentativa de recriação do campesinato, os movimentos sociais acabem por reforçar as fileiras da pequena burguesia rural, pois:

“no regime capitalista, o pequeno agricultor transforma-se, quer queira ou não, quer perceba ou não, num produtor de mercadorias. E é nesta modificação que está o essencial. Mesmo quando o pequeno agricultor não explora o trabalho assalariado, esta mudança é suficiente para fazer dele um antagonista do proletariado, para transformá-lo num pequeno-burguês” (LENIN, *apud* MACHADO, 2007, p. 170, grifos nossos).

Muito provavelmente a dificuldade em manter a ligação política entre os assentamentos e a organização do MST, conforme veremos no próximo capítulo, se deve justamente a criação – mesmo contra a vontade e contra os objetivos do Movimento – de relações capitalistas de produção por meio da pequena propriedade.

Ainda que contra a orientação dos intelectuais do MST e da própria Via Campesina – que optam por considerar a composição da base do Movimento como camponesa (conforme vimos acima) – adotamos a terminologia “trabalhador rural”, por entender que de fato são trabalhadores proletarizados (assalariados) ou semi-proletarizados (semi-assalariados) que lutam pela reconquista da terra, não necessariamente pela utopia de converterem-se novamente em camponeses, mas porque resistem à expulsão da terra e a crescente pauperização que os relega a condições precárias de vida.

Para tratar deste tema, devemos retomar a primeira questão exposta no início deste capítulo – quem são os sem-terra. Vamos retroceder aos primeiros anos de sua formação e acompanhar seu desenvolvimento, bem como sua adaptação e reinvenção nas diferentes conjunturas políticas e econômicas experimentadas em duas décadas de existência.

A história da expulsão em 1978 de mil e oitocentas famílias de colonos – rendeiros – que viviam nas terras dos índios Kaingang, na reserva indígena de Nonoai, região leste do Rio Grande do Sul, consiste no ponto de partida para a caracterização dos sujeitos sociais envolvidos nos primórdios da organização dos trabalhadores rurais que culminou com a formação do MST.

Segundo nos informa Fernandes (2000, p. 50) a entrada das primeiras famílias começa na década de 1940 com o arrendamento de lotes da reserva indígena de até vinte hectares. Novas famílias não autorizadas, contudo, continuamente se estabelecem na reserva. Em decorrência, em 1963 em torno de cinco mil famílias acampadas na região são despejadas. Parte das famílias que resistiram no local aceitou a oferta do governo estadual para se tornarem rendeiras do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e permaneceram na reserva. Somente quinze anos depois, com a organização dos índios Kaingang essas famílias foram expulsas (*idem*, p. 51). Menos de dois meses após terem saído da reserva indígena de Nonoai, os trabalhadores sem-terra começaram as primeiras ocupações. Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra puderam se organizar e, diante da inércia do governo em resolver a situação das famílias expulsas, em setembro 1979, ocuparam as Glebas Macali e Brilhante em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essas ocupações representaram o impulso inicial para a constituição e estabelecimento nacional do que conhecemos hoje como MST.

Nas regiões do Sul do país onde a pequena produção agrícola sempre foi extremamente importante, esses primeiros trabalhadores sem-terra representavam a objetivação da crise de reprodução da pequena agricultura, incapaz de concorrer com a produção em larga escala favorecida pela mecanização das grandes propriedades agrícolas que desempregaram centenas de trabalhadores destas pequenas propriedades. Segundo Coletti (2005, p. 259) o aumento do desemprego rural está diretamente relacionado à falência dos pequenos estabelecimentos agrícolas. Baseado no Censo Agropecuário de 1996, o autor esclarece que 40,7% da mão-de-obra agrícola concentravam-se nos estabelecimentos de até dez hectares e 39,9% nos de dez a cem hectares. Com o desaparecimento de quase um milhão de estabelecimentos (Quadro 3), muitos empregos rurais também deixaram de existir.

Quadro 3 - Confronto dos resultados dos censos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 – Brasil.

Condição do produtor, utilização das terras, pessoal ocupado.	1970	1975	1980	1985	1995-1996
Estabelecimentos	4 919 089	4 993 251	5 159 850	5 802 206	4 859 865
Condição do produtor					
Proprietário	3 092 482	3 199 331	3 390 582	3 748 024	3 604 343
Arrendatário	636 885	570 305	585 787	575 119	268 294
Parceiro	380 061	299 212	318 714	444 324	277 518
Ocupante	809 661	924 403	864 767	1 034 739	709 710

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1995 – 1996⁵².

Notemos que num período de 10 anos (de 1985 a 1995/1996) desaparecem 942.341 estabelecimentos rurais. Significativo observar também que neste período, enquanto a condição de proprietário se mantém relativamente estável, há uma diminuição radical da condição de arrendatário (que diminui mais da metade, perdendo 306.825 postos) e de parceiro (que perde 166.806 postos). Enquanto isto, a condição de ocupante apresenta um ritmo crescente cujo pico se dá em 1985, coincidindo com a formação do MST. Já em 1996 o índice de ocupantes decai, possivelmente devido às políticas repressivas de Collor e Fernando Henrique. Conforme já destacamos, nestes períodos de maior coerção, o Movimento adotou estratégias alternativas às ocupações, como caminhadas, acampamentos na beira das estradas próximas a propriedades improdutivas e a Marcha Nacional de 1996, como forma de evitar o desmantelamento de sua base social.

A diminuição dos estabelecimentos rurais é acompanhada pela diminuição do emprego da mão-de-obra agrícola. Os dados do censo revelam que neste intervalo de 10 anos (1985–1995) 5.464.029 postos de trabalho desaparecem, como mostra o quadro 4:

Quadro 4 –Pessoal ocupado no campo: Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários - Brasil 1970/2006.

Dados estruturais	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Pessoal ocupado ⁵³	17 582 089	20 345 692	21 163 735	23 394 919	17 930 890	16 414 728

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006 ⁵⁴.

⁵² Disponível: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996.

⁵³ Nota do IBGE: “Em 1995-1996 o pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor que trabalhava no estabelecimento e recebia salário foi incluído como empregado contratado sem laço de parentesco com o produtor” (http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/tabela1_1.pdf).

⁵⁴ Disponível: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006>.

Além do desemprego rural, deve-se considerar a concentração fundiária – acelerada no período do regime militar e que expropriou os pequenos produtores de suas terras – como condicionantes da formação de um expressivo contingente de mão-de-obra agrícola não ocupada. Conforme já exposto no capítulo anterior, em 1991 os estabelecimentos com mais de 1000 hectares representavam 1% do número total, mas abrangiam 43,9% da superfície agrícola do país. Os estabelecimentos de 100 a menos de 1000 hectares representavam 9% do número total e ocupavam 35%. Já os estabelecimentos com menos de 100 hectares representavam 90% do número total, contudo, ocupavam apenas 21,1% da superfície agrícola (cf. FERNANDES, 1996, p. 41).

Estes dados nos fornecem importantes indícios da formação de um contingente rural passível de ser organizado pelos movimentos sociais e organizações políticas no campo. Contudo, para que possamos comprovar a origem rural da base social do MST reconstruiremos a trajetória da formação e desenvolvimento deste Movimento, utilizando também pesquisas sócio-econômicas realizadas em assentamentos e acampamentos, que nos proporcionam um esclarecedor perfil da sua população.

Fernandes (2000) realiza um minucioso trabalho de pesquisa onde descreve a gestação, territorialização e consolidação do MST por todo Brasil. Segundo este autor nos anos de gestação do Movimento, que são fixados no período de 1979 a 1985, a organização dos sem-terra alcançou os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Num encontro do MST realizado em Goiânia em setembro de 1982 com agricultores organizados provenientes destes cinco Estados do Sul as categorias de trabalhadores presentes eram: posseiros, assalariados rurais, arrendatários, meeiros e parceiros (p. 76). Nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em virtude das circunstâncias já descritas, predominavam trabalhadores assalariados, meeiros, parceiros, pequenos arrendatários e filhos de pequenos proprietários. No Estado do Paraná incluem-se também os trabalhadores atingidos pela construção das barragens da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que expropriou milhares de famílias de oito municípios do extremo oeste do Estado (FERNANDES, 2000, p. 65).

A população sem-terra organizada pelo MST no Oeste e no Sudoeste do Estado de São Paulo era composta por posseiros, rendeiros, meeiros e bóias-frias. No oeste de São Paulo a base do MST foi mobilizada a partir da expulsão de posseiros em virtude da

grilagem de terras. A região do Pontal do Paranapanema registra o maior número de conflitos no Estado, onde se efetuou uma apropriação ilegal de terras de mais de um milhão e cem mil hectares desde o final do século XIX (Cf. FERNANDES, 2000, p. 66). Em Sumaré, município da região de Campinas, as famílias que participaram das primeiras ocupações eram provenientes da cidade e foram organizadas pelo trabalho das CEBs com hortas comunitárias. Segundo Fernandes trata-se de famílias expropriadas e expulsas do campo que, migrando para as cidades depararam-se apenas com o desemprego e que encontram na luta pela terra uma forma de garantir a sobrevivência (*idem*, p. 68), cumprindo, portanto, a trajetória de retorno para o meio rural após uma experiência urbana frustrada.

No Mato Grosso do Sul o Movimento organizou trabalhadores “arrendatários temporários”. Esses trabalhadores eram contratados para formação de fazendas e pastagens, para isto tinham que derrubar a mata e plantar capim. Depois de formadas as fazendas, contudo, eram dispensados e obrigados a migrar para novas terras. A maioria dos conflitos originava na constante luta dos trabalhadores para permanecer na terra (*idem*, p. 69).

Entre os anos de 1985 e 1990 o MST se consolida em vinte e três estados da Federação, alcançando além dos cinco estados do Sul/Sudeste, também os estados das outras regiões do país, estabelecendo-se por todo o território nacional. A grande maioria das famílias assentadas do MST no período de 1979 a 2000 se concentrava no Norte, que representava 37,3% do total de famílias do MST, seguido pelas regiões: Nordeste com 34,2%, Centro-Oeste que representava 16,6%, Sudeste com 6,2%, e por último o Sul com 5,7% do total de famílias assentadas, conforme nos mostra o quadro abaixo:

Quadro 5. Número de Assentamentos Rurais do MST – 1979 a 2000

Região UF	Assentamentos	%	Famílias	%	Área (ha)	%
NORTE	882	17	212.547	37,3	13.028.269	50,9
AC	58	6,6	11.194	5,3	783.314	6
AM	30	3,4	16.471	7,7	1.391.339	10,7
AP	27	3,1	9.012	4,2	1.381.898	10,6
PA	398	45,1	112.488	53	5.833.718	44,8
RO	107	12,1	30.481	14,3	1.692.991	13
RR	30	3,4	13.911	6,5	985.375	7,6
TO	232	26,3	18.990	9	959.634	7,3
NORDESTE	2.328	44,8	194.830	34,2	6.030.533	23,6
AL	59	2,5	6.307	3,2	42.330	0,7

BA	312	13,4	31.048	16	1.005.629	16,7
CE	503	21,7	24.125	12,4	832.039	13,8
MA	477	20,5	65.137	33,4	2.428.079	40,2
PB	187	8	11.431	5,9	178.834	3
PE	223	9,6	13.185	6,8	174.784	2,9
PI	263	11,3	22.438	11,5	898.377	14,9
RN	222	9,5	15.808	8,1	390.189	6,5
SE	82	3,5	5.351	2,7	80.272	1,3
CENTRO-OESTE	628	12,1	94.546	16,6	4.916.369	19,2
DF	3	0,5	103	0,1	1.870	0
GO	211	33,6	14.394	15,2	569.559	11,6
MS	109	17,4	18.226	19,3	448.749	9,1
MT	305	48,5	61.823	65,4	3.896.191	79,3
SUDESTE	511	9,8	35.107	6,2	971.739	3,8
ES	58	11,3	2.922	8,3	28.640	3
MG	214	41,9	13.368	38	567.139	58,3
RJ	62	12,1	6.447	18,4	81.393	8,4
SP	177	34,7	12.370	35,3	294.567	30,3
SUL	851	16,3	32.703	5,7	651.704	2,5
PR	318	37,3	17.767	54,3	352.794	54,1
RS	232	27,3	9.677	29,6	211.313	32,5
SC	301	35,4	5.259	16,1	87.597	13,4
BRASIL	5.200	100	569.733	100	25.598.614	100

Fonte: www.mst.org.br/biblioteca. Acesso em 11/01/2008.

No Norte, Nordeste e Centro-Oeste a grande maioria dos trabalhadores sem-terra era formada por posseiros expulsos da terra em decorrência da grilagem. Havia também entre eles arrendatários (Alagoas), assalariados rurais (Paraíba) e migrantes (Pará) originários do Nordeste, do Sul e do Sudeste que iam trabalhar nos projetos de colonização dos governos militares no Norte do país e que, pela falta de assistência, migravam novamente a procura de condições de sobrevivência (FERNANDES, 2000, p.89). Segundo Leite *et al.* (2004, p. 48) esses migrantes, em sua maioria de origem rural e do sexo masculino, eram resultado também da febre do ouro (com a descoberta de minas de ouro em Serra Pelada e vários outros pequenos garimpos), da abertura de serrarias e da implantação do Parque Siderúrgico Grande Carajás.

As expulsões da terra se faziam com métodos violentos e assassinatos de trabalhadores envolvidos em conflitos de terra eram freqüentes nestas regiões. De 1982 a 1984 quase metade dos trabalhadores assassinados no país era proveniente dos Estados do Pará, Goiás e Pré-Amazônia Maranhense (Oeste maranhense) (*idem*). Nesta última, financiamentos da SUDAM para implantação de projetos agropecuários viabilizaram o estabelecimento de empresas capitalistas como Mesbla, Sanbra, Cacique, Varig, Sharp e

Pão de Açúcar, que expulsavam violentamente os posseiros de suas terras e, em muitos casos, executavam a “limpeza da área” que consistia na ação de policiais e pistoleiros contratados para realização de chacinas contra a população que vivia naquelas terras há décadas (FERNANDES, 2000, p. 121).

No Sudeste os sem terra eram trabalhadores rurais desempregados ou pequenos proprietários expropriados. Dezenas deles migraram para as cidades onde passaram a viver nas favelas e foram organizados pelo MST através do trabalho das CEBs. Em Minas Gerais o trabalho de base efetuado pelos militantes do MST em cooperação com as CEBs mobilizou pequenos proprietários rurais, meeiros, posseiros, parceiros, rendeiros, agregados e assalariados – população que integrava as Comunidades de Base (*idem*, p.135). No Espírito Santo o MST foi iniciado na favela Pé Sujo, na periferia da cidade de São Mateus, no Litoral Norte do estado. Famílias que chegaram à periferia em decorrência de sua expulsão do campo por grandes projetos agroindustriais, principalmente de eucalipto e cana-de-açúcar (implantados com financiamento público desde meados da década de 1960) passaram a integrar a base do Movimento Sem-Terra (*idem*, p.139). Igualmente no Rio de Janeiro ocorreu participação massiva de trabalhadores urbanos, segundo Fernandes, possivelmente em decorrência da própria concentração demográfica nas cidades. O autor esclarece que, de acordo com dados do Censo Demográfico de 1980, 92% da população carioca era urbana (*idem*, p. 145). O trabalho do MST no Rio de Janeiro inicia-se em 1984 por meio do contato entre sem-terras paranaenses e gaúchos e um grupo de famílias de trabalhadores urbanos e rurais que ocupavam uma área da fazenda Campo Alegre na região metropolitana com o apoio da CPT.

A presença de trabalhadores urbanos no MST se intensifica na década de 1990 nos acampamentos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. De acordo com Fernandes (2004, p. 50) isto se deve ao desemprego estrutural que atinge os trabalhadores nesta década. Na região Nordeste, o Movimento organizou migrantes nordestinos retornados da região Sudeste por causa do desemprego. No estado de São Paulo, o MST em trabalho conjunto com o Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST) começa a organizar as famílias por moradia e por terra. Isto resultou no aumento do número de famílias de origem urbana nas

ocupações de terra. A presença de trabalhadores de origem urbana no Pontal do Paranapanema chega a 50% entre as famílias assentadas (*idem*)⁵⁵.

A partir de meados de 1990, portanto, percebe-se uma reorientação na estratégia de mobilização e os trabalhadores urbanos, principalmente os trabalhadores desempregados, passam a ser foco do MST de uma forma mais sistemática. Isto ocorre como iniciativa e como resposta a conjuntura econômica da época conforme exposto acima. Observa-se, desta forma, um numeroso contingente de desempregados e subempregados urbanos passa a engajar-se na luta pela terra como forma de sobrevivência:

“O ano de 1995 marca o início de uma tendência que aponta para a sua consolidação nesta virada de século: grande contingente populacional que habita nas periferias de cidades, sem perspectivas de vida, volta ao campo ocupando terras porque acredita que esta é uma possibilidade de garantir sua continuidade de vida. A maioria dos acampamentos de sem-terra, em 1995, conta com um grande número de pessoas oriundas de favelas e periferias urbanas. Para muitos, esta é uma volta às origens, que completa o círculo: da roça para a favela e dela para a roça” (CPT, 1995, p. 22, *Apud* COLETTI, 2005, p. 260-261).

No Pontal do Paranapanema, região do Estado de São Paulo com maior número de assentamentos e de famílias assentadas, o processo de mobilização do MST iniciou-se com trabalhos de base na periferia das cidades e consumou-se nas ocupações de terras devolutas a partir de 1990 (FERNANDES & RAMALHO, 2001, p. 242)⁵⁶.

O início do processo de mobilização e organização dos trabalhadores pode ser descrito da seguinte forma:

“A ocupação de terra começa com o trabalho de base, quando os sem-terra do MST visitam as casas de famílias nas periferias das cidades (pequenas, médias e grandes – inclusive nas regiões metropolitanas) para convidar pessoas interessadas em participar na luta pela terra e pela reforma agrária. Essas pessoas reúnem-se em diferentes lugares: salões paroquiais, escolas, sedes de sindicatos ou na própria casa de uma das famílias participantes. (...) A Interação acontece porque as

⁵⁵ O autor aponta para uma tendência cada vez maior do engajamento de trabalhadores desempregados de origem urbana nos assentamentos como forma alternativa de sobrevivência. No Rio Grande do Sul, a partir do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) as ocupações de terra nos municípios da região metropolitana de Porto Alegre têm presença massiva de trabalhadores urbanos com o objetivo de desenvolverem atividades agrícolas e não agrícolas como forma de subsistência (FERNANDES, 2004, p. 50-51).

⁵⁶ Segundo Fernandes e Ramalho, a atividade do Movimento estaria contribuindo para o retorno da população rural que migrou para as cidades na década de 1970 e 1980, em virtude da “implantação do atual modelo econômico da agropecuária, que privilegiou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa (...) esse modelo de desenvolvimento provocou intenso êxodo rural, quando todas as cidades do Pontal perderam grande parte de sua população rural. Nesse período, em quase todo Brasil, a trajetória de grande parte das famílias camponesas foi em direção às cidades, desde a cidade do seu município à cidade pólo da região e rumo às metrópoles. Outra parte migrou para outras regiões do país em busca de novas terras. A não realização da reforma agrária e a inexistência de uma política agrícola destinada à agricultura camponesa foram fatores que intensificaram a expropriação e a expulsão dos pequenos agricultores” (FERNANDES & RAMALHO, 2001, p.242-243)

pessoas se identificam, compreendem que têm trajetórias semelhantes: são migrantes, camponeses expropriados há anos ou décadas, desempregados do campo e da cidade, sem perspectiva de trabalho estável” (FERNANDES, 2004, p. 45)⁵⁷.

O trabalho pode iniciar-se também a partir de um “cadastro” de desempregados nas periferias urbanas:

“Um grupo de 45 militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) começa, nesta semana, a cadastrar desempregados nas periferias de cidades para participar, a partir de março, de ‘uma invasão por semana’ no Pontal do Paranapanema. (...) A expectativa é cadastrar cerca de 5.000 pessoas. Pelo menos 50 fazendas, com área estimada de 900 mil hectares, estão na mira do MST na região” (FOLHA DE S. PAULO, 17/ jan./ 2000).

Em Porto Feliz, São Paulo, também se registra presença de trabalhadores urbanos nas ocupações. Sob o título “Sem-terra urbanos completam um ano” diz a matéria:

“Com o acampamento itinerante de Nova Canudos, o MST completa amanhã um ano de uma experiência inédita: a realização de um movimento de grandes proporções no qual os sem-terra vêm de centros urbanos, a maioria da Grande São Paulo, sem histórico de trabalho rural. Carpinteiros, pedreiros, metalúrgicos, motoristas, cozinheiras, favelados, moradores de rua, alcoólatras – todos desempregados. Esse era o perfil básico das 1.200 famílias (cerca de 4.000 pessoas) que, recrutadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) invadiram a fazenda Engenho d’Água, em Porto Feliz (SP), há um ano” (FOLHA DE S. PAULO, 06/ fev./ 2000)⁵⁸.

É fundamental destacar que na década de 1990 a estratégia de mobilização a partir do trabalho urbano foi sistematicamente adotada pelo MST, refletindo em certa medida, uma alteração na composição regional da sua base social. As alterações são significativas principalmente no Estado de São Paulo, onde as famílias cumprem a trajetória cidade-campo, conforme descrito acima. De forma que o impacto desta orientação urbana do movimento é mais sensível no Sudeste que – conforme mostra o Quadro 5 – é a segunda região de menor densidade de famílias assentadas pelo MST no país. Desta forma, abstraídas as diferenças regionais, permanece a composição majoritariamente formada por trabalhadores de origem rural, sobretudo por posseiros, arrendatários, assalariados rurais e

⁵⁷ Bernardo Mançano Fernandes tem se dedicado a registrar a história do movimento e possui uma ligação orgânica com o MST, conhecendo, portanto, profundamente todo o processo de mobilização e organização do Movimento.

⁵⁸ Apesar de não ser o caso de discutirmos o mérito da matéria, queremos apenas registrar que julgamos a crítica do jornal *Folha de S. Paulo* inconsistente. Em primeiro lugar porque utiliza termos como “alcoólatras, moradores de rua e favelados” como categorias de classificação de classe social, o que é inadmissível. Em segundo lugar porque a crítica é parcial, pois não questiona as causas sócio-econômicas responsáveis pela condição destes sujeitos ou mesmo as alternativas de sobrevivência oferecidas a este estrato da população. É necessário apresentar o outro lado da moeda, admitindo que “ao restringir fortemente o emprego urbano, ao precarizar as condições e as relações de trabalho, ao acrescentar o nível de trabalho informal mal remunerado e de péssima qualidade, ao penalizar a agricultura familiar provocando a falência de milhares de pequenos produtores, os governos neoliberais acabaram jogando grande parte dessa população excluída e marginalizada nos braços do MST e de outros movimentos de luta pela terra existentes no Brasil” (COLETTI, 2005, p.181).

migrantes de origem rural, presentes nas áreas de maior concentração do Movimento – Norte e Nordeste.

Segundo o Censo e pesquisa amostral feito pelo INCRA/CRUB/UNB, que traça um perfil sócio-econômico das famílias em assentamentos nos projetos de reforma agrária em todo Brasil, o total de atividades anteriores (ao assentamento) não ligadas à produção rural somam apenas 19,22%.

Quadro 6 - As 30 atividades mais freqüentes do beneficiário antes de seu assentamento (Brasil, 1996)

Atividade Anterior	Porcentagem estimada de beneficiários envolvidos
Agricultor/camponês	53,96
Trabalhador rural	8,31
Outras atividades	2,82
Garimpeiro	1,48
Motorista	1,45
Padeiro	1,42
Seringueiro	1,39
Bóia fria	1,30
Capataz/vaqueiro	1,28
Diarista	1,08
Outras atividades rurais	1,04
Comerciante	0,98
Doméstica	0,89
Pecuarista	0,71
Carpinteiro	0,64
Servente	0,46
Professora cursada	0,46
Tratorista	0,44
Mecânico	0,41
Administrador	0,38
Pescador	0,38
Professora leiga	0,32
Servidor público civil	0,32
Comerciário	0,30
Vigilante	0,28
Madeireiro	0,27
Metalúrgico	0,27
Camelô/ ambulante/ vendedor	0,27
Marceneiro	0,27
Operador de moto serra	0,25

Fonte: INCRA/CRUB/UNB, 1997, p.27.

De acordo com o Perfil Sem-terra, pesquisa efetuada pelo *Datafolha Instituto de Pesquisas* entre moradores maiores de 16 anos⁵⁹ dos acampamentos do MST em quatro regiões do país (Fazenda Macaxeira, PA; Pontal do Paranapanema, SP; Fazenda Alvorada, RS; e Fazenda Barriguda, MG) a maior parte de atividades anteriores (ao acampamento) está ligada à produção rural:

Quadro 7 - Perfil Sem Terra (PA, SP, RS, MG, 1996).

Atividade Anterior	Porcentagem de sem-terra envolvidos
Agricultor/lavrador	50
Bóia-fria	16
Dona de casa	5
Doméstica	5
Pedreiro	3
Peão	2
Lavadeira (na roça)	1
Vaqueiro	1
Serraria	1
Cortador de Cana	1
Empregado de granja	1
Garimpeiro	1
Cozinheira	1
Carvoeiro	1
Balconista	1
Comerciante	1
Vendedor	1
Outros	9
Não trabalhava	2

Fonte: DATAFOLHA/ CIS, 1996.

A pesquisa conclui também que a maioria dos integrantes dos acampamentos pesquisados nunca trabalhou nas cidades (61%). Entre aqueles que já o fizeram, 31% trabalharam mais tempo no campo que na cidade e apenas 8% trabalharam mais tempo no meio urbano. Com relação à profissão dos entrevistados, 76% declararam ser agricultores e lavradores. No Pará 12% classificam-se como domésticas, enquanto na Região do Pontal, no estado de São Paulo, 15% são bóias-frias e 11% donas de casa.

Leite *et al.* (2004) realizou um importante estudo encerrado em dezembro de 2001 sobre os impactos regionais dos assentamentos implantados pelo Incra entre 1985 e 1997,

⁵⁹ A pesquisa consultou apenas os trabalhadores da base: “em alguns acampamentos as lideranças locais do MST tentaram acompanhar as entrevistas, mas foram convencidos pelos coordenadores do Datafolha de que isto poderia provocar intimidação. Dessa forma garantiu-se aos entrevistados sigilo das respostas” (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS, 1996).

traçando um perfil sócio-econômico das famílias assentadas. A pesquisa teve como foco as regiões do país com elevada concentração de projetos de assentamentos (PAs) e alta densidade de famílias assentadas por unidade territorial, que são chamadas pelos pesquisadores de “manchas”. A partir de mapas de distribuição espacial dos assentamentos no Brasil foram selecionadas seis grandes manchas que refletissem a diversidade da realidade brasileira: Sul da Bahia, Entorno do Distrito Federal, Sertão do Ceará, Sudeste do Pará, Oeste Catarinense e Zona Canavieira Nordestina. A quase totalidade dos assentamentos pesquisados resulta de situações de conflito, segundo Leite *et al.* (2004, p.40) 87 dos 92 casos da amostra são resultado de conflitos fundiários, indicando que a implantação dos assentamentos passou pela ocupação de terras e apontando para uma estreita relação entre a desapropriação de terra e a iniciativa dos trabalhadores rurais e seus movimentos. Neste processo as ocupações que deram origem aos assentamentos estudados foram fortemente marcadas pela ação do MST em cinco das seis manchas estudadas. Nas manchas do entorno do Distrito Federal, do Sertão do Ceará, da Zona Canavieira do Nordeste e do Sul da Bahia o MST atuou ao lado de outros movimentos (CPT, CEBs, Contag e Sindicatos rurais) e na mancha do Oeste de Santa Catarina – região de maior número de projetos de assentamento, representando 20% do total de PAs estudados – o Movimento teve atuação exclusiva (LEITE, *et. al.*, 2004, p. 47-55). Esta pesquisa nos fornece, portanto, importantes indicações acerca da origem sócio-econômica das famílias sem-terra que fazem parte da base assentada do MST.

Sobre a composição social destes assentamentos a pesquisa conclui que mais de 80% dos responsáveis pelos lotes já viviam na zona rural. Com relação a ocupação anterior 75% estavam ocupados em atividades agrícolas como: assalariados rurais permanentes ou temporários, posseiros, parceiros, arrendatários e membros não remunerados da família (LEITE *et. al.*, 2004, p. 69). Na mancha do Sul da Bahia destacam-se os assalariados rurais permanentes (45% da população assentada), provavelmente ex-assalariados das fazendas de cacau. Na mancha do Entorno do Distrito Federal e na Zona Canavieira do Nordeste, predominam assalariados rurais temporários ou permanentes (mais de 40%), seguidos de posseiros/parceiros/arrendatários, indicando uma população que vivia subordinada às fazendas. Na mancha do Sudeste do Pará predominam os membros não remunerados da família (43%) e posseiros (11%), indicando possivelmente que os assentados sejam filhos

ou parentes de posseiros em áreas de ocupação mais antiga. Já na mancha de Santa Catarina, 44% eram parceiros/arrendatários e 14% membros não remunerados da família (filhos de agricultores) refletindo as dificuldades de reprodução da agricultura familiar naquele estado (*idem*).

O histórico que procuramos traçar até aqui revela que a composição social da base assentada e acampada do MST é majoritariamente formada por trabalhadores rurais, apesar de um percentual – expressivo somente regionalmente – de trabalhadores urbanos engajados na luta pela posse da terra. Contudo, ainda nos resta uma última observação sobre o assunto: sabendo-se que o trabalho educativo do Movimento está voltado para a transformação dos trabalhadores sem-terra em militantes políticos – conforme veremos adiante – é legítimo supor que se esta orientação for efetiva, parcela dessa base rural deve estar representada na direção do Movimento. Com relação a este tema, Peschanski (2007) demonstra que a proporção de trabalhadores rurais sempre foi superior a não-rurais na Direção Nacional do MST, ampliando o número de novos dirigentes que nunca haviam ocupado o cargo de forma sensível em 2006:

Quadro 8 – Distribuição de camponeses e não-camponeses na Direção Nacional do MST entre 1988 e 2006

	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	03	04	05	06
camponeses	9	11	9	9	12	12	12	12	14	14	12	12	20	19	21	20	19	19	44
não-camponeses	6	6	5	5	2	2	2	2	6	6	8	8	4	4	2	2	4	4	14
sem informação	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3
Total	15	18	15	15	15	15	15	15	21	21	21	21	25	25	24	23	24	24	61

Fonte: Entrevista-questionário com três integrantes do MST, com base em listas de presença em reuniões da Direção Nacional (PESCHANSKI, 2007, p. 123).

Conclui-se, portanto, que a composição social do MST é formada majoritariamente por trabalhadores rurais, tanto no que se refere à sua base quanto à direção. Conforme exposto, esses trabalhadores são expressão do processo de concentração de terras e do aprofundamento das relações sociais tipicamente capitalistas no campo, da expropriação dos produtores de seu meio de vida, isto é, da separação da força de trabalho dos meios de produção, nivelando um universo múltiplo de modalidades de trabalho na terra – assalariados rurais permanentes ou temporários, posseiros, parceiros, arrendatários, membros não remunerados da família, bóias-frias e semi-assalariados – à condição de sem-terra, isto é, de trabalhadores destituídos de seu meio de trabalho, em outros termos,

proletários. Condição em que permanecem nos acampamentos. Segundo a pesquisa *Datafolha* já citada acima, 44% dos acampados do MST declaram como atividade econômica principal o assalariamento temporário ou o trabalho de bóia-fria.

Germer (1994, p. 276) considera que a base social do MST compõem-se predominantemente do semi-proletariado agrário. Referindo-se à longa história brasileira de reformas conservadoras (ou, em termos gramscianos, de revolução passiva) entende que o desenvolvimento do capitalismo no campo não revolucionou a estrutura agrária pré-existente, mas promoveu sua adaptação ao capitalismo, transformando o latifundiário em capitalista e os diversos tipos de pequenos agricultores dependentes ou agregados, em trabalhadores assalariados (*idem*, p. 262). O autor chama a atenção para a pouca preocupação – observada na literatura sobre esta questão – em examinar mais profundamente o aspecto essencial do desenvolvimento capitalista, que é a transformação da estrutura de classes, fator importante para evitar um equívoco economicista. Diz Germer: “o conteúdo da transformação capitalista da agricultura costuma ser interpretado de um modo predominantemente economicista, ou seja, dando-se excessiva ou quase exclusiva ênfase aos aspectos econômicos e tecnológicos” (*idem*, p. 263).

Frente ao crescimento do setor empresarial agrícola observado nos anos 1980, Germer chama a atenção para o movimento simultâneo de empobrecimento e proletarianização (integral ou parcial) da massa de pequenos agricultores e de luta dos segmentos intermediários pela sobrevivência e integração à estrutura comercial competitiva da agricultura (*idem*, p. 267). Dada a complexidade do objeto, o autor sublinha que este somente será adequadamente interpretado à luz da estrutura capitalista de classes em formação, bem como dos conflitos fundamentais que ela engendra (*idem*)⁶⁰.

Em seu estudo, Germer utiliza a área total de terras como critério de divisão em classes, tomando por base os dados do Censo Agropecuário de 1985⁶¹. Foram definidos

⁶⁰ Em relação à literatura cujo argumento baseia-se na “insignificância do trabalho assalariado” em relação à outras formas de ocupação agrícola, Germer argumenta que em grande medida as estatísticas não identificam de forma adequada o trabalho assalariado no campo porque não têm o objetivo de fazê-lo mais clara e extensamente. Em sua concepção “as particularidades, muitas vezes complexas, da formação do proletariado agrícola conduzem à própria negação da predominância do trabalho assalariado na agricultura capitalista e, em sequência quase lógica, ao esforço de ‘provar’ que a agricultura possui particularidades que a tornam imune à transformação capitalista” (*idem*).

⁶¹ O autor reconhece que esta pesquisa deve ser refinada teórica e operacionalmente e que os critérios de análise utilizados são passíveis de críticas, contudo, consideramos importante apresentá-la porque nos oferece um panorama geral da divisão de classes no campo, pesquisa inovadora neste sentido.

como burguesia os proprietários de extensões de terra maiores que 100 ha, a média burguesia foi estabelecida entre 50 a 100 ha, à pequena burguesia pertenceria as propriedades de 20 a 50 ha e aos semi-assalariados caberiam as propriedades menores que 20 ha. Para encaixar-se na condição de semi-assalariados a pesquisa considerou somente os agricultores que, sendo proprietários ou arrendatários de terra, não possuíam equipamento de tração animal para explorá-la (*idem*, p. 268). Esta condição os relegaria à “semi-autonomia” porquanto a precaridade da terra e demais recursos produtivos que eventualmente possuem, os obrigaria a recorrer ao trabalho assalariado, fora de seu pequeno estabelecimento, a fim de completar a renda familiar (*idem*, p. 271).

O autor avalia que os sem-terra, em sua maioria, são pequenos agricultores semi-autônomos, cuja área total é menor que 20 hectares e que não têm terra própria ou não possuem equipamentos de tração animal, ou ainda, não possuem ambos e por isso necessitam complementar a renda com o assalariamento. O Movimento sem-terra, neste sentido, dividiria com o sindicalismo rural a organização dos proletários do campo. Conforme nos instrui Germer, o sindicato de trabalhadores rurais possui uma base social bastante heterogênea, predominando dois grandes campos de atuação dos sindicatos: os pequenos agricultores autônomos (em seus diversos segmentos) e assalariados rurais puros, isto é, o proletariado do campo.

O sindicalismo ligado à CUT nasceu com maior força entre os pequenos agricultores, incluindo em seus primeiros anos também os pequenos agricultores semi-assalariados, de cujas lutas surgiu o MST. Segundo o autor, entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, as lutas pela terra e as reivindicações por mudanças nas políticas agrícolas estavam interligadas sob direção da CUT (e da CPT), contudo, após a criação do MST esta vinculação progressivamente se desfez (GERMER, 1994, p. 277).

Resgatando as idéias de Ianni (2005, p. 145) – “a sindicalização rural foi o último acontecimento político importante no processo de transformação do camponês em proletário” – acrescentamos: o MST encontra-se na raiz mesma deste desenvolvimento.

III. A FORMA POLÍTICA – ANATOMIA DA ORGANIZAÇÃO.

A forma e a função de um organismo social estão intrinsecamente ligadas, ou seja, na análise das estruturas sociais não é possível separar com um cutelo a anatomia de sua função orgânica na medida em que são interdependentes. A isto equivale dizer que não é possível entendê-las separadamente sem incorrer em arbitrariedade. Portanto, forma e função não devem ser separadas analiticamente, contudo é possível afirmar a existência de inter-relações entre estes dois elementos no interior de uma organização política (cf. HIRSCH, 1990, p. 150). Assim, podemos dizer que a forma política do MST deve-se às funções que tem assumido ao longo de sua história. Conforme procuramos demonstrar no primeiro capítulo, o MST se constrói principalmente como reação ao impacto devastador do processo de desenvolvimento capitalista sobre a economia agrícola de base familiar e sobre o universo sócio-cultural camponês. A isto equivale dizer que a proletarianização dos pequenos produtores rurais, bem como sua organização política dirigida inicialmente pelos mediadores pastorais, encontra-se na raiz mesma do MST. Por esta razão, no início, o Movimento consistia essencialmente na defesa de direitos imediatos de condições de subsistência como trabalho, moradia, alimentação e segurança.

Pode-se dizer que inicialmente o MST visava objetivos de natureza econômico-corporativa. Contudo, seu desenvolvimento revela a construção de uma estrutura organizativa que se expande para além desses interesses imediatos, a organização política construída dentro do movimento amplia os objetivos meramente econômico-sociais para a esfera ético-política. Desta forma, o Movimento sintetiza um corpo de reivindicações concernentes a toda a sociedade, apresentando um projeto nacional e, portanto, que toca não apenas os trabalhadores rurais, mas à própria forma de organização social, ou seja, ele sintetiza uma pauta política com pretensões universalizantes, totalizante. Este “projeto popular para o Brasil” abrange propostas de caráter sócio-político e econômico para o conjunto da população brasileira. A distribuição de renda de forma a “dar poder aquisitivo à população” favorecendo sua “transformação em cidadã”, e em decorrência o acesso não apenas à terra para os pequenos agricultores, mas à educação de qualidade, à saúde, a democratização dos meios de comunicação, da riqueza e das universidades são alguns dos elementos fundamentais deste Projeto (STEDILE, 2005). Estes objetivos amplos orientados

ideologicamente exigem um planejamento de longo prazo e necessitam de uma complexa estrutura política capaz de organizar o corpo de militantes em âmbito local, estadual e nacional.

Para a consecução de seu projeto político nacional, o Movimento constrói uma estrutura organizativa institucionalmente similar aos partidos políticos, portadora de ideologia própria que consiste num corpo de concepções políticas que balizam as ações do grupo; um grupo de intelectuais dirigentes que representam o elemento principal de coesão da organização; uma camada média de militantes, que articula a direção à base e que os põe em contato não apenas físico, mas também moral e intelectual; e, por fim, a base formada pelas famílias de trabalhadores rurais, homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade e constituem uma força na medida em que existe quem os centralize, organize e discipline. Elementos que em seu conjunto conformam a estrutura do partido (cf. GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 315-319) e imprimem à organização do MST uma “forma partido”.

Ao assumir funções de partido, portanto, a organização política do MST ao longo de sua trajetória assume também a “forma” de um partido. Neste capítulo nos concentraremos na descrição e análise das estruturas fundamentais que compõem a organização do Movimento. Nosso intuito concentra-se em ressaltar a notável similaridade entre os elementos que compõem esta estrutura e as estruturas essenciais dos partidos políticos, mais especificamente dos partidos de criação externa ao parlamento, para utilizar a terminologia de Duverger. Nosso interesse central consiste em estabelecer o nexos entre a forma e a função das estruturas, procurando defini-las a partir de sua anatomia.

Trabalharemos principalmente com dois autores: Antonio Gramsci e Maurice Duverger. O primeiro, por meio da análise das condições histórico-políticas nas quais se formam os partidos, nos fornece importante referencial teórico para a caracterização das funções do partido das classes subalternas na sintetização da ética e da política adequadas à construção da hegemonia do grupo social fundamental, bem como dos processos educativos concernentes à formação da consciência de classe. Enquanto Duverger nos servirá de base para análise sociológica das características “morfológicas” do partido, isto é, para a definição de sua forma institucional.

Duverger sublinha a importância da “forma” ou da anatomia das organizações partidárias “porque os partidos atuais se definem muito menos por seu programa ou classe de seus adeptos do que pela natureza de sua organização: um partido é uma comunidade de estrutura particular. Os partidos modernos se caracterizam, antes de tudo, por sua anatomia” (DUVERGER, 1970, p. 15). Isto não significa que a estrutura seja mais importante que a base social ou que o corpo de doutrinas, mas sim que a organização “tende a tornar-se um elemento essencial da ação do partido, de sua influência e de seu papel” (*idem*). Por este motivo a forma política que assume a organização do MST é central para compreensão de sua atuação, de seu programa e das alianças firmadas com as demais organizações da sociedade civil.

Embora esta distinção não seja rigorosa na realidade concreta, analiticamente é possível caracterizar tendências gerais, diferenciando dois grandes grupos de partidos: 1. aqueles que se constituem a partir do mecanismo eleitoral e parlamentar e; 2. aqueles de criação exterior a esses mecanismos (*idem*, p. 26). Os primeiros são consequência da criação dos grupos parlamentares e posteriormente dos comitês eleitorais para em seguida estabelecer uma ligação permanente entre estes dois elementos, constituindo o partido estrito senso. Sua estrutura organizativa, portanto, constrói-se em torno dos mandatos eletivos dos deputados e parlamentares. O segundo tipo, por outro lado, comumente é estabelecido por uma instituição preexistente (sindicatos, igrejas, sociedades de pensamento, associações, etc.), cuja própria atividade se situa fora das eleições e do parlamento.

Como exemplos Duverger (1970, p. 28) cita os partidos operários e socialistas criados a partir dos sindicatos ou o “Partido Anti-revolucionário” criado pelos calvinistas nos Países Baixos para opor-se ao Partido Conservador católico. A criação do MST deve-se, sobretudo, à ação de uma instituição preexistente, isto é, a ação da Comissão Pastoral da Terra e de grupos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana. Posteriormente o Movimento atuará no interior do movimento sindical rural, apresentando, portanto, uma dupla influência externa. A gênese do partido possui uma significativa relação com sua estrutura definitiva, relação que dificilmente se dissipa. O Partido Comunista soviético, por exemplo, tem sua origem num agrupamento clandestino, passa em 1917 da ilegalidade ao poder, conservando, contudo, características notáveis de sua organização anterior que serão

introduzidas em todos os partidos comunistas do mundo reorganizados neste modelo (DUVERGER, 1970, p. 30).

O MST, conforme procuraremos demonstrar neste e no próximo capítulo, conserva os elementos centrais da organização e dos princípios diretivos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), assim como perdura a influência ideológica da Teologia da Libertação, que foi somada às novas influências ideológicas elaboradas na trajetória política do Movimento, sem, contudo, ser suprimida.

As diferenças fundamentais entre os partidos parlamentares e os de fundação externa são as seguintes: enquanto os primeiros são criados em articulação com o ciclo eleitoral e parlamentar, os segundos têm sua gênese na influência de associações da sociedade civil como sindicatos, igrejas, associações clandestinas, etc. Os partidos de criação externa são mais centralizados, nascem a partir da cúpula, isto é, os comitês, as seções locais e as células são estabelecidos a partir de um centro preexistente (o que favorece maior coerência e disciplina), enquanto que os partidos parlamentares criam seu organismo central a partir dos comitês eleitorais. E por último: enquanto os partidos eleitorais estão empenhados em conquistar o máximo de cadeiras parlamentares, os partidos externos estão empenhados em “promover certos valores espirituais e morais na vida política, o que imprime à ação educativa um lugar tão importante quanto as lutas eleitorais”. “Daí resulta que os partidos de origem externa, mesmo ligados doutrinariamente ao sistema parlamentar, não lhe dão jamais o mesmo valor que os partidos do primeiro tipo” (*idem*, p. 32).

Os partidos “burgueses” ⁶² do século XIX – partidos parlamentares –, que posteriormente sobrevivem como partidos conservadores e liberais, possuem em sua estrutura comitês pouco amplos, independentes uns dos outros, geralmente descentralizados; pouco interesse na multiplicação dos partidários ou no enquadramento das massas populares, interesse em agrupar personalidades. Sua atividade está orientada internamente para as eleições e para as combinações parlamentares, seu arcabouço administrativo é embrionário, sua direção permanece grandemente nas mãos de deputados e

⁶² Conservamos a terminologia utilizada por Duverger: “Sob o mesmo nome, designam-se três ou quatro tipos sociológicos diferentes pelos seus elementos de base, pelo seu arcabouço geral, pelos laços e atributos comuns que ali se unem, pelas instituições dirigentes. O primeiro corresponde quase aos partidos ‘burgueses’ do século XIX (...)” (DUVERGER, 1970, p. 35).

apresenta uma forma individual muito acentuada, isto é, o verdadeiro poder pertence a determinados grupos congregados em torno de líderes parlamentares. A vida do partido reside na rivalidade desses pequenos grupos, a doutrina e os problemas ideológicos desempenham apenas um papel secundário, “o partidarismo baseia-se de preferência no interesse ou no hábito” (*idem*, p. 35). Em geral estes partidos sobrevivem com financiamento público, “estabelecido sobre o imposto” (*idem*, p. 36).

Por outro lado, os partidos socialistas da Europa Continental – partidos de criação externa – possuem uma estrutura que repousa no enquadramento de massas populares tão numerosas quanto possíveis. Nestes encontra-se um sistema de filiação preciso, completado por um mecanismo de cotizações individuais muito rigoroso, no qual apóiam-se as finanças do partido (*idem*, p. 35). “Os comitês dividem-se em ‘seções’, grupos de trabalho mais amplos e mais abertos, nos quais a educação política dos membros assume lugar de grande relevância ao lado da atividade puramente eleitoral”. Para administração de um extenso corpo de partidários, bem como o recebimento das cotas, cria-se um corpo de funcionários permanentes. “Atenua-se o caráter pessoal dos dirigentes: é estabelecido um sistema de instituições complexas (Congresso, Comitês Nacionais, Conselhos, *Bureaux*, Secretariados), com uma verdadeira separação de poderes”. A doutrina é fundamental no interior deste tipo de partido, a luta de tendências substitui as agremiações pessoais e as rivalidades. “O partido espraia-se além do domínio puramente político para invadir o terreno econômico, social, familiar, etc.” (*idem*, p. 36). Os partidos comunistas⁶³ possuem uma centralização mais desenvolvida, um sistema de ligações verticais que estabelece uma separação rigorosa entre os elementos da base (ligação indireta entre as células, via congresso), que os protegem contra dissensões e divisões. Dispensam atenção apenas secundária às eleições, sua verdadeira ação encontra-se no terreno da propaganda e da agitação permanente, empregando métodos diretos e ocasionalmente violentos como greves, sabotagens, golpes, etc. (*idem*).

Em suma, as principais características dos partidos externos são: 1. gênese e estrutura organizativa influenciada por instituições preexistentes, externas ao parlamento; 2. enquadramento de massas populares; 3. estrutura formada por um sistema de instituições

⁶³ Nesta categoria Duverger insere também os partidos fascistas, contudo, como posteriormente ele estabelecerá diferenças entre estes dois partidos – comunistas e fascistas – preferimos trabalhar somente com o primeiro modelo para evitar confusões.

complexas (Congresso, Comitês Nacionais, Conselhos, *Bureaux*, Secretariados, corpo de funcionários permanentes), com separação de poderes; 4. sistema de filiação preciso, completado por um mecanismo de cotizações individuais; 5. centralidade da doutrina; 6. maior centralização política; 7. ação educativa como parte fundamental de sua atividade; 8. atenção apenas secundária às eleições; 9. propaganda e agitação permanentes.

Examinaremos cada um destes tópicos que nos servirão como categorias de análise. A partir delas verificaremos se é possível – e em que medida – afirmar que a estrutura organizativa do MST assume uma “forma” partido. Para fins de análise separamos estas categorias em dois temas centrais: estrutura organizativa e orientação teórica e política interna da organização. Neste capítulo abordaremos o primeiro tema que deve articular os primeiros quatro pontos expostos acima. Os últimos cinco tópicos (centralidade da doutrina; centralização política; ação educativa; eleições; propaganda e agitação) – organizados pelo segundo tema – serão abordados no próximo capítulo.

3.1. A estrutura organizativa do MST

Entre as principais influências recebidas da CPT e das CEBs podemos elencar: experiência organizativa de base igualitária, coletiva e colegiada que admite participação e envolvimento dos membros nas decisões e atividades do grupo, isto é, o modelo parlamentar flexível, que era a base das comunidades eclesiais (FERNANDES, 1999, p. 74); a preocupação com a formação política e com a formação da consciência de classe; a utopia socialista da Teologia da Libertação (TdL); bem como seu papel de instituição educativa da sociedade civil (BOFF, 1980, p. 596, 604, 618, 619). Contudo, ao longo de sua trajetória o MST alarga esses princípios na medida em que a luta pela Reforma Agrária passa a ser portadora de uma luta por transformações sociais mais extensas, apoiada em um corpo teórico que alia os princípios da TdL a um arcabouço teórico mais amplo, formado majoritariamente por autores marxistas. A ampliação da orientação teórico-política está diretamente relacionada à forma organizacional que o Movimento adquire ao longo dos anos. Esta estrutura veio sofrendo mudanças, aperfeiçoamentos e ajustes ao longo de toda a

trajetória do MST⁶⁴. Todo o processo de desenvolvimento da organização é marcado por esta mobilidade; no início porque era necessário buscar maior autonomia, principalmente em relação à CPT e as CEBs, mas também porque era necessário prover coesão interna ao Movimento.

As comunidades de base, conforme já exposto, foram essenciais para os primeiros passos na estruturação organizativa do Movimento, contudo representavam significativos limites para a luta na medida em que optavam pela via da negociação com o Estado em detrimento das formas de luta direta como ocupações de terra. Com a fundação oficial do MST no 1º Encontro Nacional, em 1984, e depois com a realização do 1º Congresso Nacional, em 1985, o Movimento conquista maior autonomia em relação aos agentes pastorais – o que significa que estes deixaram de “dirigir” o movimento e passaram a apoiá-lo (NAVARRO, 2002, p. 203) – as estruturas tiveram que adequar-se no sentido de buscar a formação de novos quadros para suprir a falta dos agentes da CPT⁶⁵. O resultado do processo é uma complexa cadeia de instâncias, setores, coordenações e núcleos que, segundo os documentos do Movimento, devem funcionar organicamente (embora isso ainda não tenha se realizado plenamente), contando com funcionários especializados para as atividades diretivas. Conclui-se que, embora Stédile, membro da Direção Nacional, afirme que o MST nunca tenha tido a preocupação com um “organograma certinho” (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 93), existe hoje uma ampla estrutura que organiza

⁶⁴ A mobilidade das instâncias, contudo, nem sempre é planejada, existem limites objetivos, de natureza material. O número de componentes de cada instância pode variar de acordo com as circunstâncias e a disposição de militantes capacitados, assim como a periodicidade de encontros e congressos, pois ambos estão limitados pelos recursos humanos e materiais disponíveis. Segundo Juvenal Strozake, coordenador do setor de direitos humanos do MST, o congresso nacional cuja periodicidade é a cada cinco anos e deveria ter se realizado em 2005 só aconteceu neste ano de 2007 (Entrevista em 18/ abr./ 2007, na Secretaria Nacional do MST em São Paulo).

⁶⁵ Pode-se dizer que a estrutura organizativa do MST passou por uma verdadeira “evolução”. Em 1984, o que havia em nível nacional era somente a Secretaria Nacional e a Comissão Nacional, instância deliberativa que contava com o *Jornal Sem Terra*. Em cada estado havia também uma “referência”, uma secretaria, ainda em condições precárias, pois dependia das organizações que apoiavam o movimento, como associações profissionais e igrejas, ceder os espaços para reuniões e arquivos (cf. STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 87). Os setores de produção e de assentamentos começam a se formar em 1986 no I Encontro Nacional de Assentados, a partir da formação da Comissão Nacional de Assentados, que mais tarde evoluiu para o Setor de Assentamentos (*idem*, p.88). Atualmente o setor de assentamentos transformou-se no setor de Produção e na Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), instância superior do sistema cooperativista do MST. O Setor de Frente de Massa, central para o trabalho de mobilização e assimilação de novos componentes ao movimento, começou a se desenvolver mais tardiamente, por volta de 1989 ou 1990 (*idem*, p. 93).

desde as famílias acampadas e assentadas até a direção nacional. Configura-se, portanto uma estrutura burocrática⁶⁶ que abrange desde a base até as instâncias superiores.

O MST se define como um movimento de massas (MST, 1992, “apresentação”; SETOR FORMAÇÃO-MST, 2005a, p. 84; CONCRAB, [1995], p. 2). A definição não deve ser feita por uma distinção numérica e sim de estrutura (DUVERGER, 1970, p. 99): pode-se dizer que o Movimento está estruturalmente voltado para a organização das massas na medida em que apresenta como estruturas de base os núcleos e as brigadas, responsáveis pela organização das famílias sem-terra presentes nos assentamentos e acampamentos. Estas estruturas, como veremos, são centralizadas pelas instâncias superiores e passaram por sucessivas reformulações no esforço por formar maior número de militantes, abrindo novos postos de liderança, melhorando assim a articulação interna.

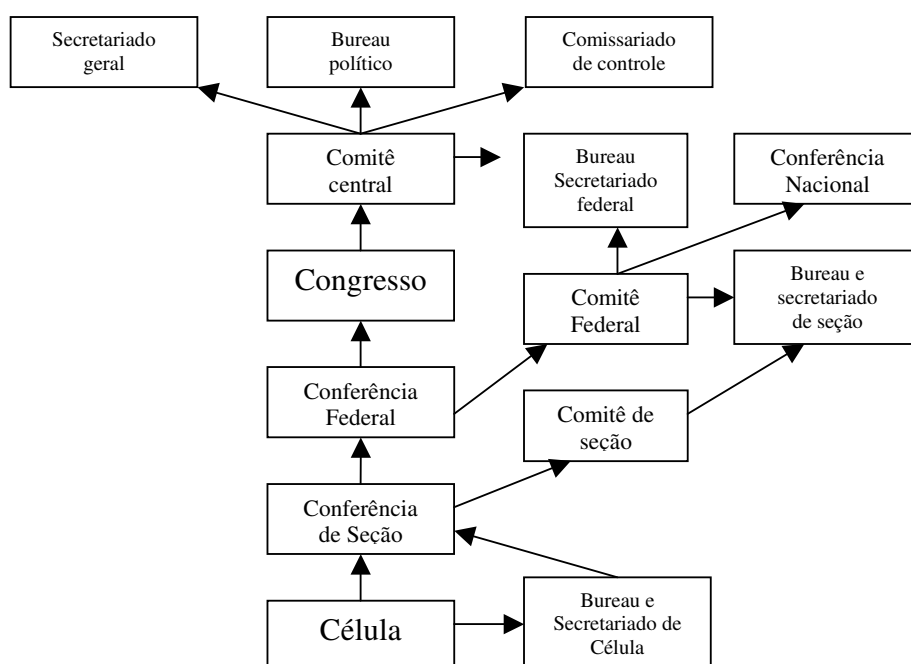
Os partidos de massas têm como característica estrutural o alicerçamento nas seções, na centralização e na articulação entre as instâncias (*idem*, p.106). Diferente do partido de quadros, que tem como característica fundamental o objetivo de reunir pessoas ilustres para preparar eleições, conduzi-las e manter contato com os candidatos, isto é, de reunir pessoas influentes, cujo prestígio servirá de caução ao candidato e lhe garantirá mais votos (*idem*, p. 100), a estrutura de massa se deve à concepção marxista do partido-classe: “se o partido é a expressão maciça de uma classe, deve naturalmente tender a enquadrá-la inteiramente, a formá-la politicamente, a dela tirar as elites de direção e de administração” (*idem*, p. 103). Aqui reside o papel de organizador da reforma intelectual e moral que o partido operário assume no pensamento de Antonio Gramsci (GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 18), isto é, o partido das classes subalternas só será capaz de formar uma vontade nacional-popular capaz de transformação social radical na medida em que realizar um trabalho educativo das massas, visando a organização da classe em seu conjunto e formando em seu seio os intelectuais orgânicos capazes de sintetizar a ética e a política adequada aos interesses da classe (*idem*, p. 87).

A estrutura organizativa do MST, portanto, se define como uma organização de massas que se empenha na educação política de sua base e consiste num sistema de

⁶⁶ Estamos diferenciando aqui burocracia (que consiste num corpo de instâncias de decisão e de funcionários especializados) de burocratização, que é justamente a cristalização destas instâncias, cuja característica maior é a permanência destas, mesmo após perderem sua função (sobre este assunto consultar GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 89-92).

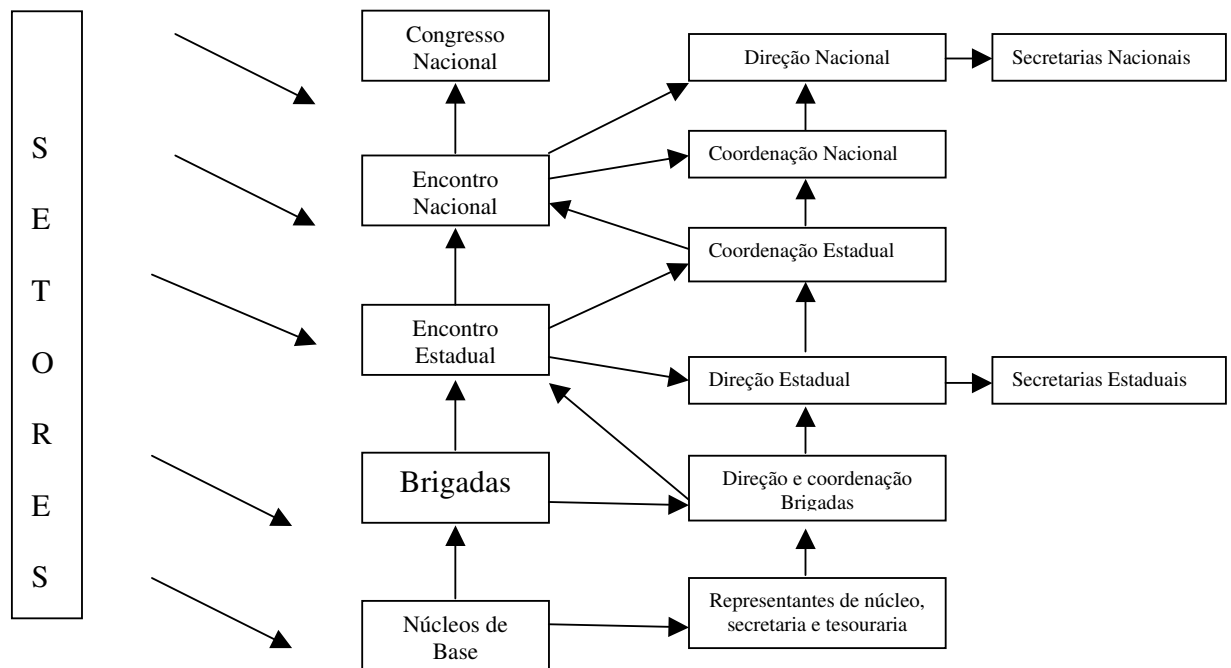
instituições complexas estruturadas em âmbito nacional, estadual e local, articuladas entre si e centralizadas politicamente, contando com um corpo de funcionários especializados. Características que em seu conjunto aproximam-se morfologicamente dos partidos de formação externa ao parlamento. Se comparada a estrutura do MST à estrutura organizativa do Partido Comunista Francês, encontraremos uma notável similaridade na organização geral, contando com estruturas muito próximas.

FIGURA 1: ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO PARTIDO COMUNISTA FRANCÊS ⁶⁷



⁶⁷ cf. DUVERGER, 1970, p.176

FIGURA 2: ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MST ⁶⁸



Guardadas as peculiaridades de cada organização, chamamos atenção para as seguintes similaridades entre os dois organogramas: ambos possuem a preocupação de ligar as estruturas de base às instâncias superiores, isto é, torna-se patente a preocupação com a articulação interna da organização; ambas as instâncias possuem uma cadeia complexa de instituições composta por congressos, direções políticas e secretarias, apontando para a existência de militantes, direções e funcionários especializados; ambos apresentam um grupo centralizador no topo da cadeia (no MST a direção nacional e no Partido Comunista Francês o comitê central); ambas as estruturas apresentam um sistema de representação indireto, isto é, os militantes de base não elegem diretamente a direção nacional, o processo

⁶⁸ Sobre o organograma conferir: FERNANDES, 2001, p. 246-247; FERNANDES, 1996, p. 82-83; FEIX, 2001, p.125; STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 81-94; SETOR DE FORMAÇÃO-MST, 2005a, p. 88-109. Para informações adicionais utilizamos as entrevistas: Adelar Pizeta, coordenador nacional Setor de Formação, fevereiro 2007; Juvenal Strozake, coordenador nacional do Setor de Direitos Humanos MST, abril 2007.

passa por várias camadas internas antes de chegar ao topo; por último, ambas assentam-se na organização de base dos militantes.

A estrutura do MST, articulada entre instâncias de base, intermediárias e superiores, consiste num “sistema cujas linhas gerais se encontram em quase todos os partidos socialistas do mundo, na maioria dos partidos católicos e democrata-cristãos, num grande número de partidos de outras tendências” (DUVERGER, 1970, p.79). Os partidos comunistas diferem por apresentar maior complexidade na hierarquia, o caráter de base, contudo, é idêntico, isto é, “o partido apresenta-se como uma comunidade organizada, onde os elementos de base têm um lugar definido que determina sua importância respectiva”. (*idem*).

A rigor, existe no MST uma separação de poderes no interior da organização. O órgão deliberativo central, que estabelece as linhas políticas e reformula os princípios organizativos é o Encontro Nacional. Ele funciona, portanto, como um “poder legislativo”. As demais instâncias são responsáveis por aplicar a linha política, são, por conseguinte, estruturas executivas (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 88-89). Há ainda um complexo sistema jurídico responsável por cuidar dos problemas de ordem disciplinar, que o Movimento trata pormenorizadamente e extensamente em documento especialmente elaborado para o tema (MST, 1992) ⁶⁹.

O **Congresso Nacional**, a despeito de encontrar-se no topo da estrutura, não constitui a principal instância deliberativa, mas sim a instância de participação em massa. Até 2001 reunia cerca de quinhentos delegados e tinha a função de estabelecer políticas gerais (FEIX, 2001, p. 125). Atualmente o congresso consiste num espaço de celebração e discussão política com intuito de fortalecer a unidade e a mobilização por meio da reunião dos militantes, simpatizantes e aliados do Movimento (Cf. JORNAL SEM TERRA, jun./2007). É aberto às organizações e à participação individual de público externo. Uma ampla divulgação, incluindo anúncio no jornal *Brasil de Fato*, que é um manifesto aliado do MST, garantiram a presença de cerca de dezoito mil pessoas no último congresso realizado em junho de 2007⁷⁰.

⁶⁹ Trataremos do assunto de forma detida no próximo capítulo.

⁷⁰ Estiveram presentes 17.500 trabalhadores sem-terra de 24 estados do Brasil, 181 convidados internacionais representando 21 organizações camponesas de 31 países e “amigas e amigos” de diversos movimentos e entidades, reunidos em Brasília entre os dias 11 a 15 de Junho de 2007 (JORNAL SEM TERRA, jun./2007).

O **Encontro Nacional** ocorre sem divulgação externa. É a instância responsável por estabelecer de forma específica a linha política para toda organização. Pode-se dizer que é o organismo central do MST, cabe a ele eleger a Direção Nacional, reunindo-se a cada dois anos (FEIX, 2001, p. 125). Atualmente o encontro nacional compõe-se de mil dirigentes⁷¹. Participam do Encontro: os membros da direção nacional, da coordenação nacional e representantes dos setores e dos estados.

A **Direção Nacional** é a instância que se confunde com a Associação Nacional de Cooperativas Agrícolas (ANCA) – a figura jurídica do MST, que recebe doações do exterior e paga despesas. É o principal órgão executivo do MST. Até 2001 tinha vinte e um membros, dos quais apenas sete “públicos”, por questões de segurança. Reunia-se a cada quarenta dias (*idem*). Esta instância se ampliou, contando hoje com sessenta membros, que se reúnem a cada quarenta e cinco ou sessenta dias, compondo-se de representantes dos Estados e dos setores⁷².

A **Coordenação Nacional** é o órgão executivo formado atualmente por trezentos militantes, sendo escolhidos de cinco a dez membros por estado; mais os representantes dos setores nacionais e das cooperativas, também eleitos nos Estados, além da Direção Nacional, composta por sessenta membros⁷³. A **Coordenação Estadual** é um órgão executivo composto por um coletivo eleito no Encontro Estadual. Este coletivo é formado por membros da Direção Estadual, dos dirigentes de cada brigada (estrutura de base) e dos setores estaduais. No caso de haver vinte brigadas de quinhentas famílias no estado, haverá 200 representantes de brigadas, cento e quarenta representantes dos setores e mais trinta dirigentes estaduais, num total de trezentos e setenta membros (SETOR DE FORMAÇÃO – MST, 2005a, p. 96).

O **Encontro Estadual** deve ocorrer uma vez por ano. Participam os membros da direção dos setores e os coordenadores de núcleos (o que representa cerca de três mil e setecentos representantes em cada estado), podendo ser ampliando para mais participantes da base (*idem*, p. 97). Os representantes que constituem a **Direção Estadual** devem ser

⁷¹ Segundo informação de Juvenal Strozake, coordenador nacional do Setor de Direitos Humanos MST, entrevista concedida em abril 2007.

⁷² *Idem*.

⁷³ Segundo informação de Adelar Pizeta e Juvenal Strozake, ambos membros da coordenação nacional do MST, entrevistas realizadas em fevereiro e abril de 2007.

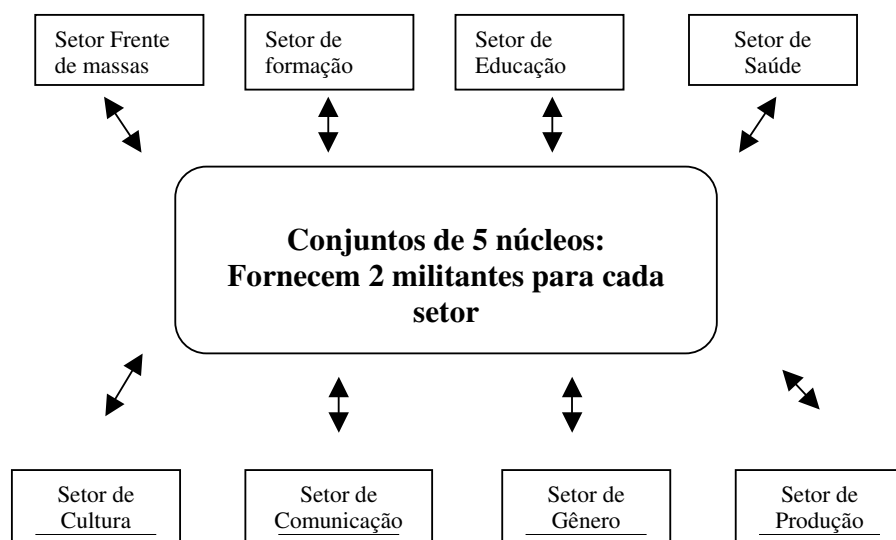
escolhidos dentre as instâncias de base. A cada brigada de quinhentas famílias haverá um dirigente, mais um coordenador estadual de cada setor somado aos representantes da coordenação e da direção nacional. Por exemplo, se no estado todo houver vinte brigadas e sete setores, com mais os três representantes nacionais, teremos uma direção estadual com trinta representantes. Sua função consiste na coordenação política nos estados, garantindo a “organicidade” (*idem*, p. 95) e a aplicação das linhas políticas nacionais.

As **Brigadas** são estruturas de base que foram implantadas recentemente (em meados de 2005) para dar resposta à pouca coesão que o sistema anterior – organização de núcleos por meio de regionais – não estava conseguindo superar. Substituíram-se todas as instâncias regionais pelo sistema de “brigadas”. Estas são formadas por acampamentos e assentamentos próximos. Inicialmente a direção estadual estabelece quais deles farão parte da mesma brigada e escolhe o dirigente que a coordenará (SETOR FORMAÇÃO-MST, 2005a, p. 90). Cada brigada têm atualmente cerca de quinhentas famílias. Essas brigadas se dividem em **núcleos** com dez famílias, no máximo, cada um. Temos, portanto, cinquenta núcleos para uma brigada de quinhentas famílias. As brigadas são organizadas pelos setores. Cada setor é formado por dez militantes (dois representantes de cada núcleo), que organizam cinco núcleos e são escolhidos por eles (SETOR DE FORMAÇÃO-MST, 2005). Atualmente existem oito setores organizados nacionalmente: Setor da Frente de Massas, Produção, Educação, Formação, Saúde, Gênero, Comunicação e Cultura. Estes setores compõem-se de coletivos de militantes responsáveis por cuidar de assuntos específicos dentro do Movimento. No conjunto, os setores compõem estruturas transversais que atravessam toda a organização, estão presentes, portanto, em todas as instâncias em nível regional, estadual e nacional e possuem uma coordenação própria. Cumprem a função de “quebrar” a organização vertical e imprimir certa horizontalidade a ela.

Os núcleos devem reunir-se pelo menos duas vezes por mês, congregando dez famílias que moram próximas. O encontro deve ser organizado pelos dois representantes do núcleo (um homem e uma mulher), deve contar também com um secretário e dois tesoureiros. As reuniões não são meramente burocráticas, possuem um forte caráter de

motivação e identificação com o movimento por meio da “Mística”⁷⁴ (cf.: *idem*, p. 14, 15 e 18).

Figura 3: Os Setores devem organizar todos os núcleos:



Fonte: Setor de Formação MST, 2005, p. 6 e 7.

Para direção da brigada é escolhido um representante a cada cinco núcleos, isto é, dez representantes para uma brigada de quinhentas famílias. A direção deve ser composta igualmente por homens e mulheres. Nas reuniões participam, ainda, mais dois representantes de cada setor “para manter a unidade entre todos os setores” (*idem*, p. 8), num total de vinte militantes⁷⁵. Na direção há, portanto, trinta pessoas que devem reunir-se uma vez por mês pelo menos.

A coordenação das brigadas é composta por todos os responsáveis por alguma função, nos núcleos ou nos setores, mais a direção. São dois coordenadores de cada núcleo (cinquenta núcleos, igual a cem militantes), dez representantes de cada setor (oitenta militantes), totalizando cerca de cento e oitenta lideranças mais a direção em cada brigada.

⁷⁴ Trataremos do assunto pormenorizadamente no próximo capítulo.

⁷⁵ Uma brigada de quinhentas famílias compõe-se de cinquenta núcleos, o que significa dez conjuntos de cinco núcleos que deverão ser organizados por cada setor. Portanto, se há dois representantes a cada cinco núcleos tem-se vinte representantes (representantes dos setores e das comissões: finanças, secretaria, disciplina e direitos humanos).

Deve participar da direção estadual um representante de cada brigada, ou seja, um militante a cada cinquenta núcleos.

A estrutura de base é organizada de forma que todos os membros dos núcleos tenham funções definidas e sejam supervisionados por um grupo de lideranças (MST, 1990, p. 7). Os números de postos diretivos são significativos, conforme exposto acima, são cento e noventa postos de liderança para cada grupo de quinhentas famílias. Constata-se, portanto, que o Movimento está orientado para a ampla participação de todos os seus membros em funções diretivas e organizativas. Esta ampliação obedece aos princípios organizativos do Movimento, contudo é também uma necessidade, pois garante a formação de quadros sem a qual a expansão do MST não pode ocorrer. A compreensão dos núcleos enquanto estruturas fundamentais para a perenidade da organização foi gradualmente se estabelecendo na direção política do MST. Isto se evidencia na atenção que lhe é dispensada a partir de 1990. As contínuas e as recentes reformulações organizativas se fizeram sentir de forma inequívoca nas instâncias de base.

3.1.1. A importância dos núcleos de base

A percepção de que a base necessitava de uma forte estrutura burocrática tal como as instâncias estaduais e nacionais representaram um grande avanço para organização:

“A forma de organização do MST durante todo este período [até 1990], se deu através de comissões, coordenações, setores, etc., onde conseguimos o princípio da distribuição de tarefas, procurando envolver muitos companheiros e companheiras nas diversas atividades para dar respostas aos inúmeros problemas que encontramos dentro de nossa organização. Com o crescimento do MST, percebemos que é necessário dar maior organicidade ao movimento de massas, porque as comissões, coordenações e setores não conseguem fazer isto” (MST, 1990, p. 7).

Os núcleos representam um avanço na organização da base na medida em que permitiram que as tarefas de base da militância se organizassem de forma mais sistemática. Segundo o documento do MST, a principal função dos núcleos consiste em “aumentar ainda mais a participação dos companheiros em todas as decisões”. A necessidade de organização dos núcleos respondia ao risco de desagregação da base diante da pressão dos adversários políticos, que naquele momento, década de 1990, era exercida principalmente pelo governo federal:

“A fragilidade do movimento de massa, é muito grande em relação ao inimigo. A organização de núcleos no movimento de massa possibilita maior garantia e segurança ao trabalho. O inimigo pode destruir um ou alguns núcleos, mas não conseguirá atingir e destruir a todos” (*idem*, p. 9).

Contudo, os problemas internos também impunham transformações na estrutura organizativa, os documentos do MST revelam apreensão em relação à coesão entre as estruturas. As preocupações centrais recaíam sobre perenidade da organização e o risco da burocratização, que ameaçava a participação massiva dos assentados e acampados nas mobilizações (Cf. CONCRAB, 1995, p. 1).

Superar a burocratização e integrar as famílias da base nas principais decisões, evitando que abandonem o movimento permanece como um dos principais desafios do MST no que se refere à sua organização política. Este é um problema que está na pauta de discussão da liderança. Nos documentos do MST que tratam do problema é patente a necessidade de, por um lado, fazer com que as famílias participem: “buscar formas de fazer com que grupos de famílias, os setores e as instâncias discutam as questões antecipadamente e enviem para as direções suas opiniões e, por outro lado, recebam o retorno das decisões tomadas” (MST, 1997, p. 44, *apud* FEIX, 2005, p. 110). Por outro lado, há dificuldade da própria liderança em consultar as bases: “Difícilmente consulta-se a base para questões mais amplas, salvo nos estados que já adquiriram uma organicidade maior” (*idem*). Os objetivos dos núcleos revelam a necessidade de integrar a base à organização:

“1. Organizar e articular os militantes do MST; 2. Ser um lugar de estudo, discussão e aplicação das linhas políticas do MST; 3. Encaminhar as discussões do MST; 4. Encaminhar as tarefas relacionadas às lutas do Movimento ou que estejam sendo desenvolvidas em conjunto com outros trabalhadores e com a sociedade civil; 5. Contribuir para o crescimento político e formação ideológica dos militantes e da massa organizada; 6. Ser um elo de ligação entre as direções de massa; 7. Conhecer, discutir e contribuir na elaboração dos documentos e linhas políticas do MST; 8. Dar maior organicidade ao movimento de massa; 9. Disciplinar a participação efetiva dos militantes do movimento; 10. Contribuir na sustentação econômica do MST” (MST, 1990, p. 10).

Esses objetivos podem ser resumidos em dois pontos principais: formação ideológica e atividades práticas de militância, entre as quais estão levantar recursos financeiros, agitação e propaganda:

“Exemplos de tarefas que podem ser executadas pelos núcleos: a) realizar pichação na cidade em datas comemorativas; b) contribuir com as ocupações; c) fazer campanhas de solidariedade para soltar companheiros presos; d) desenvolver atividades financeiras para angariar recursos para o núcleo e para o MST; e) programar troca de experiências com organizações urbanas; f) participar das lutas concretas de outras categorias; g) vender ou fazer assinatura do Jornal Sem Terra; h) participar ativamente das mobilizações programadas pelo MST ou por outras categorias, providenciando transporte, comida, etc., para a massa de assentamentos” (*idem*, p. 15-16).

É importante ressaltar que a organização dos núcleos é também de fundamental importância em dois aspectos principais: o contato entre os intelectuais e a base (entre os organizadores, dirigentes do movimento e as famílias que ingressam na organização a partir dos acampamentos) e a coordenação das atividades práticas. O objetivo do contato é formar a militância, isto é, o tipo de contato que a direção do movimento procura estabelecer se dá por meio da integração entre estudo e ação, ou seja, através das atividades práticas e na educação, e também através da interação entre direção e base.

Segundo Gramsci, do ponto de vista da função de uma organização que se propõe a transformações sociais significativas, a necessidade de elevação do nível de consciência é imperativa. Isto é, no trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum, é necessário que os intelectuais estejam em permanente contato com os “simples” e encontrem nesse contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos, “assim depura-se os elementos intelectualistas de natureza individual e se transformam em ‘vida’” (GRAMSCI, 2001, v. 1, p. 100). Este contato tornará possível a construção da consciência de grupo, ou seja, a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica, que representa a “primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência na qual teoria e prática finalmente se unificam” (*idem*, p. 103). Essa força hegemônica consiste em “uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos” (*idem*, p.104).

Os núcleos representam a forma organizativa mais apta para possibilitar que esta função seja executada. Antes de sua estruturação, o contato com a base era extremamente deficitário:

“No trabalho de massa, a distância entre a dúvida e o esclarecimento, é muito grande, pois quem deve esclarecer a dúvida na hora certa não se encontra, e isto leva fortalecer a dúvida ainda mais, e a mentira passará por verdade” (MST, 1990, p. 9).

Para compreender satisfatoriamente esta necessidade de integração entre educação e ação, ou entre teoria e prática na construção de um movimento de transformação social, devemos discutir o que significa exatamente “formar a militância”. É necessário ponderar quais as reais possibilidades de organização política de uma massa heterogênea de homens,

há muito acostumada à passividade diante das classes dominantes, massa que, grosso modo, assimila a concepção de mundo predominante de forma acrítica, cuja ação em grande medida corresponde a um conjunto de preconceitos, de noções contraditórias compostas de concepções passadas e presentes, de forma heteróclita, elementos estes que caracterizam o senso comum. A forma de pensamento que caracteriza o senso comum pauta-se pela ausência de crítica na medida em que ocorre de maneira desagregada, imposta mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde a sua entrada no mundo consciente. Neste sentido os indivíduos participam da visão de mundo de seu grupo de origem, compartilhando assim o mesmo modo de pensar e agir.

Desta forma, continuamente “somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos” (GRAMSCI, 2001, v. 1, p. 94). Por outro lado, o bom senso caracteriza-se pela elaboração da consciência histórica dos conceitos e fatos, ou seja, compreende-se a historicidade dos processos sociais, o que permite também a compreensão de que certa concepção de mundo está ligada a determinada classe, isto implica no início da elaboração da consciência de classe. Desta forma, ao criticar a própria concepção do mundo, tornamo-la unitária e coerente, torna-se possível elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. Formar a militância, portanto, significa a elevação da consciência da massa de trabalhadores para que estes possam desempenhar funções intelectuais dentro da organização.

A elevação do nível de consciência da massa só é possível na medida em que os intelectuais sejam intelectuais orgânicos da massa, estabelecendo com ela uma relação capaz de elevar as consciências do senso comum ao bom senso. A falta de organicidade desagrega esta relação intelectual-massa, afastando a possibilidade da formação de uma consciência coerente historicamente, ou seja, a consciência da luta de classes, impondo, ao contrário, um tipo de ligação autoritária e burocratizada.

A reestruturação contínua das estruturas organizativas do MST, bem como o conteúdo dos seus documentos internos, sobretudo na década de 1990, deixam transparecer que o contato entre intelectuais e base não ocorria de maneira satisfatória, constituindo em entrave ao desempenho das funções educativas da organização. Deve-se levar em conta,

contudo, que o reconhecimento de tal deficiência por parte da direção do Movimento aponta para a consciência da necessidade de um contato não apenas formal entre a base e a liderança. Os documentos da década de 1990 e também os mais recentes, de 2005, consistem em instruções de como implantar os núcleos e como organizar reuniões, bem como, coibir e prevenir os abusos das lideranças.

A implantação dos núcleos é resposta ao afastamento entre as famílias do MST e a direção da organização, conseqüentemente, à falta de participação da base nas decisões da direção. Ainda hoje, tal organicidade não atingiu um nível de desenvolvimento ótimo, porquanto perdura uma grande distância "entre o que a base fala e o que a direção fala"⁷⁶. Por esta razão o Movimento continua reformulando suas estruturas, dispensando especial atenção aos núcleos de base. A isto se deve a nova reformulação que muda toda a estrutura das regionais, passando a organizar-se por meio das brigadas. No limite, o que o MST demonstra visar é a formação desta consciência de classe com vistas à participação política ativa de toda a militância, justamente porque disto depende a sobrevivência do próprio Movimento em longo prazo.

A busca por uma forma organizativa que permita a organização permanente do MST está no cerne das inovações apresentadas pelo Movimento. Para que a mobilização seja permanente e orgânica, três questões são fundamentais: uma formação política que imprima constância e solidez à militância; a coesão interna entre base e direção – o que implica na busca de soluções para o problema da burocratização; e, por fim, um projeto mais amplo, capaz de aglutinar apoio de outros setores da população. Com relação a esta última questão, o MST tem dedicado esforços para formular um projeto que esteja inscrito numa concepção de sociedade na qual a reforma agrária seja um dos elementos fundamentais:

"Para alcançarmos os três principais objetivos do movimento – terra, reforma agrária e transformação da sociedade, temos que ter claro que não podemos deixar tudo solto, pois a falta de organicidade afeta o avanço ou até a vida do MST. Estamos percebendo que nossas próprias limitações organizativas, principalmente das nossas bases é hoje um dos nossos maiores freios para avançarmos. A definição da nossa palavra de ordem que resume nosso objetivo estratégico – 'Reforma Agrária , uma luta de todos', nos traz enormes novas e diferentes tarefas que só poderão ser realizadas se conseguirmos fazer com que nossa base eleve seu nível de consciência política e de participação em todas as atividades do MST e da luta de classes como um todo (...). Temos que envolver nossa base e toda sociedade neste processo de resistência e construção de um novo projeto para nossa sociedade" (CONCRAB, [1995], p. 1).

⁷⁶ Juvenal Strozake, coordenador nacional setor direitos humanos MST, entrevista, 18 abr. 2007.

Trata-se especificamente de um novo projeto de sociedade, o que implica também em uma nova cultura: “No MST estamos construindo uma nova cultura, baseada na formação de homens e mulheres novos, com valores humanistas e com consciência de classe” (SETOR DE FORMAÇÃO-MST, 2005, p. 26). Isto se expressa também na fala das lideranças nacionais:

“(...) nós queremos e pretendemos construir uma nova relação e uma nova estrutura econômica-social e essa é a nossa proposta pra sociedade. Me parece que dentro do movimento a primeira preocupação quando se pensa em construção de uma nova sociedade é a construção de um novo ser humano. Não é possível pensar uma nova sociedade, com seres humanos que nós temos hoje, ou seja, um sujeito que não lê, que não estuda, que não se preocupa em ser gente, em conhecer sua vida, em saber pra quê existe, em desenvolver suas faculdades... enquanto nós não conseguirmos despertar isso no camponês e nas outras pessoas é impossível falar em nova sociedade. Uma nova relação econômica e social só é possível a partir de uma construção de uma nova mentalidade humana, é verdade que essa construção dessa nova mentalidade humana, ela deve estar necessariamente ligada à realidade, ao seu trabalho. Não dá pra pensarmos apenas no estudo teórico sem pensarmos numa nova prática econômica social”⁷⁷.

Para a consecução de seu projeto, o Movimento constrói uma estrutura que necessita de certo grau de organicidade que garanta a vinculação à base e a formação de quadros. Para isto o MST precisa desenvolver funções educativas. É evidente que existem enormes obstáculos e que a proporção entre famílias de base e processo educativo é bastante desigual. Contudo, no âmbito do programa, assim como os partidos comunistas que desenvolveram escolas de quadros de forma sistemática e o PCF que criou três categorias de formação (escolas centrais, escolas federais e escolas elementares) (DUVERGER, 1970, p. 193), pode-se afirmar que o MST está voltado para a formação de quadros e para a ação política dos trabalhadores rurais. No Movimento existe uma evidente relação entre a formação política nas escolas de quadros e a direção de suas instâncias, exatamente como ocorre nos partidos comunistas e socialistas, nos quais a formação de quadros é parte constituinte da estrutura (*idem*, p. 194).

Com relação à educação especificamente, existe uma estrutura à parte dos núcleos de base. Inicialmente a formação ocorria nas próprias reuniões dos núcleos: “Nas reuniões dos núcleos, devem ser tratados dois tipos de assuntos: estudo e atividades concretas. Isto evita que se fique ou só estudando, ou só discutindo encaminhamentos práticos” (cf.: MST, 1990, p. 11). Utilizava-se para isto os jornais e as cartilhas produzidas pelo próprio

⁷⁷ Juvenal Strozake, Coordenação Nacional Direitos Humanos MST, entrevista em 18 abr. 2007.

movimento. As reuniões então se dividiam entre o estudo e a discussão das tarefas da organização. No presente, o MST conseguiu construir uma estrutura muito mais desenvolvida de formação, isto ocorre por meio de dois setores: educação (para ensino fundamental e médio) e formação (para educação política). Os cursos de formação ocorrem na Escola Nacional Florestan Fernandes, no estado de São Paulo, nas regiões e nos acampamentos e assentamentos. Para a liderança existem também convênios com universidades. A formação é adequada a cada “nível”, isto é, existe um “plano” de formação, que contempla desde a base até a liderança nacional. Voltaremos a este tema adiante para tratá-lo de forma mais detida.

A formação política, contudo, permanece diretamente ligada aos acampamentos e assentamentos, pois deles dependem a emergência de novos militantes. Depreende-se disto que a direção do MST está permanentemente atenta ao problema da organicidade, isto é, de sua ampla ligação com os problemas da base, mas também objetiva apresentar novas questões para ela, ou seja, a formação política está orientada para ampliar as reivindicações do campo econômico para o político, do grupo fundamental para os demais grupos subalternos da sociedade, como é o caso dos desempregados urbanos, dos atingidos por barragens, do movimento estudantil, com os quais o Movimento se articula atualmente, procurando vinculá-los a sua base por meio de ações políticas conjuntas. Para isto as estruturas de base – brigadas e núcleos – são fundamentais.

As seções, invenção socialista de acordo com Duverger (1970, p. 60), são estruturas de base local que proporcionam maior centralização que os comitês. Enquanto estes são fechados, as seções são abertas e procuram engrossar as fileiras do partido. Nestas a hierarquia é mais clara e a separação de tarefas mais precisa. Representam, de fato, o fundamento da ação partidária: devem enquadrar as massas, proporcionar-lhes educação política e tirar de seu meio as elites populares. As células, por outro lado, são estruturas criadas pelos partidos comunistas (*idem*, p. 63) e repousam sobre uma base profissional, isto é, reúne todos os adeptos do partido que têm o mesmo local de trabalho. Não devem ser muito numerosas; no PCF de 1945 considerava-se o número ideal entre quinze a vinte adeptos (*idem*), isto torna possível ao dirigente conhecer cada membro e manter com ele contato pessoal. No MST a base local e a profissional coincidem. Os trabalhadores sem-terra têm nos núcleos a organização de seu local de moradia, de trabalho e de militância. É

um sistema que se refere não apenas à vida política de seus membros, mas a toda vida, desde sua família até seu local de trabalho e lazer. Não há, portanto, distinção clara entre a esfera pública e a privada. Em certa medida isto “facilita” o tipo de ligação que pretendia o partido comunista: nele “não há distinção entre a vida pública e a vida privada – só existe uma vida partidária” (*idem*, p. 153). Trata-se de “multiplicar os laços de filiação de um mesmo indivíduo (...) de modo a não deixar nenhuma atividade fora do controle do partido” (*idem*).

Enquanto o partido socialista deu origem às seções e o partido comunista às células, o MST criou as brigadas e os núcleos, que reúnem elementos tanto das seções (centralização, aumento do número de adeptos, divisão de tarefas, enquadramento das massas, educação política, formação de militantes) quanto das células (contato pessoal e estreito entre lideranças e base). Por esta razão os núcleos de base alcançam importância fundamental no interior da estrutura organizativa do MST.

A análise dos grupos distritais do partido leninista torna a proximidade estrutural entre a organização política do MST e os partidos de criação externa mais clara. Segundo Lênin (2006) em 1902, os grupos distritais funcionavam como intermediários entre os comitês e as fábricas, isto é, ligavam a organização à massa de trabalhadores nas fábricas e nos bairros operários. A função dos núcleos de base do MST é justamente ser uma ponte entre a massa de trabalhadores e a organização, ou seja, visam a transformação da massa em militantes: “o objetivo com a organicidade, no trabalho de base, na formação e lutas, é fazer com que a massa vá se transformando em base, a base em militantes e os militantes em dirigentes” (CONCRAB, [1995], p. 6). Assim como os grupos distritais, suas funções incluem “uma difusão rápida e correta da literatura, dos panfletos, dos proclamas, etc.”, visto que “vender ou fazer assinatura do *Jornal Sem Terra*” consta entre seus objetivos. Além disto, tal qual a organização de base leninista, os núcleos sem-terra se propõem a “educar toda uma rede de agentes, o que significa realizar mais da metade da tarefa de preparação de futuras manifestações e da insurreição” (LENIN, 2006, p. 5).

Não é nossa intenção, com esta aproximação, dizer que o MST é um partido leninista. Ainda que haja uma forte tendência leninista dentro do Movimento, como veremos no próximo capítulo, sua linha política admite uma multiplicidade de matrizes teóricas, a maior parte delas dentro do campo do marxismo. O que afirmamos é que, ao

propor-se funções que extrapolam suas demandas econômico-corporativas, ao procurar articular-se com outras frações das classes subalternas, ao ampliar suas reivindicações incorporando os interesses dessas outras frações de classe, o MST constrói uma organização política cuja forma é similar aos partidos políticos, sobretudo dos partidos socialistas e comunistas, que são partidos de criação externa ao parlamento e possuem características estruturais próprias.

Resta-nos ainda descrever de que maneira o MST entende sua organização. Até aqui nossa análise nos conduziu à conclusão de que ele possui uma organização política similar a um partido, contudo, o Movimento não se declara como tal, pelo contrário, diz Stédile:

“Talvez seja esta a grande contribuição histórica que o MST pode dar a outros movimentos de massas: ‘vocês não têm futuro se não aplicarem princípios organizativos, se não se constituírem como organização política no sentido de luta de classes, e não partidária’” (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 81-82).

Contudo, perguntamos: o que é um partido senão a expressão da organização de uma classe social? Pode-se afirmar que o MST toma a “forma” de um partido na medida em que ele organiza uma fração da classe subalterna, sistematizando os princípios organizativos e a política adequada aos seus interesses de classe, favorecendo a formação da consciência crítica de sua base, ou pelo menos, de uma parte dela. Forma não é um atributo de menor importância para o MST:

“cada vez mais nos damos conta que o jeito de fazer é tão ou mais importante que o conteúdo. Não queremos deixar de valorizar o conteúdo, pois precisamos avançar no domínio do conhecimento científico e no resgate da história da luta da classe trabalhadora. **Queremos chamar a atenção que a forma também forma**” (CONCRAB, [1995], p. 8, grifos nossos).

O MST, conforme procuramos demonstrar até aqui, possui uma estrutura organizativa própria dos partidos políticos de esquerda. Esta “forma” assumida está diretamente ligada às funções que ele se propôs ao longo de sua trajetória, isto é, o Movimento assume a tarefa de organizar uma parcela das classes subalternas com vistas à construção de uma nova hegemonia para transformação política da sociedade. Cabe ao partido, justamente, a elaboração da ética e da política adequadas a um grupo social para a difusão de sua visão de mundo e conseqüentemente construção da hegemonia sobre os demais grupos sociais. Sua função é criticar o senso comum na medida em que a consciência acrítica não percebe que a realidade social é composta por concepções de mundo concorrentes, dito de outro modo, por uma luta de hegemonias. Ao apresentarem-se

como universais as concepções dominantes mantêm a separação entre dominantes e dominados, mantêm, portanto, sua hegemonia sobre as demais classes sociais.

A existência dos partidos políticos na sociedade moderna corresponde a determinadas necessidades de organização política suscitadas pelas relações de força dadas historicamente nesta sociedade. O partido assume então o papel de dirigente de determinada classe social, ele é a sintetização teórica e histórica de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. O moderno príncipe, desta forma, consiste num organismo no qual se sintetizam germes de vontade coletiva cuja função consiste em se tornar universais, e que é precisamente o partido político (GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 16). Contudo, é necessário notar que essa vontade coletiva não é espontânea, ou seja, a consciência de interesses coletivos nacionais, bem como a consciência de classe não está dada naturalmente nas mentalidades individuais, pelo contrário, ela deve ser desenvolvida, estimulada. Existe, portanto a necessidade de um agente social capaz de incitar esta vontade coletiva como “consciência operosa da necessidade histórica” (*idem*, p. 17) que congregue elementos suficientes para transcender a situação econômico-corporativa a que os grupos estão restritos e que se configura como um entrave para a formação de uma vontade coletiva.

Reafirmamos que a organização política do MST coloca-se na posição de incitadora dessa vontade coletiva, de estimuladora e organizadora da transcendência econômico-corporativa nas mentalidades da classe que representa e, portanto, de elaboradora e difusora de uma nova cultura, cujo conteúdo consiste nos valores humanistas e socialistas (SETOR DE EDUCAÇÃO DO MST, 1996, p. 9).

3.1.2. A identidade do Movimento

Este papel de organizador das classes subalternas permeia toda a história do Movimento e reflete-se também em sua identidade⁷⁸. O MST se define da seguinte forma:

“O MST, como movimento social de massa, a cada fase da conjuntura e maior clareza dos seus objetivos e caráter vai experimentando novas formas de se estruturar organicamente. Mas foi com a definição de sua identidade, que seríamos um movimento de massas com caráter popular,

⁷⁸ Pelo termo identidade, estamos entendendo a forma como a direção se define através de seus documentos internos. Seria possível discutir o processo de construção da identidade entre os trabalhadores que compõem o movimento e a sua organização política, contudo esta discussão não será feita, dados os limites e objetivos deste trabalho. Sobre os processos de identidade no MST consultar: TURATTI (2005) e BARRA (2006).

sindical e político que ficaram mais claros que as formas de estruturação deveria permitir o avanço do movimento na questão da mobilização, no avanço das lutas políticas e no econômico” (CONCRAB, [1995], p. 2, grifos nossos).

Definir-se desta forma, implica também em orientar suas atividades de acordo com uma estratégia geral, isto é, de acordo com o “caráter” do MST: “No momento que os setores vão montar seu plano de ação, devem levar em conta que cada atividade deve visar fortalecer o movimento nesses aspectos. Temos uma **estratégia geral** e cada ação deve estar ligada ou visar o fortalecimento desta estratégia” (CONCRAB, [1995], p. 4, grifos nossos).

O **caráter sindical** do movimento justifica-se por suas lutas econômicas e estrutura-se em torno da produção (*idem*, p. 5). As atividades de militância nas ocupações e acampamentos, a organização da produção, as cooperativas em especial, são exemplos dessas lutas econômicas.

Qualquer partido que pretenda transcender a atual forma de organização social não pode prescindir das conquistas econômicas, pois além da unidade intelectual e moral, é fundamental a unidade econômica e política, dado que a reforma intelectual e moral não é voluntarista, isto quer dizer que ela não pode prescindir de uma reforma econômica (GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 19).

Ao afirmar as demandas econômicas das classes subalternas o MST insere a discussão do antagonismo social, contudo, a direção não pretende fazê-la num plano corporativo, já que seu caráter vai além do sindical, é também político. Apreende-se dos documentos e na fala das lideranças, que os objetivos não deveriam se encerrar na luta pela terra, pois, conforme já exposto anteriormente, os principais alvos consistiriam em: terra, reforma agrária e transformação da sociedade:

“Aprendemos ainda que a luta pela terra não pode se restringir ao seu caráter corporativo, ao elemento sindical. Ela tem que ir mais longe. Se uma família lutar apenas pelo seu pedaço de terra e perder o vínculo com uma organização maior, a luta pela terra não terá futuro. É justamente essa organização maior que fará com que a luta pela terra se transforme na luta pela reforma agrária. Aí, já é um estágio superior da luta corporativa. É agregado à luta pela terra o elemento político” (STEDILE & FERNANDES, 1999, p.35).

Os objetivos do Movimento se ampliam em 2005 refletindo o resultado de sua experiência ao longo dos anos:

“1. lutar para construir uma **sociedade sem exploradores nem explorados**; 2. Lutar pela reforma agrária para garantir que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha e a serviço de toda a sociedade; 3. Lutar pela garantia de **trabalho para todas as pessoas com justa distribuição da**

terra, da renda e das riquezas; 4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; 5. Difundir os **valores socialistas** nas relações sociais e pessoais; 6. Combater todas as formas de discriminação social e **buscar a participação igualitária da mulher, homem, jovens e crianças;** 7. Buscar a articulação com as **lutas internacionais contra o capital e pelo socialismo**” (SETOR DE FORMAÇÃO – MST, 2005, p. 62, nossos grifos chamam a atenção para objetivos que se expandem para além da Reforma Agrária).

Podemos afirmar que o MST procura transcender o estágio econômico-corporativo não apenas porque seus documentos e lideranças assim dizem, mas principalmente porque a direção da organização demonstra através de sua “estratégia geral” a compreensão de que a disputa por hegemonia se dá no âmbito da política, o que é fundamental para a intervenção na realidade econômica. As diretrizes políticas e as ações concretas do MST deixam transparecer seu entendimento de que a organização política é essencial para a transformação social, para a disputa da hegemonia na sociedade. Isto significa que a estratégia do Movimento insere-se por meio da luta política no embate de relações de forças sociais.

Nas relações entre estrutura e superestrutura, a organização política é uma força permanentemente organizada, capaz de potencializar a força do MST e sua capacidade de transformação. Isto é de importância fundamental, na medida em que as condições objetivas não geram de forma automática a transformação de uma ordem, existe a necessidade de uma organização política para a criação de uma vontade coletiva nacional-popular que dirija estas transformações.

O caráter popular do movimento é justamente o segundo ponto a ser abordado. No segundo capítulo deste texto procuramos demonstrar como a base social do MST se compõe, bem como a orientação da organização para a mobilização da sociedade como um todo e não apenas dos trabalhadores rurais. Evidentemente o movimento pretende expandir suas bases:

“temos que envolver nossa base e toda sociedade neste processo de resistência e construção de um novo projeto para sociedade. Ou fazemos isto ou não sobreviveremos diante deste modelo. A reforma agrária não avançará sem que transformemos a sociedade” (CONCRAB, [1995], p. 1).

Por esta razão o MST procura organizar trabalhadores de diversas categorias e origens, através da “luta por reivindicações populares que atingem a todos, como: moradia, saúde, educação, etc. Dessa forma o movimento tem um caráter de movimento popular” (CONCRAB, [1995], p. 5). O Movimento, que se define como movimento de massas e organização de massas, ou, conforme Stedile, como uma organização política e social

dentro do movimento de massas (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 81) – tem como objetivo somente declarado internamente superar as características de movimento e transformar-se em uma organização de massas:

“Entendendo melhor o caráter do MST e a necessidade de **superarmos as características do movimento de massas para transformarmos em uma organização de massas**. Esta organização de massas deve ter uma estrutura adequada para alcançar seus objetivos” (*idem*, grifos nossos).

A organização política, desta forma, gradualmente supera o movimento e tornando-se majoritária. Isto nos remete a última característica da identidade do movimento, o **caráter político**. A luta política do MST em última análise é subjacente a todas as atividades que organiza:

“A luta pela reforma agrária no Brasil é uma luta de classes, enfrenta-se os interesses dos latifúndios, do governo e do estado, que juntos defendem os interesses da classe dominante. Por outro lado o movimento atua na conjuntura brasileira, apóia candidatos nas eleições e quer uma sociedade diferente. Esses elementos dão um caráter político ao movimento” (*idem*).

Dado que as conquistas econômicas nas condições impostas pelo neoliberalismo são cada vez mais difíceis, conforme já discutimos, somando a esse fato que a reforma agrária, nesses 23 anos de militância do MST, ainda não se concretizou, como explicar o vigor de sua organização e o crescente número de famílias que aderem ao Movimento? O caráter político que o MST conseguiu imprimir à sua luta é o responsável pela persistência frente aos inúmeros e fortes obstáculos que lhe são colocados pelas forças políticas e econômicas opostas. Por meio da sua organização política, o que inclui a formação de um corpo de militantes, o MST consegue articular necessidades de ordem econômica, interesses corporativos, aos interesses políticos, de classe. Stedile corrobora com esta idéia ao afirmar: “Se tivéssemos feito um movimento camponês apenas para lutar por terra, esse movimento já teria terminado. Qualquer movimento camponês que restringir sua luta ao aspecto corporativo, sindical, estará fadado ao fracasso” (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 35).

Esse caráter político não se forma depois do Movimento consolidado, mas amadurece junto com a estruturação da organização. As diretrizes definidas no 1º Encontro do MST, em 1984, e no Congresso, em 1985, deixam transparecer essa progressiva politização na medida em que se posiciona contra todas as formas de exploração e dominação. A direção do MST, desta forma, demonstra compreensão do embate político entre as classes: “o caráter político do movimento – sempre esteve presente, desde o início da organização. Tivemos a compreensão de que a luta pela terra, pela reforma agrária,

apesar de ter uma base social camponesa, somente seria levada adiante se fizesse parte da luta de classes” (*idem*).

Este caráter político do MST que ordena e organiza tanto as estruturas quanto as ações práticas é o que lhe empresta a “forma” partido. Sua composição demonstra que o Movimento possui todos os elementos fundamentais de um partido político.

3.1.3. A composição da organização

O MST define sua composição da seguinte forma: direção, militantes, base e massa. Examinemos cada uma delas detidamente:

“Direção: É o núcleo dirigente responsável pela direção, proposição, unidade e condução do movimento. Deve existir: na base, no assentamento, regional, estado e nacional” (CONCRAB, [1995], p. 5).

A liderança pretende que a direção esteja presente em todos os níveis e instâncias da organização, isto é justificado porque em qualquer organização política a direção constitui um elemento central, sem o qual não existe organização. A ausência desta estrutura representa um limite decisivo para o desempenho da função de formação da consciência de classe, função essencial de uma organização política ou de um partido político.

Segundo Gramsci, a direção consiste no elemento de coesão principal de um partido político e se constitui num corpo dirigente, que centraliza no campo nacional e torna eficiente e poderoso o conjunto de forças agregadas pela organização política. Este elemento é dotado de força coesiva, centralizadora, disciplinadora e inventiva. A direção por si só não forma o partido, mas tem maiores condições potenciais de formá-lo a partir de si própria que a massa de homens comuns, pois:

“uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria – prática se distinga (...)” (GRAMSCI, 2001, v. 1, p. 104).

Esta massa de homens comuns a que Gramsci se refere consiste nos militantes intermediários entre a base e a direção são um elemento de ligação no interior do partido. O MST os inclui em sua composição:

“Militantes: São os que dão sustentação e organicidade. São os que estão construindo e fazendo funcionar o organismo com suas várias partes. São as pessoas mais conscientes, que fazem o vínculo

entre os objetivos e as decisões que a organização toma com sua estruturação na base e no meio da base” (CONCRAB, [1995], p. 5).

Esta massa de homens “médios” participa da organização política na medida em que são disciplinados e fiéis ao corpo dirigente. O partido não existiria sem eles, mas também não existiria somente com eles. Esta camada de militantes formada no interior da organização constitui o elemento de articulação entre a base e a direção, e deve colocá-los em contato físico, “moral” e intelectual (cf. GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 315-319).

“Base: São trabalhadores que se identificam com a organização e sentem-se parte dela. São os que já entendem os objetivos mais políticos da mesma. São os que mobilizam-se não apenas pelo econômico. São os que dedicam parte do seu tempo em questões que não beneficiam apenas a si próprios. O seu nível de consciência política já é mais elevado. É com esta base organizada e orientada pelos militantes e dirigentes é que vamos construir o corpo organizativo das instâncias de base, nos acampamentos, assentamentos, nas cidades” (CONCRAB, [1995], p. 6).

Este é o elemento que Gramsci chama de uma “massa de homens que sustenta a direção a partir da confiança, lealdade e disciplina” (cf. GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 315-319). A base, conforme expõe a direção do MST, é o elemento organizado que ainda não atingiu completa consciência de sua função histórica, é o elemento que reconhece a importância da organização, contudo sua formação ainda se encontra nos níveis iniciais. Por esta razão sua ligação ao movimento se dá por via da confiança e lealdade à direção, mas também pela disciplina que a própria organização deve impor.

O MST ainda distingue um último elemento:

“Massa: são todos os trabalhadores que se mobilizam em torno de objetivos comuns e que dão sustentação ao movimento. É a população atingida pelas mensagens, que podem ou não se mobilizar. A massa é diferente da base, no que motiva sua mobilização e no seu nível de consciência. A principal motivação de sua mobilização para a luta, geralmente é econômica ou outras questões que vão beneficiar a si próprios” (CONCRAB, [1995], p. 6).

A massa está no limiar entre a organização e a classe. Pode-se dizer que é constituída pelos trabalhadores que se mobilizam pela terra, contudo ainda não fazem parte da base do MST, dito de outra forma: participam do movimento sem participar da organização, ou, sem assumir funções organizativas. Isto nos remete a discutir os nexos entre a classe e o partido. O partido não se confunde com a classe, mas também não se destaca dela, pois ele é sua expressão política, só existe porque a classe existe e desaparecerá se as classes deixarem de existir (GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 316). É justamente por este motivo que a história de um partido só poderá ser satisfatoriamente contada se esta for também a história do grupo social ao qual representa.

A natureza da participação entre direção, militantes, base e massa é diversa, isto quer dizer que as diferenças na participação não são apenas de grau: “um militante não é duas ou três vezes mais ligado ao partido do que um adepto: é ligado diferentemente” (DUVERGER, 1970, p. 152). A ligação à organização caracteriza-se por sua qualidade e não por sua intensidade. Ao longo desta análise acerca da composição da organização política do MST, percebemos que o que diferencia a militância de sua base são os níveis de consciência que cada uma alcança acerca da luta econômica aliada a luta política, bem como a medida em que são capazes de associar a teoria à prática, e assim cumprir função intelectual e prática militante. A direção do MST classifica os níveis de consciência em consciência social e consciência política:

“**Consciência social:** é a consciência natural, é a que adquirimos na escola, na igreja, no trabalho, na comunidade, na família, etc. Neste estágio as pessoas não tem uma visão crítica das coisas, não conseguem enxergar as raízes de seus problemas, quem são nossos verdadeiros inimigos e da classe trabalhadora. **Consciência política:** esta não adquire de forma natural, deve ser forjada nas discussões, na formação, na luta. É pelo trabalho de conscientização com várias atividades é que vamos adquirindo esta consciência. Neste estágio as pessoas já tem clareza das causas reais de seus problemas e sentem-se enquanto membro da classe trabalhadora e desenvolve os valores da solidariedade, do companheirismo. Já se desprende da vontade de obter benefícios apenas para si próprio” (CONCRAB, [1995], p. 6).

Consciência social ou natural, de acordo com a descrição do documento, corresponde a uma mentalidade acrítica, sem noção de sua própria historicidade. Conforme já discutimos acima, estas são características do senso comum. A consciência política, conforme podemos constatar, consiste na consciência crítica, coerente, capaz da ação organizada em prol de interesses de classe, justamente o que caracteriza o bom senso. Concluimos, portanto, que o MST propõe-se a tarefa de elevar a consciência de sua base⁷⁹, esta função, a rigor, é a função do partido político teorizado por Gramsci. Não reproduziremos a mesma discussão feita anteriormente, queremos apenas destacar que a elevação do nível de consciência da massa é elemento fundamental para a constituição de uma vontade nacional-popular, e em decorrência, para a organização da reforma intelectual e moral, que, a rigor, consistem em funções de partido.

3.1.4. Sistema de filiação e mecanismo de cotizações individuais

⁷⁹ “Precisamos elevar a consciência de nossa base” (Cf. CONCRAB, [1995], p. 6).

Com relação à filiação, em linhas gerais, os partidos apresentam segundo Duverger duas formas: direta e indireta. No primeiro caso há ficha de adesão e pagamento de cota mensal por indivíduos que são assíduos às reuniões da seção local. No segundo tipo não há adeptos ou membros do partido, apenas adeptos dos grupos de base: sindicatos, cooperativas, sociedades mutualistas e agrupamentos intelectuais (cf. DUVERGER, 1970, p. 40). Os partidos indiretos são menos comuns; com frequência circunstâncias políticas particulares desempenham um papel essencial neste aspecto: “a estrutura indireta parece aqui o resultado da anterioridade do desenvolvimento dos sindicatos em relação ao do partido; a situação inversa ocasionando, pelo contrário, a estrutura direta” (*idem*, p. 50). Não se pode falar em filiação direta no MST, dado que ele não é um partido e sim um movimento social, cuja organização interna assume uma forma estrutural de partido. Não há, portanto, filiação propriamente dita.

As famílias que passam a mobilizar-se sob a direção do MST, contudo, são instadas a se tornar militantes, passando a fazer parte da organização política. Conforme já discutimos acima, existe uma diferença entre a participação no Movimento e a participação na Organização, embora a distinção não possa ser feita de maneira estanque. A rigor, consideram-se parte da Organização os indivíduos que assumem cargos de liderança, enquanto aqueles que “se mobilizam” apenas por motivos econômicos, que não atingiram ainda a percepção da luta política, são considerados parte da massa mobilizada (CONCRAB, [1995], p. 6). A massa e a base compõem-se famílias sem-terra, isto é, a forma de controle não é feita individualmente e sim coletivamente, por famílias. As estatísticas do Movimento são feitas a partir das famílias acampadas e assentadas⁸⁰. No que se refere à Organização o controle é sempre individual, isto é, ao tornar-se militante, o indivíduo distingue-se da massa, por esta razão o controle do número de militantes só pode ser feito individualmente⁸¹. Embora não exista um sistema formal de filiação, os militantes possuem uma ligação mais forte com a organização, próxima a uma filiação direta.

O Movimento é composto por todos aqueles que se mobilizam em torno da direção política do MST (tanto a “massa” quanto a base, a militância e a direção): “Só é

⁸⁰ Na Secretaria Nacional fomos informados que a base do Movimento é formada por 150.000 famílias nos acampamentos e 370.000 famílias nos assentamentos (visita em 18 abr. 2007).

⁸¹ Stedile informa que “o MST tem mais ou menos 15.000 militantes que estão estudando e 140.000 famílias acampadas” (CARTA CAPITAL, 21 set. 2005).

Movimento quem está mobilizado e organizado permanentemente” (SETOR DE FORMAÇÃO-MST, 2005a, p. 87). Estar mobilizado significa participar assiduamente das atividades do Movimento: “se em um assentamento, as mulheres, jovens e crianças não participam das reuniões, assembléias e mobilizações, é como se estivessem fora da área de reforma agrária. Dizemos que são ‘matéria morta’, existem, mas não se desenvolvem, estão em decomposição” (*idem*). A Organização, por outro lado, é mais restrita que o Movimento. Quando dizemos que o MST assume a “forma partido” estamos nos referindo à Organização (composta por militantes de base, militantes intermediários e dirigentes) e não ao Movimento como um todo.

As formas de aproximação e assimilação ao Movimento são múltiplas, uma delas consiste na aproximação por iniciativa do próprio sujeito social. Esta forma ocorre principalmente nos casos em que operários, pequenos proprietários, trabalhadores informais urbanos, estudantes, etc., tomam a iniciativa de procurar o Movimento. Este tipo de aproximação é dificultada pelo nível de desconfiança que suscita. O Movimento procura se resguardar contra possíveis “olheiros” de seus inimigos políticos, dependendo a adesão em grande medida da persistência dos interessados em fazer parte do Movimento⁸².

Uma segunda forma consiste na iniciativa do MST. Conforme vimos acima a aproximação a novos adeptos anteriormente era iniciada por meio do trabalho de base das CEBs. Atualmente o MST possui estrutura necessária para realizar este trabalho, que tem sido direcionado especialmente para os jovens da periferia urbana (MST, 2001, p. 48). Além disso, os coordenadores de núcleos nos assentamentos e acampamentos têm a função de selecionar os possíveis militantes a partir do nível de integração às ações que consistem na organização interna e nas ações externas como ocupações e manifestações públicas. À medida que o candidato é selecionado, recebe convite para participar dos cursos de formação, primeiro no próprio acampamento e posteriormente de eventos maiores, em outros estados, conforme o desempenho de cada militante⁸³.

⁸² Isto foi percebido em nossa investigação na medida em que o acesso à pesquisa junto a militantes na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) nos foi negado. A orientação dada é que deveríamos procurar uma secretaria regional onde havia maior possibilidade dos dirigentes conhecerem melhor aqueles que desejam se aproximar do Movimento.

⁸³ Segundo informação de Geraldo Gasparin – coordenador pedagógico da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF – MST) em 16 jul. 2005. A seleção também pode ocorrer de maneira sistemática, através de programas de formação. No ano de 2002, o Movimento lançou o Programa Nacional de Formação (www.mst.org.br), coordenado pelo setor de Formação Nacional e contou com vários estágios organizativos

Quanto à participação no Movimento, existem normas internas que a disciplinam, entre elas a contribuição para sustentação do Movimento, trabalho voluntário, participação de reuniões e mobilizações e estudo:

“(...) **8.** Toda família assentada deve contribuir para a sustentação do MST seja com produtos ou com recursos financeiros; **9.** cada família assentada deve ter uma bandeira do MST em sua casa; **10.** cada família assentada deve doar 4 horas por mês de trabalho voluntário, para embelezar e melhorar a aparência das praças do assentamento. Estas horas devem ser doadas de uma só vez ou parceladas; **11.** todas as famílias assentadas devem fazer parte dos núcleos de 10 famílias, e participar das reuniões quinzenais; **12.** todas as famílias deverão participar das mobilizações convocadas pelo MST. A forma e os momentos serão encaminhados pelos coordenadores dos núcleos; **13.** todas as pessoas, jovens e adultos nos assentamentos que são analfabetos deverão participar dos programas de alfabetização (...)” (SETOR DE FORMAÇÃO-MST, 2005, p. 47).

As exigências feitas às lideranças vão além destas normas, referem-se a princípios e valores. Os líderes devem desenvolver as seguintes qualidades: humildade, espírito de sacrifício, ser exemplo na prática de valores, ser eficiente nos encaminhamentos, ser leal, ser cuidadoso com a saúde e a vida e alimentar a mística (*idem*, p. 41-45).

Conforme citamos acima, a contribuição para sustentação do MST é uma das normas do Movimento, contudo não se pode chamar esta contribuição de cotização, dado que diante das dificuldades financeiras que enfrentam as famílias que compõem os assentamentos e os acampamentos, várias alternativas são sugeridas para concretizar esta contribuição: por meio produtos agrícolas, buscar trabalhos temporários em forma de empreitadas onde se empregue mão-de-obra voluntária, revertendo as finanças para as brigadas, etc. (SETOR FORMAÇÃO-MST, 2005a, p. 98). Disto conclui-se que a maior parte dos recursos que o MST utiliza para suas despesas, principalmente para a formação de militantes, advém de convênios com o Estado, de doações e contribuições materiais e financeiras de entidades não governamentais no Brasil e no exterior.

Já tratamos da questão do financiamento público do MST no primeiro capítulo e acreditamos não ser necessário voltar ao tema, lembramos apenas que a liberação de

para a formação de militantes. Em cada Estado existem dois militantes formadores como coordenadores, responsáveis por implementar o programa através de ações práticas, avaliações, planejamento e acompanhamento. Cada coordenador possuía uma equipe de 20 monitores, cada monitor tem a tarefa de organizar uma turma de 50 jovens militantes, distribuídos pelo interior do Estado. Esses jovens militantes são coordenadores dos núcleos de base, representantes dos setores do MST nos assentamentos, pessoas que assumem alguma função orgânica na base. Em cada Estado, o MST pretende ter mil jovens participando de um programa de formação permanente que vincula o estudo e as tarefas práticas e orgânicas das famílias nos assentamentos e acampamentos. O programa inclui aulas teóricas, debates quinzenais em assentamentos, acampamentos e cidades do interior, próximos ao local de moradia dos alunos militantes. Inclui também atividades práticas, de organização de mobilizações de acordo com o calendário nacional.

recursos do Estado limita e compromete as ações do MST: “por meio delas [das contribuições financeiras] o governo limita a radicalização e assegura um mecanismo potencial de controle” (SORJ, 1998, p. 32).

3.5. O funcionamento das estruturas e sua função política

Faz-se necessário tratar do funcionamento das estruturas de base para que possamos confrontar o conteúdo dos documentos com análises empíricas do Movimento. Nosso principal intuito é discutir em que medida esta “forma partido” alcança o cumprimento das funções específicas de partido em dois sentidos: 1. na elaboração da política adequada para atingir os interesses da classe que representa; 2. no que se refere à educação política e formação da consciência de classe, elementos centrais para a formação de dirigentes políticos, mas que tem como pressuposto a integração entre liderança e base, assim como entre teoria e prática. Em ambos os casos a coesão interna é de fundamental importância.

Conforme dito antes, o risco de afastamento entre base e liderança é uma das mais presentes ameaças desintegradoras ou paralizadoras do Movimento. E deve-se perguntar em que medida a organização política supera esta dificuldade. Até aqui procuramos demonstrar que os freqüentes reordenamentos das estruturas estão prioritariamente orientados para este propósito, contudo há evidências de que o nível de articulação entre a direção e o conjunto das famílias sem-terra ainda carece de coesão.

O MST ainda hoje se encontra em um dilema entre as demandas imediatas da base (cuja resposta parte de uma ação democrática, baseada na organização descentralizada de poder, com divisão de tarefas em setores e instâncias de decisão) e os objetivos em longo prazo do Movimento, como a transformação socialista (FEIX, 2001, p. 112), para os quais há necessidade de estruturas centralizadoras, passíveis de serem encaradas como não-democráticas. Existem, evidentemente, interesses e concepções divergentes acerca da reforma agrária entre a base e a liderança do Movimento. A motivação da grande maioria dos trabalhadores, advindos do campo ou da cidade, para aderir ao Movimento possui caráter prático, imediato. Nas palavras da acampada do MST, Dulce:

“Queria comprar um sítio para morar, mas tudo que ganha, gasta. Queria um pedaço de terra para terminar os dias, plantar (...). O nosso maior objetivo é ser assentado e produzir o alimento, os frutos,

para ter dali, sem agrotóxico, vai ser tudo orgânico natural. Lá eu posso ter as minhas hortaliças, cultivar e vender na cidade”.⁸⁴

Esse descompasso entre os objetivos da base e da liderança torna-se mais patente quando se trata das decisões que envolvem a organização da produção nos assentamentos. Mostra disto é que do total das famílias assentadas desde o início do MST, cerca de 35% se desvinculou formalmente da organização⁸⁵. Qualquer que seja a modalidade de organização adotada (posse individual da terra ou parcelamento desta com estabelecimento de cooperativas) problemas de ordem ideológica e econômica se impõem. No caso da propriedade individual da terra, as possibilidades de desvinculação econômica e política do Movimento são maiores. A partir do momento em que os trabalhadores deixam de ser sem-terra e se tornam proprietários sua perspectiva modifica-se, sua preocupação premente passa ser a produção, a militância no MST, portanto, ocupa um plano secundário. As políticas públicas de crédito rural, os subsídios, os preços mínimos e as tarifas aduaneiras passam a ser as principais inquietações e isto os une aos proprietários rurais. “É a partir desses temas que as novas lideranças de grandes proprietários rurais conseguem unificar e mobilizar o apoio, até mesmo, dos pequenos produtores rurais” (SORJ, 1998, p. 26), que, a despeito de suas diferenças em relação ao tamanho das propriedades, vêem nos grandes proprietários a chance de conseguir ganhos econômicos importantes. Sua militância, portanto, deixa de ser ao lado dos sem-terra, e pode até mesmo ser contra eles. Sob o título: “Assentados se unem a fazendeiros para expulsar sem-terra em SP”, matéria do jornal *Folha de S.Paulo*:

“Ex-sem-terras instalados no assentamento Ibitiúva, em Pitangueiras (364 km de São Paulo), pediram o apoio de fazendeiros para expulsar 400 famílias de sem-terra que chegaram anteontem ao local (...). Das 43 famílias, que estão assentadas no local desde 1998, 40 já subscreveram um abaixo-assinado que será entregue hoje ao Itesp (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e à Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo) pedindo a remoção imediata dos acampados. Segundo o coordenador do assentamento, Valdir Alves da Silva, 41, quatro proprietários rurais da região já teriam se comprometido a assinar o documento. ‘Nossa relação com os fazendeiros hoje é boa. Eles têm confiança na gente e têm medo de os acampados invadirem suas áreas’ afirmou” (FOLHA DE S.PAULO, 28 ago. 2003)⁸⁶.

⁸⁴ Dulce Clélia S. Silva, do Acampamento Mário Lago, próximo à cidade de Ribeirão Preto. Entrevista concedida na Unicamp, no dia 21 jun. 2005.

⁸⁵ Segundo Stedile, das 480 mil famílias assentadas ao longo dos vinte anos de sobrevivência do Movimento, cerca de 300 mil permanecem ligadas ao MST (CARTA CAPITAL, 21 set. 2005).

⁸⁶ Em outra matéria sob o título “Questão agrária” lê-se: Agricultores fecham o trânsito em ato no DF. Integrantes de seis entidades de trabalhadores rurais bloqueiam o trânsito durante toda a tarde de ontem em frente ao Palácio do Planalto (...). Os manifestantes (centenas de ex-sem-terra assentados e pequenos produtores, principalmente) estão em Brasília desde o último dia 17” (FOLHA DE S. PAULO, 27 set.

No caso da gestão coletiva da terra, o conflito entre liderança e base nos assentamentos encontra seu ponto de acirramento na definição do modelo de organização da produção. O cerne da questão é a discordância entre os assentados, que em sua maioria preferem um sistema individual de produção, e a direção, que prioriza a coletivização da terra e o estabelecimento de cooperativas. Para a direção o sistema cooperativo é fundamental porque, além de favorecer a maior produtividade da terra por meio da cooperação, consiste numa experiência prévia de um novo modo de organização da produção que se fundamenta na distribuição igualitária e coletiva dos recursos materiais e, portanto, difere do modelo capitalista, desempenhando assim um papel educativo, pois “a organização do trabalho influencia a formação da consciência do camponês” (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 100). Além disto, segundo Stedile, o sistema de cooperativismo agrícola facilitaria o acesso ao crédito e às novas tecnologias, criaria condições ou facilidades para trazer energia elétrica, água encanada e escola perto do local de moradia (*idem*).

Deve-se notar também que o sistema de cooperativas proporciona sustentação material e política para o MST, pois mantém uma ligação orgânica entre assentamento e organização política favorecendo a formação e liberação de novos quadros. Por outro lado, os agricultores sem terra advindos de um longo e penalizante período nos acampamentos, quando as relações entre as famílias já começam a se deteriorar e os conflitos se acirrar, não possuem coesão suficiente para ver o projeto da direção com bons olhos. Além disto, outras preocupações se impõem como: o ritmo de trabalho de cada um, isto é, a possibilidade de alguns sustentarem a produção enquanto outros fazem “corpo-mole”, a preocupação com a herança dos filhos, o desejo de escolher de forma individual o tipo de alimentos a produzir, bem como a escolha individual dos mercados e fornecedores para seus produtos (BRENNEISEN, 2003, p. 77-79).

A despeito desses desencontros, para tentar implementar o sistema cooperativo, ao longo dos anos 1990, a direção adotou práticas de controle das famílias que ingressam nas ocupações em áreas estratégicas para produção e comercialização dos produtos. A forma

2001). Os ex-sem-terra, portanto, unem-se às entidades de trabalhadores rurais e não mais ao MST exclusivamente para lutar por suas demandas.

tradicional de seleção, considerada mais justa pelos sem-terra, era o sorteio. Contudo, este novo procedimento determina que as lideranças regionais façam uma seleção das famílias por meio de entrevistas. Desta forma, somente as famílias que concordassem previamente com a modalidade organizacional já definida pela direção seriam conduzidas às ocupações (*idem*, p. 66). Neste caso, não era possível discutir coletivamente e escolher a forma de organização da produção mais conveniente para as famílias, pelo contrário, seriam preliminarmente escolhidas pelo nível de aceitação que apresentassem em relação ao modelo coletivista.

As lideranças do Movimento, contudo, atestavam a legitimidade do procedimento, pois defendiam que a seleção poderia ser mais efetiva que o sistema aleatório na escolha das famílias com maior consciência política. Neste sentido, o sistema de sorteio seria um desvio, um “democratismo”. Diz uma das lideranças do Paraná: “Erramos quando fizemos sorteio das famílias. Essa visão do igualitarismo, do democratismo, isso não funciona! O processo tem sido o da seleção natural. São anos e anos de acampamento” (*idem*, p. 68). “Seleção natural” neste caso significa uma espécie de “evolução da consciência pelo sofrimento”, no qual os oportunistas “não resistem”. Nas palavras de uma das lideranças: “o processo de assentamento seleciona as pessoas (...). Só resiste aquele que tem realmente necessidade e aquele que ideologicamente entende que o futuro é esse (...). Os que não aceitam a organização vão abandonando” (*idem*, p. 67).

A idéia que o sofrimento possui uma dimensão educativa no sentido de maior consciência política não encontra respaldo nem na teoria e nem na realidade efetiva. Esta percepção fundamenta-se, sobretudo, numa concepção religiosa da purificação pelo sofrimento, isto é, na idéia cristã da salvação pelo sacrifício. Esta forma de conceber o processo de formação política, contudo, não é parte do corpo teórico preconizado pela Teologia da Libertação, como veremos adiante. É, deste modo, uma interpretação distorcida de seus preceitos.

O processo educativo pressupõe a interação entre sujeitos autônomos. Uma prática ou situação que tolha a liberdade e a autonomia dos sujeitos pode ser nomeada como qualquer coisa menos como um processo educativo. O trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum necessita do contato permanente e dialético entre os intelectuais e “simples”. Isto não quer dizer que não haverá conflitos, pelo contrário, eles

existem, mas na relação pedagógica não pode predominar a coerção e sim o convencimento por meio de argumentos teórico-políticos. Em outras palavras, para que o processo educativo ocorra não basta o contato, mas a qualidade deste contato é de fundamental importância. Ele é a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos e é também o meio pelo qual os elementos intelectualistas de natureza individual devem se transformar em “vida” (cf. GRAMSCI, 2001, v. 1, p. 100). Este contato não coercitivo tornará possível a construção da consciência de grupo, ou seja, a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica, que representa a “primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência na qual teoria e prática finalmente se unificam”, consiste numa primeira fase da superação do senso comum, da construção crítica dos sujeitos, mesmo que dentro de limites ainda restritos (*idem*, p. 104).

A experiência concreta mostra que o sofrimento só é capaz de produzir passividade e conformismo. Este longo processo de sofrimento nos acampamentos ao contrário de produzir uma concepção crítica, autônoma e livre acaba por produzir comportamentos típicos dos grupos dominados – dóceis e submissos. Nesta situação, diante da imposição das lideranças desta modalidade de produção, resta aos exaustos trabalhadores aceitar o projeto da direção ou continuar de forma indefinida na luta, para a qual já não possuem recursos materiais, emocionais ou psicológicos. Diante disto, poucos argumentos podem contrapor-se a posição de Brenneisen quando afirma que esta visão das lideranças leva a uma única constatação possível: “quanto mais passivos, mais maleáveis, mais ajustáveis, melhores às intenções da direção do MST, pelo menos no que se refere à modalidade organizacional pretendida para os assentamentos rurais” (BRENNEISEN, 2003, p. 69).

O insucesso das convicções e das práticas da direção em relação à implantação do modelo coletivista levou a direção a uma reavaliação e desde 1995 vêm ocorrendo discussões internas no intuito de solucionar o problema. Na avaliação de Stedile, o modelo cooperativista implantado de uma só vez não deu certo porque “em primeiro lugar, o método é muito ortodoxo, muito rígido na sua aplicação. Em segundo porque ele não é um processo, é muito estanque” isto quer dizer que em quarenta dias deve-se reunir os agricultores e montar a cooperativa. A experiência nos assentamentos mostra – diz o dirigente do MST – que o processo deve ser mais lento. As formas de cooperação não podem ser rígidas, devem ser variáveis, podendo variar da ajuda mútua até formas

complexas de cooperativismo (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 99-101). Neste sentido, as lideranças estaduais e regionais passaram a propor um modelo de organização semicoletivo, no qual parte da área não seria fracionada e deveria ser destinada à organização coletiva, enquanto outra parte seria dividida entre as famílias (BRENNEISEN, 2003, p. 71). Esta seria uma situação transitória com o objetivo de convencer os trabalhadores da viabilidade das cooperativas de produção agrícola.

O período de 1986 a 1990 é interpretado como uma fase de grande avanço na qual o Movimento aprende – com os fracassos e os êxitos, bem como por meio do estudo – os caminhos a trilhar para a implantação da produção coletivista. Avalia-se a necessidade do desenvolvimento das condições subjetivas antes da implantação deste modelo de organização da produção. Por condições subjetivas a direção do MST entende: “o grau de consciência política e a história de participação de uma determinada comunidade adquiridos na luta para a conquista da terra” (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 102). O avanço em relação às antigas concepções mostra-se pela percepção da necessidade de compreensão do nível de consciência da base, e em decorrência do nível de aceitação do novo modelo de cooperação: “a forma de cooperação agrícola não é determinada pelo MST, pela Concrab. Não adianta fazer uma reunião no assentamento e dizer: ‘vocês vão implantar uma cooperativa’. Vai ser um fracasso. Eles é que têm que discutir que tipo de forma pode ser assimilada” (*idem*). Embora essa orientação nem sempre seja respeitada pelas lideranças locais (Cf. BRENNEISEN, 2003, p. 75, 101-102), no âmbito da direção nacional percebe-se uma avaliação das práticas coercitivas como negativas para a organização e para a formação política e conseqüentemente uma mudança na orientação geral da política do Movimento para a implantação das cooperativas de produção agrícola.

Ainda que as cooperativas sejam instaladas, a gestão dos recursos públicos para a reforma agrária pelo MST consiste num outro ponto nevrálgico. O Movimento recebe recursos do governo via organização de cooperativas nos assentamentos e gere as verbas. O MST, portanto, mantém o vínculo com estes trabalhadores por meio das cooperativas, que passam a ser instrumentos políticos: “O Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) tem caráter político e econômico. As cooperativas devem colocar sua infra-estrutura, recursos e pessoal a disposição das mobilizações e lutas políticas em prol da reforma agrária e da transformação social” (JORNAL DO MST, jul. 1997, *apud* SORJ, 1998, p. 32). Ainda:

“Desta maneira, o MST deverá discutir com as famílias acampadas a forma de construção dos investimentos e o melhor método para se garantir o plano de produção. *Não podemos abrir mão do controle político do crédito*, pois ele é o alicerce que dará sustentação ao plano. Assim, tanto o crédito fomento como o crédito de produção (investimento – Pronaf A) deverão ser objetos de debates e discussões, buscando ter um melhor controle social da aplicação destes recursos” (MST, 2001, p. 91, grifos nossos).

Na medida em que os novos “com-terra” se sentem tolhidos e não desejam permanecer cooperados, os conflitos aparecem e podem se acirrar até ao ponto do “racha”, isto é, de sua ruptura com o Movimento. Em circunstâncias extremas pode ocorrer inclusive o apelo à lei para resolução dos impasses. A matéria “PF vai abrir inquérito sobre ‘pedágio’” é ilustrativa desta situação:

“O diretor-geral da Polícia Federal, Agílio Monteiro Filho, determinou aos superintendentes regionais da PF em 12 Estados que abram inquéritos para apurar denúncias de cobrança de ‘pedágio’ pelo MST. As denúncias foram feitas por ex-sem-terra assentados e confirmadas em investigação do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (...). O objetivo das sindicâncias foi apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos no projeto de assistência técnica Lumiar e dos créditos destinados ao financiamento da produção agrícola de assentamentos beneficiários do Programa Procerá” (FOLHA DE S. PAULO, 14 out. 2000).

Conforme procuramos demonstrar, a categoria “sem-terra” esconde uma imensa variedade de perspectivas do que seja a reforma agrária. Os sem-terra consistem nas famílias de base, mas são também os militantes que emergem de seu seio e assumem diferentes perspectivas da luta. Uma grande variedade de concepções de mundo, de tradições, de convicções, de preconceitos e crenças coloca-se entre a base e sua direção. A concepção vulgar da política, entendida estritamente como esfera de ação dos políticos profissionais e intimamente ligada à defesa de interesses nem sempre gerais ou públicos se faz presente de forma sensível entre a base e engendra certa rejeição da organização política. Em Ribeirão Preto no estado de São Paulo, os acampados não sabiam definir o MST, muitas vezes referindo-se ao movimento como o “partido dos sem-terra”, excluindo-se do partido e não se identificando com a categoria sem-terra por não participar da política: “não era incomum ouvir os acampados do *Mário Lago* dizerem que não queriam ser sem-terra, porque não queriam fazer ‘política’, apenas desejavam ter um pedaço de terra para reconstruir a vida” (BARRA, 2006, p. 9-10).

Por outro lado, na fala das lideranças locais e regionais percebe-se uma “simplificação” das motivações que levam a base a opor-se aos objetivos da organização. Nas palavras de uma das lideranças estaduais:

“há movimentos neste meio que tem interesses, e é a maioria, que não é fazer a reforma agrária. Querem, no máximo, conseguir algum pedacinho de terra e se aproveitar dos trabalhadores na corretagem de terra, na assistência técnica, nos conchavos. Usam a questão da reforma agrária como elemento mobilizador para se aproveitar do ponto de vista pessoal, político, se eleger. E aí, nós discordamos (...) é a forma de combater também o MST. Normalmente esses grupos que têm esse tipo de método de luta pela terra, eles são fortalecidos pela direita” (*apud* FEIX, 2005, p. 115).

Em *Construindo o Caminho* – cartilha do MST de 2001 – a direção pretende sintetizar os esforços empenhados na construção do Movimento ao longo de sua história e definir para seus militantes “o que de fato é o MST”. Diz o texto: “somos um movimento social em permanente construção. Somos caminhantes de um longo caminho. E que, a cada quilômetro, nos deparamos com novos desafios. Que nos exige novas reflexões e elaborações, novas soluções” (MST, 2001, p. 5). Neste texto a direção faz uma autocrítica, chamando para si a responsabilidade da pouca coesão interna, o trecho é extenso, no entanto julgamos importante transcrevê-lo integralmente:

“Deve-se *responsabilizar as direções locais, estaduais e nacional* pela grande maioria dos problemas existentes, por não se dedicarem a buscar formular métodos eficientes para resolver os problemas e democratizar as decisões, sendo os primeiros a dar exemplos. *Predomina o presidencialismo ou a direção de um homem só.* Temos deficiências em todos os aspectos nestas instâncias. Age-se como o clínico que receita remédios mas não acompanha o paciente. Quando ele retorna já traz outra doença. Geralmente *a massa acha que os dirigentes usufruem de privilégios*, como carros, casas boas, dinheiro, telefone, avião, etc. *Embora sejam instrumentos de trabalho, não se pode dizer que sejam usados somente para o trabalho.* Não falando que a grande maioria não se dedica ao estudo nem ao trabalho produtivo e possui dificuldades de perceber o todo. Se detém em problemas particulares diariamente. Sendo assim, diminui a massa nas ocupações, os setores se reduzem a poucas pessoas, as finanças acabam passando por fortes crises, etc.” (*idem*, p. 195, grifos nossos).

O documento, bastante revelador dos desvios e problemas com as quais a direção se depara e procura sanar, mas que ao mesmo tempo convive e reproduz nas suas diferentes instâncias, coloca em relevo também a dificuldade de assimilação por parte dos assentados de um padrão de produção menos poluente e nocivo para o ambiente:

“Continuamos com descontrole total em determinados aspectos dentro das áreas de assentamentos. Os projetos, na sua totalidade, influenciam e condicionam os assentados a gastarem parte dos recursos com adubos químicos e venenos, há queimadas indiscriminadamente, derrubadas e venda de madeira em vários lugares, embora tenhamos avançado” (*idem*, p. 200).

Esse documento apresenta um avanço porque demonstra uma extensa reflexão dos problemas envolvidos na clivagem entre a base e a liderança, bem como das dificuldades de comunicação e de compreensão mútua. A distância e a distorção entre o que se diz e o que se ouve dificulta ainda mais as relações, que já apresentam conflitos de ordem material e

cultural em torno da organização da produção e suas diferentes concepções. Diz o documento:

“(...) as idéias são transmissíveis por meio da linguagem: assim, alguém poderá ter uma idéia da estátua se o escultor explicar o que pretende fazer (...). De certo ocorre que a ‘estátua’ que concebemos e oferecemos em palavras para os assentados não é a mesma que estes ‘enxergam’, está de ‘cabeça para baixo’. Seria o mesmo que tomar uma folha e tentar ler o que nela está escrito pelas costas. É assim que nossa teoria de cooperação, valores e educação se reproduzem na cabeça de cada camponês” (*idem*, p. 204-205).

Estas distâncias e descontinuidades somadas aos limites impostos pela própria estrutura – os limites materiais para a pequena e média produção no modelo econômico neoliberal; a extensão das organizações de massa, que dificulta participação democrática direta; a precariedade das condições de vida no campo que acarretam a pouca formação escolar, técnica e política da massa da população rural; bem como a sobrevivência de formas arcaicas de poder no campo que garantem a manutenção de relações fundadas no patrimonialismo e no clientelismo – são responsáveis pelas contradições que permeiam o Movimento, que ao mesmo tempo em que apresenta uma relação interna conflituosa, é responsável por enormes ganhos políticos e econômicos para as classes subalternas.

Segundo alguns autores, o Movimento promove a democratização no campo através de suas ações contra o latifúndio, pela democratização da propriedade da terra, aumentando a possibilidade e a capacidade de organização dos diversos segmentos dos trabalhadores rurais. Embora seja crítico da organização política do MST, Zander Navarro relata como as regiões rurais brasileiras antes adormecidas do ponto de vista econômico, tornam-se relativamente dinâmicas com a presença dos assentamentos do Movimento. A organização dos sem-terra e seus líderes, ou seja, esse “novo conjunto de agricultores-tornados-dirigentes-municipais” passa a pressionar mais intensamente as instituições locais, exercendo maior vigilância sobre as práticas políticas, e em consequência disto, o MST contribui para a democratização dos municípios onde estão implantados os assentamentos:

“Como resultado, a multiplicação dos assentamentos em praticamente todos os estados tem provocado, especialmente, a renovação política desses rincões rurais, democratizando-os lentamente e produzindo novas práticas sociais, antes comandadas especialmente pelos grandes proprietários de terras” (NAVARRO, 2002, p. 213).

Nessa mesma direção, Leite *et al.* (2004) ao efetuar uma detalhada investigação sobre os impactos regionais de assentamentos, que em sua maioria são originários de ocupações de terra conclui que “a passagem para a condição de ‘assentado’ dá um novo

lugar social para essa população e coloca novos atores na cena econômica, social e política local, o que traz conseqüências não somente para suas vidas, mas para a região onde está inserida” (LEITE et al., 2004, p. 257).

Pode-se dizer que os avanços proporcionados pelos assentamentos são de ordem política, social e econômica. Pode-se falar em ganhos econômicos na medida em que esta camada da população, de baixa escolaridade e com dificuldades de subsistência, encontra nos assentamentos a possibilidade “de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote, complementarmente lançando mão de outras fontes de renda e de trabalho fora do lote” (*idem*, p. 258), que supre moradia e inserção no mercado de trabalho. Além disto, a existência dos assentamentos e das políticas públicas a eles associadas que, embora de forma precária, viabilizam a implantação de alguma infra-estrutura, também atua como fator gerador de postos de trabalho não agrícolas, tais como: construção de casas, estradas, escolas, contratação de professores, surgimento de transporte alternativo, etc. (*idem*, p. 259). No que se refere à produção agropecuária, uma das principais mudanças trazidas pelos assentamentos consiste na oferta de uma maior diversidade de produtos no mercado local, especialmente em áreas antes monocultoras ou de pecuária extensiva, “significando uma espécie de ‘reconversão produtiva’ em regiões de crise da agricultura patronal” (...). Essa diversificação tem influência tanto sobre a qualidade de vida quanto sobre os aspectos ambientais” (*idem*).

Com relação aos índices sócio-econômicos, a pesquisa demonstrou que a potencialidade de geração de renda nos assentamentos contribuiu para que boa parte da população assentada superasse o nível da linha da pobreza, embora com variações regionais. Esta estimativa é confirmada pelo nível do consumo das famílias assentadas como pela avaliação de suas condições de vida, sobretudo no que se refere a moradia, saúde, educação e alimentação (*idem*). A escolaridade apresenta os dados mais notáveis: em 86% dos 92 assentamentos investigados existem escolas, destas 84% foram criadas após a instalação do assentamento (*idem*, p. 96). Fato que aponta para a importância política dos assentamentos no movimento de pressão sobre os poderes públicos responsáveis pela prestação de serviços essenciais às camadas mais baixas da população.

Deve-se sublinhar que a representação política dos interesses de classe não se faz pelo atendimento de demandas individuais e dos interesses imediatos dos componentes da

classe separadamente. A essência da ética e política adequada aos interesses do grupo fundamental consiste na defesa das demandas da classe em seu conjunto, capazes de garantir uma situação política e econômica mais favorável ao grupo como um todo, portanto a partir de objetivos políticos amplos. Neste sentido, o MST estaria efetivamente representando os interesses de sua base e contribuindo positivamente com o processo democrático brasileiro na medida em que, através de suas ações, garante a permanência do tema “reforma agrária” no cenário de debates políticos da sociedade brasileira, demanda que na opinião de Navarro seria enfraquecida ou até eliminada sem a existência da organização dos sem-terra. Contribui ainda para o acesso à terra a um número significativo de famílias rurais pobres, democratizando, portanto a propriedade de terras. E por último, contribui com a democratização da vida política dos pequenos municípios, em face da constituição de novas formas de representação e de organização que o Movimento estimula nos assentamentos.

Nesse sentido, José de Souza Martins apontava para o princípio democrático que se encontraria na raiz mesma das reivindicações do Movimento:

“O Movimento dos sem-terra é que é portador e o agente do moderno, porque questiona a estrutura de propriedade e por meio dela questiona a estrutura de poder: questiona a propriedade concentrada injustamente, anti-social, e, em consequência, questiona o poder oligarquizado e, no fundo, antidemocrático. O Movimento é o único agente social a proclamar todos os dias que a questão agrária não é só nem predominantemente uma questão econômica. Ela é uma questão política” (MARTINS, 1996, p. 5).

Como procuramos demonstrar, a coesão interna – importante para efetividade da participação de todos os membros na organização e nos processos democráticos no interior do movimento e que, portanto, está relacionada à emancipação política dos sem-terra – não é uma questão resolvida dentro do MST. Pelo contrário, o Movimento está permeado de contradições e pode-se dizer que coexistem práticas coercitivas de mandonismo ao lado de estruturas modernas e democráticas que favorecem o processo formativo de sujeitos críticos, livres da passividade que as classes dominantes procuram impor. O cerne das reivindicações do MST consiste na ruptura com estruturas antidemocráticas na sociedade, que são os latifúndios, é, portanto, uma reivindicação política pró-democracia. Contudo, em seu interior as práticas abusivas e anti-democráticas ainda não foram totalmente abolidas. Assim – em nosso modo de ver – a melhor forma de definir o funcionamento da organização política do MST em sua articulação com a base se faz pela utilização do

conceito de liminaridade que Turatti (2005) utiliza para análise dos acampamentos do MST.

Este conceito pode ser de fundamental importância para compreensão dos processos sócio-políticos que ocorrem no interior do MST e sua conexão com as relações externas a ele. Deve ser entendido no mesmo sentido em que é utilizado para o estudo dos ritos de passagem, os quais são decompostos em “preliminares (de separação), liminares (margem) e pós-liminares (agregação)” (TURATTI, 2005, p. 69). Neste sentido, devemos considerar o acampamento, enquanto situação liminar, como separado de seu universo social anterior, ou seja, a situação de alienação e passividade a que os sem terra permaneciam (situação preliminar), cumprindo as normas rituais (caracterizadas pela provisoriedade e precariedade do estado atual – liminar) que os qualificam para uma agregação social futura, ou seja, a posse da terra que engloba benefícios sociais e econômicos que configurariam uma nova situação (situação pós-liminar) (*idem*).

Assim, o acampamento carrega o *ethos* do tempo pregresso ao mesmo tempo em que convive com as transformações preparatórias rumo ao tempo futuro. Esse *ethos* permanece em menor ou maior grau nos assentamentos, ao lado de estruturas modernas, de instância de decisão parlamentar, configurando um amálgama entre o passado e o presente. Situação que se traduz em conflito. As divisões no Movimento, além dos motivos já expostos, se dão também pela perda de prestígio das lideranças frente às promessas de proprietários de terras, os quais comumente trocam favores por votos; ou pela intolerância da liderança em receber críticas (inclusive sob pena de expulsão), as quais crescem na mesma proporção em que se alonga o processo de assentamento (*idem*, p. 90). Por outro lado nos deparamos com a existência de uma estrutura que possibilita a participação democrática, englobando ações como: eleições das lideranças, reuniões periódicas destas, assembléia dos acampados como instância máxima de decisão, resoluções do Movimento discutidas com a base através dos coordenadores de grupos, etc. Donde podemos concluir que os acampamentos e assentamentos, em sua característica heterogênea, possuem instâncias políticas capazes de promover a participação democrática, contudo transpassadas por práticas autoritárias e clientelistas.

Nesta situação liminar caracterizada pela transitoriedade encontramos relações sociais, valores, costumes e práticas em conflito. Concepções clientelistas, fundadas em

relações de dependência, no favor e na submissão deparam-se com novas concepções de produção da terra baseadas no cooperativismo, aliadas a ações que apontam para a tentativa de constituição de consciências com maior grau de autonomia e politização. Por este motivo não se pode considerar tal transição do *ethos* resignativo camponês para condição de consciência crítica uma passagem lógica e facilmente concluída e observável:

“O processo de substituição de valores que conduzem à subordinação por valores críticos que incitem à contestação e gerem uma consciência crítica da realidade nos sujeitos integrantes do MST se dá, realmente, mas numa proporção muito pequena” (TURATTI, 2005, p.71).

A partir desta ótica é possível compreender também os conflitos ideológicos entre a liderança do MST e a base. É preciso observar que os trabalhadores sem-terra são mobilizados pelos militantes que apontam, num primeiro momento, para a possibilidade da posse da terra e este anseio está na raiz da sua motivação. Neste caso, a propriedade é o próprio motor da luta dos acampados e assentados. Resultado disto é a dificuldade por parte do Movimento na implantação e manutenção das cooperativas de produção agrícola. A proposta do Movimento, de coletivização da terra representa “uma alteração marcante com relação à forma tradicional de cultivar a terra, além de chocar-se com alguns valores tradicionais do patrimônio” (*idem*, p. 72). Neste sentido o MST poderia assumir uma dimensão conservadora ao conduzir os sem-terra a um lugar no processo produtivo conjugado com a propriedade privada, colocando-os na condição de meros consumidores.

Esse lugar no processo produtivo, contudo, é a forma de mobilização dos sem-terra. Os conflitos ocorrem na medida em que os objetivos do Movimento se expandem para um processo de transformação social mais amplo e para contestação das formas vigentes de propriedade da terra. Em decorrência, na concepção da liderança a luta pela terra passa a ser um meio – uma forma de mobilizar os trabalhadores rurais e colocar em relevo a concentração da propriedade fundiária como elemento constitutivo do sistema capitalista no Brasil – e não mais um fim, ou um fim secundário cuja realização tem como condição a transformação social. Contudo, uma vez mobilizadas pela terra, ao conquistá-la pode ocorrer a desvinculação das famílias sem-terra da organização política, por desconhecimento ou discordâncias dos propósitos políticos do Movimento. O MST, portanto, coloca-se num dilema ao organizar os trabalhadores rurais sob a bandeira conservadora da pequena propriedade, uma vez que, depois, torna-se um entrave para a

organização coletivista da produção, projeto que se insere na luta por uma sociedade socialista, que teoricamente deve extinguir a propriedade privada⁸⁷.

Certamente este é um problema que está no campo de análise da direção, mostra disto é que existe uma discussão interna sobre os processos de titulação da terra (MST, 2001, p. 76). Atualmente para se chegar ao título definitivo da terra existe um processo de cadastramento das famílias, autorização da ocupação e recebimento da Carta de Anuência (documento utilizado para obtenção de crédito rural). Processo cuja realização está prevista no prazo de um ano pelo Incra. No segundo ano de assentamento todas as famílias devem receber o título da terra (intransferível por dez anos) e o carnê para pagamento dos custos que o Incra teve para implantar o assentamento. O MST é contrário a esta conduta e propõe “romper com este sentimento de propriedade que nada tem a ver com a garantia de produção e de prosperidade das famílias assentadas”. Sua proposta consiste na necessidade de estabelecer um processo de titulação que resulte no *Título de Concessão Real de Uso da Terra*, que garantiria a posse da terra e não sua propriedade. Esse título asseguraria a posse da terra para as famílias que desejassem ficar sobre ela, como também resguardaria o uso pelos seus filhos e netos. “A diferença é que quando a família desistir da terra, ela receberá o valor daquilo que ela construiu com seu suor e não será pago nada pela terra, visto que ela é um bem da natureza e, portanto, de toda a sociedade, não devendo ser objeto de compra e venda ou ‘negociata’” (*idem*, p. 77-78).

Em linhas gerais, podem-se agrupar os problemas colocados ao funcionamento pleno da estrutura organizativa ao nível da base em três categorias: a) **problemas de ordem material**: o modelo econômico da agricultura brasileira que privilegia o agronegócio e dificulta a sobrevivência do pequeno e médio produtor; a desvinculação da organização a que estão sujeitos os assentados que recebem a posse individual da terra; o tempo prolongado e precarizado nos acampamentos que desencadeia a desistência de muitas

⁸⁷ A teoria marxista prevê a extinção gradual da propriedade privada, começando o processo pela grande propriedade: “Expropriação gradual dos proprietários fundiários, fabricantes, proprietários de ferrovias e armadores navais (...)” (MARX & ENGELS, 1989, p.114). A pequena propriedade para Trotsky deve ser preservada até que os camponeses entendam que a coletivização deva ser efetuada: “o camponês continuará proprietário de seu lote de terra enquanto ele próprio achar necessário e possível” (TROTSKY, 1980, p. 32). A grande diferença entre um processo que prevê a transição gradual da propriedade privada para coletiva e um processo que recia a pequena propriedade para depois coletivizá-la é justamente o conflito suscitado pelas expectativas que são criadas num primeiro momento e a resistência ao processo posterior. Para Bertero (2006, p. 61) a parcelização da terra é um retrocesso e estaria mais distante da nacionalização da terra (verdadeira reivindicação progressista) que a grande propriedade.

famílias; os limites materiais para a formação política dos militantes de base e a própria extensão territorial e numérica do movimento; b) **problemas de ordem político-ideológica**: a descontinuidade entre as concepções tradicionais e vulgarizadas da política e os objetivos político-econômicos em longo prazo da direção; os desafios políticos de implantação de uma democracia efetiva nas organizações de massa e a deficiência na formação escolar, técnica e política das famílias sem-terra; c) **problema de ordem sócio-cultural**: o desencontro entre as concepções tradicionais da produção da vida presentes na base e a orientação coletivista da liderança e a relação conflituosa ao longo do tempo nos acampamentos que inviabiliza a convivência nos assentamentos são os principais entraves na dimensão sócio-cultural, que favorecem o afastamento da base em relação à organização.

O conjunto desses elementos é, em grande medida, responsável pelas contradições e pelo amálgama no interior do Movimento entre elementos arcaicos, conservadores e elementos modernos, potencialmente emancipadores. Diante do exposto, conclui-se que, apesar de assumir uma “forma” estrutural de partido e de propor-se funções específicas dos partidos políticos direcionados para transformações sociais profundas, o Movimento está ainda muito longe de atingir a coesão interna necessária para que possa desenvolver plenamente as tarefas que propõe.

IV. ORIENTAÇÃO TEÓRICA E POLÍTICA INTERNA DA ORGANIZAÇÃO.

Neste capítulo devemos examinar a doutrina e a política interna da organização, elementos centrais para o funcionamento orgânico do MST. Para comprovar nossa hipótese de que a organização do MST assume uma “forma partido”, tal qual no capítulo anterior, devemos confrontar o estudo das estruturas políticas do MST com as características fundamentais dos partidos externos apresentadas por Duverger, que são (além daquelas já expostas): centralidade da doutrina; maior centralização política; ação educativa como parte fundamental de sua atividade; atenção apenas secundária às eleições e propaganda e agitação permanentes.

4.1. Centralidade da doutrina

Um conjunto de concepções teórico-políticas define os objetivos gerais da organização e atua sobre a estrutura organizativa e sobre a “linha política” do MST. Essas concepções são “traduzidas” em princípios que devem balizar a ação dos militantes em todos os níveis e setores da organização. Temos, portanto, não apenas uma relação íntima entre orientação ideológica, estrutura organizativa e ação concreta dos militantes, mas observa-se uma centralidade da doutrina como balizadora das estruturas e da atividade prática da organização.

Utilizamos o termo “concepções teórico-políticas” para definir as matrizes teóricas e práticas que orientam a ação política do movimento. Empregaremos também o termo ideologia como conjunto de idéias políticas que animam esta ação. Neste sentido operamos uma aproximação entre os termos teoria-política-ideologia. A teoria entendida como sistema coerente de idéias aproxima-se do conceito de filosofia como concepção elevada de mundo (filosofia dos filósofos ou concepções dos grupos dirigentes). A filosofia, uma vez em movimento na história e em relação dialética com a realidade material, se reflete na ação dos homens, que é precisamente sua política. Neste sentido:

“A história da filosofia tal como é comumente entendida, isto é como história das filosofias dos filósofos, é a história das tentativas e das iniciativas ideológicas de uma determinada classe de pessoas para mudar, corrigir, aperfeiçoar as concepções de mundo existentes em todas as épocas determinadas e para mudar, portanto, as normas de conduta que lhes são relativas e adequadas, ou seja, para mudar a atividade prática em seu conjunto” (GRAMSCI, 2001, v. 1, p. 325).

Contudo, essa filosofia somente transforma-se em vida ao alcançar as massas e neste movimento adquire o caráter de ideologia. Neste sentido, a distinção entre filosofia e ideologia é de grau e não de qualidade. Deve ser entendida como:

“‘vulgarizações’ filosóficas que levam as massas à ação concreta, à transformação da realidade. Isto é, elas serão o aspecto de massa de toda concepção filosófica, que adquire no ‘filósofo’ características de universalidade abstrata, fora do tempo e do espaço, características peculiares, de origem literária e anti-histórica” (GRAMSCI, 2001, v.1, p. 312).

Deve-se entender ideologia, neste sentido, como generalização de conceitos teóricos que potencializa a ação concreta das massas. Esta acepção difere, portanto, do significado que assumiu na teoria marxista clássica e que carrega “implicitamente um juízo de desvalor” (*idem*, p. 208)⁸⁸.

Gramsci encontra no próprio pensamento marxiano, apoio para sua interpretação da ideologia enquanto elemento orgânico, necessário à estrutura:

“deve-se recordar ao mesmo tempo a afirmação de Engels de que a economia só em ‘última análise’ é o motor da história, que deve ser diretamente conectada ao trecho do prefácio à *Crítica da economia política*, onde diz que os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias” (GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 50).

Feitos os esclarecimentos teóricos, passemos para a análise. Segundo Stedile dois fatores influenciaram de forma determinante a trajetória ideológica do movimento: o primeiro é uma “espécie de pragmatismo” e o segundo é a Teologia da Libertação (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 59). Começamos pelo segundo já que na ordem cronológica ele vem primeiro.

4.1.1. Teologia da Libertação

⁸⁸ Para Gramsci é um erro atribuir ao mesmo termo ideologia tanto a superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como as elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos. Ocorre que o sentido pejorativo tornou-se exclusivo, o que deformou o conceito de ideologia. Gramsci reconstrói o processo de formação da interpretação pejorativa do conceito: “1. identifica-se ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim vice-versa; 2. afirma-se que uma determinada solução política é ‘ideológica’, isto é, insuficiente para modificar a estrutura, mesmo que acredite poder modificá-la; afirma-se que é inútil, estúpida, etc.; 3. passa-se a afirmar que toda a ideologia é ‘pura’ aparência, inútil, estúpida, etc.” (*idem*, p.237). Por esta razão, é necessário que se faça uma distinção entre ideologias historicamente orgânicas, ou seja, necessárias à determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “desejadas”. As ideologias historicamente orgânicas, necessárias, têm uma validade “psicológica”, elas organizam as massas humanas formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. As ideologias arbitrárias criam apenas “movimentos” individuais e polêmicas. Contudo, Gramsci ainda atribui uma certa utilidade a este tipo de ideologia: “elas não são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma” (*idem*).

A Teologia da Libertação (TdL), fenômeno específico da América Latina e corrente minoritária da Igreja Católica e de setores de algumas igrejas protestantes, em especial da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, utiliza um instrumental marxista para leitura da realidade social aliada a uma religiosidade libertária e milenarista. Desta combinação resulta a antecipação do reino messiânico de Cristo para o presente. Esta é uma das principais razões porque desde seu surgimento a TdL encontra oposição das alas mais conservadoras dentro das igrejas. Boff procura elucidar as principais motivações e princípios diretores da TdL:

“Faz-se mister apontar pistas de ação pastoral mediante as quais a igreja e os cristãos ajudem no processo de libertação integral. A fé cristã traz sua contribuição específica no processo mais global de libertação dos pobres, privilegiando os meios não violentos, a força do amor, a capacidade inexaurível do diálogo e da persuasão, procurando entender também à luz de critérios éticos, firmados na tradição, a violência às vezes inevitável porque imposta pelos que não querem nenhuma mudança” (BOFF, 1982, p. 40).

A libertação integral propagandeada pela TdL deve ser entendida como espiritual através da salvação messiânica proposta pela doutrina cristã e político-social proposta pela práxis marxista. A libertação adquire um caráter integral na medida em que percebe o ser humano em sua totalidade, com necessidades materiais, psíquico-emocionais e espirituais. A salvação, neste sentido, não se limita ao resgate espiritual do pecado, mas pretende também o resgate material da pobreza e intelectual-moral da submissão e passividade diante das injustiças, assumindo uma posição crítica, anti-capitalista. Esta concepção apresenta, portanto, uma *afinidade eletiva*⁸⁹ entre utopia revolucionária marxista e messianismo religioso. Boff critica duramente, chamando de inimigos da tendência da

⁸⁹ O termo afinidade eletiva, segundo Michel Löwy tem sua origem em uma doutrina alquimista que buscava explicar a fusão dos corpos pela afinidade entre elementos de sua composição química (LÖWY, 1990, p.18), segundo a crença dos químicos europeus do século XVIII, os átomos mantinham-se unidos por força de afinidades mútuas. O conceito torna-se conhecido e é empregado no tema do romance de Goethe, “Afinidades Eletivas”, publicado pela primeira vez em 1809. Neste romance, o termo é transposto da química para as relações pessoais, porém as ultrapassa alcançado as instituições. Nele, as pessoas se atraem por afinidade e se juntam, se ligam sem nada modificar nelas mesmas, mas tal união acaba por fundar outras categorias como as classes, as profissões, a nobreza, etc. (MUELLER, 1996, p. 285). O termo alcança o campo sociológico ao ser transposto do título da obra de Goethe para a análise social de Max Weber, ficando mais conhecido a partir de sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Nela Weber busca investigar em que pontos certas afinidades eletivas podem ser discernidas entre determinadas formas de crença religiosa e a ética do trabalho (cf. WEBER, 1988). Em vista disto, podemos compreender o conceito de *afinidade eletiva* na medida em que elementos de campos distintos, como a religião e a política ou a religião e a economia, por exemplo, se elegem e se atraem mutuamente, num processo simbiótico que vai originar uma combinação portadora de características de ambos os campos.

libertação integral, “aqueles que não alcançam ver uma dimensão libertária na fé cristã e na vida de Jesus, os que reduzem a expressão da fé apenas ao âmbito do culto e da piedade (...)” (*idem*). Esta fé militante tem por princípios a defesa dos direitos humanos, principalmente dos pobres; denúncia das violências do sistema capitalista e a constituição de comunidades de base, onde o povo expressa, alimenta e articula sua fé com realidades da vida que o oprimem.

A TdL tem como característica fundamental a hermenêutica bíblica a partir de uma ótica do oprimido, ou a partir da opção pelos pobres. Neste sentido não é um corpo de doutrina, mas um tipo de prática histórica libertária. Sendo assim, o marxismo é usado como chave teórica para a produção da TdL pela prática histórica que enseja. Para Boff, o marxismo gera uma prática histórica efetivamente engajada e consciente e por isso mesmo dotada daquilo que a religião procura, a eficácia. Há uma preocupação com a efetividade da crença, o que equivale dizer que a religião necessita de eficácia e esta é encontrada no marxismo (*idem*, p. 45).

O grande empecilho da apropriação do marxismo por essa corrente teológica é que ela somente é possível se for parcial, ou seja, existem elementos no marxismo que não são passíveis de afinidade com a religião, pois pressupõem por si mesmos a superação da religião, o que os teólogos chamam de “ateísmo marxista”. O impasse é resolvido pelos próprios teólogos da libertação, na medida em que não se considera este aspecto do marxismo central para sua teoria de leitura da realidade social, dito de outra forma, o suposto ateísmo marxista não influencia a apropriação por parte da TdL de outros elementos como o conceito da luta de classes e a leitura do materialismo histórico. Neste sentido, o marxismo é útil à teologia na medida em que, como teoria científica das realidades históricas, serve de instrumental à prática cristã da justiça e da paz:

“(...) importa conhecer de modo o mais científico possível esta realidade, superando o mero empirismo ou uma concepção funcionalista da sociedade que satisfaz os interesses dos idealistas e dos poderosos” (BOFF, 1996, p. 96).

Diante do exposto, pode-se afirmar que a TdL faz um uso instrumental do marxismo, utilizando-o como uma ferramenta intelectual, um instrumento de análise social, provendo à teologia explicações de noções centrais para ela: povo, pobre, história e práxis política. A *afinidade eletiva* se dará, portanto, no interior da TdL, entre o messianismo religioso de superação de uma ordem injusta e opressora, que pressupõe a implantação de

uma nova ordem, onde se estabelecerá o novo homem e a nova mulher, e certos elementos da utopia revolucionária marxista, isto é, naquilo que se refere a uma nova ordem, na qual as relações operem numa condição igualitária e liberta da opressão e da violência. Gotay define o elemento utópico do marxismo enquanto uma espécie de humanismo que representa as projeções dos

“desejos da humanidade de justiça, igualdade e liberdade, que o comunismo procura realizar mediante a criação de condições em que o homem chegue a controlar todas as forças que agem sobre ele e afirma-se como senhor de seu próprio destino” (GOTAY, 1996, p.81).

Neste sentido, tanto o marxismo quanto a fé cristã são portadores de uma utopia revolucionária expressa num humanismo que surge do interior da própria fé e que constitui uma força mobilizadora da libertação. Um outro ponto de convergência é a opção preferencial pelos pobres feita pela TdL e a centralidade do proletariado na teoria marxista. Na leitura da realidade da TdL há implicitamente um engajamento de classe que corresponderia à ótica do oprimido. Dito de outra forma, há uma aparente afinidade entre a visão da TdL e a teoria marxista, na medida que a primeira supõe uma correlação transcendental entre revelação de Deus e clamor dos pobres, enquanto o marxismo supõe o desvelamento das estruturas opressoras sobre as classes trabalhadoras e o lugar do proletariado como agente de transformação social.

A TdL influi na formação ideológica do MST por diferentes vias: por meio do contato com os padres da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que são adeptos da TdL e organizam o Movimento em seus anos de formação; por meio da relação pessoal com agentes pastorais e dos cursos ministrados pelas CEBs; e ainda por meio da “mística”, elemento fortemente presente na organização ainda hoje.

É possível identificar nas práticas, discursos e princípios das CEBs os elementos político-religiosos que vão constituir os princípios diretivos e conformar a estrutura organizativa do MST. A seguir elencaremos alguns destes princípios:

- **A preocupação com a formação política:** as CEBs apresentavam preocupação com a educação, de forma que procuravam fomentá-la desde a alfabetização até a formação política. É justamente esta a prática do MST, preocupar-se com a educação de base como pressuposto para a formação política:

“lá onde as CEB’s constituem o único espaço social organizado de luta, elas preenchem múltiplas funções, que vão desde a alfabetização até a educação partidária, passando pela luta propriamente econômica (...) Isso se deu na primeira parte de sua existência, nos inícios dos anos 70, quando a sociedade civil não dispunha ainda de órgãos próprios para essas funções como escolas, sindicatos, etc. E isso continua lá onde esses órgãos ainda não foram implantados, como em certas áreas da floresta” (BOFF, 1980, p. 618).

- **A formação da consciência de classe:** A conscientização no interior das CEBs encontra momentos diversos para acontecer, ela encontra espaço tanto nas reuniões de oração e leitura do evangelho, quanto nos encontros de aprofundamento chamados de “treinamentos”, Boff menciona também “encontros de formação”. Nos momentos especialmente reservados para o treinamento e formação são oferecidos subsídios analíticos mais precisos, tais como a estrutura de classes no país e a análise das relações de classe. Para Boff esta é a forma como a CEB contribui para a criação de uma visão de fé não só diferente da dos seus opressores, mas inclusive contrária. Em suas palavras:

“A Fé adquire assim um conteúdo popular. Ela passa a deslegitimar o projeto de dominação das classes dominantes e a legitimar, pelo mesmo movimento, o processo de libertação do povo oprimido. O discurso da fé passa a ter uma estrutura dual do tipo: ‘nós, os pobres e eles, os ricos’” (*idem*, p. 596).

- **A utopia socialista:** Esta dimensão da constituição formativa da CEB não parece ser homogênea em todas as localidades, aparece de forma mais radicalizada ou mais amena nas diferentes regiões, porém, como parte constitutiva da Teologia da Libertação e seu referencial marxista, está presente nos discursos de seus representantes:

“No interior das CEB’s e a partir de suas aspirações e práticas mais radical ao modelo capitalista, rejeita-se em princípio um modelo ‘terceirista’ e orienta-se a vista na direção de uma ‘nova sociedade’ que normalmente toma o nome de ‘socialismo’. Pelo menos é assim que se passa na Igreja do Acre. ‘Socialismo’ como projeto histórico que não fique na pura utopia precisa de um conteúdo concreto mínimo. Fala-se então da ‘apropriação social dos meios de produção’, ou, numa fórmula mais popular, da economia nas mãos do povo organizado” (*idem*, p. 619).

- **Como instituição educativa da sociedade civil:** A CEB cumpre o papel educativo de elevação das consciências e direção da massa para construção da hegemonia das classes subalternas. Segundo Boff:

“Lá onde essas organizações (os sindicatos) não existem ainda, como no interior da floresta ou ao longo dos rios, as CEB’s vêm a funcionar como instrumentos de luta variada. Têm então um caráter

plurifuncional: podem servir para educação, esporte, luta pela terra, educação partidária, etc. Ou seja, realizam aquelas funções que normalmente são preenchidas por instituições apropriadas numa sociedade mais diversificada” (*idem*, p. 604).

A TdL, atuando em conjunto com as CEBs é, portanto, uma matriz do modelo de organização concebida no MST, uma vez que suas influências se estendem às linhas políticas mais gerais, à concepção do papel educativo dos movimentos populares e ainda à utilização instrumental do marxismo, que Stedile chama de pragmatismo. Antes de entrar neste assunto, contudo, faz-se necessária uma análise acerca da Mística. Bogo a entende como:

“uma coisa do coração, do sentimento, alimentada por esta esperança de alcançar aquele sonho, ideal objetivo seja lá o que se queira o que importe que isto se transforme em ‘uma causa’ consciente, que se passe a viver por ela e por causa dela” (MST, 1998a, p. 15).

Para Leonardo Boff:

“(...) não se trata de uma doutrina ou ideologia, mas de uma experiência fundante da realidade em seu caráter incomensurável à razão analítica. A atitude que dela se deriva é a veneração, o encantamento e a humildade diante da realidade. Exatamente esta atitude face ao mistério, vivida em profundidade, chama-se mística” (MST, 1998a, p. 27).

Temos aqui duas definições que a partir de linguagens diferentes, apresentam o mesmo sentido geral, a saber, o de que Mística transcende o entendimento analítico e o conteúdo especificamente religioso. Algo que se apresenta maior que o indivíduo e por isso mesmo lhe desperta veneração e fé, ao mesmo tempo em que lhe dá força para transpor obstáculos na medida em que se confia que o próprio “mistério” que está contido na Mística proverá forças e não apenas isso, trabalhará em favor daqueles que fazem o bem. Esta noção resulta na potencialização da atividade militante:

“Mística significa, então, o conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam as pessoas e movimentos na vontade de mudanças ou que inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades ou sustentar a esperança face aos fracassos históricos” (*idem*, p. 37).

O grande diferencial entre o MST e as outras organizações políticas da sociedade civil é que neste Movimento as derrotas, os fracassos e as perdas são encarados como fases de aprendizado. A dimensão religiosa se apropria com muita competência das adversidades para delas retirar forças para continuar lutando. Neste sentido, os símbolos, os rituais, o apelo para a afetividade e a espiritualidade servem como potências revigorantes para os

milитantes do MST. Entre as inúmeras passagens nos documentos internos do MST que tratam deste assunto sob este prisma, citamos:

“A mística é, pois, o motor secreto de todo o compromisso, aquele entusiasmo que anima permanentemente o militante, aquele fogo interior que alenta as pessoas dentro da monotonia das tarefas quotidianas, por fim, permite manter a soberania e a serenidade nos equívocos e nos fracassos. É a mística que nos fez antes aceitar uma derrota com honra do que buscar uma vitória com vergonha, porque fruto da traição aos valores éticos e resultado das manipulações e mentiras” (MST, 1998a, p. 38).

A mística é composta por atitudes que são desejáveis no interior do Movimento, entre elas estão: dedicação, entusiasmo, ousadia, honestidade, simplicidade, disposição, companheirismo, afetividade, disciplina e contribuição financeira para sustentação da casa e do movimento. Constituem também a mística algumas “situações” e elementos advindos da criatividade e da espiritualidade dos militantes entre elas: a beleza do ambiente, o clima de confiança, a alegria, a música, a poesia, as artes, os símbolos, os gritos de guerra, “tudo deve exprimir os valores e as certezas que animam nossa caminhada” (*idem*, p. 10).

A mística é também formada por valores. São eles (MST, 1998, p. 4):

1. **A solidariedade:** Segundo Ademar Bogo, o MST não quer apenas mudar o sistema explorador da sociedade capitalista, quer, acima de tudo, mudar o ser humano;
2. **A beleza:** os assentamentos devem ser “verdadeiros jardins”, e chamar atenção pela beleza física, com árvores, flores, frutos, água limpa, casas bonitas, roças bem cuidadas, animais bem tratados e pessoas saudáveis e bem alimentadas;
3. **Valorização da vida:** a defesa da vida deve estar acima da defesa do lote, do crédito, da educação, etc.;
4. **O gosto pelos símbolos:** Segundo Bogo, os símbolos são as representações materiais das utopias, são o meio de comunicação mais eficiente entre as pessoas que fazem parte de uma organização e garantem a unidade política entre elas. São eles: a bandeira, as ferramentas de trabalho, materiais de estudo, o hino do MST, e todo símbolo que possa estar ligado à identidade do Movimento.
5. **O gosto de ser povo:** são incentivadas as participações ativas em todas as manifestações populares, festas religiosas em cada estado, Carnaval, eleições e lutas massivas, de forma a estar totalmente integrados a “consciência popular”.

6. **Defesa do trabalho e do estudo:** estes são valores fundamentais para o MST, através deles o Movimento acredita transformar as próprias consciências e com isso, transformar o Brasil.
7. **Capacidade de indignar-se:** ou seja, sentir profundamente qualquer injustiça cometida contra qualquer pessoa em qualquer parte do mundo é qualidade do revolucionário.

A mística consiste, portanto, na tradução em linguagem simbólica e afetiva da identidade do Movimento concebida pela direção, e é também uma forma de comunicar suas concepções políticas à base, dito de outra forma, a mística é uma forma pedagógica de traduzir a ideologia através de linguagem simbólica, de fácil acesso às camadas laicas e aos estratos populares. É justamente essa “nova roupagem” de uma mensagem que se relaciona intimamente aos conflitos mais imediatos dos sem-terra, que se refere à própria condição de expropriados, ou de pobres conforme a TdL, que revigora, provê solidariedade e fé na conquista dos ideais.

O conteúdo da mística cada vez mais está ligado à identidade e aos valores sem-terra construídos pela organização, sendo utilizada como uma prática de motivação da ação e ao mesmo tempo como técnica para produzir consciência de grupo econômico. Por esta razão, em todas as reuniões de núcleos a direção orienta que se pratique a mística que “é uma forma de trazer presente aspectos da realidade e da utopia que todos possam observar e sintonizar os sentidos em busca da unidade e da antecipação dos aspectos estratégicos a alcançar” (SETOR DE FORMAÇÃO, 2005, p. 14). Por esta razão os símbolos se referem à história do Movimento: bandeira, o boné, os hinos, as ferramentas de trabalho e a lona preta. A direção orienta que se mantenham “museus” nos assentamentos para guardar as “reliquias que ajudaram a fazer a luta” (*idem*, p. 58).

O conjunto de “convicções profundas, visões grandiosas e as paixões fortes” que define a mística e que mobiliza as pessoas representa precisamente a força das ideologias quando em movimento no seio das massas, pois estas consistem em “vulgarizações filosóficas que levam as massas à ação concreta, à transformação da realidade” (GRAMSCI, 2001, v.1, p. 312) ⁹⁰. A mística é, portanto, aquilo que Gramsci em uma

⁹⁰ Idéia esta que se aproxima da concepção de Mito de Sorel: “Esses mitos políticos, estabelece Sorel, são ‘conjuntos de imagens capazes de evocar *em bloco e somente pela intuição*, antes de qualquer análise

apropriação crítica de Croce chama de religião laica, isto é, uma filosofia como concepção de mundo que se transformou em norma de vida ou, dito de outra forma, concepção de mundo realizada na vida prática. Esta concepção de religião deve ser compreendida fora de seu uso original, pois em sua utilização corrente ela é um aspecto do senso comum. Religião aqui não se refere a uma divindade ou a divindades, mas significa fundamentalmente fé no grupo social.

Para Gramsci, no processo de difusão de novas concepções de mundo, o elemento de maior peso político é a participação em uma organização. Isto porque, ao nível das massas a filosofia só pode ser vivida como fé no grupo social (GRAMSCI, 2001, v. 1, p. 109). As convicções fortes e a defesa dos interesses de grupo serão providas num primeiro momento pelo grupo social. Esta seria a fase inicial de um processo educativo na formação da consciência popular autônoma. Identificam-se, desta forma, religião - ideologia - filosofia - política. Elos inseparáveis dos diferentes níveis de consciência e ação no movimento de elaboração de uma visão de mundo.

A mística, como uma religião laica, auxilia e incita a coesão do Movimento como um corpo uno, favorecendo sua dinâmica. Segundo Ortiz (1989, p. 22) – fundamentado em Durkheim – nenhuma outra estrutura na sociedade tem a capacidade da religião em seu aspecto de cimento social. O conteúdo deste cimento consiste na construção do consenso, que por sua vez relaciona-se intimamente com a solidariedade, e por isso ela é fundamental para o Movimento, porque chega a aproximá-la dos “valores socialistas”. A solidariedade é neste sentido, o elo entre os valores cristãos e os ideais socialistas no MST. Neste sentido, o pensamento de Durkheim aproxima-se do pensamento de Gramsci, pois ambos compreendem a religião neste papel de construtora de consenso, essencial para a consolidação e manutenção dos grupos sociais:

“tanto Gramsci quanto Durkheim sabem que a religião não possui mais a capacidade de organizar as sociedades modernas como um todo. Porém eles buscam nos universos religiosos o elemento ideológico que solda os indivíduos e os diferentes grupos sociais” (ORTIZ, 1989, p. 22).

Neste sentido, a mística no MST na medida em que constrói o consenso interno, está voltada para o projeto mais abrangente de construir a hegemonia a partir do processo educativo e formativo da militância, elevando as consciências e capacitando o movimento a

refletida, a massa dos sentimentos’ desejada para a luta política” (Sorel, 1990, p.115, *apud* MIGUEL, 1998, s/p, grifos do autor).

interferir na estrutura a ponto de modificá-la e levando este objetivo às últimas conseqüências, que consistem em transcendê-la. A atuação da Mística possui um papel educativo na medida em que sua linguagem ritualística é capaz de repetir a mesma idéia de diferentes formas. As novas concepções das massas populares, por sua debilidade, podem se perder quando confrontadas com as convicções ortodoxas, socialmente conformistas, que obedecem aos interesses das classes dominantes. Sendo assim, todo movimento cultural que pretenda substituir o senso comum e as velhas concepções de mundo deve levar em conta a necessidade da repetição dos próprios argumentos, variando literariamente a forma. A repetição, neste sentido, é o meio dialético mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular (cf. GRAMSCI, 2001, v. 1, p. 110).

Os rituais podem ser entendidos, sobretudo como repetições que reforçam os mitos (BENOIST, 1994, p. 94, ELIADE, 1994, p. 17) ou o repertório cultural que o grupo sustenta como verdade. Neste sentido o fator religioso no MST supre tanto a necessidade de repetição através das “místicas” quanto novas linguagens através das quais se fazem estas repetições. A mística circula por todas as instâncias, desde os acampamentos até os encontros nacionais. Ela potencializa a ação de duas maneiras principalmente. Em primeiro lugar porque se configura em um tipo de linguagem simbólica que pretende gerar ação intuitiva, isto é, antes mesmo de atingir a compreensão e se tornar norma de vida. As músicas, as representações, a simbologia possuem uma forma própria de comunicação que perpassa a afetividade e a razão. A força revolucionária se reveste de paixão, reforçando desta maneira fortemente o sentido de missão histórica. Em segundo lugar porque engendra o sentimento de pertencimento ao grupo e de solidariedade. A solidariedade pode ser considerada o ponto comum entre o universo religioso e o político, este elemento é reivindicado tanto pela Teologia da Libertação como opção pelos pobres, quanto pela utopia socialista do Movimento, como sentido de justiça social e igualdade.

4.1.2. Pragmatismo

O segundo fator que influenciou a trajetória ideológica do MST – de acordo com Stedile – “é o fato de estar sempre muito ligado à realidade, ao dia-a-dia” o que determina o desenvolvimento de “uma espécie de pragmatismo”, esclarece o dirigente: “não o pragmatismo nas idéias, mas nas necessidades. Tu tens de utilizar o que dá certo, não podes

ficar defendendo uma idéia pela idéia em si. Mas se ela dá certo ou não” (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 59). Saber exatamente o que significa este pragmatismo é nossa tarefa neste momento.

Conforme procuramos expor, a Teologia da Libertação possui um conjunto de crenças e de concepções de mundo balizadas pela tradição cristã que se apropria parcialmente do marxismo, isto é, utiliza-o enquanto chave de leitura da realidade social, sem, contudo absorver a teoria integralmente, levando-a às últimas consequências. O MST, embora se “emancipe” formalmente da Igreja mantém-se sob influência ideológica da TdL. As falas dos militantes e dirigentes ainda hoje são carregadas da simbiose entre valores cristãos e ideais revolucionários. Por exemplo, ao referir-se a Ernesto Che Guevara, uma das lideranças estaduais diz: “Nós achamos que são *os valores* que, quem sonha com a transformação social, deverá se guiar na *solidariedade*, no *espírito de sacrifício*, no *desapego às questões materiais (...)*” (apud FEIX, 2005, p.104, grifos nossos). Chamam-nos a atenção os termos em destaque por estarem profundamente ligados a uma concepção cristã de sacrifício que privilegia as virtudes e os bens não-materiais. Além disto, Stedile afirma que “a maioria dos militantes mais preparados do movimento teve uma formação progressista em seminários da igreja católica” e que “a contribuição que a Teologia da Libertação trouxe foi a de ter abertura para várias idéias” (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 59) Em seguida acrescenta:

“Em suma, incorporamos dela a disposição de estar abertos a todas as verdades e não somente uma, porque esta única pode não ser verdadeira. Todos os que se abasteciam na Teologia da Libertação – o pessoal da CPT, os católicos, os luteranos – nos ensinaram a prática de estar abertos a todas as doutrinas em favor do povo” (*idem*).

Conclui-se, portanto, que o pragmatismo mencionado por Stedile na realidade corresponde à mesma utilização instrumental do marxismo operada pela TdL. Por esta razão não há impedimento para utilização heterogênea de autores clássicos marxistas e de pensadores contemporâneos não marxistas, cujo pensamento em diversos aspectos não podem ser acomodados num único sistema teórico coerente. Stedile diz que não se defende “uma idéia pela idéia em si”, mas na medida em que o movimento necessita reorganizar-se ou que encontra algum problema, procura a solução nos mais diversos autores, frequentemente dentro do arcabouço marxista.

Este corpo teórico compreende entre os pensadores clássicos: Marx, Engels, Lênin, Mao Tse-Tung e Rosa Luxemburg. Entre os pensadores nacionais: Josué de Castro⁹¹, Manuel Correia de Andrade⁹², Celso Furtado, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, José de Souza Martins e Caio Prado Jr. Entre os estrangeiros: James Petras⁹³ e Marta Harnecker⁹⁴. Ainda, em termos de experiência, Stedile cita: Luís Carlos Prestes, Ernesto Che Guevara e José Martí⁹⁵. Entre os dirigentes políticos estão: Fidel Castro, Sandino, Emiliano Zapata, Nelson Mandela, Gandhi, Samora Machel⁹⁶, Amílcar Cabral⁹⁷, Patrice Lumumba⁹⁸, Agostinho Neto⁹⁹ e Martin Luther King.

Essa miríade de autores e correntes teórico-práticas não reflete apenas o ecletismo ideológico do movimento, mas também o conjunto de tendências existentes no interior do grupo dirigente. Isto quer dizer que a política efetiva do Movimento pode ser mais ou menos influenciada por este ou aquele grupo de acordo com as relações de forças internas. A formulação de um sistema ortodoxo baseado numa escola de pensamento específica não é concebida pela tendência pragmática da direção, mas também não é possível porque entre os dirigentes existem orientações teóricas diversas. A linha política do Movimento, portanto, é resultado da correlação de forças no âmbito da direção nacional. Dada a preponderância dos grupos que defendem a utilização instrumental – ou pragmática como quer Stedile – do marxismo, a política será orientada nesta direção. Temos, portanto, uma possível tensão entre grupos pragmáticos e grupos ideológicos no interior da direção nacional:

“Possivelmente existem dentro do MST divergências relevantes – embora não sejam explicitadas – entre uma liderança mais pragmática, centrada na obtenção de concessões do governo, e outra mais

⁹¹ (1908-1973), pernambucano, médico, biólogo e estudioso dos problemas da fome. Autor do livro *Geografia da Fome*, em que revelou ao país e ao mundo as mazelas e as causas da fome no Brasil, em especial no Nordeste.

⁹² Pernambucano, professor de Geografia, considerado um dos maiores especialistas sobre o Nordeste.

⁹³ Sociólogo norte-americano, professor da Universidade de Nova York. Especialista em América Latina e Movimentos sociais.

⁹⁴ Socióloga e historiadora chilena. Escreveu de forma didática cadernos que explicaram a obra de Marx. Tem várias pesquisas e ensaios sobre a esquerda latino-americana.

⁹⁵ (1853-1895), líder da luta pela independência de Cuba. Poeta, jornalista, escritor.

⁹⁶ (1933-1986), líder revolucionário, foi um dos fundadores da Frente de Libertação de Moçambique. Foi eleito o primeiro presidente de Moçambique independente.

⁹⁷ (1924-1973), líder revolucionário, foi um dos fundadores do Partido Africano da independência da Guiné e Cabo Verde.

⁹⁸ (1925-1961), líder revolucionário do Congo, foi um dos fundadores do Movimento Nacional Congolês, em 1958.

⁹⁹ (1922-1979), médico, poeta e líder revolucionário de Angola. Foi o primeiro presidente da República Independente de Angola, em 1975.

ideológica e rígida, cujo objetivo central é enfraquecer e denunciar o governo. Para esta última, os sem-terra são parte da massa dos sem-teto, sem-educação, sem-emprego e sem-comida do país, e a luta pela terra, parte da luta pela transformação da sociedade brasileira” (SORJ, 1998, p. 31).

Acrescenta Feix (2005, p. 113): “os estudiosos do MST defendem que há, pelo menos, duas tendências no interior do Movimento: a postura de negociação (também chamada sulista), e a postura do enfrentamento (nortista)”. A idéia de uma disputa ideológica interna é reforçada pela fala de um dos dirigentes estaduais do Movimento:

“Eu vejo internamente no Movimento, nós temos vários espaços muito ricos de debate, de troca de idéias. Acho que as decisões que são tomadas no Movimento são frutos disso. Não é algo que vem pronto, alguém que diz: ‘não é isso, vamos seguir aquilo!’ Não, sempre tem um processo de debate nas instâncias nacionais, estaduais até se tomar certas definições (...) Lógico, há divergência de idéias” (*apud idem*).

Essa disputa ideológica interna se faz patente nas posições teórico-políticas de dois dos mais destacados líderes nacionais do movimento, responsáveis entre outras coisas pela formação interna: João Pedro Stedile e Ademar Bogo. Stedile é responsável pela divulgação externa dos projetos do MST através de entrevistas, artigos e livros publicados na mídia eletrônica e impressa, bem como pelas palestras e cursos para formação interna, enquanto Bogo, além de assinar parte considerável do material formativo¹⁰⁰, também se dedica aos cursos e palestras ministradas aos militantes. Conforme veremos a seguir Stedile e Bogo possuem filiações teóricas e posições políticas diversas e mesmo (aparentemente) opostas. Advertimos, contudo, que estas diferenças devem levar em conta que o material consultado é de caráter diverso. Bogo assina a maioria dos textos formativos internos, enquanto Stedile produz muito mais artigos e entrevistas publicadas no site do MST e em jornais e revistas, de caráter público, portanto.

Esta diferença deve ser levada em conta na medida em que o Movimento procura resguardar-se de possíveis ofensivas de seus inimigos políticos. O impacto de afirmar a luta armada publicamente, dada a violência ainda muito presente no campo, certamente não seria tática adequada. Por esta razão acreditamos que Stedile deva agir com muito mais cautela daquela que seria requerida num documento interno ou exposição oral para militantes. Em outros termos, acreditamos que Stedile em certa medida suavize suas

¹⁰⁰ Isto é, da parcela de material que está assinada, pois a grande maioria dos documentos e cadernos de formação não está subscrita.

posições para adequá-las a um público externo, o que não exclui – em nosso modo de ver – a possibilidade de percebermos sua orientação política em linhas gerais.

Ao ser perguntado sobre o caráter da transformação social defendida pelo MST, isto é, se esta seria uma transformação socialista, Stedile se esquivou:

“Não gostamos de rótulo, pois simplifica e reduz. *Não estamos preocupados se a reforma agrária é capitalista ou socialista.* O que nos preocupa mesmo é entender a sociedade brasileira, identificar os principais problemas e apresentar soluções” (STEDILE, 1997a, p. 86, grifos nossos).

Contudo, Stedile define-se como um “socialista cristão”. Diz ele:

“Pessoalmente, em termos de valores, sou um socialista cristão. Foi na Igreja que aprendi os valores humanitários da fraternidade, igualdade, e uno a isso o socialismo, que é o resgate da igualdade e da justiça social, também na economia e no acesso aos bens. Sonhamos em construir uma nova sociedade no Brasil que consiga resolver os problemas de todos” (*idem*, p. 87).

Para o dirigente, cujas “motivações ideológicas são de resgatar o que significa o socialismo” (*idem*), os valores religiosos da fraternidade e igualdade unidos à igualdade econômica e justiça social constituem o cerne do projeto de uma nova sociedade. Estamos diante, portanto, de uma concepção similar àquela formulada pela TdL. Sua convicção de que a luta do MST alcançará êxito está permeada pela noção cristã do triunfo final dos justos: “nossa luta é justa. E quando a causa é justa, por mais que lancem mentiras contra ela, dia mais dia a verdade prevalece” (CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO, 1999, p. 23). O socialismo cristão de Stedile vale-se do preceito igualitário do socialismo enquanto “valor” orientador de uma nova sociedade. Não se pode falar, portanto, de um projeto socialista que inclua a ruptura violenta com as estruturas de poder capitalistas, mas sim uma “humanização” destas, de forma que “todo mundo tenha trabalho, não apenas alguns, onde todo mundo tenha casa, onde todo mundo tenha acesso à educação” (STEDILE, 1997, p. 86).

Segundo Stedile “não faz parte da estratégia do movimento militarizar-se ou fazer uma luta radicalizada”, diz ele: “nós temos como doutrina a de que nossa força é a quantidade de povo organizada” (CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO, 1999, p. 18). Para ele, a arma do Movimento é a consciência das pessoas e a luta armada seria uma acusação “das forças reacionárias” para criminalizar o Movimento:

“Quando os pobres da terra começam a organizar-se para tentar democratizar, eles procuram usar todos os argumentos junto à opinião pública para nos satanizar. Querem lançar a opinião pública contra nós, recorrendo a todo tipo de mentiras, inclusive a de que queremos levar o Brasil à luta armada” (*idem*).

Os objetivos do MST – de acordo com o dirigente – estariam ligados à promoção humana e social do despossuído rural:

“O MST tira a pessoa da pobreza e transforma aquele pobre, aquele jeca-tatu e caipira num cidadão, um sujeito consciente – nós o transformamos num brasileiro. Isto é o que as elites não querem. Elas não temem que ocupemos terras. O que elas temem é que os pobres virem gente – aí ficam com medo, porque este novo cidadão deixa de ser curral eleitoral, deixa de ser massa de manobra e se torna um cidadão consciente que olha para o futuro” (*idem*).

Stedile também não é contrário à concentração da propriedade fundiária, mas é contra o latifúndio improdutivo, diz ele:

“Ora, se o sujeito é grande proprietário, vamos supor, de mil hectares, mas produz, ele já está cumprindo a função social daquele bem da natureza para a sociedade. Temos que nos dedicar ao latifúndio improdutivo, que não está cumprindo sua função social, pois é um bem da natureza que deveria estar a serviço de toda a sociedade e não está” (STEDILE, 1997, p. 84).

Sem discutir se os grandes produtores de fato cumprem função social ou se, em grande medida, sua produção está orientada para monocultura de exportação, cujo resultado econômico é apropriado de forma privada, Stedile procura demonstrar que o MST é um movimento pacífico, cujo objetivo é a promoção das necessidades fundamentais do ser humano e da participação dos estratos subalternos na vida política do país. Da simbiose entre socialismo e valores cristãos resulta um *humanismo reinvidicatório*, cuja defesa da necessidade de transformação social se dá por vias de negociação, orientada politicamente de forma pragmática, isto é, por idéias que “dão certo”.

Stedile entende que a única forma das forças populares conquistarem espaço no debate pelas reformas econômicas e sociais, que não foram contempladas pelo governo do PT contrariando as expectativas do MST e da CPT, se dá por meio da organização popular em torno de um projeto unificado:

“A correlação de forças sociais atual é desfavorável para a classe trabalhadora, pelo longo período histórico de refluxo do movimento de massas. Isto não quer dizer que não haja lutas sociais. Mas não existe um movimento crescente e massivo que construa organicamente uma unidade popular em torno a um projeto unificado de mudanças. É preciso estimular lutas sociais e a construção de um amplo movimento de massas unitário, que consiga se contrapor à hegemonia do capital financeiro, que se expressa nas mais diversas esferas da sociedade – às vezes até no movimento sindical” (JORNAL DA DEMOCRACIA SOCIALISTA, 2004, p. [2]).

Para o dirigente, as mudanças podem vir com a mobilização popular e com a discussão de um “outro projeto popular, nacional e alternativo para o Brasil” (CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO, 1999, p. 22). A questão não se coloca como superação do

sistema capitalista, mas de seus governantes e desta modalidade capitalista que aprofunda a miséria e as diferenças sociais. Superar o neoliberalismo – nas palavras de Stedile – coincide com a superação do governo que o sustenta (*idem*). As mudanças, portanto, estariam inseridas dentro da legalidade e do funcionamento normal das instituições. O papel do MST, neste sentido, seria “botar o povo na rua e discutir um projeto alternativo para o Brasil” (*idem*, p. 23), fazendo pressão para que uma sociedade mais justa se imponha por meio das reformas propostas pelos movimentos populares. Em sua concepção a “esquerda social” (sociedade civil organizada) precisa organizar-se para a disputa da hegemonia na sociedade:

“Precisamos organizar a disputa da hegemonia na sociedade, como nos alertava Gramsci. Não apenas fazer lutas econômicas, corporativas, que podem resultar em pequenas conquistas sociais para a classe, mas que não organizam a classe para mudanças substantivas, nem disputam projetos na sociedade” (JORNAL DA DEMOCRACIA SOCIALISTA, 2004).

Stedile, portanto, entende que as mudanças sociais somente são possíveis a partir da construção da hegemonia das classes trabalhadores na sociedade civil por meio da organização política das massas. A esta concepção, contudo, adiciona os valores cristãos da TdL, marcados fortemente por concepções humanistas e contrárias à violência, pincelando ainda alguns exemplos da Revolução Chinesa, que aparecem difusamente em entrevistas e artigos (STEDILE, 1997a, 2004). Conforme podemos concluir, ao referir-se ao pragmatismo que orienta as linhas políticas do MST, Stedile referia-se a corrente ideológica da qual é parte integrante e que tem sido preponderante como veremos adiante.

Bogo coloca-se claramente em um campo oposto ao reformista. Em conferência ministrada para militantes da Consulta Popular¹⁰¹, utiliza largamente o termo “revolução”. Trata especificamente do instrumento político, isto é, da organização política necessária para a concretização da revolução brasileira. Para caracterizar esta organização fundamenta-se em Lênin:

“A nossa organização será feita se as ações de fato ajudarem a construir essa organização. Então poderíamos dizer de outra forma o que Lênin disse sobre a teoria: sem a ação revolucionária não haverá organização revolucionária! O Lênin dizia essa teoria revolucionária. Estou aqui parafraseando; como tudo aqui a gente pode ir misturando, porque a gente não é dogmático, então vamos fazendo as inversões que são permitidas”¹⁰².

¹⁰¹ II Assembléia Nacional dos Lutadores e Lutadoras do Povo, Goiânia-GO, março de 2005.

¹⁰² Exposição oral de Ademar Bogo durante a II Assembléia Nacional dos Lutadores e Lutadoras do Povo, Goiânia-GO, março de 2005.

Em seu julgamento a esquerda brasileira não é revolucionária, assim como o sindicalismo é burocrático, diz o dirigente:

“Nós temos uma esquerda – não é verdade que não temos uma esquerda, nós temos uma esquerda, mas ela não tem autonomia. Ela não é uma esquerda revolucionária! Talvez temos muita esquerda e poucos revolucionários! *É fácil ser de esquerda, o difícil é ser revolucionário!* Talvez esse conceito precisa ser depois trabalhado. É nessa situação que nós podemos equipar *um outro tipo de esquerda que tenha um projeto que possa aglutinar as pessoas que tenham interesse em transformação dessa sociedade*. A história nos legou também um tipo de sindicalismo burocrático. E nós temos dúvidas se esse sindicalismo ainda tem sentido” (*idem*, grifos nossos).

Bogo avalia que houve um recrudescimento das lutas populares de caráter transformador, entende que tanto a esquerda perdeu sua autonomia, isto é, está comprometida com projetos alheios às demandas populares quanto o sindicato e a igreja não podem ser entendidos como instrumentos de transformação social (*idem*). Contudo, o maior prejuízo para as esquerdas – em sua avaliação – “é o desprezo pela utopia socialista”. Bogo afirma com todas as palavras a necessidade de recuperar o projeto socialista:

“Eu não sei se tem alguns companheiros que tem um pouco de timidez para se reportar a ela, mas a palavra socialismo custa a sair nas nossas pronúncias. Nós precisamos discutir essa questão se queremos de fato construir algo que vá para o rumo do socialismo; é necessário definir essa questão, termos isso claro” (*idem*).

Toda a exposição é permeada por citações de Lênin. Com relação à necessidade de organização da classe, de prepará-la para o momento da efervescência revolucionária, diz Bogo:

“nós precisamos nos preparar para aquilo – que acredito hoje com outras palavras – que Lênin disse: nós precisamos nos preparar para a efervescência! Então, a Revolução vem com duas mãos: ela vem pela preparação da luta de classes, tem que preparar a luta, tem que organizar a classe; e ela vem também por essa efervescência, por esse momento revolucionário que surge” (*idem*).

Bogo defende a criação de uma organização política, que seja autônoma e não burocratizada, que represente os interesses da classe, preparando-a para o momento da “efervescência”, isto é, para o confronto aberto de classes. É patente, portanto, pela citação de Lênin e pela sua explanação que o dirigente entende o processo de transformação social como um processo revolucionário cuja ruptura com o sistema capitalista não exclui a luta armada:

“Precisa-se de quadros! Os movimentos sociais não têm capacidade para fazer isso! Então, nós precisamos ter um pouco essa visão. *A questão não é preparar a luta armada, que um dia, se Deus ajudar, terá que vir*. Mas é a gente se preparar no sentido da segurança, da resistência (...)” (*idem*).

O dirigente ressalta a necessidade de quadros de perfil revolucionário que se distanciem de lideranças reformistas: “o trabalho de base é que faz a diferença entre as idéias reformistas e as idéias revolucionárias. Pela teoria nós não sabemos quem é revolucionário, quem é reformista ou quem é conservador; nós sabemos pela prática” (*idem*). Bogo faz parte, portanto, da “ala ideológica” da direção nacional, que defende a revolução socialista para transformação social integral.

Evidentemente as análises de Stedile e de Bogo possuem pontos de intersecção. Ambos avaliam que as esquerdas de forma geral enfrentam uma crise por duas razões principais: 1. no Brasil em virtude da derrota do projeto popular de Lula em 1989; 2. no cenário internacional em virtude da derrota ideológica com a queda do muro de Berlim e do final dos regimes socialistas (FEIX, 2006, p. 20). A constatação da crise da ideologia socialista, contudo, não conduz a uma crítica a tal ideologia, mas a uma crítica das estratégias socialistas, portanto, a tarefa dos movimentos e organizações populares passa a ser a busca de novas estratégias. Para Bogo, fundamentado em Lênin, a propaganda ideológica deve receber especial atenção. Há necessidade de “ir a todas as classes da população na condição de teóricos, propagandistas, agitadores e organizadores”, se faz necessário uma organização que possibilite o trabalho de base, de educação política para um reascenso das massas¹⁰³. Stedile afirma a necessidade de um projeto popular frente à crise ideológica, que se deve também à ausência de um projeto alternativo ao neoliberalismo e à dificuldade das esquerdas reagirem politicamente para derrotar o modelo financista hegemônico (FEIX, 2006, p. 21).

Concluímos, portanto, que a necessidade de um projeto popular é central para ambos os dirigentes. A diferença é que enquanto Bogo faz uma crítica a todo o sistema capitalista, Stedile refere-se especificamente à modalidade neoliberal de exploração capitalista, externando o alcance que o projeto popular pode assumir no pensamento de cada um. Em outras palavras, Bogo pensa o projeto popular como um projeto revolucionário, enquanto Stedile volta-se para um projeto alternativo ao neoliberalismo, portanto, um projeto de reformas.

¹⁰³ BOGO, Ademar. Instrumento Político. Exposição oral durante a II Assembléia Nacional dos Lutadores e Lutadoras do Povo, Goiânia-GO, março de 2005.

A acirrada disputa ideológica no interior da direção indica que a doutrina é central para a organização na medida em que a partir dela são traçados os grandes objetivos ou linhas políticas que definirão a ação do Movimento. Para consecução destes objetivos faz-se necessária uma estrutura material de organização. Conforme vimos acima, embora a TdL tenha recebido influências posteriores no interior do MST, apresenta ainda hoje uma grande proeminência sobre a ideologia do Movimento, reelaborada e enriquecida pelas diferentes correntes sustentadas pelo corpo dirigente. Muitas características organizativas foram determinadas pela influência das CEBs e da TdL. Não nos alongaremos no exame destas influências sobre a estrutura uma vez que já o discutimos acima, queremos apenas recordar seus elementos centrais: a direção coletiva, a forma parlamentar de decisão e as instâncias responsáveis pela educação popular. É necessário, contudo, incluir o leninismo entre as influências atuantes na conformação da estrutura organizativa do MST. Seu principal propagandista, Ademar Bogo, assume grande importância na disputa ideológica interna e sua influência reflete-se na estrutura política, principalmente na criação de instâncias capazes de atender à necessidade de formação de quadros e da unidade ideológica, atribuição do centralismo.

Bogo propõe à Consulta Popular a criação de um “instrumento político de natureza partidária”¹⁰⁴. O dirigente evita a palavra “partido”, embora esteja propondo a criação de uma organização de “natureza partidária”. Possivelmente porque manter a denominação de movimento social apresenta maior possibilidade de agregação de diferentes estratos da esquerda, inclusive de elementos dos próprios partidos políticos. Os elementos essenciais que caracterizam uma organização deste tipo – segundo Bogo – seriam: programa, princípios, organização e distribuição de tarefas, direção coletiva, unidade ideológica, teoria, propaganda (jornal), formação de quadros e simbologias próprias relacionadas ao movimento (*idem*). Elementos estes presentes em grande medida entre os princípios organizativos e as linhas políticas do Movimento. O programa do MST está expresso tanto nas linhas políticas de cada setor quanto no Projeto Popular para o Brasil (vide Anexo I). Os princípios organizativos do MST são os seguintes¹⁰⁵:

¹⁰⁴ *Idem*.

¹⁰⁵ Encontramos uma pequena diferença entre o grupo de princípios organizativos expostos por Stedile (STEDILE & FERNANDES, 1999, p.41): 1. **Direção coletiva** – colegiado dirigente; 2. **Divisão de tarefas** – “aprendemos que a primeira pergunta que se deve fazer para o militante é a seguinte ‘O que tu gostarias de

“1. **Vinculação permanente com as massas:** não é possível organizar um movimento social sem um trabalho permanente de base e de enraizamento nas massas, na nossa base social; 2. **Luta de massa.** Nunca nos iludimos com as boas vontades do governo ou autoridades de plantão. A Reforma Agrária somente avançaria com luta, e, sobretudo com lutas de massa, em que o povo se envolvesse no maior número possível. Não há outro caminho de mudança social, sem que o povo esteja organizado e mobilizado (...); 3. **Divisão de tarefas.** Todas as atividades dentro do movimento sempre foram realizadas pelo maior número possível de pessoas, e na forma de comissões; 4. **Direção coletiva.** Todas as instâncias do movimento, desde comissões de base dentro de um acampamento, até as instâncias nacionais são exercidas coletivamente, na forma de colegiado, sem distinção de poder. E onde haja divisão de responsabilidades; 5. **A disciplina.** Nenhuma organização social, por menor que seja, nem mesmo um time de futebol funciona se não houver um grau de disciplina, que é na essência a existência de regras coletivamente discutidas e respeitadas pelos indivíduos que quiserem fazer parte delas (...); 6. **Formação de quadros.** Nenhuma organização poderá ter sucesso se não preparar seus próprios quadros. Ou seja, se não preparar com estudo e capacitação seus membros, para lutarem para alcançar os objetivos sociais da organização; 7. Por último, sempre procuramos desenvolver a **mística**. Não como uma forma alienada, mas como liturgia que ajudasse a motivar nossa base, animá-la e conscientizá-la através de símbolos de nossa cultura, de nossos valores, de que é necessário lutar. E de que é possível haver uma sociedade diferente, uma sociedade mais justa e fraterna” (*A Necessidade da Reforma Agrária – MST, 1997, p. 33, Apud FEIX, 2001, p. 123*).

Conforme se observa aqueles elementos listados por Bogo como componentes de uma organização de “natureza partidária” estão em sua maioria presentes nos princípios norteadores da organização política do MST. Para melhor examinar esta natureza partidária, contudo, faz-se necessário discutir a articulação entre as linhas políticas do MST e os mecanismos de centralização.

4.2. Política Interna

4.2.1. Linha política e centralização

As linhas políticas consistem nas diretrizes específicas que devem balizar as ações de toda a organização e são definidas no Encontro Nacional. Cada um dos setores possui uma linha política orientadora (Anexo II). Estas linhas políticas, bem como as demais discussões que ocorrem em todos os eventos nacionais, segundo as normas da organização, devem ter passado por um processo de discussão e reflexão nas instâncias de base, isto é,

fazer no MST?’ No conjunto, surge uma diversidade de aptidões e habilidades. (...) Há pessoas que já se aposentaram e nos procuram porque querem militar no MST” (*idem*); 3. **Disciplina** – “Se não houver o mínimo de disciplina pela qual as pessoas respeitem as decisões das instâncias, não se constrói uma organização, isso é regra democrática. Não é militarismo ou autoritarismo. Repito, até para combater certos desvios basistas, que a democracia também exige normas ou regras para serem seguidas”; 4. **Estudo** – compreende educação básica e formação de quadros; 5. **Formação de quadros** – técnicos, políticos, organizadores e profissionais de todas as áreas; 6. **Luta pela terra e reforma agrária** – em massa através de pressão popular; 7. **Vinculação com a base social** – “é preciso criar mecanismos para ouvir, consultar, se abastecer da força e da determinação do povo. Todos erram menos quando ouvem o povo”.

nos acampamentos, nos assentamentos e nos diversos setores, de modo que, quando os delegados forem para discussão, levarão as posições da base. Carvalho (2002, p. 248) afirma que a reflexão e o debate dos temas para os encontros e congressos nacionais ocorrem desde os núcleos de base até o nível da direção nacional, sugerindo que as discussões partem da base para a direção. Contudo, analisando os documentos internos e o *Jornal Sem Terra* percebe-se claramente que o encaminhamento e o direcionamento das discussões cumpre uma trajetória diversa, isto é, do vértice para a base. O material – fonte das reflexões nos níveis intermediários e de base – é formulado sempre pelas instâncias nacionais. Para o V Congresso Nacional realizado em 2007 as discussões foram feitas por meio de cartilhas formuladas pela direção:

“A discussão do programa agrário do MST já começou a ser feita nos núcleos, brigadas e coletivos Sem Terra, desde novembro de 2006. A partir do texto contido na cartilha: ‘A Reforma Agrária Necessária: Por um Projeto Popular para a Agricultura Brasileira’ (fruto do debate de todas as instâncias nacionais e dos coletivos de setores nacionais), militantes do Movimento que estão acampados e assentados debateram e refletiram sobre a atual conjuntura agrária do país” (JORNAL SEM TERRA, Fev./Mar, 2007, p. 11).

Nas estruturas de base são utilizadas as reuniões de núcleo para a discussão dos temas encaminhados pela direção: “todos os assuntos devem ir para reunião. A direção encaminha perguntas para serem discutidas. Os coordenadores anotam as sugestões e levam para a direção” (SETOR FORMAÇÃO-MST, 2005, p. 9). As linhas políticas, portanto, recebem “contribuições” da base, mas são formuladas e decididas pela direção. Este funcionamento vertical não é reconhecido pelos dirigentes do Movimento, isto é, eles não concordam com esta análise. Na cartilha *Método de Trabalho e Organização Popular* é estabelecida uma diferença entre a estrutura vertical e horizontal. Na vertical, segundo o documento: “se dá muito valor para as instâncias oficialmente eleitas, onde a organização funciona por representantes (...) os representados não sabem o que seus representantes estão decidindo” (SETOR DE FORMAÇÃO-MST, 2005a, p. 82). O Movimento não se reconhece nesta forma de organização. A forma organizativa em que se espelha é a horizontal:

“onde se valoriza todas as organizações de base, que passam a funcionar *como se fossem* instâncias de decisão (...). Portanto, a estrutura horizontal funciona em círculos, não de cima para baixo. Todos os membros da organização são importantes e tem direito a *dar opiniões e sugestões* para se tomar conscientemente as decisões” (*idem*, grifos nossos).

Pode-se dizer que o MST possui uma ligação vertical entre suas instâncias de decisão na medida em que existem organismos subordinados a instâncias superiores. Duverger (1970, p. 83) esclarece que “num sentido geral, chama-se ligação vertical a que une dois organismos subordinados um ao outro: por exemplo, uma seção comunal a um comitê de distrito e uma federação provincial, uma federação provincial e o Comitê Central” (*idem*). A ligação horizontal por outro lado é definida como “uma ligação entre dois organismos situados no mesmo nível”. A organização do MST apresenta uma ligação vertical na medida em que se empregam delegações das instâncias de base para compor organismos superiores, conforme Duverger, esta estrutura é típica do tipo de ligação vertical. Mas há também ligações horizontais: o conjunto de núcleos forma a brigada e possui coordenações e direções no mesmo nível, possui contato não apenas por meio da cúpula, mas diário, uma vez que sua unidade de militância é também seu local de moradia. Existem ainda no Movimento as ligações transversais, que são os setores. Conforme expusemos anteriormente, os setores estão presentes em todos os níveis e possuem uma coordenação própria. No MST, portanto, há uma forma mista de articulação, isto é possível para Duverger que afirma ser “falso opor os partidos a ligações horizontais e os partidos a ligações verticais: pode-se apenas opor os partidos a ligações puramente verticais e os partidos a ligações mistas, por sua vez verticais e horizontais, estando bem entendido que as primeiras geralmente predominam sobre as segundas” (*idem*, p. 86).

Não se deve confundir, contudo, ligações verticais e ligações horizontais com a centralização, embora estejam relacionadas. As primeiras – ligações horizontais e verticais – “definem modalidades de coordenação dos elementos de base que compõem o partido; centralização e descentralização referem-se à repartição dos poderes entre os escalões de direção” (*idem*, p. 88). A centralização pode assumir duas formas: autocrática – ou burocrática – e democrática. Na primeira, todas as decisões vêm do alto e sua aplicação é controlada localmente por representantes da cúpula (*idem*, p. 92). Caracteriza-se, portanto, por um distanciamento entre os grupos dirigentes e as massas populares que compõem a organização. Há preponderância de uma parte sobre o todo, baseado num programa de predomínio dos pequenos grupos e não nos interesses do conjunto da organização. Este tipo de organização desfavorece a formação política das massas populares na medida em que impedem a unidade intelectuais – massa, que acarreta não “unidade mas pântano,

superficialmente calmo e ‘mudo’, e não federação mas ‘saco de batatas’, isto é, justaposição mecânica de ‘unidades’ singulares sem conexão entre si” (GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 92). O centralismo democrático, por outro lado, baseia-se:

“numa contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular de experiências (...). Ele requer uma unidade orgânica entre teoria e prática, entre camadas de intelectuais e massas populares, entre governantes e governados” (*idem*).

O centralismo democrático pressupõe discussões livres na base antes que as decisões sejam adotadas para esclarecer o centro e disciplina rigorosa após estas decisões (DUVERGER, 1970, p. 93). O caráter democrático de um partido centralizado, portanto, concentra-se no cuidado constante de manter contato com a base, “de estar à escuta das massas” (*idem*).

No MST as instâncias de base não tomam nenhuma decisão de caráter político. Esta é uma função da direção. A participação da base se restringe a dar opiniões e sugestões nos espaços instituídos para isso, para esclarecer a direção, e à aplicação prática da linha política. Conclui-se, portanto, que a organização do MST é fortemente centralizada no que se refere às decisões políticas e descentralizada em sua aplicação prática, conforme esclarece Stedile: “Somos centralizados na linha política; o jeito de aplicar é completamente descentralizado” (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 89). Esta forma de funcionamento – discussões na base antes das decisões e disciplina na aplicação das mesmas – aproxima-se teoricamente do centralismo democrático. Vejamos o problema com mais detalhes.

Embora a direção rejeite ter sua organização classificada como vertical, assume o centralismo. Entende que o centralismo democrático baseia-se no respeito às opiniões e a submissão destas à vontade da maioria, de forma que “todos podem apresentar seus pontos de vista e disputá-los. Na medida em que se toma a decisão, deve prevalecer a vontade da maioria” (SETOR DE FORMAÇÃO-MST, 2005a, p. 15).

Em linhas gerais distinguem-se três características básicas do centralismo democrático: 1. contínua adequação de acordo com os “impulsos de baixo”, 2. inserção dos elementos da massa no aparelho de direção e 3. unidade orgânica entre a direção e as camadas populares, isto é, a base da organização. No capítulo anterior procuramos

demonstrar que a estrutura organizativa do MST, ao longo de sua trajetória, sofre contínuas reformulações no intuito de prover maior organicidade entre base e direção. Sua história é marcada pela mobilidade contínua, principalmente na ampliação das instâncias de discussão e reflexão na base. As direções de fato se ampliaram, o que sugere que novos elementos se inseriram entre elas. Segundo Peschanski (2007, p. 97-98) a Direção Nacional no período de 1988 a 2006 apresentou oscilações entre ciclos de pouca ou nenhuma renovação em sua composição e ciclos de abertura a novos membros. Mas somente em 2006 houve um significativo salto no número de componentes da Direção Nacional que passa de vinte e quatro para sessenta e um membros, apontando, portanto, para a recente integração de novas lideranças¹⁰⁶.

Peschanski demonstra também, conforme já dissemos anteriormente, que alargamento na composição da Direção Nacional corresponde à ampliação da participação de trabalhadores rurais. Em 2006 a proporção de dirigentes é de quarenta e quatro camponeses para quatorze não camponeses (PESCHANSKI, 2007, p.123):

Conclui-se que a estrutura organizativa do MST congrega atualmente dois dos fatores principais do centralismo democrático: mobilidade contínua das estruturas e absorção de elementos da base na direção. Este último fator, contudo, é muito recente e, portanto, ainda não apresenta resultados determinantes no funcionamento da organização

¹⁰⁶ “Entre 1988 e 1997, um mesmo grupo concentrou parte importante das vagas disponíveis na DN [Direção Nacional]. Ano a ano, a renovação das lideranças foi baixa, o que indica uma tendência de pouca abertura na instância. Das trinta e oito pessoas que ocuparam um cargo na Direção no período, 57,9% ficaram mais do que dois anos – 18,4% ficaram seis e 15,8%, oito e nove. Quase 16% dos dirigentes ficaram apenas um ano no cargo, ou seja, não completaram os dois anos do mandato. Nesse período, ocorreram dois fenômenos, simultâneos: a permanência de algumas lideranças na DN durante vários anos e, especialmente nos dois anos de fundação da instância, a saída de vários dirigentes antes que completassem o tempo total de seu mandato (...) Entre 1998 e 2003, a pouca abertura que se verificou no período anterior diminuiu. Em 1998, oito novas pessoas entraram na DN, representando 38% do total; em 2000, 12, 48% das cadeiras; e, em 2002, nove, o que corresponde a 37% da Direção. A taxa de renovação é maior do que a observada em 1994 e 1996. Em 1998, 33% das lideranças que estavam na instância na década anterior continuavam no cargo; em 2002, o percentual passou para 7%. (...) Em 2004, iniciou-se uma nova fase na composição da DN, em que novas lideranças ocuparam mais cadeiras do que as que já haviam estado na instância em outro momento. Nesse ano, o número de vagas passou para vinte e quatro, nove das quais ocupadas por dirigentes que foram reeleitos. Duas pessoas chegaram ao cargo, após terem sido dirigentes em outros anos que não os do mandato anterior. Assim, treze lideranças, representando 54% do total, chegaram à Direção pela primeira vez. Em 2005, não houve mudanças na composição – todas as vinte e quatro cadeiras foram ocupadas pelas mesmas pessoas do ano anterior.(...) Em 2006, ocorre uma grande transformação na DN, 54% das lideranças de 2005 foram reeleitas. Há dezoito pessoas que já participaram da Direção na composição da instância em 2006 – representariam 75% das cadeiras, se o total fosse vinte e quatro. Mas, nesse ano, o número de vagas passou para sessenta e um – mais do que o dobro em relação ao anterior. Foram quarenta e três novas lideranças para a instância, correspondendo a 70% do total de lugares” (PESCHANSKY, 2007, p. 97-98, grifos nossos).

para que se possa chegar a conclusões definitivas. Um último problema se coloca: a unidade orgânica entre a direção e as camadas populares. Não se pode dizer que haja coesão interna suficiente para possibilitar a plena integração entre a maioria das famílias que compõe a base nos acampamentos e assentamentos e a liderança, conforme já discutido anteriormente. Em outras palavras, ainda não há “organicidade” suficiente para que este tipo de centralismo se estabeleça completamente. A direção tem consciência desta deficiência:

“Preocupar-se com democracia e não com a organicidade é ser antidemocrático por natureza, pois a organicidade é o elemento fundamental para que as bases possam participar das [decisões], dando suas opiniões para que as instâncias tenham mais elementos para decidirem questões menores, e as bases possam contribuir na implementação das decisões encaminhadas pelas instâncias” (SETOR DE FORMAÇÃO-MST, 2005a, p. 16)

Conforme procuramos demonstrar no capítulo anterior existem ainda profundas dificuldades de ordem econômica, política e sócio-cultural que impedem a fluência das relações entre base e liderança, tais como: falta de militantes, pouca gente preparada tecnicamente, grande parte dos assentados fora do movimento, divisão interna dos assentamentos e acampamentos, militantes e dirigentes com métodos de direção equivocados, pouca participação das bases nas discussões e decisões dos estados, vários desvios ideológicos na base e de direção. O conjunto destes fatores representa um entrave para a consolidação do centralismo democrático na medida em que dificulta a relação entre base e liderança, que permanece fortemente marcada pelo conflito entre diferentes concepções acerca do cerne do Movimento, isto é, do significado e alcance da luta pela terra.

A participação por meio da divisão de tarefas e das lideranças coletivas está entre os princípios organizativos e existem estruturas para favorecê-la, assim como existem mecanismos para favorecer as discussões políticas nos níveis de base, contudo o problema da democracia ainda está presente e se expressa nos documentos internos e nas palavras de uma militante da Direção Estadual do MST: “não dá pra dizer que essa democracia das discussões, do encaminhamento esteja acontecendo em toda a base do MST assentada e acampada. Então, nesse sentido há um limite” (*apud* FEIX, 2005, p. 111). Citamos ainda a fala de um outro dirigente estadual do movimento para explicitar este problema:

“Nós temos defendido que o MST só vai avançar quando ele for dos trabalhadores, não só da Direção. E esse debate existe. E esse debate está dentro da organicidade, que as famílias

participem do MST, não só os militantes e os dirigentes do MST. Ainda nós estamos nesta fase dos grupos que mais debatem no MST, que são os dirigentes e os militantes. Então, essa ainda não é uma democracia da forma que nós queremos, ainda não é. Nós temos essa clareza” (*apud* FEIX, 2005, p. 111).

Em grande medida esta situação tem sua origem e é agravada pelo desnível de formação escolar e política entre a grande maioria dos trabalhadores, que em geral é pouco escolarizada e o grupo minoritário que compõe a direção nacional, cujos membros, em sua maioria, possuem formação superior¹⁰⁷. A superação desta diferença ainda é bastante limitada e alcança apenas um pequeno grupo que passa a integrar os estratos intermediários de liderança na organização. Esta situação é concebida como um problema pela direção na medida em que isto gera uma assimetria de poder, impedindo a participação democrática e a consolidação das lideranças coletivas em todas as instâncias:

“Toda direção democrática deve funcionar de forma coletiva. Mas a direção para ser coletiva, deve ter domínio de conhecimentos e nível de consciência política elevada. Onde um domina apenas o conhecimento, concentrará também o poder em suas mãos, pois *‘saber é poder’*. Vendo de outra forma, *a organização que em vez de qualificar as instâncias, qualifica apenas um ou alguns líderes, corre o risco da destruição pelo subjetivismo, oportunismo ou pela repressão*. Os ideais revolucionários não podem depender de uma só pessoa para serem defendidos e alcançados. Tudo deve ser obra coletiva mesmo que às vezes as habilidades individuais estejam em destaque” (SETOR DE FORMAÇÃO-MST, 2005a, p. 17, grifos nossos).

Diante disto compreende-se a necessidade da formação de novos quadros. Esta formação se dá não apenas através dos cursos formais, mas também no próprio exercício da discussão política nas diversas instâncias do movimento. A formação política está, portanto, inserida nos mecanismos de participação e tomada de decisões. Donde se conclui que, embora o centralismo no MST não possa ser qualificado como plenamente democrático, a estrutura possui mecanismos de participação que favorecem a formação política dos trabalhadores sem terra. O processo democrático pretendido pelo MST não está baseado na democracia fundamentalmente como um valor intrínseco – de ampla e igualitária participação – mas, sobretudo, em seu caráter formativo. É por meio da participação nos fóruns de discussão no interior da organização que o MST procura formar sua liderança.

Segundo Adelar Pizeta (coordenador nacional do setor de formação) a estrutura descentralizada de ação e a distribuição de tarefas, poderes e responsabilidades consiste

¹⁰⁷ Ex-seminaristas que aderiram ao movimento e desempenharam importante papel em sua formação são parte da direção nacional atualmente, segundo nos informou Geraldo Gasparin – coordenador pedagógico da ENFF em julho de 2005.

“num instrumento formador de militantes” para organização (*idem*, p.48, 51, 52,53). Neste sentido, os mecanismos de participação que compõem a organização do MST estão profundamente intrincados à formação política dos trabalhadores sem-terra.

4.2.2. Mecanismos de participação

Os espaços disponíveis para a participação da base são: assembléias realizadas nos assentamentos e acampamentos; reuniões dos núcleos e das comissões (disciplina, segurança, finanças, etc.); reuniões para mobilização de massa; liderança coletiva de núcleos, setores e brigada; o congresso e encontro estadual e o congresso nacional.

A dinâmica das reuniões dos núcleos deve favorecer a participação das famílias e habituá-las a expressar-se em público. No início de cada encontro deve haver um “aquecimento”, isto é, uma dinâmica de interação entre os participantes – as pessoas são incentivadas a falar sobre si mesmas, sobre a conjuntura nacional, sobre algum tema abordado pelo *Jornal Sem Terra* ou sobre um símbolo do MST (cf. MST, 1990, p. 12). A organização da reunião deve ser feita com antecedência e devem ser designados os coordenadores da reunião (que não necessariamente são os coordenadores de núcleo) e um secretário – diferente para cada reunião para que se possa “fazer com que todos os membros do núcleo aprendam a escrever e anotar de forma organizada” (*idem*, p. 14). As reuniões devem ter seu horário de início e término rigorosamente respeitado, por isto os presentes na reunião devem pedir autorização para se retirar (*idem*. Ver também MST, 1992, p. 18).

Para assumir cargos de liderança, sejam quais forem – em nível local, estadual e nacional – existem duas formas que coexistem: eleições e indicações. Ocorrem eleições para escolha da Coordenação Nacional (segundo informação de Juvenal Strozake – coordenador nacional do setor de direitos humanos do MST) e para Direção Nacional (cf. PESCHANSKI, 2007). Para escolha dos representantes dos setores na direção nacional, contudo, há indicação, segundo Strozake. Por outro lado, nos níveis de base ocorre predominantemente a indicação. Segundo o *Manual de Organização dos Núcleos*:

“Dos setores e comissões, devem participar os companheiros *que são indicados para a execução de tarefas ou assumir cargos de coordenação, ou direção*. Exemplo: as Diretorias das Associações e Cooperativas, são para alguns companheiros, embora tenha que haver participação de todos os associados” (MST, 1990, p. 25, grifos nossos).

Segundo esclarece Strozake em entrevista¹⁰⁸ concedida na Secretaria Nacional do MST, o Movimento nunca optou pela linha das eleições por entender que elas nem sempre refletem a vontade da maioria. Para ele a ausência do consenso pode levar a rupturas internas:

“Porque às vezes... bom existe uma dúvida, temos que decidir, tomar um encaminhamento, não foi possível chegar a um consenso, a saída seria uma eleição? A resposta é sim e não. Porque vai pra eleição se as duas partes que estão defendendo cada uma um ponto de vista, não se entenderem e não houver uma colaboração a eleição pode rachar, e o sujeito que foi eleito ou a proposta mais votada não quer dizer que será a melhor porque o outro lado vai minar. Então nós temos um entendimento que temos que chegar o máximo possível ao consenso. Não é possível achar e entender que a eleição é uma solução para todos os males. Ela é válida, ela tem que ser utilizada mas não como um dogma, senão você racha, quando você vai pra eleição, não foi possível chegar a uma decisão, quem tem um voto a mais ganhou, ganhou e não ganhou”.

Para compor os cargos de liderança, no entanto, existem algumas exigências tais como: respeito à “questão de gênero” (as lideranças devem ser formadas sempre igualmente por homens e mulheres), capacidade de intervir, clareza na exposição, conhecimento e prática, disciplina e vinculação com a base. Segundo Strozake o “candidato” deve começar a

“participar dos núcleos de famílias, depois disso pode participar de uma comissão num acampamento, a partir de sua participação, se ele começa a se destacar, que ele consegue expor, tem um espírito de liderança, ele pode ir para a coordenação regional, ir para a coordenação estadual, ir para a direção estadual e a partir disto ele pode ir para coordenação nacional e para a direção nacional, enfim, tudo depende de seu compromisso, da sua postura pessoal, da sua forma de se expressar (...). [O dirigente é escolhido também] pela disciplina. Então depende da disciplina, da compreensão política que ele tem, do que ele fala, das intrigas que ele cria, da capacidade, habilidade. Então é um conjunto de forças e de posturas do sujeito pra ele ser ou não ser liderança... e o trabalho que ele desenvolve lá na base dele, no acampamento ou no estado”.

Conclui-se, portanto, que no MST os militantes de base e intermediários (na medida em que são indicados pelos dirigentes para ocupar postos de liderança) se caracterizam mais como delegados da direção que representantes de base, pois devem garantir a aplicação das linhas políticas decididas pelos organismos centrais e não simplesmente representar os interesses das famílias sem-terra. Esta forma de delegação de poder pelo alto aproxima-se muito do centralismo dos partidos comunistas, nos quais

“cada delegado de um organismo inferior não é responsável perante seus mandantes, porém perante o organismo superior: tem ele portanto como dever por este ao corrente das dissidências eventuais que surjam no grupo que lhe é confiado, não para defender o ponto de vista dele, mas para provocar a intervenção salvadora no centro” (DUVERGER, 1970, p. 84).

¹⁰⁸ Em 18 de abril de 2007.

4.2.3. Disciplina

A direção do MST entende que

“a disciplina numa organização social de massa e de militantes não se fundamenta na coerção, nem no temor do castigo, mas sim, na consciência política e na educação socialista dos militantes, para compreensão do seu dever revolucionário, na responsabilidade pessoal pelos cuidados com a organização e na lealdade à classe trabalhadora” (MST, 1992, p. 7).

A disciplina, portanto, é resultado do trabalho educativo “realizado a nível individual e coletivo” (*idem*). Existem normas políticas da organização e normas de comportamento pessoal. As normas políticas nacionais são aquelas formuladas desde o congresso de fundação do MST, em 1984, e estão registradas nas cartilhas e documentos nacionais nas quais se fixam regras gerais (consistem nas linhas políticas e os princípios organizativos aprovados nos Encontros Nacionais e tratam dos objetivos norteadores da ação política da organização). Além destes existem as normas do *Jornal Sem Terra*; a política de relações internacionais (que se faz por meio do setor de Relações Internacionais e da Direção Nacional); o manual dos núcleos; os documentos do Sistema de Cooperativas Agrícolas (*idem*, p. 13). Existem ainda as normas políticas dos estados. Os documentos nacionais orientam as atividades de todos os membros da organização, em todos os estados, contudo, pode haver documentos e acordos coletivos elaborados e decididos apenas em nível estadual (*idem*, p. 13-14).

As normas de comportamento pessoal referem-se às relações interpessoais na base, entre a militância e a direção e têm como objetivo principal a correção dos erros, vícios e violações de conduta em todos os níveis. Entre estas normas constam: traição dos princípios do Movimento; oportunismo, personalismo; propagandear os “segredos” ou coisas internas do Movimento que venham a prejudicar a organização; desvinculação dos interesses da classe trabalhadora e dos sem terra; autoritarismo e abuso de poder; falsear informações em relação ao estado, região ou município; criticar a organização ou algum companheiro em público, desrespeitando as instâncias onde deve ser abordado o assunto; roubo, distorção, corrupção, agressão física; não cumprimento dos deveres sem causa justificada; introdução de bebidas alcoólicas e outros tipos de desvios no trabalho; abandono de sua tarefa e reuniões sem a devida autorização e atitudes imorais em público (*idem*, p. 18).

As formas corretivas são compostas por dois elementos básicos: 1. mecanismo de correção; 2. as penalidades a serem aplicadas (*idem*, p.20). O mecanismo de correção é uma

espécie de tribunal – que deve analisar, investigar e julgar se houve transgressão das normas ou não. Para isso existem comissões de disciplina que devem ser integradas por três membros do MST. Deve haver uma comissão para cada nível, isto é, em nível nacional, estadual e local. Os componentes destas comissões devem ser militantes do MST e possuir comportamento “exemplar e responsável” (*idem*, p. 21). A comissão de disciplina nacional deve cuidar do comportamento de todas as instâncias nacionais (direção e coordenação nacional, executiva nacional do Sistema de Cooperativas, coordenação nacional dos setores, secretaria nacional). Da mesma forma a comissão estadual deve cuidar da disciplina de todas as instâncias estaduais e a comissão de base tratar dos problemas ocorridos nos acampamentos e assentamentos.

As penalidades aplicadas “são uma espécie de castigo corretivo” (*idem*, p. 24). Devem objetivar a recuperação do militante. As penas podem ser: 1. de natureza econômica (pagar com dias de serviço, reparar danos ao patrimônio); 2. de natureza moral (desculpar-se em público) e; 3. de natureza política (destituição do cargo, transferência para outro setor, etc). Sua aplicação ocorrerá de acordo com o grau de responsabilidade que cada militante exerce na organização. “Em todo o processo de investigação e julgamento o acusado deve ter o direito de defender-se” (*idem*, p. 25). Esta aplicação deve ocorrer em níveis diferenciados e crescentes de acordo com a gravidade e a incidência ou reincidência da infração (*idem*, p. 26). Somente a direção nacional e estadual possuem autoridade para aplicação de penas. É possível ainda a apelação para as instâncias superiores: primeira apelação para a coordenação estadual; em segunda apelação para a direção nacional e em última apelação para a coordenação nacional. O julgamento da coordenação nacional será definitivo.

Todo processo de análise de um caso e aplicação de uma pena deve ser registrado em caderno especial pela comissão de disciplina (*idem*, p. 28). Configurando, portanto, um complexo mecanismo judiciário que objetiva manter a disciplina entre os membros de forma preventiva e corretiva.

4.3. Ação Educativa

A educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra responde a uma necessidade prática e imediata: capacitar os membros do Movimento para assumir posições dentro das inúmeras instâncias da estrutura organizacional, e, além disso, formar quadros capazes e ideologicamente preparados não apenas para dirigir, mas também para colocar-se no debate conjuntural da sociedade, pessoas que possam desmistificar o trabalhador rural enquanto “atrasado” e “analfabeto”, dito de outra forma, apagar a idéia do famoso “Jeca-Tatu”, o camponês simplório e ignorante, aquém do debate político nacional. Objetivos estes que, em última análise, ligam-se à proposta primordial do Movimento, a Reforma Agrária.

Ocorre que, nos documentos do MST e nos discursos dos dirigentes e intelectuais ligados ao Movimento, Reforma Agrária pressupõe muito mais que distribuição de terras e condições de permanência no campo, pressupõe também cidadania, direito à educação integral, saúde, boa alimentação, vestuário, acesso à informação, lazer, serviços públicos fundamentais como energia elétrica, água encanada e sistema de esgotos, formação política e condições de trabalho que garantam ao trabalhador uma situação econômica capaz de inseri-lo no mercado e de sobreviver dignamente. A proposta de educação no Movimento, portanto, está vinculada às “necessidades e os desafios da luta pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais mais amplas em nosso país” (CALDART, 1997, p.15).

Atingir este nível de educação, contudo, representa um enorme desafio tendo em vista a precariedade da educação pública brasileira, sabendo-se que no campo os problemas se agravam e se aprofundam. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ¹⁰⁹, até 2003, 8,9% da população urbana maior de 15 anos de idade era analfabeta, enquanto na área rural o índice para mesma faixa etária é de 27,2%. Se levarmos em conta o analfabetismo funcional, os índices sobem para 20,7% na zona urbana e 48,9% na zona rural.

Por esta razão a educação no MST inicia-se com a alfabetização, passa pelo ensino fundamental e técnico, alcançando a formação específica de militantes, o que engloba ensino superior, seja de maneira formal ou através de convênios com universidades públicas para cursos intensivos, embora tais iniciativas ainda ocorram de maneira localizada, não atingindo de forma homogênea o conjunto do Movimento. Atualmente, o

¹⁰⁹ www.ibge.gov.br

MST conta com 1.800 escolas de ensino fundamental, com 160 mil crianças e adolescentes, com 3.900 educadores, além de 250 educadores que trabalham nas cirandas infantis¹¹⁰. Além disso, são cerca de 3 mil educadores de alfabetização de jovens e adultos trabalhando com cerca de 30 mil alfabetizando. Hoje, são 750 jovens inscritos em cursos universitários e mil em cursos técnicos, 58 estudando medicina em Cuba. Em 2006, o governo da Venezuela disponibilizou quinhentas vagas em cursos superiores para integrantes da Via Campesina brasileira (FLORESTA, 2006, p. 93).

A educação no MST, desde a Ciranda até os cursos de formação, possui um caráter político-ideológico. A própria noção de educador (a) tem um significado mais amplo. Uma vez que a formação ocorre na sala de aula e na prática, através das ocupações de terras, das marchas, das manifestações públicas, das reuniões dos núcleos de acampamentos, etc., todos os integrantes do movimento cumprem um papel formativo:

“Entendendo a educação em seu sentido mais amplo, relacionado aos processos de formação humana, podemos afirmar que educadores e formadores no MST são todos os que fazem a luta pela terra e pela Reforma Agrária, nas suas mais diversas dimensões, na perspectiva da formação da pessoa humana (histórica) e da formação da consciência de classe” (CALDART, 1997, p.15).

Neste sentido, são as lutas do Movimento a estrutura material que condiciona as consciências engajadas no MST, isto é, sua condição econômica e social como pressuposto para sua consciência de classe e sua formação ideológica:

“E ainda mais, acreditando que é a existência social concreta do ser humano o objeto fundamental da formação de sua consciência (de pessoa, de classe, de mundo), podemos também afirmar que, afinal de contas, é o MST enquanto Movimento de luta social e enquanto organização política dos trabalhadores sem-terra, o grande educador/formador de quem nele participa ou com ele se envolve. Daí se constitui toda a riqueza pedagógica que se desdobra nas diferentes situações formativas” (*idem*, p.16).

Nos *Objetivos Sócio-Políticos dos Assentamentos* estão configurados os principais elementos da função formativa do MST. Os assentamentos devem:

“a) Ser uma forma de resistência ao capitalismo: não ter a ilusão que organizando economicamente os assentamentos conseguiremos nos libertar da exploração capitalista, por isso devemos continuar lutando; b) Vincular-se a um projeto estratégico de mudança da sociedade, e, portanto, de luta; c) Transformar a luta econômica em luta política e ideológica; d) Provar que a reforma agrária é viável, não só do ponto de vista da justiça social, mas também do ponto de vista do desenvolvimento econômico; e) Servir de exemplo, de propaganda e de alianças na sociedade para que se unam na luta pela reforma agrária; f) Aumentar o poder de barganha e pressão dos assentados diante do Governo; g) Acumular forças para a transformação da sociedade; h) Criar melhores condições de vida para as famílias assentadas: habitação, luz elétrica, saúde, educação, cultura, e sempre ir melhorando; i) Formar e capacitar quadros políticos e técnicos para o MST e para o conjunto da luta dos

¹¹⁰ Educação para crianças de 0 a 6 anos nos assentamentos e acampamentos, no início do Movimento era chamada de “Creche”.

trabalhadores; J) Contribuir para a construção do Homem Novo e da Mulher Nova; pessoas responsáveis, politizadas, culturalmente desenvolvidas, solidárias e fraternas uns com os outros” (CADERNO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA nº. 5 – MST, p. 13, Apud FEIX, 2001, p. 146, grifos nossos).

Fica patente, diante do exposto, que os assentamentos cumprem uma função que vai além da melhoria das condições sócio-econômicas do trabalhador. Eles estão integrados na própria estratégia política de transformação social. Esse caráter formativo dos assentamentos é claro nos documentos oficiais do MST, principalmente no que se refere ao sistema de cooperação. Pela cooperação os trabalhadores devem desenvolver a consciência crítica e política e desempenhar uma atuação política sempre mais engajada no MST e na sociedade. Além disso, o sistema cooperativista provê uma necessidade fundamental para o processo de formação de militantes, que é, através da cooperação, liberar pessoas para participar dos movimentos e organizações populares, cumprindo desta forma, uma função ao mesmo tempo objetiva (material) e formativa (ideológica). Isto é, no período em que o militante estiver afastado de suas atividades produtivas para atuar na militância, ele não será prejudicado financeiramente, o trabalho agrícola no assentamento será realizado pelos demais membros do seu grupo coletivo, sem ônus para o militante.

A educação no MST, portanto, está associada ao trabalho produtivo e claramente articulada a uma ideologia anti-capitalista, de forma que o processo educativo deve assumir-se como elemento de transformação das condições de vida em todos os aspectos: econômico, social, político e cultural. Isto fica bastante evidente nos cadernos de formação que definem o caráter da educação no MST como

“(…) um processo pedagógico que se assume como político, ou seja, que se vincula organicamente com os processos sociais que visam a transformação da sociedade atual e a construção, desde já, de uma nova ordem social, cujos pilares principais sejam, a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas” (CADERNO DE EDUCAÇÃO- MST, 1996, p. 6).

4.3.1 O setor de educação

Atualmente todas as atividades relacionadas à educação infantil, fundamental e média são articuladas pelo **Setor de Educação**. Este setor nasce em 1987, lança suas primeiras sementes em 1983, quando no assentamento Nova Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, surge a primeira escola, fruto da preocupação em relação “ao que fazer” com as

crianças acampadas. Além da preocupação com a situação das crianças em idade escolar que passavam a viver no acampamento, havia uma outra preocupação, especificamente com o tipo de escola que essas crianças poderiam, ou deveriam ter. Quando usamos o termo “tipo de escola” nos referimos a que tipo de orientação política essas crianças estariam sujeitas nas escolas públicas:

“Um fato que certamente contribuiu para que a preocupação coletiva aumentasse foi o de que em algumas escolas de assentamentos começaram a trabalhar professoras (es) de fora, que desconsideravam toda a história daquelas famílias, muitas vezes tentando fazer com as crianças um trabalho ideológico contra a Reforma Agrária. Talvez tenha sido este conflito uma das origens da discussão sobre o que seria chamado depois de uma ‘escola diferente’” (CALDART, 1997, p.31).

Em 1985 dá-se o início da articulação nacional para criação do Setor de Educação. Em 1987 acontece o primeiro encontro que reuniu as pessoas que começavam a organizar este trabalho nos Estados onde o MST já estava atuando. Este encontro reuniu representantes de sete Estados e aconteceu no Espírito Santo. O período de 1989 a 1994 foi bastante importante para estruturação do Setor de Educação no movimento, uma das razões para isso foi o cenário político da época. Com a eleição de Fernando Collor de Mello em 1990, passa a ocorrer uma forte repressão política aos movimentos sociais, o que fez com que o Movimento se voltasse para sua estruturação organizativa, sendo um dos momentos considerados mais fecundos para a elaboração pedagógica. Entre os avanços da época, pode-se citar em janeiro de 1990 o primeiro curso de Magistério, voltado para as escolas de assentamentos, em Braga, no Rio Grande do Sul; a criação de um Coletivo Nacional de Educação, responsável pelo trabalho em cada Estado; e duas novas frentes de trabalho: a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Infantil, para crianças de 0 a 6 anos. Surgia ainda nesta época a preocupação com cursos técnicos de segundo grau (Magistério e o Técnico em Administração de Cooperativas – TAC).

O ITERRA (Instituto Técnico de Ensino e Pesquisa em Reforma Agrária) criado em janeiro de 1995, em um seminário cedido pelos freis capuchinhos, coordenado pela CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária), oferece também cursos técnicos ligados à produção e à administração rural, como o supletivo Técnico em Administração de Cooperativas, que tem equivalência de ensino médio e é reconhecido pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura). Em 1996 começaram as articulações para

viabilizar as parcerias para o acesso dos sem-terra a universidade¹¹¹. No final de 1996, o Coletivo Nacional do Setor de Educação decide pela criação de comissões específicas por frentes de trabalho. Cada frente tem suas questões e encaminhamentos específicos e começa a exigir um processo de organização e especialização maior.

Percebe-se que a medida em que mudam as concepções e estratégias gerais do MST, muda também as estruturas organizativas que tornam possível a efetivação das novas orientações. Ao longo desta história foram sendo construídos princípios norteadores, que de certa forma sintetizam o conceito de educação dentro do Movimento. São eles:

“1. A educação que nós queremos/precisamos não acontece só na escola, mas a luta pela escolarização é fundamental; 2. Nossa luta é por escolas públicas de qualidade; 3. Trabalhamos por uma escola que assuma a identidade do meio rural: não se está visando somente facilitar o acesso à escola, em virtude da necessidade de transporte para as áreas urbanas, defende-se a possibilidade de uma escola que se vincule organicamente com a realidade do meio rural. “O desafio é a combinação entre uma formação ampla, crítica e aberta, e uma formação que ajude concretamente na inserção de estudantes e educadores nos processos de um novo tipo de desenvolvimento rural, que é exatamente o que a existência destes assentamentos projeta”. 4. Valorizamos as educadoras e educadores; 5. Expressamos a nossa profunda crença na pessoa humana e na sua capacidade de formação e transformação; 6. Acreditamos numa educação que valorize o saber dos educadores (as); 7. Queremos educar para a cooperação; 8. Um currículo organizado com base na realidade e no seu permanente movimento; 9. Criação de coletivos pedagógicos – professores trabalhando a partir de grupos e não isoladamente; 10. *Uma educação que se alimente da Utopia – “a utopia e a convicção na possibilidade de mudança. Isto tem a ver com a intencionalidade da formação política e ideológica, bem como a inclusão de atividades curriculares que trabalhem a sensibilidade e os valores ligados a esta utopia”*; 11. Enquanto seguimos a luta pelos nossos direitos já começamos a trabalhar com eles” (cf. CALDART, 1997, p. 39, grifos nossos)¹¹².

É patente, portanto, que o tipo de escola que o Movimento quer está voltada para as demandas específicas dos contextos em que estão inseridas, neste caso, o contexto rural, e para além disto, um novo rural – o assentamento. O MST concebe uma escola inclusiva, de massas, mas também uma escola militante. Em nenhum de seus documentos ou discurso dos dirigentes do movimento há um encobrimento da linha política e ideológica da educação que o MST quer construir. A orientação socialista, portanto, é declarada e expressa.

¹¹¹ De 26 a 28 de abril de 1996 aconteceu, em Praia Grande-SP, o Primeiro Encontro dos estudantes universitários do MST, numa promoção conjunta com a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB (CALDART, 1997, p. 38).

¹¹² Posteriormente o Movimento sistematiza e organiza seus princípios da seguinte forma: 1. Educação para a transformação social; 2. Educação de classe, massiva, orgânica ao MST, aberta para o mundo, voltada para a ação, aberta para o novo; 3. Educação para o trabalho e a cooperação; 4. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 5. Educação como processo permanente de formação/transformação humana (MORISSAWA, 2001, p. 246).

4.3.2. O Setor de Formação

O **Setor de Formação** foi criado para suprir instrumental teórico necessário para orientar a ação do militante. Sua criação evidencia o caráter não voluntarista da organização, que valoriza a teoria como fundamental para compreensão do contexto em que atua, potencializando, portanto, a ação:

“Embora a própria luta, em suas variadas formas, seja em si elemento fundamental na formação do militante, seu desenvolvimento depende de que ele adquira uma formação sociopolítica da qual os trabalhadores em geral sempre foram privados. Compreender o sistema capitalista, as razões históricas da situação dos trabalhadores, as alternativas ao modelo político e econômico vigente, etc. é fundamental para o engajamento consciente dos sem-terra” (MORISSAWA, p. 2001, 205).

O Setor organizou, entre outras atividades, cursos periódicos de formação política, chamados de escolas sindicais. No início eram realizados em conjunto com o movimento sindical vinculado à CUT (Central Única dos Trabalhadores) nos diversos Estados em que o MST estava organizado. Nesses cursos, os trabalhadores articulavam estudos teóricos com suas práticas de luta, fomentando a consciência crítica de classe. Eles foram interrompidos no final dos anos 1980, devido à diminuição da participação do movimento sindical. A partir de 1990, o MST passou a investir em um espaço próprio de formação criando sua primeira escola nacional, o Centro de Capacitação do Contestado, em Caçador, SC, para atender a formação dos diversos setores do Movimento: formação, escolarização, supletivos de 1º e 2º graus, magistério e técnico em administração de cooperativas. Atualmente a escola não está em funcionamento. O Movimento opta a partir de 1999 por descentralizar os cursos de formação, que passam a ocorrer nos Estados¹¹³. Como subsídio à formação dos militantes, o MST começa uma linha de publicações próprias, sob forma de cadernos, cartilhas, boletins e livros. A coleção *Cadernos de Formação*, por exemplo, iniciada em 1984, trata de temas ligados aos desafios do Movimento: sua própria organização; PNRA; reforma agrária na Constituinte; relação Igreja-Movimento; teoria da organização; sindicalismo; participação da mulher, etc.

Em janeiro de 2005, foi inaugurada a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema no estado de São Paulo, voltada especificamente para a formação de quadros e contando com a colaboração de professores das universidades conveniadas ou

¹¹³ Informações fornecidas por Geraldo Gasparin, coordenador pedagógico da Escola Nacional Florestan Fernandes- ENFF, em visita realizada em 16/07/2005.

próximas ao MST, entre elas a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Santa Catarina, Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), Unesp - Marília, Universidade de Campina Grande - PB e a Universidade de Juiz de Fora - MG¹¹⁴. A ENFF, por meio de seus quadros dirigentes, é responsável pela articulação do conjunto da formação no MST em todos os seus níveis, em escala nacional. Compete a escola nacional, portanto, não apenas a formação que ocorre em seu espaço físico, mas o planejamento e execução de programas de formação em todos os Estados onde o Movimento está organizado¹¹⁵.

Segundo o *Projeto Político Pedagógico do Curso Básico de Formação de Militantes*, a ENFF:

“surge com o propósito de pensar/programar e desenvolver a formação política ideológica dos militantes e dirigentes do MST. Surge para ser a Escola de Formação de Quadros. Para tanto, deve primar pelo estudo científico, e reflexão da prática política e organizativa, capazes de fazer as mudanças necessárias, envolvendo o conjunto das forças da nossa Organização. Essa prática deve contribuir para a qualificação dos militantes/dirigentes, na busca de soluções para os diferentes problemas que a conjuntura e a realidade nos impõem” (SETOR DE FORMAÇÃO-MST, 2005b, p. 1, grifos nossos).

A ENFF concebe a formação dos trabalhadores sem-terra em níveis: base, militantes e dirigentes, utilizando metodologias específicas para cada grupo. O nível de base compreende a formação local no estado onde o movimento tem sua representação, seja acampamento ou assentamento. Esta tarefa cabe ao setor de formação de cada estado/regional e auxilia os Monitores do Programa Nacional de Formação de Base (*idem*, p. 1-2). O Curso Básico de Militantes é organizado de forma itinerante, com duração mínima de setenta e cinco dias, tendo como objetivo “possibilitar a militância ter o conhecimento da diversidade cultural, geográfica, econômica, etc. do nosso país e das formas de lutas e de organização do MST nos estados” (*idem*, p. 5)¹¹⁶.

¹¹⁴ *Idem*.

¹¹⁵ *Idem*.

¹¹⁶ “A partir do ano de 2001, iniciou-se essa metodologia. O Curso percorreu os seguintes estados: Paraná (Centro de Formação Salete Strozack), Sergipe (Quissama), Alagoas (UFAL – Campus de Agronomia), Pernambuco (Centro de Formação Paulo Freire), Goiás (Centro de Formação Canudos), Rio Grande do Sul (Centro de formação Sepé Tiaraju). No ano de 2004, realizamos a XXIII Turma no Centro de Formação Maria Olinda no estado do Espírito do Santos e a XXIV Turma no estado do Maranhão no Centro de Formação Padre Josimo Tavares. O rodízio do ano de 2005 será Região Centro Oeste no DF Entorno e na Região Nordeste no Rio Grande do Norte” (*idem*, p. 6).

O nível de militantes para todas as áreas e de dirigentes, considerados como de “elevado nível de conhecimento”, é coordenado pelo Setor Estadual de Formação e pelo Coletivo Nacional de Formação. Desenvolve-se através de cursos nacionais e regionais, bem como nos estados por meio das escolas estaduais, da brigada estadual, etc. (*idem*) – (para uma descrição detalhada dos cursos vide “Anexo III”).

Entre suas funções, a ENFF estabelece:

- a)** Deverá ser a Escola Superior para formação de Quadros Políticos para a organização, para a luta pela transformação da sociedade;
- b)** Aperfeiçoar a formação da consciência, para que os militantes se transformem em quadros com elevado nível de conhecimento, que lhes dê segurança e firmeza ideológica para agirem.
- c)** Contribuir na busca de soluções para os desafios que a organização enfrenta. Por isso, não pode ser uma escola voltada para manuais e programas de formação estáticos. Devem ser dinâmicos, no entanto, mantendo sempre o rigor científico e a linha política da organização.
- d)** Não deve assumir jamais a característica de “instituição” em que funciona apenas no lugar onde está sua estrutura física. Deve ter sua sede, mas a prática formativa deve estar distribuída em todos os espaços onde o nível de formação correspondente a ela se faz necessário.
- e)** Relacionar-se com todos os espaços de reflexão, seja nos cursos escolares ou nas discussões dos setores. Por isso ela não é “uma equipe” de formadores” mas a inteligência da organização, assumida por centenas de militantes com funções diversas dentro do MST.
- f)** Assumir os diversos cursos em andamento: magistério, técnico em cooperativismo, enfermagem, pedagogia, história, filosofia, Pós-Graduação, etc. e, colocá-los na grade dos cursos da Escola. Ter uma proposta de currículo que garanta além da formação técnica nas diferentes áreas, a formação política e ideológica. Criar uma coordenação com representantes de todos setores nacionais, com seminários trimestrais.
- g)** Garantir que estes cursos, técnicos e em convênios com universidades, não rumam para um desvio de apenas graduar pessoas, profissionalizando-as para terem diploma e prestarem serviço para o MST sem serem militantes.
- h)** Firmar convênios, formal ou informalmente, com as universidades apresentando para cada curso sua proposta de currículo com uma visão marxista, tendo como elemento organizador à luta de classes garantindo a interdisciplinariedade numa unidade horizontal e vertical do processo, possibilitando o desenvolvimento da consciência política da juventude.
- i)** Orientar as pesquisas para que estejam de acordo com as necessidades do MST e envolver-se no acompanhamento daquilo que se está chamando de “Tempo Comunidade”. Este tempo deve ser considerado período de aprendizado e de pesquisa, pois é onde se consegue comprovar a veracidade da teoria na prática” (SETOR DE FORMAÇÃO-MST, 2005b, p. 2).

Note-se que as funções que a Escola Nacional se propõe consistem fundamentalmente em formar uma direção política para “transformação da sociedade”. Os quadros políticos desta direção devem ter formação suficiente para aliar a teoria à prática, ou nas palavras registradas no documento, para agir com “firmeza ideológica”, integrando conhecimento teórico e técnico ao político, de maneira que a formação seja adequada aos diferentes espaços de atuação dos militantes. O documento revela que, embora o MST dedique grande atenção à educação escolar e técnica, seu objetivo não se restringe à esfera

da educação, mas inscreve-se no interior de um programa político. Por esta razão os cursos de formação estão articulados aos cursos escolares. Neste sentido, o processo educativo que se desenvolve no interior do Movimento deve ser considerado como um elemento importante para a concretização do processo de transformação social concebido pelo MST.

Para consolidar seu projeto político pedagógico, a ENEF conta com uma estrutura organizativa formada por coletivos de militantes. A direção política nacional da escola está “diretamente vinculada à orientação política da Direção Nacional e do Grupo de Estudos Agrários” (ENFF-MST, 2005, p. 1). A escola conta com as seguintes instâncias para sua organização:

- “**1. Conselho Político:** constituído por membros da Direção Nacional e do Grupo de Estudos Agrários, mais representantes dos diversos setores e coletivos da estrutura. Sua função consiste em: **a.** discutir a política e as atividades de formação no âmbito regional, nacional e internacional. Definir os cursos na área de graduação, extensão e pós-graduação, além da formação política e ideológica nos cursos e em ações informais; **b.** discutir e propor os currículos de todos os cursos, acompanhar os cursos em andamento e os centros/escolas de formação; avaliar e encaminhar as atividades de formação no MST; **c.** cuidar da elaboração e produção teórica do Movimento, edição de materiais, orientação de pesquisas e socialização de seus resultados; **d.** desenvolver ações com as coordenações políticas pedagógicas dos diferentes cursos e centros de formação, intercâmbio de experiências, de aprofundamento dos desafios, de estudo pedagógico, discussão e preparação de material pedagógico (*idem*, p.1).
- 2. Coordenação Geral:** Constitui-se dos coordenadores dos coletivos e dos núcleos permanentes da escola (três militantes de cada curso nos núcleos mais os representantes dos coletivos). Sua função é realizar discussões, avaliações e encaminhamentos referentes às atividades desenvolvidas pelos núcleos e coletivos (*idem*).
- 3. Coordenação Política:** constitui-se do Conselho da escola (sete dirigentes) e um membro da administração. Sua função consiste em dirigir pedagógica, administrativa e politicamente a ENFF (*idem*).
- 4. Colegiado:** composto de três representantes de cada turma, mais dois de cada núcleo permanente, além da coordenação geral e política e os professores voluntários. Sua função é fazer o debate do processo pedagógico e organizativo, a partir das questões e definições dos núcleos (*idem*).
- 5. Núcleos permanentes:** participam da coordenação dos cursos nos núcleos os militantes em atividade na ENFF e os alunos dos cursos na escola nacional. Cada núcleo terá um coordenador para cada curso. Função: estudos políticos e organizativos (*idem*, p.2).
- 6. Coletivos de trabalho:** sua função está relacionada às atividades de manutenção da estrutura física, pedagógica e política da ENFF. Atualmente existem coletivos de construção, manutenção, limpeza, paisagismo, administração, cozinha, produção, coordenação política pedagógica. Cada coletivo tem um planejamento que será discutido e aprovado na coordenação geral e na coordenação política da escola (*idem*).
- 7. Assembléia:** realizadas bimestralmente para fazer encaminhamentos gerais debatidos nos núcleos, coletivos, colegiados e coordenações. É também um momento de confraternização da ENFF” (*idem*).

As diferentes instâncias no interior da ENFF respondem à necessidade de divisão de tarefas, mas também se referem à participação coletiva nas decisões. Embora as deliberações finais sejam do Conselho Político – formado pela Direção Nacional e pelo

Grupo de Estudos Agrários, isto é, por dirigentes – existem canais de comunicação para que possam ser ouvidos desde os militantes que cooperam nos coletivos de trabalho até coordenadores dos coletivos e núcleos. Esta forma de funcionamento permite uma importante experiência de participação democrática, carrega, portanto, também um caráter formativo. Deve-se sublinhar que a direção política do Movimento não apenas articula-se com a Escola Nacional, mas está diretamente vinculada a ela, dado que a Direção Nacional é parte do órgão diretivo máximo da ENFF. Esta intersecção entre as estruturas revela a orientação do MST: a formação de dirigentes não apenas capazes de administração técnica das estruturas internas ou dos assentamentos, mas de intelectuais formados no interior da militância sem-terra. Este é um fator fundamental, capaz de imprimir maior autonomia ao Movimento na medida em que ele possa encontrar entre seus quadros intelectuais capazes de direção e de ensino, deixando assim de depender dos intelectuais externos ao Movimento. Esta tarefa obviamente é extensa e deve ser considerada em longo prazo, contudo, revela o caráter educativo-formativo da ENFF.

4.4. Agitação e Propaganda

Entre as funções do *Jornal Sem Terra* constam: “a) ser um instrumento de formação; b) ser um instrumento de agitação e c) ser um instrumento organizador coletivo” (JORNAL SEM TERRA, nº 106, ago.1991, p. 12-13). A agitação consiste em fazer denúncias do “caráter explorador, repressivo e ditador da classe dominante” (*idem*). Ela deve, portanto, “criar um sentimento anti-capitalista, anti-governo” (*idem*). Desta forma, o jornal “deve ser um instrumento que motive, estimule, anime, induza as classes trabalhadoras a se revoltarem” (*idem*). A segunda função – ser um instrumento de formação – pode também ser chamada de propaganda, pois o MST entende a propaganda como instrumento de formação:

“A propaganda visa formar uma consciência da realidade, a própria consciência do *povo que não tem modo de pensar próprio porque tem a cabeça feita pela classe dominante*. O camponês, por exemplo, que diz não querer a revolução porque ‘vão tomar a terra...’. Só que ele não tem terra... então, está defendendo a terra do latifundiário que é quem tem a terra” (MST, 1991, p. 61, grifos nossos).

Neste sentido a agitação e a propaganda são instrumentos de desvelamento da dominação entre os grupos sociais e da construção de uma consciência autônoma de

interesses de grupo social, impulsionando assim a disputa política com o ingresso de grupos anteriormente adormecidos pela subordinação ideológica na relação de forças sociais. Em suma, agitação e propaganda servem como instrumentos políticos de formação de consciência de classe e construção da hegemonia do grupo social subordinado. O processo de elevação da consciência, necessário para a formação da classe para si consiste, portanto, na formação de uma consciência autônoma, ou seja, que possui uma ética e uma política adequada a sua situação de classe, isto fica claro nos documentos do MST: “A propaganda visa, portanto, adequar o pensamento do povo à realidade em que vive. Não é colocar idéias na cabeça do povo, é colocar idéias do povo na cabeça dele mesmo” (*idem*). Em outra cartilha do MST lê-se:

“Nossa luta por Reforma agrária e por uma nova sociedade nos levou a perceber que precisamos lutar também por uma nova comunicação, diferente da comunicação que as elites praticam em seus veículos de comunicação. Por isso queremos uma comunicação que nos torna conscientes da nossa cultura, da nossa dignidade, dos nossos interesses e da nossa capacidade de mudar, de transformar a sociedade” (MST, 2001, p. 139, grifos nossos).

Por esta razão o setor de comunicação do MST está inserido no interior de um projeto político de construção de uma nova hegemonia. Segundo Gilmar Mauro, dirigente do MST, “uma nova hegemonia que objetive fins justos não se constrói com meios injustos”, por esta razão, os “desafios importantes na construção dessa nova hegemonia” estão situados na comunicação, no estudo e na escolarização, em novas formas de luta, na formação de quadros e num novo instrumento político (MST, 2004, s/p.). Fica evidente que a direção do Movimento utiliza o *Jornal Sem Terra*, a *Revista Sem Terra* e todos os recursos disponíveis ao Setor de Comunicação (rádio comunitária, companhias de teatro, cineclubes, internet, etc. – cf. MST, 2001, p. 134-138) com o intuito de inserir-se na disputa ideológica, uma vez que seus inimigos políticos armam-se destes recursos:

“É por isso que a *mídia tem um tratamento diferenciado para os movimentos sociais*; nós *ameaçamos a situação confortável da classe dominante*. Na mídia, nós e nossas mobilizações recebemos vários tipos de tratamento: a) primeiro, *eles nos ignoram*, não mencionam nada do que o MST faz; b) quando não dá para ignorar, *a mídia começa a ‘bater’ no MST* criando e divulgando aspectos negativos da luta e da organização. Diz que somos um movimento violento e radical, que estamos isolados, sem articulação com outros movimentos do campo e que somos um movimento de ilegalidade nas ações; c) *omitem informações como a violência sofrida pelos sem terras* e os resultados de nossa luta; d) *os únicos espaços que nos dão na mídia são quando realizamos ocupações e mobilizações nacionais, ou quando acontecem massacres*” (MST, 2001, p. 138-139, grifos nossos).

As classes antagônicas na sociedade, portanto, possuem nos aparelhos de hegemonia¹¹⁷ – imprensa (jornais, revistas) e meios de comunicação em geral – poderosos aliados para a divulgação de concepções de mundo. Pode-se dizer que tanto os partidos quanto a imprensa participam da mesma categoria como aparelhos de hegemonia, atentando não obstante, para o lugar protagonista atribuído por Gramsci ao partido político na construção da hegemonia das classes subalternas. Deve-se atentar, contudo, que o jornal é um importante instrumento do partido político na medida em que cumpre duas funções fundamentais: informação e direção política geral (Cf. GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 218).

O setor editorial, que inclui: “editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apóiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filológicas, de divulgação, etc., periódicos diversos até os boletins paroquiais” (GRAMSCI, 2001, p. 78) são reputadas por Gramsci como a parte mais considerável e mais dinâmica do aparelho de hegemonia das classes dominantes. Contudo, a imprensa não é única nesta função ideológica:

“tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte desta estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas. Não se explicaria a posição conservada pela Igreja na sociedade moderna se não se conhecessem os esforços diuturnos e pacientes que ela faz para desenvolver continuamente sua seção particular desta estrutura material da ideologia” (*idem*).

Ao demonstrar que as linhas editoriais guardam conexões com interesses de grupos, Gramsci sinaliza para uma função que é específica dos partidos políticos: sintetizar ou influenciar a concepção de mundo e a ética adequada à determinada classe, universalizando-a para o conjunto da sociedade (Cf. GRAMSCI, 2001, p. 221-224). Estas funções de partido – em especial a informação e a direção política – podem ser identificadas entre as “funções do nosso jornal”:

“**a) Informar:** “é através do jornal que todos os meses ficamos sabendo como estão as lutas em todos os estados (...). É possível também receber informações sobre diversos assuntos e fatos que acontecem na sociedade brasileira”; **b) formar:** “nosso jornal também quer formar a consciência dos trabalhadores rurais, apresentando informações corretas e temas de estudo que possibilitam fazer discussões que unificam o entendimento sobre a realidade brasileira”. **c) Organizar:** “uma de nossas

¹¹⁷ Por aparelho de hegemonia entendemos a “organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica e ideológica de uma classe dominante” (GRAMSCI, 2001, v.2, p.78). Gramsci nesta passagem refere-se somente aos aparelhos da classe dominante (ver também GRAMSCI, 2001, v.3, §136 e 137, onde o aparelho hegemônico de uma classe consiste na manutenção de sua preponderância sobre o resto da sociedade civil). Contudo, acreditamos que por derivação podemos atribuir a construção de aparelhos ideológicos alternativos aos dominantes pelas classes subalternas em seu processo de construção de hegemonia.

preocupações é avançarmos na organização dos trabalhadores sem-terra”. **d) Troca de experiência:** “no jornal são colocados relatos das atividades realizadas em cada estado”. **e) Unidade política:** “esta é a tarefa mais importante que cumpre o jornal Sem Terra. Sem unidade política não existem condições para uma organização nacional funcionar, pois esta unidade política se transforma em unidade de ação” (JORNAL SEM TERRA nº. 119, set/1992, p. 3).

Conclui-se, diante dos dados coletados e das análises empreendidas, que a organização política do MST não apenas possui estruturas próprias dos partidos políticos, como também insere-se na disputa de hegemonias que se desenvolve na relação de forças sociais. Assume, portanto, não somente uma “forma partido” como também está orientada para o cumprimento das funções centrais dos partidos políticos das classes subalternas. Essa análise, contudo, deve ser feita com cuidado na medida em que não se pode afirmar que o MST seja um partido político estrito senso, ele é e permanece sendo um movimento de massas. No entanto, não se pode negar também que o MST é mais que um movimento de massas tradicional. Sua importância no cenário político nacional, a extraordinária resistência ao longo de duas décadas – superando a fluidez característica dos movimentos sociais –, bem como a notável dimensão numérica que alcança, fazem do MST um fenômeno singular que tem atraído a atenção de estudiosos das mais variadas áreas e constitui ainda um vasto campo a ser explorado pela teoria social.

CONCLUSÃO

Frente às barreiras estruturais que limitam as possibilidades de realização da organização política no campo, como afirmar que um movimento rural como o MST assume uma “forma partido”? De fato, conforme afirma Gramsci é “quase” impossível criar partidos camponeses, pois as dificuldades para isso encontram-se nas próprias condições de vida a que os camponeses estão submetidos:

“Mas se pode dizer que, *dada a dispersão e o isolamento da população rural e a dificuldade de concentrá-la em sólidas organizações, convém iniciar o movimento a partir dos grupos intelectuais*; em geral, porém é a relação dialética entre as duas ações que se deve ter presente. Pode-se também dizer que é *quase impossível criar partidos camponeses no sentido estrito da palavra*: o partido camponês só se realiza, em geral, como forte corrente de opinião, não sob formas esquemáticas de enquadramento burocrático; contudo, até mesmo a existência apenas de um esqueleto organizativo é de imensa utilidade, seja para uma certa seleção dos homens, seja para controlar os grupos intelectuais e impedir que os interesses de casta os transportem imperceptivelmente para outro terreno” (GRAMSCI, 2001, v. 5, p. 76, grifos nossos).

Ao analisar o *Partido da Ação* na Itália do século XIX, Gramsci aponta como falha central que impossibilita uma revolução de “conteúdo jacobino”¹¹⁸, a dificuldade de estabelecer uma ampla aliança que congregasse tanto os “intelectuais dos estratos médios e inferiores” quanto os camponeses, bem como sua submissão aos *Moderados*, partido das camadas dominantes. A existência de um partido camponês naquela conjuntura de fato era algo impraticável, “dada a dispersão e o isolamento da população rural e a dificuldade de concentrá-la em sólidas organizações”. Por esta razão o impulso deveria ser “externo” àquela classe, deveria vir dos intelectuais, em geral pertencentes às classes médias. Conforme procuramos demonstrar, as condições de vida dos trabalhadores rurais do Brasil das décadas de 1960 e 1970, são bastante diversas daquelas vividas pelos italianos do século XIX. Isto se deveu principalmente ao aprofundamento do capitalismo no campo. O

¹¹⁸ Jacobinismo no pensamento de Gramsci pode ser entendido de duas formas: como um conceito teórico e como uma experiência histórica. Como experiência histórica nos remete a Revolução francesa, referindo-se a ação concreta dos jacobinos e suas particularidades. Como conteúdo teórico significa uma “encarnação categórica do Príncipe de Maquiavel”, refere-se ao conteúdo revolucionário dos jacobinos, e a forma como conduziram a criação de uma vontade coletiva (cf. GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 16-17). O jacobinismo de conteúdo, ou seja, o caráter revolucionário francês é diametralmente oposto ao caráter submisso do Partido da Ação, que não foi capaz de fazer frente à revolução passiva na Itália do século XIX.

que queremos dizer é que com o cataclisma que representou a implantação da empresa capitalista na agricultura, bem como a Ditadura Militar e sua política de expansão do agronegócio e concentração fundiária, os pequenos agricultores foram “arrancados” de seu isolamento. Este foi um dos elementos centrais que contribuiu para a destruição da pequena produção de subsistência, e, portanto de sua autonomia produtiva.

Os trabalhadores rurais foram, em certa medida, forçados à concentração, dado que não havia emprego para sua força de trabalho no campo ou nas cidades. Este fator aliado a um fenômeno típico da América Latina, a Teologia da Libertação e à ação de outros atores pertencentes à partidos e sindicatos rurais, foram os elementos que convergiram para a organização dos trabalhadores rurais. Conforme Gramsci, os trabalhadores de fato não se organizaram por si próprios, a organização a rigor foi iniciada por uma classe média urbana, representada pelos agentes pastorais, que cumpriram a função de intelectuais orgânicos do MST no início de sua jornada. Portanto, condições específicas da América Latina e do Brasil convergiram para que este tipo de organização, cujos limites são teorizados pelas correntes marxistas, pudesse transpor os obstáculos materiais e se concretizar.

Concordamos, portanto, que seja quase impossível criar partidos camponeses no sentido estrito da palavra, contudo a criação de uma organização política de base rural foi possível. O MST não é um partido *stricto sensu*, para isto ele deveria reconhecer-se como tal, e este não é o caso, bem como não é uma organização de base camponesa. A classe social que compõe sua base – conforme procuramos demonstrar no segundo capítulo deste trabalho – é composta de trabalhadores rurais semi-assalariados ou assalariados puros, isto é, proletários. Contudo ele propõe-se funções de partido e para isto constrói uma organização política similar aos partidos políticos, que possui muito mais que um esqueleto organizativo, possui de fato um enquadramento burocrático. Por esta razão, pode-se afirmar que o MST assume a “forma partido”.

As questões engendradas pela investigação dos temas concernentes à forma política do MST são de natureza distinta: teórica e política. Os problemas teóricos e políticos que o tema nos impõe estão de tal forma imbricados que permitem somente um tratamento conjunto, porquanto torna-se impossível dividi-los sem prejuízo da análise. Desta forma, a reflexão teórica nos levará a conclusões políticas acerca do objeto de estudo, da mesma

forma que as concepções políticas deste nos remeterão a importantes reflexões teóricas. Isto porque – de acordo com a concepção dialética – a apreensão da realidade se dá no movimento interno dos fenômenos e não na “dissecação” de suas partes isoladas, de forma que encadeiam-se, num nexos orgânico, a filosofia, a política e a história¹¹⁹.

Dos questionamentos que dirigiram nossa investigação a primeira inquietação referia-se à ação dos partidos como expressão política das classes sociais e à possibilidade de o MST assumir funções de partido das classes subalternas do campo ao incorporar e elaborar a visão de mundo dessas classes. Para tratar desta questão, devemos nos remeter às funções políticas de uma organização no que tange à inserção das demandas do grupo no debate público e aos ganhos políticos e econômicos para a classe que representa.

Conforme já dissemos anteriormente, a representação política dos interesses de classe não se faz pelo atendimento de demandas individuais e dos interesses imediatos dos componentes da classe. A essência da ética e da política adequadas aos interesses do grupo fundamental consiste na defesa das demandas da classe em seu conjunto, capazes de garantir uma situação política e econômica mais favorável ao grupo como um todo, portanto a partir de objetivos políticos amplos.

Por esta razão não se pode aceitar os argumentos de alguns críticos do MST como, por exemplo, José de Souza Martins, quando afirma que a direção do Movimento deixa de representar os interesses legítimos de sua base ao propor demandas que não estão em consonância com as concepções dos trabalhadores sem-terra.

Notemos que a crítica de Martins (2000, p. 40) deve-se ao caráter da luta do MST ter se tornado “partidária” e, portanto, não ser mais uma luta social pela terra. Se bem entendemos, Martins critica o envolvimento de setores médios da sociedade na organização sem-terra. Conforme afirmamos acima, esta organização somente foi possível pela direção política de uma classe média urbana, representada pelos agentes pastorais e pelos demais atores envolvidos na defesa dos interesses dos trabalhadores rurais nas décadas de 1960 e

¹¹⁹ Os sistemas filosóficos estão necessariamente ligados a um momento histórico, pois são “manifestações íntimas das contradições que dilaceram a sociedade” (GRAMSCI, 2001, v. 1, p. 204). Eles são concebidos na história e por meio dela encontram elementos para vigorar ou ser superados. Em outros termos, não existe concepção de mundo que seja extra-histórica. A filosofia, como concepção de mundo, uma vez em movimento na história e em relação dialética com a realidade material, se reflete na ação dos homens, que é precisamente sua política. Isto é, toda política, entendida como ação concreta na história, orienta-se pelos limites impostos pela estrutura e por concepções de mundo. Contudo, a filosofia da práxis estaria mutilada se não chegasse à identidade também entre história e política. Neste sentido, diz Gramsci: “o político é um historiador, o historiador é um político (...) a história é sempre história contemporânea, isto é, política” (*idem*).

1970. Contudo, deve-se chamar atenção para o equívoco em afirmar que esta é uma luta apenas dos setores médios. Peschanski (2007) a partir de uma detalhada pesquisa acerca da composição da Direção Nacional do Movimento desde a sua criação em 1988 até os dias atuais, mostra que a direção sempre foi majoritariamente formada por trabalhadores de origem rural. Não se pode afirmar, portanto, que a direção do MST seja estranha aos sujeitos que compõem a classe. É possível afirmar sim que existem tensões no interior do Movimento, conforme procuramos demonstrar no terceiro capítulo deste trabalho. Estes conflitos, contudo, refletem deficiências de ordem material, política e cultural, que representam entraves para a organização política sem-terra.

O processo educativo não pressupõe a ausência de conflitos, pelo contrário, ele consiste na confrontação de visões de mundo, de diferentes perspectivas sobre a própria forma de vida da classe. A organização de uma camada da população há muito acostumada à passividade diante das classes dominantes só é possível por meio do confronto do senso comum, que, grosso modo, assimila a concepção de mundo predominante de forma acrítica, cuja ação em grande medida corresponde a um conjunto de preconceitos, de noções contraditórias compostas de concepções passadas e presentes, de forma heteróclita. As visões de mundo submissas às classes dominantes não são capazes de gerar movimentos políticos autônomos e por essa razão, qualquer direção política que se proponha a sintetizar a ética e a política adequadas a uma classe necessariamente tem que passar pela crítica do senso comum, o que não se faz sem conflitos.

Representar os interesses da classe, como dissemos, não significa permanecer ao nível do senso comum ou visar apenas interesses imediatos ou particulares, pois desta forma torna-se impossível uma ação coletiva que se proponha a ganhos a longo prazo para o conjunto da classe social.

A permanência do tema “reforma agrária” no cenário de debates políticos, o acesso à terra a um número significativo de famílias rurais pobres, a democratização da vida política dos pequenos municípios, além dos avanços econômicos proporcionados pelos assentamentos, que dinamizam econômica e socialmente o seu entorno, consistem em avanços políticos e econômicos concretos proporcionados pela ação política do MST, configurando, assim, a efetiva representação dos interesses de sua base.

Pode-se dizer, portanto, que o MST assume funções de partido das classes subalternas na medida em que efetivamente representa os interesses destas classes, alcançando ganhos políticos e econômicos para o grupo como um todo, a partir de objetivos políticos amplos. Para responder a estas funções o Movimento constrói uma organização política similar aos partidos políticos, assumindo uma “forma partido”.

No que toca a função educativa dos partidos políticos das classes subalternas, conforme procuramos demonstrar durante a exposição da pesquisa, o MST encontra enormes dificuldades de ordem material, político-ideológica e sócio-cultural para alcançar toda a expressiva extensão de sua base. O processo de formação da consciência crítica da realidade nos sujeitos integrantes do Movimento ocorre de fato, contudo, numa proporção ainda pequena em relação ao número de famílias sem-terra que compõe o MST. Contudo, a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes, o esforço em suprir escolas para os assentamentos e acampamentos, bem como os cursos técnicos implantados pelo MST, revelam a centralidade da educação e da formação política para realização do projeto de sociedade idealizado pelo MST, que consiste em “uma nova ordem social, cujos pilares principais sejam, a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas” (CADERNO DE EDUCAÇÃO- MST, 1996, p. 6).

Quanto ao processo democrático interno, a estrutura organizativa do MST congrega atualmente dois dos elementos principais necessários ao funcionamento do centralismo democrático: mobilidade contínua das estruturas e uma recente absorção em grande escala de elementos da base na direção. Contudo, não se pode dizer que haja coesão interna suficiente para possibilitar a plena integração entre a maioria das famílias que compõe a base nos acampamentos e assentamentos e a liderança. A relação entre base e liderança permanece fortemente marcada pelo conflito entre diferentes concepções acerca do significado e alcance da luta pela terra – reflexo do alcance ainda restrito do processo educativo. Portanto, ainda não há “organicidade” suficiente para que este tipo de centralismo se estabeleça completamente.

Embora o centralismo no MST não possa ser qualificado como plenamente democrático, suas estruturas organizativas estão voltadas para participação como instrumento de formação política dos militantes. Isto quer dizer que a organização sem-terra procura formar sua liderança por meio da participação nos fóruns de discussão no

interior do Movimento. As instâncias de decisão e a divisão de tarefas estão presentes em todos os níveis no MST por necessidades organizativas, mas também em grande medida porque desempenham uma tarefa formativa.

Diante do exposto, pode-se dizer que o MST possui uma estrutura cuja “forma partido” lhe capacita a exercer parte das funções organizativas e formativas aspiradas pelos partidos políticos das classes subalternas. Contudo, os ganhos políticos e econômicos advindos da luta partidária não são resultados apenas do funcionamento de estruturas internas. As alianças que são estabelecidas com as demais organizações, bem como a atuação da organização em relação aos adversários políticos e com o Estado são determinantes para a legítima representação dos interesses da base.

Neste aspecto, o MST tem se colocado num campo bastante perigoso. O financiamento público, que quadruplica sob o governo Lula, e a ambígua relação que mantém com seu aliado histórico – o PT – podem efetivamente comprometer a radicalidade das críticas do Movimento aos impactos nocivos da política do governo aos interesses dos sem-terra. Além disto, conforme já dissemos anteriormente, o movimento corre o risco de ser incorporado à “classe política conservadora e moderada” na medida em que sua proximidade ao governo lhe propicia intervir institucionalmente nas políticas estatais por meio da indicação de funcionários do governo.

A permanência desta situação pode levar ao esvaziamento de qualquer conteúdo revolucionário que o movimento queira manter, fazendo da *revolução passiva* e do *transformismo* o seu veículo de mudanças sociais. Se esta tendência se consolidar, os opositores políticos diretos do MST – os grandes proprietários rurais – terão alcançado êxito, como historicamente ocorre no Brasil, impedindo transformações radicais na estrutura fundiária, neutralizando as forças populares por meio da absorção molecular – no Estado – das suas lideranças, esvaziando-lhes qualquer conteúdo revolucionário.

Contudo, nenhuma tendência no âmbito da prática humana pode converter-se em lei natural e inexorável e, embora a política brasileira seja marcada pela histórica revolução passiva, as possibilidades estão abertas e a reflexão teórica e política servem justamente para pensar estas possibilidades.

Nossa pesquisa se propôs ao estudo sistemático desta “novidade organizativa” que tornou possível a inserção política na relação de forças sociais de uma camada da

população historicamente ausente do debate público e das decisões mais importantes no âmbito das políticas de Estado. Nosso interesse se deve à importância do MST como experiência política inovadora das classes subalternas do campo e que, por esta razão, coloca novos desafios para a teoria social e política, mas também pela sua evidente importância para a efetividade da democracia no Brasil. Nosso estudo, portanto, não tem o intuito de concluir este assunto, ao contrário, nosso principal interesse é incitar a reflexão teórico-política sobre a necessidade e a legitimidade da representação política das classes subalternas – do campo e da cidade – para que estas possam encontrar espaço de participação efetiva – e não apenas aparente – nos processos decisórios de interesse público no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- ADRIANCE, Madeleine Cousineau. Terra Prometida: as Comunidades Eclesiais de Base e os conflitos rurais. São Paulo: Paulinas, 1996.
- BARRA, Camila Sobral. Mário Lago encontra Terra Sem Males: acampamentos e identidades sem-terra. II Encontro de pós-graduação, IFCH/Unicamp, agosto, 2006.
- BENOIST, Luc. Signos, Símbolos e Mitos, Lisboa: Edições 70, 1975.
- BERTERO, José Flávio. “Sobre a proposta de reforma agrária do MST”. Estudos de Sociologia, ano 11, n.º 20, Araraquara: Unesp, 1º semestre de 2006.
- _____. “Uma Crítica à Sociologia Rural de José de Souza Martins”. Lutas Sociais n.º 17/18 – 2006/2007, São Paulo: NEILS, 2007.
- BETTO, Frei, O Que é Comunidade Eclesial de Base, São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BIANCHI, Alvaro. “Revolução passiva: o pretérito do Futuro”. Revista Crítica Marxista, Revan, n.º 23, 2006.
- BIANCHI, Alvaro; BRAGA, Ruy. “Brazil: the Lula government and financial globalization”. Social Forces, Chapel Hill, v. 83, n.º 4, 2005.
- BRENNEISEN, Eliane Cardoso. “Assentamento Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente”. In MARTINS, José de Souza (org). Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- BOFF, Clodovis. “CEBs e práticas de libertação”, Eclesiástica Brasileira, vol.40, fasc. 160, Dez. de 1980.
- BOFF, L. Igreja, Carisma e Poder. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- _____. “O Caminhar da igreja com os oprimidos”, In: Mueller, E. R. Teologia da Libertação e Marxismo. São Leopoldo-RS: Sinodal, 1996.
- BORGES, Fragmon Carlos. “O movimento camponês no Nordeste”. In SANTOS, Raimundo (org.). Questão Agrária e Política: autores pecebistas. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.
- CALDART, Roseli Salete. A educação em Movimento: formação de educadores e educadoras no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. “Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais no campo”. Revista Lutas & Resistências. GEPAL/UEL, n.º 1, Londrina: Midiograf, 2006.
- CARVALHO, Horácio Martins, “A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada”. In Santos, Boaventura de Souza (org.). Produzir para Viver, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.
- CARVALHO, Davi Gustavo. MST e Estado: da era FHC ao governo Lula. III Encontro de Pesquisa em Ciências Humanas, IFCH/Unicamp, 2004.
- CATÃO, Francisco. O que é Teologia da Libertação. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CHAUÍ, Marilena [et al.]. Leituras da Crise: Diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- COLETTI, Claudinei. A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal. Tese de doutorado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005.
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho e SANTOS, Raimundo (orgs.). Política e Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues (org.). O Camponês e a história: a construção da Ulatb e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolfo Silva. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004.
- _____. Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964). São Paulo: Unesp, 2007.
- DIAS, Giocondo. “Francisco Julião, os comunistas e a revolução brasileira”. In SANTOS, Raimundo (org.). Questão Agrária e Política: autores pecebistas. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.
- DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- ELIADE, Mircea. Mito e Realidade, São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.
- FEIX, Plínio José. Os Interesses sociais e a Concepção Política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST: estudo de caso na região de Rondonópolis-MT. Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH, Unicamp, 2001.
- _____. “A Democracia no Projeto Revolucionário do MST: Uma análise da visão revelada por lideranças”. In MARKUS, Maria Elisa e FEIX, Plínio José (orgs.). Fazendo História no Cerrado. Rondonópolis-MT: Styllus, 2005.

- _____. “O espaço da democracia nas lutas do MST”. In FERREIRA, Ivanildo José e MARKUS, Maria Elisa (orgs.). Práticas socioculturais na história regional. Rondonópolis-MT: Styllus, 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano, A Formação do MST no Brasil, Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- _____. MST: Formação e Territorialização em São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- _____. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. Observatório social da América Latina, ano IV, n.º 11, 2003.
- _____. Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial. abril, 2004. www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera, acesso em 10/04/2007.
- _____. Da “clonagem” a “autofagia”: o dilema da reforma agrária no Brasil, 03/03/2006. www.mst.org.br, acesso em 09/04/2007.
- FERNANDES, Bernardo Mançano e Ramalho, Cristiane Barbosa. “Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP)”. Revista de Estudos Avançados 15 (43), São Paulo: USP, 2001.
- FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- _____. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. O que é Revolução. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FLORESTA, Leila. Escolas dos acampamentos/assentamentos do MST: uma pedagogia para revolução? Tese de Doutorado, Campinas: FE/Unicamp, 2006.
- GERMER, Claus. “Perspectivas das Lutas Sociais Agrárias nos anos 90”. In STEDILE, J. P., A questão Agrária Hoje. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- _____. “O Desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária”. In STEDILE, J. P., A questão Agrária Hoje. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994a.
- GOTAY, S. “O pensamento cristão revolucionário na América Latina e no Caribe”, tese de doutorado, In: Mueller, E. R. Teologia da Libertação e Marxismo. São Leopoldo-RS: Sinodal, 1996.
- GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

- _____. Os sem-terra, Ongs e cidadania. São Paulo: Cortez, 1997a.
- GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere, vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Cadernos do Cárcere, vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Cadernos do Cárcere, vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Cadernos do Cárcere, vol. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. “As três frentes de luta de classes no campo brasileiro”. In SANTOS, Raimundo (org.). Questão Agrária e Política: autores pecebistas. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla e MOLINA, Manuel González. Sobre a evolução do conceito de campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- HIRSH, Joachim. “O Problema da dedução da forma e da função do Estado Burguês”. In REICHEL, Helmut et al. A Teoria do Estado: materiais para a reconstrução da teoria marxista do Estado. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- IANNI, Octávio. A Luta pela Terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. “A Formação do proletariado rural no Brasil” – 1971. In STEDILE, João Pedro (org.). A Questão Agrária no Brasil – O debate na esquerda: 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Hucitec, 1996.
- JULIAO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- KAUTSKY, Karl. A questão Agrária. Porto: Portucalense, 1972.
- LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde [et al.] (coord.). Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura: NEAD, São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- LENIN, Vladimir Ilitch. Política. FERNANDES, Florestan (organizador da coletânea). São Paulo: Ática, 1978.
- _____. Karl Marx ; Friedrich Engels ; As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo; Carta a um camarada / Lenin. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

- LOPES, João Marcos A. “‘O dorso da cidade’: os sem-terra e a concepção de uma outra cidade”. In Santos, Boaventura de Souza (org.). Produzir para Viver, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.
- LÖWY, Michael. Romantismo e messianismo. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- MACHADO, Eliel. “A (des)constituição de classe no MST: dilemas da luta anti-sistêmica”. Lutas Sociais n.º 17/18 – 2006/2007, São Paulo: NEILS, 2007.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. “Relação Estado e MST: algumas fases e faces”. Revista Lutas & Resistências – Dossiê dimensões da questão agrária no Brasil, n.º1, PPGCS/UEL, Londrina: Midiograf, 2006.
- MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. O Cativo da Terra. São Paulo: LECH, 1981.
- _____. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. “Reforma Agrária ameaça à base do poder do latifúndio”. In Jornal Sem Terra, Julho de 1996.
- _____. Reforma Agrária – o impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- MARX, Karl. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. São Paulo: Centauro, 2003.
- MARX e ENGELS. Manifesto do Partido Comunista, Petrópolis: Vozes, 1989.
- MIGUEL, Luis Felipe. “Em torno do conceito de mito político”. Dados, vol. 41 n. 3 Rio de Janeiro 1998. (disponível em Scientific Electronic Library Online, www.scielo.br).
- MENEGUELLO, Rachel. PT: a formação de um partido, 1979-1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MORISSAWA, Mitsue. A História da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MOURA, Margarida Maria. Camponeses. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. Os deserdados da terra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MUELLER, E.R., Teologia da Libertação e Marxismo. São Leopoldo-RS: Sinodal, 1996.

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil”, in Santos, Boaventura de Souza (org.). Produzir para Viver, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

_____. “Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária”. Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação Seade, v. 11, n.º 2, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

ORTIZ, Renato, “Apresentação”, in Durkheim, Émile. As Formas Elementares de Vida Religiosa. São Paulo: Paulinas, 1989.

PESCHANSKI, João Alexandre. A evolução organizacional do MST. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, 2007.

PRADO JR., Caio. “Contribuição para a análise da Questão Agrária no Brasil”. Revista Brasiliense nº 28, mar/abr, 1960.

_____. A Revolução Brasileira. São Paulo: brasiliense, 1966.

_____. “A questão agrária e a revolução brasileira”. In SANTOS, Raimundo (org.). Questão Agrária e Política: autores pecebistas. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

RICCI, Rudá. Terra de Ninguém: representação sindical rural no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

RUSCHEINSKY, Aloísio. “Nexo entre atores sociais: Movimentos sociais e partidos políticos”. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica, Rio de Janeiro, n.º 46, 2º semestre 1998.

SANTOS, Oto. “O Programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses”. In SANTOS, Raimundo (org.). Questão Agrária e Política: autores pecebistas. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

SANTOS, Raimundo (org.). Questão Agrária e Política: autores pecebistas. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

_____. “Feudalidade e prussianismo no pensamento agrário do PCB”. In SANTOS, Raimundo (org.). Questão Agrária e Política: autores pecebistas. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996a.

- _____. “O Agrarismo brasileiro na interpretação de Caio Prado Jr.” Temas Brasil, 1999. (disponível em www.gramsci.org).
- _____. “Camponeses e democratização no segundo debate agrarista”. Temas Brasil, 1999a. (disponível em www.gramsci.org).
- _____. “Questão agrária e reforma agrária”. Temas Brasil, 2000. (disponível em www.gramsci.org).
- SORJ, Bernardo. “A Reforma Agrária em tempos de democracia e globalização”. Revista Novos Estudos do CEBRAP, n.º 50, São Paulo, 1998.
- SOUZA, Maria Antonia. “As relações entre Movimento Sem Terra – MST e Estado: encontros e desencontros na educação de jovens e adultos dos assentamentos rurais”. In DAGNINO, Evelina (org). Sociedade Civil e Espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- SOUZA, G. de. “A política partidária nas CEB’s”. Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 41, fasc. 164, Dez de 1981.
- STÉDILE, João Pedro & Fernandes, Bernardo Mançano. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- STÉDILE, João Pedro. “João Sem Terra”. Revista Atenção ano 2, n.º 6, 1996.
- _____. “Sem-Terra contra o corporativismo”. Praga: Estudos Marxistas, São Paulo: Hucitec, n.º 4, 1997.
- _____. “O MST e a questão Agrária”. Estudos Avançados, São Paulo: USP, vol. 31, n.º 11, 1997a.
- _____. “Sociedade em Crise”. Revista Carta Capital, ano XII, n.º360, setembro, 2005.
- _____. Prioridade do governo é apoio ao agronegócio. 13/10/2005. www.mst.org.br/mst, acesso em 05/04/2007.
- _____. “Sair da crise com a energia do povo”. In: CHAUÍ, Marilena [et al]. Leituras da Crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- TORRENS, João Carlos Sampaio. “O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”. In MEDEIROS, Leonilde et al. (org.). Assentamentos Rurais, uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- TROTSKY, L. Programa de Transição: a agonia mortal do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

TURATTI, Maria Cecília. Os Filhos da Lona Preta – identidade e cotidiano em acampamentos do MST, São Paulo: Alameda, 2005.

VERA, Nestor. “O papel dos camponeses na revolução”. In SANTOS, Raimundo (org.). Questão Agrária e Política: autores pecebistas. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1988.

DOCUMENTOS DO MST:

CADERNO DE EDUCAÇÃO n.º 8. Princípios da Educação no MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, julho, 1996.

COORDENAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. “Carta ao Povo Brasileiro”. 21/Junho/2005. Anexo in CHAUÍ [et al.]. Leituras da Crise: Diálogos sobre o PT, a democracia Brasileira e o socialismo. São Paulo, Perseu Abramo, 2006.

CONCRAB. Organicidade e Núcleos de Base. [1995].

ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES/ ENFF - MST. Orientações Gerais da Escola Nacional Florestan Fernandes. Documento coletado na secretaria da escola, julho, 2005.

ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES/ENFF-MST. A Política de formação de quadros. Cadernos de estudos da ENFF, São Paulo, janeiro, 2007.

JORNAL SEM TERRA, exemplares de 1988 a 1999.

JORNAL SEM TERRA, ago./1991.

JORNAL SEM TERRA set/1992.

JORNAL SEM TERRA, fev./mar/ 2007; Junho/2007.

MST. Manual de Organização dos Núcleos. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA outubro, 1990.

MST. Como Organizar a Massa. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA setembro, 1991.

MST. Disciplina: Regulamento aprovado pela Coordenação Nacional. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, Janeiro, 1992.

MST. Elementos Fundamentais da História do MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, julho, 1997.

- MST. Diretrizes para o projeto nacional. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, novembro de 1997a.
- MST. A Vez dos Valores, Cadernos de Formação n.º 26, Janeiro/1998.
- MST. Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo. Cadernos de Formação n.º 27, mar/1998a.
- MST. Construindo o Caminho. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, Julho, 2001.
- MST. Elementos históricos para entender a conjuntura e desafios para acumular forças. Documento para discussão no Encontro Regional do MST, Itu-SP, outubro, 2004.
- MST. A Reforma Agrária Necessária: Por um projeto popular para a agricultura brasileira. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, outubro, 2006.
- MST. Carta da Assembléia Popular – Mutirão por um Novo Brasil. www.mst.org.br – acesso em 09/04/2007.
- MST. Balanço é pessimista, diz João Paulo Rodrigues. 26/01/2006. www.mst.org.br – acesso em 05/04/2007.
- MOVIMENTO CONSULTA POPULAR. Documentos Básicos, cartilha n.º 16, novembro/2005.
- REVISTA SEM TERRA. A Importância da Consulta Popular. RST ano I, n.º 3, Jan/Fev/Mar/1998.
- SETOR DE EDUCAÇÃO DO MST, Princípios da Educação no MST, Cadernos de Educação, n. 8, Porto Alegre, 1996.
- SETOR DE FORMAÇÃO – MST. O Funcionamento das Brigadas do MST, Junho, 2005.
- SETOR DE FORMAÇÃO – MST. Método de trabalho e organização popular, fevereiro, 2005a.
- SETOR DE FORMAÇÃO – MST. Projeto Político Pedagógico do Curso Básico de Formação de Militantes. Documento coletado na secretaria da ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES - ENFF, julho, 2005b.
- SETOR DE FORMAÇÃO – MST. O Brasil precisa de Reforma Agrária. Caderno de Formação n.º 36, março, 2005c.

ENTREVISTAS E CONFERÊNCIAS GRAVADAS:

João Antonio Savedra, morador do Assentamento Sumaré I, março 2005.

Dulce Clélia S. Silva, membro do Acampamento Mário Lago - Ribeirão Preto, junho 2005.

Adelar Pizeta, coordenador nacional Setor de Formação, ENFF, fevereiro 2007.

Juvenal Strozake, coordenador nacional do Setor de Direitos Humanos MST, abril 2007.

Geraldo Gasparin – coordenador pedagógico da ENFF Guararema-SP, em 25/06/05 e 16/07/2005.

BOGO, Ademar. Instrumento Político. Exposição oral durante a II Assembléia Nacional dos Lutadores e Lutadoras do Povo, Goiânia-GO, março de 2005 (gravação e transcrição: Plínio José Feix).

PERIÓDICOS:

CARTA CAPITAL nº. 360, setembro, 2005.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO nº. 211, Jul/Ago/1999.

FOLHA DE S. PAULO, 06/fevereiro/2000.

FOLHA DE S. PAULO, 17/janeiro/2000.

FOLHA DE S. PAULO, 17/janeiro/ 2000.

FOLHA DE S. PAULO, 04/novembro/2007.

FOLHA DE S. PAULO, 07/janeiro/2008.

JORNAL DEMOCRACIA SOCIALISTA, setembro/2004.

REVISTA ATENÇÃO, ano 2, nº 6, 1996.

INSTITUTOS DE PESQUISA CONSULTADOS:

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP. Coordenação FERNANDES, Bernardo Mançano. DATALUTA 2004. Presidente Prudente, Janeiro de 2006.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. Perfil dos sem-terra, 1996 (Banco de dados). São Paulo, 1996. In: Consórcio de Informações Sociais, 2007. Disponível em: <<www.cis.org.br>>. Acesso em 15/01/2008

DIEESE / NEAD/MDA. Estatística do Meio Rural. 2ª edição, Brasília/ São Paulo/ 2006.

INCRA/CRUB/UNB. I Censo de Reforma Agrária. In Revista Estudos Avançados nº31, IEA/USP, São Paulo, 1997, p. 27.

- ANEXO I -

“PROJETO POPULAR PARA O BRASIL”

Desde 1997 o MST articula-se com movimentos sindicais, políticos e religiosos por meio da Consulta Popular, que reúne também artistas e intelectuais filiados a partidos políticos (JORNAL SEM TERRA, fev./1998, p.9) para a discussão de um Projeto Popular para o Brasil. Este projeto ainda está sendo discutido, reformulado e desenvolvido, contudo algumas “medidas urgentes” em torno das quais a Consulta Popular deve mobilizar a população já foram definidas. São elas (texto integralmente retirado do JORNAL SEM TERRA, ago./1999, p.9):

1. Interromper a remessa de capital para o exterior, através do controle do fluxo do capital especulativo, e a supressão, e a suspensão do pagamento da dívida externa, com uma profunda auditoria sobre sua natureza,
2. Redução da taxa de juros e suspensão do pagamento da dívida interna.
3. Anulação de todos os incentivos fiscais concedidos às grandes empresas, implantação de impostos sobre as grandes fortunas e fiscalização rigorosa sobre o recolhimento de impostos dos bancos.
4. Suspensão e revisão de todas as privatizações de empresas estatais estratégicas.
5. Ruptura do acordo com o FMI, feito ilegalmente, e que estabelece as medidas acima.
6. Confisco dos 7,4 bilhões de reais que oito grandes bancos ganharam com a especulação cambial, em apenas três dias em janeiro/99.
7. Implantação de um programa massivo de investimentos produtivos, com os recursos oriundos das fontes acima relatadas, na agricultura – através da Reforma Agrária –, nas pequenas e médias empresas, na construção de habitação popular, e nos setores de educação e saúde, gerando rapidamente milhões de empregos e fazendo a economia voltar a crescer.
8. Medidas de combate ao desemprego, garantia de trabalho a todos e congelamento das taxas dos serviços públicos às famílias sem trabalho.

9. Renegociação das dívidas, revisão do pacto federativo, da Lei Kandir e do FEF.
10. Aumento de salários e das aposentadorias.
11. Um programa de distribuição de renda, para criar um mercado interno.
12. Democratização dos meios de comunicação social de massas (televisão, rádio, jornais).

Na cartilha elaborada pelo MST (2006) “*A Reforma Agrária Necessária: Por um projeto popular para a agricultura brasileira*” está sintetizado o programa do Movimento para o campo (exporemos o texto de forma resumida):

A Reforma agrária tem por objetivos gerais:

- a) Eliminar a pobreza no campo;
- b) Combater a desigualdade social, todas as formas de exploração dos camponeses e a degradação da natureza que tem suas raízes na concentração de propriedade e da produção no campo;
- c) Garantir trabalho e educação para todas as pessoas que vivem no campo, combinando com distribuição de renda;
- d) Garantir a soberania alimentar de toda população brasileira, produzindo todos os alimentos necessários com qualidade e desenvolvendo os mercados locais;
- e) Garantir a participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso a terra, na produção e gestão, buscando superar a opressão histórica imposta às mulheres;
- f) Preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural de cada região do Brasil, e que formam nossos distintos biomas;
- g) Garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e oportunidades iguais de trabalho, renda, educação, moradia e lazer, estimulando a permanência no campo, em especial a juventude (MST, 2006, p.20-21).

Em outubro de 2005 o MST através de seu site na internet, divulga a “*Carta da Assembléia Popular – Mutirão por um Novo Brasil*”, onde divulga a agenda de lutas comuns dos movimentos sociais pertencentes à Assembléia Popular:

1. Lutar por uma reforma política de fato, que mude o processo de representação política. A crise política atual revelou que os brasileiros não acreditam nos atuais políticos. Acontece que o sistema de representação não respeita a vontade do povo. Depois de eleitos, fazem o que querem. Existem várias propostas de reforma apresentadas. Uma delas com aval da OAB, CNBB e entidades, que defende a introdução de mecanismos de democracia direta, de plebiscito, de revogar mandatos etc. Precisamos lutar, precisamos promover amplos debates exigindo mudanças no sistema político-eleitoral e na organização sócio-política e econômica.

2. Auditoria e suspensão do pagamento da dívida externa. Está previsto na Constituição brasileira que deveríamos fazer uma Auditoria da dívida externa e ver o que já foi pago e o que devemos de fato pagar. O Brasil já pagou mais de uma vez sua dívida externa. Por isso é urgente e necessário a auditoria da dívida externa.

3. Lutar pela valorização do salário mínimo e das aposentadorias. O aumento do salário mínimo e da aposentadoria são as principais formas de recuperar a renda dos mais pobres. É a melhor forma de garantir a distribuição de renda. O governo Lula, em campanha, havia se comprometido a dobrar seu poder aquisitivo durante os quatro anos. Se ele cumprisse a promessa, hoje o salário mínimo, segundo o DIEESE, deveria ser de 454 reais, e em maio do ano que vem, deveria ser de 566,00. Mas o governo enviou mensagem ao Congresso, propondo um salário de 324 reais para 2006. Lutar pelo projeto de aposentadoria das donas de casa.

4. Lutar pelo direito ao trabalho e pela redução da jornada de trabalho. Milhões de brasileiros estão desempregados ou no trabalho informal. O direito ao trabalho é fundamental. A maioria de nossos jovens não têm essa oportunidade. Por isso precisamos desenvolver uma luta pelo direito ao trabalho, em especial para os jovens da cidade e do campo.

5. Lutar contra o pagamento da dívida interna e os altos juros com dinheiro do Orçamento público, que é nosso. O governo está gastando mais de 120 bilhões de reais por ano em juros da dívida interna. E é o Banco Central que marca a taxa de juros todos os meses. E hoje é a mais alta taxa de juro do mundo. O governo usa o dinheiro do povo para transferir aos bancos. Isso precisa acabar.

6. Lutar por uma política externa soberana baseada no princípio da solidariedade entre os povos e na defesa da biodiversidade.

- Contra os acordos da ALCA e da OMC;
- Pela retirada das tropas brasileiras no Haiti;
- Pelo fim da exploração por parte da Petrobrás e de outras empresas brasileiras nos países vizinhos;
- Mobilizar-se pela adesão à Aliança Bolivariana das Américas -ALBA.

7. Lutar pela educação pública gratuita e de qualidade para todos, garantindo o acesso ao ensino médio e fundamental para todos e dobrando

As vagas nas universidades públicas. Nós temos muitas universidades públicas. Poderíamos dobrar o número de estudantes, com as mesmas instalações, apenas aumentando os professores, os cursos, os horários e os investimentos. Garantir que essas vagas sejam prioritariamente destinadas aos jovens mais pobres.

8. Realizar uma jornada nacional pela reforma agrária e em defesa das águas articulada com:

- As lutas pela demarcação de todos os territórios indígenas e quilombolas;
- Por um novo modelo de desenvolvimento agrícola;
- Por uma agricultura livre de transgênicos;
- Contra a privatização das águas, somando-se à campanha pela revitalização e contra a transposição do Rio São Francisco.

9. Lutar para que os recursos do orçamento público, sejam destinados prioritariamente para as políticas sociais, como saúde e educação.

- Propor mecanismos de controle popular sobre as políticas públicas;
- Programar jornadas nacionais em defesa das políticas públicas;

10. Promover uma jornada nacional de luta pela democratização dos meios de comunicação.

- Estimular todos os meios e práticas de comunicação popular, comunitárias e livres;
- Combater o atual monopólio dos meios de comunicação;
- Somar-se a semana de lutas pela democratização dos meios de comunicação a realizar-se em torno do dia 17 de outubro de 2006 (retirado do site www.mst.org.br, acesso em 09/04/2007).

- ANEXO II -

Devido aos limites deste trabalho não transcreveremos as linhas políticas de cada um dos setores, mas exporemos em linhas gerais apenas as orientações da direção para os setores de produção e de formação, pois estas atuam diretamente sobre a estrutura organizativa. Esses setores possuem pontos de contato e, em determinados momentos chegam a confundir-se.

Linhas Políticas para a organização dos assentamentos (MST, 2001, p. 73- 106):

1. **O controle político sobre o projeto de assentamento e a divisão da área;**
2. **O sorteio em grupo de famílias:** “cada família acampada deve procurar outras famílias com as quais se identifica, organizando assim um grupo para que, durante o sorteio, este agrupamento de famílias fique reunido numa mesma localidade no futuro assentamento”;
3. **O processo de titulação:** “o MST não está propondo a titulação imediata das famílias, mas sim a promoção – com a nossa base – de um debate sobre o processo de titulação, em vistas de garantirmos a posse e o usufruto da terra”;
4. **A organização das moradias nos assentamentos:** devem ser planejadas em conjunto, seja ela organizada em núcleos de família, núcleo habitacional ou agrovilas;
5. **A organização dos núcleos de base:** “o mesmo grupo de famílias que vive nestas pequenas comunidades fará parte do mesmo núcleo de base (...). O fundamental é compreender que esse agrupamento mínimo deverá reunir todas as famílias da comunidade e não apenas os cadastrados. O núcleo será instância básica para gestão do assentamento”
6. **A organização da produção e da cooperação agrícola:** o MST traça um plano de produção que deverá ser discutido entre as famílias. Esse plano deverá levar em conta as necessidades básicas de alimentação das famílias, articuladas as atividades de produção e industrialização para abastecimento do mercado local e regional. “O

objetivo é planificar as ações econômicas”. O controle político do crédito é o “alicerce que dará sustentação ao plano”;

7. **A formação como método de acompanhamento e qualificação da consciência:** deve ocorrer em dois níveis pelo menos: 1. ser massiva (atingindo os moradores dos assentamentos, através dos cursos de formação integrados na produção, das jornadas de reforma agrária e das brigadas de formação) e, 2. direcionada para lideranças e militantes.
8. **Elementos complementares a serem considerados:** os próprios assentados devem prover os serviços internos nos assentamentos (transporte interno, posto de gasolina, mercado, mecânico); a escola deverá localizar-se dentro do assentamento e possuir professores do MST; deve haver uma infra-estrutura social (local de reuniões, espaços de lazer, etc); a produção agrícola coletiva deve ser um objetivo de todos os assentados; cultivar a religiosidade “libertadora”; o embelezamento do assentamento deve ser um valor; cultivar os símbolos, a motivação ideológica, os hábitos de saúde e a luta de massas.

Linhas Políticas da Formação no MST (*idem*, p. 108 – 124):

“As Linhas Políticas da Formação no MST, que orientam o processo em seus diferentes níveis, desde a base nos estados até em nível nacional e que, em traços gerais pode ser explicitada (concebida) como sendo: a) um processo permanente e sistemático; b) é parte integrante da organicidade; c) o ponto de partida deve ser a prática social dos Sem Terra, recheada de contradições, desafios e possibilidades para, a partir dela, ter acesso à teoria, ao conhecimento científico (...)”.

1. **Os métodos de formação:** a) massiva para “apressar a multiplicação de militantes e quadros”; b) completa – aliando teoria e disciplina, trabalho produtivo, companheirismo, etc.; c) permanente – o trabalho de formação deve ser diário, “insistindo sempre na necessidade de adquirir o hábito da leitura”;
2. **O Processo de formação não é tarefa apenas do Setor de formação:** o conjunto da organização deve assumir esta função, “todos os militantes e dirigentes devem

ser formadores da base e de novos militantes por intermédio de sua *práxis* (discurso e prática política-organizativa);

3. **O caráter da formação política:** deve estar ligado a formação da consciência política dos componentes da organização (elevação da consciência social para a consciência política);
4. **Compreensão do momento histórico e das necessidades de organização:** manter a organização mesmo em momentos de crise;
5. **Como se deve formar um militante, um quadro do MST:** a formação deve ocorrer por meio da prática concreta de trabalho com o povo, da experiência de vida, da ciência, da cultura, da disciplina, do exemplo, pela convivência e partilha comunitária, pelo espírito de sacrifício, pelo trabalho produtivo e pela crítica e auto-crítica.
6. **Qualidades e virtudes pessoais de um militante e de um formador:** saber ouvir, estar sempre disposto e alegre, ser organizado nas tarefas e funções, defender com firmeza suas convicções e princípios da organização, estar aberto a novas experiências e sugestões, ser humilde, solidário e companheiro, alimentar a esperança, estar sempre no meio do povo, indignar-se contra qualquer injustiça, cultivar quotidianamente valores humanistas e socialistas, querer sempre aprender, saber respeitar as diferenças e zelar pelo patrimônio coletivo.

- ANEXO III -

“CURSOS PARA MILITANTES E PARA MASSA”¹²⁰

1º. Cursos Massivos Estaduais

. Curso Básico para militantes membros das brigadas (500 a 800 participantes):

- destes cursos devem participar os coletivos de setores, coordenadores de núcleos e demais militantes;

- Meta: em torno de 25 pessoas por brigada;

- Duração: 25 a 30 dias;

- Período: a cada 4 ou 5 meses (duas vezes ao ano);

- Conteúdo: o setor estadual programa as etapas, podendo incluir temas como: conjuntura, filosofia, história, economia política, temas atuais, organicidade, setores, etc.

Obs.: no final do curso, a direção das brigadas ajuda a definir as atividades que cada militante vai realizar após o curso [o chamado “tempo comunidade”, quando os militantes desenvolvem atividades de aplicação do conteúdo apreendido, seja por meio de cursos ministrados ou atividades programadas. É uma forma de “multiplicar militantes”¹²¹].

. Curso Básico para liderança dos acampamentos (800 militantes):

- Público: lideranças dos acampamentos;

- Duração: em torno de 30 dias;

- Período: 3 etapas durante o ano;

- Conteúdo: básico sobre o MST, Reforma Agrária, funcionamento da sociedade, organicidade, como organizar novos assentamentos, mística, disciplina, metodologia de trabalho de base, etc.

2º. Cursos massivos em todos os acampamentos (realizados dentro dos acampamentos)

¹²⁰ Texto extraído do *Método de Trabalho e Organização Popular*, Setor de Formação – MST, fevereiro 2005, P. 101 E 102.

¹²¹ Segundo informação de Geraldo Gasparin, coordenador pedagógico da ENFF – julho/2005.

- Público: coordenadores e coordenadoras dos núcleos de famílias, setores e equipes;
- Planejar reuniões com núcleos de famílias;
- Conteúdo: básico sobre o MST, a sociedade e a nossa proposta de Reforma Agrária;
- Período: a cada 3 meses, com duração de uma semana por etapa.

3º. Cursos técnicos profissionalizantes

Organizar cursos de formação técnica para ter a cada 50 famílias:

- um técnico em agroecologia entendido em plantio, cultivo e seleção de sementes;
- um agente de saúde comunitária;
- um técnico entendido em cuidados animais e criação de animais de pequeno porte;
- um mecânico entendido em apicultura e outros;

4º. Cursos de graduação

Devemos investir o máximo de esforço para que todas nossas crianças e juventude estudem nas escolas públicas municipais até completar o nível médio. Tornar “obrigatório” o estudo até o segundo grau completo.

- Através de convênios organizar cursos técnicos e de magistério;
- Investir em cursos de graduação universitária exigindo a formação de turmas próprias para jovens camponeses em áreas como: pedagogia, agronomia, medicina, economia, direito, história, filosofia, etc.

Obs.: Em todos estes cursos devemos estabelecer carga horária que contemple os problemas do campo e assuntos voltados para a formação da consciência. Nesse sentido, a Escola Nacional Florestan Fernandes deve ser co-organizadora destes cursos.